

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

NATHÁLIA DE FÁTIMA JOAQUIM

**[SUB]VIDAS SECAS NOS RETRATOS DOS AGRICULTORES DO
PROJETO BEBEDOURO NO SEMIÁRIDO DE PETROLINA (PE)**

**Belo Horizonte
2014**

Nathália de Fátima Joaquim	[SUB]VIDAS SECAS NOS RETRATOS DOS AGRICULTORES DO PROJETO BEBEDOURO NO SEMÁRIDO DE PETROLINA (PE)		UFMG-FACE CEPEAD 2014
---------------------------------------	--	--	--------------------------------------

NATHÁLIA DE FÁTIMA JOAQUIM

**[SUB]VIDAS SECAS NOS RETRATOS DOS AGRICULTORES DO PROJETO
BEBEDOURO NO SEMIÁRIDO DE PETROLINA (PE)**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito Parcial à obtenção do título de doutora em administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri.

**Belo Horizonte
2014**

Ficha Catalográfica

J62s
2014 Joaquim, Nathália de Fátima.
[Sub]vidas secas nos retratos dos agricultores do Projeto Bebedouro no seminário de Petrolina (PE) [manuscrito] / Nathália de Fátima Joaquim. – 2014.
209 f. : il.

Orientador : Alexandre de Pádua Carrieri.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 195-210)

1. Projeto Bebedouro – Petrolina (PE) – Teses.
2. Agricultura familiar – Petrolina (PE) – Teses. 3. Economia agrícola – Petrolina (PE) – Teses. I. Carrieri, Alexandre de Pádua. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título

CDD: 338.109813

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – NMM/052/2014



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora NATHÁLIA DE FÁTIMA JOAQUIM, REGISTRO N° 129/2014. No dia 05 de junho de 2014, às 09:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 09 de maio de 2014, para julgar o trabalho final intitulado "[Sub]Vidas Secas nos Retratos dos Agricultores do Projeto Bebedouro no Semiárido de Petrolina (PE)". Requisito para a obtenção do Grau de Doutor em Administração, linha de pesquisa: Estudos Organizacionais e Sociedade. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 05 de junho de 2014.

NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva
(CEPEAD/UFMG)

Prof^a. Dr^a. Elisa Yoshie Ichikawa
(Universidade Estadual de Maringá/PR)

Prof^a. Dr^a. Fernanda Tarabal Lopes
(Universidade Estadual de Minas Gerais)

Prof^a. Dr^a. Juniele Rabêlo de Almeida
(Universidade Federal Fluminense)

.....
.....
.....
.....
.....



*Aos colonos do Projeto Bebedouro.
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer que não seria possível construir essa história sozinha. Foram muitas mãos que me ajudaram a dar forma não só a esta tese, mas a mim, durante todo esse processo de formação. Além das muitas mãos, algumas instituições também foram fundamentais para que esse processo se concretizasse, por isso, agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais e ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração pela oportunidade de trilhar esse caminho. À CAPES, pela bolsa de estudos concedida. À Embrapa Semiárido pelo transporte para que eu realizasse a pesquisa. E, agradeço, a cada um que tornou essa caminhada possível:

Ao meu orientador, Alexandre de Pádua Carriero, que me direcionou muito mais para a desconstrução. Deu-me liberdade para ousar e conhecer outras paragens. Mostrou-me que o melhor caminho para a construção é a crítica e que para crescer é preciso romper com as estruturas que nos aprisionam em caixinhas.

A cada um dos colonos do Projeto Bebedouro que me recebeu em suas casas e que cedeu parte do seu tempo e da sua vida para que vivêssemos a experiência do encontro. Essas foram experiências marcantes que me deram novo sentido a cada encontro. Ao compartilhar histórias, construímos vida e isso não tem como agradecer em palavras. Vocês deram outro tom e outra sonoridade para a minha história. Em especial, agradeço à Dona Cici pelo acolhimento e por dividir suas histórias comigo.

Ao João Ricardo e Pedro Gama, pesquisadores da Embrapa que me deram os primeiros direcionamentos quando cheguei à Petrolina e ao Giuliano Elias pelo acolhimento.

À professora Miriam Hermeto pelos apontamentos e inquietações no ensaio de qualificação e pela generosidade em dividir tanto conhecimento na banca de defesa do projeto. À professora Elisa Ichikawa pelas discussões teóricas durante os cafés da tarde, pelas considerações durante a defesa do projeto e pela gentileza em aceitar compor a banca de defesa desta tese.

Ao professor Luiz Alex pelos debates teóricos, pelas contribuições na banca de defesa do projeto “ainda verde” e pela gentileza durante toda convivência. À professora Juniele Almeida pelos primeiros direcionamentos sobre história oral e por me fazer acreditar que este era um caminho possível e pela prontidão em aceitar compor a banca de defesa de tese. À professora Fernanda Tarabal, pela gentileza em aceitar o convite e trazer seu olhar generoso para este trabalho.

À Mara (FACE), pela presteza, disponibilidade e carinho durante toda essa trajetória.

À minha família, em especial à minha mãe (Suzana), pelo carinho que conforta, pelo olhar que alimenta, pelo sorriso que me faz querer ir adiante. À Fernanda, pelos ouvidos atentos às palavras com pronuncia tão diferente daquelas que tínhamos costume de ouvir e pelo encontro de almas. Ao tio Wagner, pela experiência do incentivo, desde sempre. À Renata, pela torcida desmedida. Ao Geraldinho, Conceição e Manu, pelo acolhimento e pelas orações. À Mariana por me emprestar as mãos para [re]escrever essa história e pela [re]construção cotidiana. E a Deus, por ser o fundamento de tudo isso, por colocar cada uma dessas pessoas no meu caminho e me apontar a direção.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi desvelar as formas de gestão desenvolvidas pelos agricultores no Projeto de Irrigação Bebedouro, o pioneiro no Vale do São Francisco. Para tanto, foi feita uma pesquisa etnográfica combinada com os métodos de história oral. Com o desenvolvimento da pesquisa, observou-se que, para compreender a situação do Projeto Bebedouro e, conseqüentemente, as táticas de sobrevivência empreendidas pelos agricultores, denominados colonos, era preciso explorar conceitos mais amplos como a configuração fundiária e a indústria da seca no local. Com isso, foi possível observar que as formas de gestão adotadas pelos colonos são um reflexo das condições fundiárias às quais estão submetidos e, ainda, pela não superação da indústria da seca e seus desdobramentos como o coronelismo e o voto de cabresto. O Projeto foi inaugurado em 1968 e, contava com 16 lotes. Os 16 colonos que assumiram estes lotes, são aqui denominados pioneiros e foi a partir das histórias de vida deles que este trabalho foi construído. Na inauguração, foi implantada, de maneira impositiva, uma cooperativa para auxiliar os colonos nos processos de produção e comercialização e os colonos/associados a faliram e contraíram altas dívidas. O intuito de órgãos governamentais como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) era implementar na região um complexo agroindustrial, o que trouxe uma característica cíclica para o Projeto Bebedouro, ou seja, de tempos em tempos, os colonos cultivam determinados produtos. Diante disso, grandes empresas foram atraídas para a região e os colonos foram incentivados a plantar tomates. O complexo agroindustrial em torno do tomate não deu certo, então, os colonos investiram na fruticultura. Esta já dava ares de que estava em fins de ciclo, assim começou a produção de sementes básicas comercializados por meio de contratos firmados com a Embrapa Produtos e Mercados. Este era o ciclo que começava no Projeto Bebedouro durante a realização desta pesquisa. Assim, para [sub]viver no Projeto Bebedouro, os colonos adotaram táticas como a produção de alimentos para consumo familiar em meio à produção de frutas e sementes básicas que são vendidos para o atravessador ou mediante os referidos contratos, respectivamente. Diante destas práticas, pode-se afirmar que a gestão ordinária é uma forma de organização adotada pelos colonos do Projeto Bebedouro como uma tática de sobrevivência e resistência em meio à cotidianidade que os oprime.

Palavras-chave: Projeto Bebedouro. Gestão ordinária. Cotidiano. História Oral. Etnografia.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyse the ordinary management developed by farmers in Projeto de Irrigação Bebedouro, a pioneer in the São Francisco Valley. Therefore, it was done ethnographic research combined with the methods of oral history. With the development of research, it was observed that, to understand the situation of the Projeto Bebedouro and hence the survival tactics undertaken by farmers, called settlers, it was necessary to explore broader concepts such as land configuration and drought industry locally. Thus, it was possible to observe that the ordinary management adopted by the settlers is a reflection of land conditions to which they are subjected, and also by not overcoming the drought industry and its developments as the Coronelismo and vote of muzzle. The Project was launched in 1968 and had 16 lots. The 16 settlers who assumed these lots are called pioneers and was here from the stories of their lives that this work was built. At the inauguration, was implanted in imposing manner, a cooperative to assist the settlers in the processes of production and marketing, through ordinary management settlers / associated with failed and contracted high debts. The purpose of government agencies such as the Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) was to implement an agrobusiness complex in the region, which brought a cyclical nature to the Projeto Bebedouro, in other words, from time to time, the settlers cultivate certain products. Therefore, large companies were attracted to the region and settlers were encouraged to plant tomatoes. The agrobusiness complex around the tomato did not work then the settlers invested in fruit growing. This was already giving air that was at the end of cycle, thus began the production of basic seed marketed through contracts with Embrapa Produtos e Mercados. This was the cycle that began in Projeto Bebedouro during this research. So for [sub]live in the Projeto Bebedouro, the settlers adopted tactics such as the production of food for household consumption through the production of basic seed and fruit that are sold to middlemen or through such contracts, respectively. Given these practices, it can be stated that the ordinary management is an organizational form adopted by settlers Projeto Bebedouro as a tactic of survival and endurance in the midst of everyday life that oppresses them.

Keywords: Projeto Bebedouro. Ordinary management. Everyday life. Oral history. Ethnography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagens do Projeto de Irrigação Bebedouro	22
Figura 2 – Casa de um dos lotes do Projeto Bebedouro	26
Figura 3 – Paisagem característica da caatinga no Vale do São Francisco	95
Figura 4 – Sistema de irrigação, na década de 1970 e o mesmo sistema ainda em funcionamento em 2012	102
Figura 5 – Mapa do Projeto Irrigado de Bebedouro	110
Figura 6 – Plantação de tomate e colheita destinada à uma das indústrias processadoras do fruto	129
Figura 7 – O preparo da terra com as folhas secas; nitrato; e as covas com esterco, torta de mamona e MAP	133
Figura 8 – A representação do “trabalho de homem”	135
Figura 9 – O processo de desbrota e desfolha	136
Figura 10 – Mulheres realizando o cuidadoso processo de raleio dos cachos de uva	139
Figura 11 – Mulheres realizando a colheita das uvas	139
Figura 12 – Ciclo de produção de uvas estabelecido por dona Naná por meio do cotidiano	140
Figura 13 – Conta de água [K2] de um dos lotes irrigados do Projeto Bebedouro	142
Figura 14 – Enquanto o marido de dona Naná assiste às mulheres colher as uvas, o filho dela está descansando na rede e ela faz o “trabalho de homem”	146
Figura 15 – Experimentos conduzidos por pesquisadores da Embrapa Semiárido	149
Figura 16 – O processo de produção de feijão	149
Figura 17 – Ciclo de produção do feijão organizado por dona Naná	151
Figura 18 – Os ciclos produtivos do Projeto Bebedouro	154
Figura 19 – Representação espacial do lote de dona Naná	155
Figura 20 – Criação de animais para consumo familiar	156
Figura 21 – Dona Naná e o cuidado com o “Bugrelim”, companhia constante durante o trabalho	156
Figura 22 – Exibição do vídeo para os colonos	172
Figura 23 – Café da manhã com os colonos	172

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport)

Associação Nacional de Crédito Agrícola de Pernambuco (ANCAR-PE)

Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE)

Central de Abastecimento do Recife (CARE)

Centro de Pesquisas Agropecuário do Trópico Semiárido (CPATSA)

Comissão de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO)

Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)

Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)

Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF)

Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Bebedouro (CAMPIB)

Departamento de Ordem Policial e Social (DOPS)

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)

Distrito de Irrigação Perímetro Irrigado Bebedouro (DIPIB)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)

Food Agriculture Organization (FAO)

Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)

Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS)

Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS)

Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)

Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)

Submédio São Francisco (SMSF)

Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (SUVALE)

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CAMINHOS PERCORRIDOS	20
2.1 <i>O[s] lugar[es]</i>	21
2.2 <i>A escolha dos narradores</i>	23
2.3 <i>História Oral</i>	29
2.3.1 <i>Transformando o oral em escrito</i>	31
2.3.2 <i>A [re]construção das histórias por meio das memórias</i>	33
2.4 <i>Primeiros passos: da ideia de pesquisa até encontrar [ou ser encontrada pel]a família que me acolheria</i>	34
2.5 <i>O estranhamento, as anotações de campo, o olhar de dentro, enfim: a etnografia</i>	36
2.5.1 <i>Etnografando no Semiárido Nordestino</i>	40
3. A CONSTRUÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E A REINVENÇÃO DAS SECAS	45
3.1 <i>Tentativas de maquiagem a seca</i>	46
3.2 <i>1959: A Indústria da Seca e as políticas desenvolvimentistas para o Nordeste</i>	57
3.3 <i>1960 a 1968: O início dos trabalhos da SUDENE e a “reinvenção” do Nordeste</i>	71
4. A MUDANÇA EM BUSCA DA TERRA MOLHADA PROMETIDA E SUAS TRANSFORMAÇÕES ORDINÁRIAS	94
4.1 <i>A mudança: de sequeiro à secura em meio à irrigação</i>	98
4.2 <i>As formas de gestão, as várias CAMPIBs do Projeto Bebedouro</i>	114
4.3 <i>O cotidiano e a gestão ordinária cíclica no Projeto Bebedouro</i>	124
4.3.1 <i>A organização em torno do polo tomateiro</i>	125
4.3.2 <i>A organização em torno da fruticultura</i>	131
4.3.2.1 <i>A [sub]vida, o cotidiano e as formas de gestão</i>	132
4.3.2.2 <i>A organização familiar no trabalho</i>	143
4.3.3 <i>A [re]organização em torno da produção de grãos</i>	149
4.3.4 <i>Memórias individuais que [re]produzem memórias sociais</i>	157
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
APÊNDICE	176
REFERÊNCIAS	195

1 INTRODUÇÃO

“Petrolina (PE) deixou de ser palco para a indústria da seca para se tornar a maior exportadora de frutas tropicais do mundo [...].”

O objetivo desta tese é desvelar as formas de gestão desenvolvidas pelos agricultores no perímetro público de irrigação pioneiro situado no Vale do São Francisco, o Projeto de Irrigação Bebedouro. Porém, cabe ressaltar que a frase inicial da tese foi o que originou este trabalho. Eu a ouvi em 24 de maio de 2011, durante o *Workshop dos setores de frutas, alimentos e produção orgânica no Brasil*, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), em Belo Horizonte. Ela foi dita por um representante do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) que discorria sobre as barreiras técnicas nas quais produtores/empresas [reificadas na fala dele] esbarram no momento da exportação. E, nesse momento, citou como exemplo os produtores de frutas tropicais, em especial uva e manga, da cidade de Petrolina (PE).

Essa informação ficou ecoando dentro de mim e comecei a pesquisar um pouco mais sobre a cidade e a fruticultura na região do Submédio São Francisco (SMSF)¹. Nessas pesquisas descobri que existiam no entorno das cidades gêmeas de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), pelo menos, oito projetos de colonização² em funcionamento atualmente e que foram implementados pelo governo federal entre o final da década de 1960 e a década de 1990.

Diante desse primeiro momento de mapeamento, uma dúvida surgiu: será que esses projetos de colonização, responsáveis pela alta produtividade dos agricultores no Vale do São Francisco, beneficiavam também os pequenos produtores? Como os pequenos produtores se organizariam para produzir e exportar frutas com qualidade para competir com os grandes? A minha preocupação sempre esteve relacionada à [re]configuração desse espaço rural e sócio histórico que tinha como pano de fundo a irrigação e, conseqüentemente, a produção e exportação de frutas tropicais no sertão nordestino.

Antes de ir para Petrolina (PE), entrei em contato com um pesquisador do Centro de Pesquisas Agropecuário do Trópico Semiárido (CPATSA), vinculado à Empresa Brasileira de

¹ O SMSF é uma das quatro regiões fisiográficas do Vale do São Francisco. Segundo Suassuna (2011, p. 206) “sua bacia [do Rio São Francisco] é subdividida em Alto São Francisco (da Serra da Canastra a Pirapora), Médio (de Pirapora a Remanso), Submédio (de Remanso a Paulo Afonso) e Baixo (de Paulo Afonso ao Oceano Atlântico), ou seja, a região do Submédio abrange áreas da Bahia – Remanso, Curaçá, Sobradinho, Casa Nova, Juazeiro e Paulo Afonso – e de Pernambuco – Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista (SILVA, 2001).

² Silva (1973) afirma que a colonização implica na ocupação de determinadas área por pessoas que se estabelecem ali. Dentro de um projeto de colonização, este fenômeno deve ser entendido como geopolítico, demográfico e econômico, pois estas áreas são ocupadas com objetivos sócio-político ou econômico, podendo ser: espontânea, planejada ou dirigida e ter caráter privado ou estatal, porém, ocorrendo no caso brasileiro, sempre sob coordenação do Estado. Os projetos de colonização do Vale do São Francisco, segundo Albuquerque e Cândido (2011, p. 87), resultam de diversas políticas governamentais que foram implantadas com o intuito de ocupação do espaço, através da colonização. E, a partir dessa ocupação foi construída a infraestrutura (que julgaram) necessária para a “modernização do território e viabilização da integração nacional, por meio dos planos nacionais de desenvolvimento”.

Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e com um representante da Associação dos Produtores Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport), ambos foram muito solícitos em me passar informações. Expliquei para eles qual era a minha ideia de pesquisa e que pretendia trabalhar com os pequenos produtores e, a partir daí, o representante da Valexport não se pronunciou mais, o que mais tarde fui entender. Essa é uma associação de grandes empresários que se articularam e, como consequência, “engoliram” o pequeno produtor que não tem condições de competir com eles nem no mercado interno e muito menos no externo.

Quando cheguei a Petrolina (PE), lugar onde eu nunca tinha estado, comecei a observar as pessoas, os costumes e por meio de conversas informais fui descobrindo o que eram os projetos de irrigação e o que eles representavam para as pessoas. Os moradores da cidade têm muito orgulho do crescimento atingido pela cidade e não conseguem visualizar que isto vem acontecendo à custa do sofrimento [e trabalho quase escravo] de boa parte da população, especialmente rural. Ao perceber isto, fui conversar com outro pesquisador da Embrapa Semiárido, que me explicou a dinâmica da fruticultura e da irrigação na região e, diante do que ele expôs, eu precisava focar as minhas pesquisas em um projeto de irrigação, para que, por meio dele, eu pudesse compreender um pouco melhor essa [re]estruturação fundiária local.

Cheguei à cidade de Petrolina em abril de 2012 e lá permaneci até fins de dezembro desse mesmo ano, e, quando lá cheguei, eu não tinha uma hipótese definida e, nem mesmo a literatura à qual tive acesso me dava uma ideia do que iria encontrar/conhecer. Eu nunca havia estado no Nordeste brasileiro e tampouco na região semiárida, a mais castigada pela falta d'água e sol extremo. Porém, esses dois fenômenos naturais associados àquela informação que recebi naquele evento em 2011, me deixavam ainda mais curiosa para compreender, por meio de uma abordagem histórica, a construção social da irrigação como uma alternativa à seca e a reconfiguração do sertão diante disso.

Como o que me levou a campo foi a frase do representante do Inmetro, que afirmava que Petrolina tinha deixado de ser palco para a indústria da seca, eu queria conhecer um pouco mais a fundo essa [re]configuração fundiária. Este foi o meu ponto de partida. Assim que cheguei à cidade, conversando com alguns moradores e com pesquisadores da Embrapa, percebi que dentre os projetos de irrigação, dois se destacavam: o Projeto Bebedouro e o Projeto Nilo Coelho. O primeiro, se destacava por ter sido o pioneiro e ter servido de modelo para todos os outros que foram inaugurados posteriormente, e o segundo, pelo seu tamanho e

por ter tido uma trajetória diferente do primeiro. Enquanto no Projeto Bebedouro a maior parte do terreno foi destinado aos pequenos produtores, no Projeto Nilo Coelho, a maior parte ficou a cargo de médios e grandes empresários.

Diante disso, eu precisava me decidir sobre o meu objeto de tese. Então, pensando na imagem que eu tinha do sertão nordestino e na imagem que eu projetava, baseada na fala do consultor do Inmetro, percebi que o que me levava até ali era o intuito de analisar se a vida dos sertanejos daquela localidade havia mudado e como isso tinha acontecido. Por isso, optei por estudar as histórias de vida que se construíram e se reconstróem cotidianamente no projeto de irrigação pioneiro no Vale do São Francisco. Para tanto, a minha estratégia de pesquisa baseou-se na [re]construção das histórias dos pequenos produtores, tendo como pano de fundo a história social do Perímetro Irrigado do Bebedouro.

A escolha pela história se deu por dois motivos: 1) o início do processo de superação à seca no Nordeste, ou melhor, na cidade de Petrolina data da década de 1960, mas o que de fato mudou efetivamente desde então, nem os jornais e nem a literatura científica noticiaram; 2) por considerar a história fragmentada e socialmente [re]construída, aposto nesse caminho para conhecer as mudanças vividas pelos sertanejos, por meio de suas [sub]vidas secas que perpassam videiras e sofrimentos.

Cabe ressaltar que escolhi realizar minha pesquisa na cidade de Petrolina [e não Juazeiro] porque foi nessa cidade que se inaugurou, em 1968, o primeiro perímetro público de irrigação no Vale do São Francisco, o Projeto Bebedouro (ALBUQUERQUE; CÂNDIDO, 2011; BARROS, 2007; COÊLHO NETO, 2010; CORREIA et al., 1999; FRANCA, 2008; ORTEGA; SOBEL, 2010 POSSÍDIO, 1997). Então, decidi trabalhar com os pequenos produtores do Projeto Irrigado de Bebedouro, para tentar compreender como esta história se [re]constrói cotidianamente, por meio dos produtores que participaram desse projeto de irrigação pioneiro no semiárido nordestino.

Diante disso, cabe fazer um pequeno registro sobre o Projeto Bebedouro, tomado como *locus* para o desenvolvimento dessa tese. O referido projeto foi instalado na cidade de Petrolina em 1968, porém, os estudos sobre a viabilidade de implementação desse projeto nessa região começaram em 1961. O projeto começou com apenas 130 hectares (ha), distribuídos em 16 lotes (SILVA, 2001). Atualmente, o Projeto é composto por sete agrovilas³ espalhadas por 1.060 ha (BRASIL, 1991). Existem alguns trabalhos que focam o perímetro

³ Agrovilas são pequenas vilas nas quais os colonos moram. Segundo Ramos (2013, p. 71) “cabia ao poder público disponibilizar a área a ser ocupada pelos colonos e empresas, equipando o local com toda infraestrutura necessária à instalação dos irrigantes nos lotes: os canais e dutos para irrigação, asfaltamento, eletrificação, bem como com a construção de agrovilas servidas por escolas, postos médicos e moradias para os colonos”.

estudado e/ou a área irrigada do SMSF (ARAÚJO; BRESSAN, 1992; BARROS; SÁ, 2007; CAVALCANTI, 1997; COÊLHO NETO, 2006a; 2006b; CORREIA et al., 1999; LACERDA; LACERDA, 2004; LIMA; MIRANDA, 2001; ORTEGA; SOBEL, 2010; POSSÍDIO, 1997; SALAZAR; CORDEIRO, 1985), mas pouco [ou nada] mencionam sobre as mudanças ocorridas na estrutura fundiária local com a implantação dos perímetros irrigados, como a desapropriação/expulsão dos pequenos produtores rurais locais e alocação das áreas em mãos de pessoas escolhidas para dar início ao projeto de irrigação.

Além do aspecto histórico, há também aqui uma preocupação antropológica. Como o meu intuito está fortemente associado à [re]configuração do espaço socialmente construído após a chegada dos dutos da irrigação, pretendo, por meio do estranhamento⁴, trazer para esta pesquisa, não só os aspectos relacionados aos números de frutas exportadas e como o sertão é hoje um mar verde, mas mais do que isso, quero lançar aqui outro olhar sob esta situação. Talvez seja até mais do que isso, no fundo, o meu desejo é reconstruir essa história sob a ótica daqueles que viveram e vivem essa seca irrigada. Foi a partir desse estranhamento que comecei a construir minha tese.

Porém, ainda era preciso conhecer e conseguir uma porta de acesso ao Projeto Bebedouro. Foi então que o pesquisador da Embrapa, com quem conversei assim que cheguei à Petrolina, me disse que dentro desses projetos havia um distrito de irrigação, com um gerente responsável pela administração do projeto, que era uma espécie de prefeito do perímetro irrigado. E, para minha grata surpresa, ele almoçava no restaurante da Embrapa Semiárido, uma vez que a distância entre o Projeto e a Embrapa é de apenas cinco quilômetros e a distância entre o Projeto e a cidade era de 45 quilômetros. Nesse mesmo dia, o pesquisador e eu ficamos esperando pelo gerente do distrito de irrigação no horário do almoço e, quando ele chegou, fomos apresentados e expliquei para ele que eu queria conhecer o cotidiano de algumas famílias que residiam no Projeto Bebedouro e o primeiro impasse foi: “você tem um transporte para se deslocar dentro do projeto? Porque o projeto é muito grande e há uma distância considerável entre um lote e outro”, disse ele. Como eu não tinha esse meio de transporte, fui orientada pelo pesquisador a procurar pelo chefe administrativo da Embrapa e ver com ele se havia alguma possibilidade de apoio para a realização da minha pesquisa.

Ao explicar a minha pesquisa, o chefe administrativo sinalizou positivamente para a possibilidade de disponibilizar um carro da Embrapa e um motorista para me levar e buscar

⁴ Este é um termo próprio da etnografia e será melhor definido na seção seguinte, no item 2.5, que dispõe sobre os caminhos metodológicos.

todos os dias no Projeto Bebedouro, porém, esse motorista não poderia ficar o dia todo à minha disposição e, portanto, continuava o impasse de como me deslocar no interior do Projeto. Então, optei por acompanhar as atividades diárias de apenas uma família. Surgiu então outro impasse: existiam, na época em que fui desenvolver minha pesquisa, aproximadamente 180 famílias de colonos no Bebedouro, qual delas acompanhar?

Como eu pretendia acompanhar o cotidiano dessas famílias, considerei importante analisar não só o ambiente de trabalho, mas também o ambiente de convívio social e familiar. Então, estabeleci como critério que a família precisaria residir no lote [espaço destinado para plantação] e não nas agrovilas [pequenas vilas, que ficam próximas aos lotes, nas quais os colonos possuem casas]. Quando disse isso, o gerente do distrito me apresentou duas possibilidades: um senhor, que tinha filhos e netos trabalhando com/para ele em seu lote e uma senhora, que administrava o lote da família.

Segundo Vilela (1991), no âmbito dos projetos de colonização convencionou-se que o termo “pequenos produtores” seria muito amplo e que abarcaria outros extratos rurais que não apenas os produtores assentados nos projetos de colonização, então, eles foram denominados “colonos”⁵. A denominação colonos implicava uma não identificação com a pequena produção tradicional e familiar; e antes disto, uma identificação com o projeto de colonização, e com este tudo que implicava: uma agricultura intensiva em capital e em tecnologia.

O que me motivou a escolher estes sujeitos como fontes para o meu estudo foi o impacto do processo de irrigação por meio do Rio São Francisco na dinâmica produtiva regional que trouxe água e a possibilidade de cultivo de frutas tropicais para o sertão nordestino. Pelo que pesquisei, o final da década de 1960 representou para o SMSF um ponto de virada. Porém, a literatura (BARROS; SÁ, 2007; MORGADO; AQUINO; TERRA, 2004; SANTOS; OLIVEIRA, 2009), depois que realizei meu trabalho de campo, me pareceu muito otimista e, por vezes, inocente ao afirmar que esta região deixou de ser pano de fundo para a “indústria da seca” para se tornar a maior exportadora de frutas tropicais do mundo.

Como vi durante o período em que estive em campo, a irrigação beneficiou alguns poucos, mas muitos ainda sofrem com o impacto da seca. Gomes (2001) afirma que o número de empregos diretos e indiretos na região do SMSF, advindos da agricultura irrigada,

⁵ O tamanho da propriedade é o critério utilizado para diferenciar pequenos, médios e grandes produtores. Assim, pequeno produtor, ou melhor, o colono do Projeto Bebedouro é aquele proprietário que possui entre 4,5 e 14,5 hectares, sendo que a maioria dos lotes possuem a dimensão de 8 hectares (VILELA, 1991). As empresas sediadas no Projeto, por sua vez, podem ser pequenas empresas, com áreas entre 12 e 25 hectares, médias, com áreas entre 25 a 50 hectares, e grandes empresas, que ocupam um espaço acima de 50 hectares (PEREIRA; CARMO, 2010).

somaram 92 mil empregos em 1999. Em 2008, o Ministério da Integração Nacional divulgou um estudo em que afirmam que com a irrigação, foi gerado 1,3 milhão de empregos, diretos e indiretos, contribuindo para a redução da pobreza e do êxodo rural (BRASIL, 2008). Ressalto que esses foram os dados mais recentes que encontrei sobre a geração de empregos no Vale do São Francisco.

Mas o que de fato isso significa? Uma região subdesenvolvida dentro de um país também subdesenvolvido⁶ (FURTADO, 1989) que possui cerca de 51.534.406 habitantes, sendo que apenas os estados de Pernambuco e Bahia possuem cerca de 22.566.000 pessoas (IBGE, 2007), 1,3 milhão de empregos me parece um número pouco expressivo. Além disso, um aumento de 400 mil empregos em uma das regiões mais populosas do país, em um período de nove anos, pode ser considerado um crescimento irrisório, uma vez que somente no período compreendido entre os anos de 2003 a 2008, foram gerados quase oito milhões de empregos no país (BRASIL, 2012). Esses números indicam que no período mencionado, o número de empregos gerados no país equivale a 4,21% da população total que em 2010 era de pouco mais de 190 milhões de pessoas (IBGE, 2010), enquanto que os 400 mil empregos gerados entre os anos de 2000 a 2008 representam pouco mais de 1,7% da população dos estados de Pernambuco e Bahia. Em outras palavras, o ritmo de geração de empregos nestes estados foi duas vezes e meia menor que o do país, no período analisado.

Dado que normalmente a métrica utilizada para aferir o desenvolvimento de um dado local/região está sempre fortemente arraigada à prospecção econômica, o número de empregos gerados, em grande medida, é utilizado para endossar este tipo de argumento. Assim, tendo em vista que o número de empregos gerados não é algo tão expressivo como parecia, e que as histórias ouvidas em campo não se parecem muito com as relatadas na literatura, optei por fazer um trabalho em que fosse possível confrontar esse tipo de registro com as histórias dos colonos que viveram e vivem esse momento, ou melhor, esse processo que foi iniciado em fins da década de 1960 e que se ressignifica a cada nova seca. Cabe ressaltar que não falo apenas do fenômeno da falta d'água, mas também de outra seca que castiga tanto quanto o nordeste semiárido: o subdesenvolvimento social (SOUZA, 2004). Diante deste contexto, acredito que esta pesquisa contribui para o campo dos estudos organizacionais ao investigar, à luz da gestão ordinária, ou seja, das formas de gestão que não estão pautadas nos princípios da racionalidade instrumental (CARRIERI, 2012), como esse

⁶ O termo “subdesenvolvido” foi utilizado não sob o molde que prevê a análise econômica convencional, mas sim sob o aspecto qualitativo, por meio do qual se observa que o Brasil não deixou de ser subdesenvolvido, especialmente, nos aspectos sociais.

“desenvolvimento” pode ser revelado, contraditoriamente, nas histórias de vida que muitas vezes se confundem com o trabalho.

Com base nas memórias e histórias construídas e ressignificadas neste cenário de mudança [ou não] pelos sujeitos que ali vivem, pretendo depreender como acontece a gestão do cotidiano, empreendida por estes indivíduos. Porém, cabe ressaltar que no início do meu trabalho, a pergunta que norteava minha pesquisa era: como ocorre o processo de gestão ordinária entre os colonos do Projeto Bebedouro? Mas, durante o campo, surgiu uma nova questão que perpassava toda a história social e, muitas vezes, individual dos colonos de Bebedouro: a indústria da seca está realmente superada?

Portanto, hoje, coloco-me diante do campo, dos dados coletados, dos sujeitos que me contaram suas vidas e desta tese, questionando se realmente aquele discurso de que a “indústria da seca” tinha dado lugar à fruticultura era uma realidade percebida pelos pequenos produtores locais e se quem se beneficiava dessa política de irrigação eram, de fato, eles. E, em meio a isso, como estes homens/mulheres, ou seja, sujeitos comuns⁷ (MARTINS, 2008), se [re]organizaram no âmbito do negócio familiar e quais as táticas adotadas para sobreviver neste contexto?

É importante ressaltar que estes sujeitos comuns são aqui entendidos como os colonos que assumiram os primeiros lotes, na inauguração do Projeto Bebedouro. Assim, parto das histórias de vida desses pioneiros para que seja possível compreender/interpretar o contexto político, econômico e social que abarca todas essas memórias, bem como as estratégias de gestão que foram desenvolvidas por eles para sua sobrevivência nesse projeto de irrigação.

Neste sentido, analisar a gestão ordinária se torna um desafio prazeroso para entender o contexto em que os discursos são enunciados. Porém, muitos leitores podem questionar se a gestão ordinária pode ser considerada ciência ou se seria apenas uma arte de sobrevivência. Mattos (2009, p. 352), por sua vez, questiona se estaria “a ciência tão distante de uma arte?” Ao que ele mesmo responde: “a dimensão artesanal da ciência é claramente atestada por sua prática. Cada peça científica é única e original”, o que a dá ares artísticos, artesanais. Não se trata aqui de definir se a gestão é ciência ou [apenas] arte, mas de se pensar o saber administrativo, a ciência da gestão sob uma perspectiva que não a limite a uma ou outra somente. Diante disso, para tecer estas interpretações/análises do emaranhado construído no cotidiano e lembrado por meio das histórias contadas, proponho que essas sejam feitas à luz

⁷ Uso o termo sujeitos pois não se trata apenas de homens comuns, mas também mulheres, ou seja, são mulheres e homens comuns.

da enunciação destas narrativas em meio às práticas de gestão, tomando a gestão do cotidiano, ordinária, como ciência e arte da sobrevivência do sujeito que vive em sociedade.

Para tentar compreender e discutir estes temas, dividi minha tese em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais. Na próxima seção, serão apresentados os caminhos percorridos para a construção desta tese. Em seguida, apresento e discuto o início da história que teve como desfecho a inauguração do primeiro projeto irrigado do semiárido brasileiro: o Projeto Bebedouro. Na seção seguinte, serão reconstruídas as histórias dos colonos do Projeto por meio de suas memórias e serão interpretadas as formas de gestão empreendidas pelos colonos. E, por fim, apresento as considerações finais.

2 CAMINHOS PERCORRIDOS

1808 quilômetros entre Minas Gerais e o sertão de Pernambuco

Para que eu pudesse alcançar os objetivo proposto para esta tese, de analisar como se [re]constrói a gestão ordinária entre os agricultoras do Projeto Bebedouro, combinei dois métodos de pesquisa: história oral e etnografia. Construí o campo fazendo primeiro os registros e acompanhamentos etnográficos e, em seguida, parti para as entrevistas de história oral. Porém, optei por, na construção da tese, começar com os resultados obtidos com as histórias de vida e, em seguida os etnográficos, apenas para que seja mais fácil contextualizar o objeto de pesquisa e para que o leitor se familiarize um pouco com os cenários que serão fundamentais para entender a gestão ordinária. Então, começo caracterizando o lugar e o Projeto Irrigado de Bebedouro; em seguida, os sujeitos da pesquisa para depois apresentar os métodos de pesquisa utilizados.

2.1 O[s] lugar[es]

Como já mencionado, a escolha por Petrolina e pelo Projeto de Irrigação Bebedouro, se deu por este ter sido o primeiro projeto de irrigação instalado no Vale do São Francisco. O Projeto Bebedouro tem seu limite territorial marcado por cercas e por uma guarita na entrada principal, que fica às margens da rodovia BR-428, que o liga à Recife e ao estado da Bahia e, conseqüentemente, à região sudeste brasileira. A localização do Projeto, embora esteja à 45 quilômetros de Petrolina, é estratégica por ser fácil o escoamento de produtos ali cultivados e por estar bem próximo à margem do rio São Francisco, o que possibilita a irrigação da área.

Quando adentrei no Projeto, fiquei maravilhada com as lavouras. Era uma mancha verde em meio à paisagem branca da caatinga. Estava de carro com um motorista da Embrapa Semiárido que logo avisou: “Antigamente isso aqui não era assim não. Tá vendo essa guarita? [a guarita fica na entrada do Projeto Bebedouro, ou seja, todo carro que entra ou sai do projeto precisa passar por ela, mas ela estava desativada]. Pra entrá e saí do Projeto era preciso ter autorização. Isso aqui agora tá assim entregue [qualquer pessoa entra e sai do Projeto sem nenhum tipo de identificação ou fiscalização]”. O porquê desse recado, fui descobrir um tempo depois, durante as entrevistas, o que mais adiante, discutirei.

O motorista estava me levando para a Estação Experimental da Embrapa, para que eu pudesse conversar com o chefe da Estação sobre a viabilidade de um motorista me levar nos lotes para que eu realizasse as entrevistas com os colonos. Segundo relatos dos entrevistados, esta estação foi inaugurada em 1963 para que fosse possível realizar os experimentos na área do Projeto Bebedouro, para comprovar a viabilidade da irrigação nesta localidade. Nesse primeiro contato que tive com o lugar, percebi que havia muita plantação, porém, a paisagem

era a mesma, plantio de uva, manga e feijão. Praticamente todos os lotes eram plantados com as mesmas culturas. Além disso, vi algumas placas indicando vias acessórias com as seguintes inscrições: NS-01 e NM-03.

Perguntei ao motorista o que significava e ele disse que no interior do Projeto existem sete agrovilas, sendo que duas delas são núcleos de serviços, que possuem, além das casas de colonos, escola, posto médico, distrito de irrigação e clube. E as outras cinco agrovilas são os núcleos de moradia, que possuem apenas as casas dos colonos. Ou seja, a primeira significa Núcleo de Serviços 01 e a outra placa significa Núcleo de Moradia 03, popularmente conhecido como “As 15”. O NM-03 possui essa identificação porque na planta original do Projeto Bebedouro, nessa agrovila, foram construídas 15 casas. Assim, cada uma das agrovilas é popularmente conhecida pelo número de casa que possuía no início do projeto.

O Projeto Bebedouro possuía, na época em que realizei esta pesquisa, pouco mais de 1000 hectares, divididos entre, aproximadamente, 180 parcelas de terras [denominadas de lotes] que tinham entre 4,5 e 14,5 hectares (VILELA, 1991), sete agrovilas [como o motorista disse], nas quais os colonos possuíam casas e nelas moravam, 52 quilômetros de estradas interligando essas parcelas de terras às agrovilas (ARAÚJO; BRESSAN, 1992), uma adutora e canais de irrigação [principal e secundários] que levavam água para os lotes, por meio do sistema de irrigação por gravidade e áreas de sequeiro, ou seja, não irrigadas, que dependem da água da chuva para produzir. A seguir, algumas imagens do Projeto Bebedouro.



FIGURA-1: Imagens do Projeto de Irrigação Bebedouro

Legenda: 1) Guarita na entrada do Projeto 2) Agrovila NS-01 3) Adutora
 4) Canal de irrigação principal 5) Canal de irrigação secundário 6) Área de sequeiro

Na agrovila NS-01, popularmente conhecida como “As 60”, ficava a sede da Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Bebedouro (CAMPIB). Como a cooperativa fechou⁸, atualmente, no prédio da CAMPIB funciona o Distrito de Irrigação. Este distrito possui um gerente que é o responsável por administrar o Projeto Bebedouro. Também na NS-01 ficava o Centro de Treinamento do Irrigante, conhecido por CTI. Era neste centro que os irrigantes ficavam, em regime de internato, durante o período de treinamento, que durava 90 dias.

Cabe ressaltar que no início do Projeto, nas agrovilas de serviços, NS-01 e NS-02, além dos serviços de infraestrutura, havia as casas dos colonos e também casas que eram habitadas por alguns funcionários da Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (SUVALE), atualmente chamada de CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), como será discutido mais adiante. Nessa época, só podiam morar no interior do Projeto, os colonos, suas famílias e funcionários da SUVALE. Segundo Sousa Sobrinho (2009, p. 28), os proprietários dos lotes se instalam, geralmente, “em duas moradias: uma na agrovila e outra improvisada no lote, que serve como base de apoio para o trabalho na lavoura”. Porém, cabe ressaltar que os trabalhadores/boias-frias que eram contratados para trabalhar nos lotes, não podiam morar no interior do Projeto. Como as dependências do Projeto Bebedouro ficavam distantes da cidade de Petrolina quase 50 quilômetros, esses trabalhadores começaram a construir pequenas casas ao lado do Projeto. Esse aglomerado se tornou um vilarejo que hoje é chamado de Nova Descoberta.

Então, é importante pontuar que, não só o Projeto Bebedouro se constitui como lugar para a realização dessa pesquisa, mas também Nova Descoberta, pois alguns ex-colonos que desistiram dos lotes, deixaram suas casas no interior do projeto e se mudaram para casas que estão situadas em Nova Descoberta.

2.2 A escolha dos narradores

O processo de escolha dos narradores foi construído em etapas. Assim que cheguei a Petrolina, foi preciso definir o *locus* no qual este trabalho seria desenvolvido. Então, optei por estudar as transformações pelas quais os colonos, em sua vida e seu trabalho, do Projeto Bebedouro passaram. Por este ter sido o primeiro projeto público de irrigação do semiárido brasileiro e pelo fato deste trabalho se basear em três pilares: histórias, memórias e cotidiano,

⁸ Os motivos pelos quais a CAMPIB fechou serão discutidos em outra seção dessa tese.

elegi como narradores os colonos pioneiros. Como mencionado, o Projeto iniciou-se com 16 lotes. O meu intuito foi, então, encontrar esses 16 colonos.

O Projeto de Irrigação de Bebedouro é administrado por meio da figura de um gerente que trabalha no distrito de irrigação do projeto. Diante disso, depois que estabeleci quem seriam os sujeitos da pesquisa, entrei em contato por telefone com esse gerente do distrito de irrigação para obter informações sobre quem eram os colonos pioneiros do Projeto Bebedouro e como eu os encontraria. O gerente me pediu que eu fizesse essa solicitação via e-mail para que ele pudesse identificar estes colonos e que em breve, me daria um retorno. Porém, o tempo foi passando e essa resposta não chegava. Liguei outras vezes para o gerente, mas ele não mais me atendeu.

Cabe destacar que quando cheguei ao Projeto Bebedouro, eu tinha pelo menos duas frentes de trabalho: 1) conhecer o cotidiano de um colono do Projeto Bebedouro e, 2) analisar a [re]construção social, política, histórica e territorial do projeto e, conseqüentemente, da indústria da seca. Por isso, recorri ao gerente do distrito em dois momentos distintos: para que ele me ajudasse a encontrar uma família que permitisse que eu acompanhasse o cotidiano e, para identificar os colonos pioneiros. No primeiro momento, ele me colocou em contato com esta família, como será descrito na parte etnográfica desta tese.

Como mencionei no início dessa seção, assim que cheguei ao Vale do São Francisco, aproveitei que aquela era uma realidade que me era estranha, e comecei a minha tese pela etnografia, a partir da indicação do gerente do distrito. Assim, nos primeiros meses em que estive lá, me dediquei, exclusivamente, a acompanhar o cotidiano e a gestão ordinária de uma senhora, denominada ficticiamente aqui como dona Naná. Porém, em relação aos pioneiros, o gerente não me deu nenhum posicionamento, não respondia meus e-mails, não atendia aos meus telefonemas e eu nunca o encontrava na sede do Distrito de Irrigação.

Por diversas vezes pensei que eu não fosse conseguir concluir o trabalho. Mas um dia depois que sai do lote de dona Naná, me encontrei com o motorista da Embrapa que ficava na Estação Experimental. Lembrei-me que ele tinha um lote e morava no Projeto Bebedouro. Conversando com ele, disse que não estava conseguindo contatar o gerente do distrito e que precisava saber quem eram os colonos mais antigos do Projeto e como eu fazia para encontrá-los. Imediatamente ele se dispôs a ajudar-me. Disse que ia conversar com alguns dos colonos que ele conhecia e que no outro dia eu poderia ligar para ele para saber se havia conseguido marcar alguma entrevista. Diante da promessa do gerente que nunca se concretizou, não me

animei muito com a nova promessa, mas confesso que restava ainda uma pontinha de esperança.

No dia seguinte liguei. E, para minha surpresa, ele disse que naquele mesmo dia, eu poderia ir para a agrovila NS-01, que um dos colonos poderia me receber. Fui até a Estação Experimental e, de lá, ele mesmo me levou até o lote do primeiro colono que entrevistei. Chegando lá, fui encontrá-lo no meio do parreiral. O colono estava na presença de dois filhos, porém, ele tem quatro filhos, os outros dois foram trabalhar fora da roça. Aparentava ter aproximadamente 75 anos. Durante a caminhada do parreiral até a casa, que era um apoio para os trabalhadores [neste caso eram os próprios filhos], com uma mesa, geladeira, fogão, um banheiro e um cômodo separado, que parecia ser um quarto. Nessa conversa, ele me disse que não pertencia ao grupo dos pioneiros. Embora tivesse idade para ser pioneiro, havia assumido o lote por meio do pagamento de benfeitorias que havia no lote e despesas com plantação que o antigo colono tinha feito, mas que ainda não tinha colhido. Estava no lote há 32 anos.

Como o motorista morava no Projeto há pouco tempo, ele conhece as pessoas que moram lá, mas não possui informações precisas sobre quem foram os pioneiros, então, ele foi conversando e marcando entrevistas com todos aqueles colonos que ele sabia que estavam há muito tempo no Bebedouro. Nesse processo, até chegar aos pioneiros, todos os colonos que entrevistei estavam no Bebedouro há mais de 30 anos. Eram todos homens, com idade entre 60 e 80 anos, aproximadamente. Todos casados, porém, nem todas as esposas estavam presentes no momento da entrevista. Entrevistei também algumas viúvas. Muitos dos entrevistados já não possuíam lotes, apenas moravam no Projeto. Já haviam arrendado seus lotes ou então, o lote estava improdutivo por causa da inadimplência, o que fazia com que a água fosse cortada no lote, o que, fatalmente, significava não mais produzir. Visitei, aproximadamente, 13 casas dentro do Projeto Bebedouro, distribuídas nas sete agrovilas. Todas elas possuíam plantas de construção iguais. Algumas tinham um acabamento um pouco melhor, porém, em termos gerais, eram casas simples. Chão sem cerâmica, apenas um cimento liso. As casas não possuíam laje, apenas telhado. E mobília bastante modesta. Mas em cada casa que entrei, fui recebida com um café ou suco acompanhado de biscoitinhos. Afinal de contas, era a mineira que andava pelo Bebedouro que estava na casa deles, ouvindo suas “histórias véias⁹”.

⁹ A primeira vez que ouvi a essa expressão, não entendi o que de fato eles queriam dizer. Depois de muito observar, percebi que sempre que utilizavam o termo “véio”, eles queriam dizer que era sem importância, sem

Visitei também quatro lotes. Em todos eles havia pelo menos um galpão, transformado em casa, que servia de apoio, com um pequeno fogão, cama, mesa, banquinhos e banheiro, do lado de fora da casa. Um detalhe interessante é que, embora haja água nos lotes, não há torneira na pia e nem descarga no vaso sanitário, pois é proibido desviar a água do canal para uma caixa d'água, segundo relato de moradores. A seguir, apresento algumas fotos feitas em um dos lotes.



FIGURA-2: Casa de um dos lotes do Projeto Bebedouro

Então, a partir das entrevistas que fiz com esses colonos, fui descobrindo quem eram os pioneiros. Ou seja, para que eu pudesse chegar aos pioneiros, utilizei dos preceitos do método de “bola de neve” (GIL, 1995; GRAY; WILLIAMSON; KARP, 2007), a partir do qual a seleção dos sujeitos é construída no decorrer do processo de pesquisa por meio de indicações dos próprios sujeitos entrevistados.

Como destaquei, até chegar aos pioneiros, entrevistei muitos colonos que participaram do segundo, terceiro, quarto e até mesmo do quinto treinamento que elegeu os colonos que teriam direito a um lote no Projeto. Mas eu estava em busca daqueles que participaram da primeira seleção, ou seja, do primeiro treinamento. Porém, quando identifiquei os pioneiros, descobri que quando o Projeto Bebedouro foi lançado, não apareceram muitos candidatos para assumir lotes. Em entrevista com os colonos, muitos deles afirmaram que muitos dos desapropriados não quiseram lote porque tinham medo do comunismo. Pelo que percebi e que será discutido em momento oportuno, houve um boato, que foi espalhado em meio aos

valor. Possivelmente, era como eles se sentiam, colonos vieiros, porque ninguém nunca havia estado lá para ouvir as histórias deles.

potenciais irrigantes de que, caso assumissem o lote e entrassem para o Projeto Bebedouro, se tornariam escravos do governo e não mais poderiam sair de lá. Então, alguns trabalhadores da Estação Experimental, que na época faziam parte do quadro de funcionários da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foram convidados a assumir lotes. Portanto, parte dos pioneiros foi selecionada a partir do quadro de funcionários da SUDENE, e outra parte, menos expressiva, era expropriada daquelas terras onde se construiu o Projeto e os demais colonos passaram por seleções e treinamentos para que fossem selecionados. O Projeto Bebedouro começou em 1968, com apenas 130 hectares (ha), distribuídos em 16 lotes (SILVA, 2001).

Por meio das entrevistas que fui fazendo, descobri que havia três deles que ainda moravam no Projeto. Quando entrevistei a esposa de um dos pioneiros, ela conseguiu se lembrar de 12 e sabia o paradeiro de quase todos eles: três ainda residiam no Projeto Bebedouro; dois moravam em Nova Descoberta; quatro já haviam falecido; um se mudou para São Paulo e nunca mais tiveram notícias dele; tinha um baiano que vendeu o lote e ela não sabia por onde andava e um que morava em Petrolina. Sobre esse, perguntei se ela sabia o bairro onde ele morava ou se tinha algum telefone que eu pudesse falar com ele, mas a única coisa que ela sabia era que ele morava em uma cidade com aproximadamente 300 mil habitantes.

Esse foi o meu primeiro passo para tentar encontrar os pioneiros do Projeto Bebedouro. Eu já havia falado com os outros dois que moravam no projeto, porém eles não se lembraram muito bem dos colegas que começaram o projeto com eles. Foi a partir da fala dessa mulher que consegui pistas mais concretas para buscar outros pioneiros. Depois que falei com ela, entrevistei o seu marido. Dos 16, agora faltava encontrar 9, pois já havia entrevistado três e quatro já haviam falecido.

Entre os falecidos, considerei importante fazer um levantamento para saber se havia alguma viúva ou filho que ainda residissem no Projeto ou que poderiam ser encontrados de alguma forma para serem entrevistados. Nessa busca, consegui encontrar uma viúva, que ainda residia no Bebedouro e um filho que assumiu o lote do pai depois que ele faleceu. Eles também foram entrevistados.

Fui até Nova Descoberta para tentar conversar com os dois ex-colonos¹⁰. Assim que passei pela guarita do Projeto, vi dois senhores sentados na calçada conversando. Perguntei se eles conheciam um dos ex-colonos pelo qual eu procurava. Eles me indicaram a casa dele.

¹⁰ Como esses ex-colonos pertencem ao grupo dos colonos pioneiros, no momento das entrevistas, optei por identificá-los como colonos pioneiros ao invés de ex-colonos.

Quando chamei, ele mesmo me atendeu. Tive sorte. Eu tinha apenas um apelido e encontrei mais uma história. Quando terminei a entrevista com ele, perguntei se ele conhecia o outro ex-colono morador do vilarejo. Com um sorriso ele respondeu: “é meu cumpadre, eu levo a senhora até ele. A casa dele é logo ali na frente, num sabe?” [anotações de campo, 24 de setembro de 2012].

Ao chegar à casa do segundo pioneiro, expliquei o que estava fazendo ali e fui recebida com muito entusiasmo por ele que ficou muito feliz que eu, uma “dôtor mineira” [forma como ele se referia a mim durante a entrevista] estivesse na casa dele para conhecer a sua história. Esse ex-colono se lembrou de mais alguns pioneiros, inclusive um que também morava em Nova Descoberta. Além dos nomes lembrados pela esposa do outro pioneiro, citada anteriormente, ele lembrou-se ainda de outros dois que já faleceram; um que ele não tem nenhuma ideia de onde possa estar; e um dos que ela tinha dito que pertencia ao grupo de colonos pioneiros, ele disse que não pertencia ao grupo do Bebedouro, era do projeto baiano, Mandacaru. Ao final desta entrevista, eu cheguei ao nome dos 16, e destes havia conseguido entrevistar seis colonos pioneiros, uma viúva e um filho que sucedeu o pai na gestão do lote, totalizando oito colonos pioneiros. E, em minha última semana em Petrolina, enquanto estava preparando o material para a devolução para os colonos, conversando com um funcionário da Embrapa, contei a história de que havia um colono pioneiro “perdido” em Petrolina que eu não havia conseguido localizar. Quando eu disse o nome dele, coincidentemente, esse senhor o conhecia, ele era vizinho de seu pai. Ele conseguiu o contato desse [ex]colono para mim. Fui ao encontro do nono pioneiro.

Assim, é importante pontuar que para [re]construir estas histórias e memórias, o desenvolvimento da minha pesquisa se sustenta nas histórias orais testemunhais, como apresentado anteriormente. E para desenvolver um trabalho de história oral, foi construído um projeto. Este projeto prevê uma **comunidade de destino**, segundo Meihy e Holanda (2007, p. 52), “a partir de uma postura comum de um passado filtrado pelo trauma coletivo [é que] se formariam uma comunidade de destino que seria matéria de registro e verificação da história oral”. Diante disso, o trauma que pretendo observar parte das secas periódicas, ou seja, a comunidade de destino são os sertanejos que passam por essas secas periódicas. Os autores ainda afirmam que é impossível tratar a comunidade de destino como um bloco único e indivisível, por isso propõem que haja uma divisão dessa comunidade em parcelas menores,

as quais eles chamam de colônias. Para eles, “a ‘colônia¹¹’ visa a organizar a condução do estudo fazendo-o viável” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 53).

Neste sentido, a colônia de interesse neste estudo são os agricultores do Projeto Bebedouro, denominados colonos. E, por fim, as **redes**, que é uma subdivisão formada pelas pessoas que serão entrevistadas, por critérios específicos de pertencimento ao grupo ou por discursos conflitantes, que são os colonos pioneiros (MEIHY; HOLANDA, 2007). Segmentar o grupo maior foi uma estratégia para identificar os sentidos de cada subgrupo que compõe essa comunidade, pois seria no mínimo ingênuo acreditar que todos os envolvidos têm ou tiveram as mesmas motivações para ser ou ter sido colono do Projeto Bebedouro. Porém, cabe ressaltar que também trabalhei com redes de suporte para tecer minhas análises, uma vez que também entrevistei sujeitos que não pertenciam a minha colônia, como os técnicos/engenheiros da SUDENE, pesquisadores da Embrapa, o gerente do Distrito de Irrigação do Projeto Bebedouro, funcionários da CODEVASF e um importante político da cidade.

2.3 História Oral

Para construir esta pesquisa, baseei-me nas histórias e memórias dos colonos pioneiros do Projeto Bebedouro. Parto da ideia de que o cotidiano, como o ordinário, (CERTEAU, 1994), ou seja, os processos simbólicos experimentados nas relações ordinárias constroem sociabilidade entre os sujeitos em torno das práticas de produção e consumo. Ao articular as apropriações dos espaços, as práticas de gestão, as táticas de sobrevivência, os silenciamento e as resistências experimentadas no dia a dia, acredito que este se constitui como um lugar de memória e que as memórias são construídas na cotidianidade. Assim, considero o trabalho cotidiano e também o lugar de trabalho, como fontes inesgotáveis de produção de memórias. Isto porque, as memórias são construídas e aperfeiçoadas pelos sujeitos em seu cotidiano. E, as lembranças reconstruídas por meio das histórias por eles narradas podem dizer muito sobre estas pessoas e sobre este espaço de interação social. Por isso, o exercício de memorização baseado nas experiências individuais será muito importante para compreender a gestão ordinária do cotidiano e também o cotidiano da gestão dos colonos de Bebedouro. Assim, as histórias de vidas traduzidas em escolhas narrativas serão o fio condutor para este processo de compreensão das memórias e histórias construídas no cotidiano destes sujeitos ordinários.

¹¹ Colônia é um termo utilizado na História Oral para designar um [sub]grupo que está inserido na comunidade, que é mais ampla, e é marcada por relações de gênero, classe, gerações, entre outras (MEIHY; HOLANDA, 2007).

Antes mesmo de desenvolver este tópico da tese, é importante pontuar para o leitor que, embora eu trate a história oral como um subtítulo de caminhos percorridos, não tenho a pretensão de reduzir a história oral a um método. Considero-a, como propõe Meihy (1996), um conjunto de técnicas e procedimentos que envolvem e envolveram a elaboração de um projeto, que foi utilizado como um norte para o planejamento e desenvolvimento da pesquisa, as entrevistas, o processo de transformar o oral em escrito e a devolução do trabalho para os entrevistados.

Cabe ressaltar que Meihy (1996) afirmava que existiam três modalidades de história oral: 1) história oral de vida, na qual o entrevistado constrói uma narrativa sobre as suas experiências pessoais; 2) história oral temática, em que o narrador emite a sua opinião sobre um evento ou assunto específico e predefinido; e, 3) tradição oral que, embora implique em entrevistas com narradores vivos, se fundamenta em questões do passado longínquo, na manutenção de mitos e tradições que são transmitidas de geração em geração. Mas, em Meihy (2010), aparece uma quarta modalidade: 4) a história oral testemunhal, fundamentalmente relacionada às questões traumáticas, ou seja, os narradores são escolhidos por terem vivido [ou estar vivendo] dramas em suas vidas ou relações sociais. Por se tratar de histórias marcadas pelo sofrimento da seca, utilizei esta última para nortear meu trabalho de reconstrução dessas histórias.

Com base no exposto, a história oral testemunhal foi um dos caminhos que escolhi para arquitetar este estudo, por corroborar com Portelli (1997, p. 15) que a considera “ciência e arte do indivíduo.” Essa escolha também está arraigada ao meu objetivo de tese, que se sustenta sob o tripé das histórias, memórias e cotidiano e, ainda, pelo fato de a história oral ter como base “aprofundá-los [os processos históricos], em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e memórias individuais e ainda [...] o impacto que estas tiveram na vida de cada uma”. E, neste ponto, a história oral constitui-se como importante meio para se compreender as experiências que são vividas, narradas, memorizadas e rememoradas. Afinal, como afirma Thompson (1998, p. 44) a história oral “traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade” o que dá a noção de pertencimento ao sujeito. Assim, sob a perspectiva de Santos (1998), o lugar se apresenta como um testemunho do passado e os trabalhadores testemunham, com a memória, o presente construído.

Assim, utilizo como fontes de coleta de informações e dados, além das entrevistas de história oral testemunhal, as conversas, experiências, observações e as narrativas construídas

não somente sobre as histórias de vida, mas também sobre a história da irrigação e do Projeto Bebedouro para compor este quadro que foi pintado com o auxílio das mãos dos colonos.

2.3.1 Transformando o oral em escrito

Depois de coletadas as entrevistas, com o auxílio de um gravador, chegou o momento de transformar o oral em escrito. Mas como afirmam Rovai e Evangelista (2010), o gravador é um recurso limitado para que se consiga captar tanta vida que é dividida e experimentada no momento do encontro, com toda a emoção que permeia a fala daquele que narra sua história e de quem a ouve. Diante disso, transcrever as entrevistas tal qual está gravada, palavra por palavra, não significa colocar no papel toda a experiência vivida naquele momento. Inclusive, não acredito que haverá alguma forma de traduzir o código oral para o código escrito preservando a essência do primeiro. Afinal, são códigos distintos e com finalidades distintas.

Então, ressalto que me interessa não só a linguagem expressa por palavras, mas também aquela linguagem não textual que é possível encontrar no contexto, ou seja, no lugar de onde este discurso é proferido. Porém, sei que é preciso “transformar” em palavras o dito e também o não dito, mas assim como Meihy (2007), não acredito que algo que foi narrado possa ser “traduzido” exatamente como aconteceu. Embora conheça a discussão proposta por Meihy de que a história oral seria uma disciplina (ROVAI; EVANGELISTA, 2010), não pretendo entrar nesta discussão em minha tese. Mas, concordo com o autor que ao “transformar” a fala em escrita, não há como não interferir e modificar a fala do narrador. Por este motivo, não considero ser possível fazer uma transcrição ou tradução do que é falado, portanto, pretendo fazer uma ampliação da transcrição tradicional, que levará em conta também os aspectos velados, não ditos, e, também, a linguagem não verbal.

Para Meihy e Holanda (2007), uma forma de amenizar a dificuldade que há nessa transformação do oral para o escrito, seria a transcrição. Este termo foi tomado emprestado por Meihy (1991) do poeta Haroldo de Campos, que propõe a percepção dos silêncios, “não ditos”, interditos e lacunas que estão presentes na oralidade no momento de tradução para o código escrito. Meihy (1991) define transcrição como uma teatralização daquilo que foi dito, de modo a recriar a aura do momento da entrevista e proporcionar ao leitor as sensações provocadas pelo encontro. A ideia é que a narrativa se transforme em um novo texto, algo ficcional e legítimo aos olhos do narrador.

Como afirma Caldas (1999), a transcrição é uma ação criativa, por meio da qual se estabelece e se constrói uma relação entre sujeito e objeto, documento e pesquisador ou

narrador e ouvinte, relações estas que resultam em uma ficcionalidade viva, sendo o indefinido sua condição de existência. Assim, ao transcriar uma entrevista, o pesquisador pode [e deve] suprimir o jogo de perguntas e respostas e propor um texto único, corrido e de fácil leitura. Para trazer para o texto a emoção, a atmosfera e o ritmo da fala na experiência do encontro, é preciso modificar e reordenar, permitir que determinada fala apareça [mesmo quando não dita] e remontar esta aura que permeia a narrativa de modo que o leitor também experimente essa narrativa. Afinal, como afirma Caldas (1999), o texto transcrito não é o trabalho final dos discursos, mas sim uma visão de mundo, de como a realidade é construída, compreendida e modificada. Cabe ressaltar que o texto final jamais será um reflexo da entrevista, pois ele jamais teria sido pronunciado pelo narrador. Porém, cada palavra ali escrita precisa representar a essência da narrativa, para que cada palavra ali disposta pertença a este narrador. Esse texto, literal e fictício, deve ser para aquele que narrou, a sua história no papel, que ele mesmo escolheu e elegeu como representante daquilo que ele viveu (CALDAS, 1999).

Patai (2010) faz uma espécie de transcrição [embora não utilize o termo] em que ela propõe manter o ritmo da fala e o resultado é uma narrativa em versos. Segundo a autora, ao transcrever suas entrevistas ela teve dificuldades em “conservar o sentido, o tom, o estilo e o sabor do original” e para tentar contornar isso, cortou, reorganizou e deu forma ao material coletado (PATAI, 2010, p. 42). E, com isso, a autora acredita ser possível compreender como o narrador constrói, por meio do discurso, a imagem de si, como um personagem de si mesmo, que é o protagonista da sua história. No momento da transcrição das minhas entrevistas, procurei seguir estes elementos norteadores, a fim de reconstruir histórias, emoções, sensações e ritmos que fossem legítimos aos olhos dos narradores.

Afinal, na história oral, o narrador é a essência do projeto, o que implica em um jogo de poder no qual o uso da entrevista não depende apenas do diretor do projeto, mas fundamentalmente da permissão do entrevistado sobre aquilo que ele quer que apareça ou não. Além disso, Salun (2007) afirma que o procedimento de “transcrição” não é e nem pode ser a etapa final do projeto de história oral. Para o autor e para Meihy (1996) existe a necessidade da devolução que, em última instância, revela um compromisso com o narrador.

Neste trabalho, pelo fato dos narradores [quase todos] serem [semi]analfabetos, considerei mais prudente não fazer a leitura das entrevistas para eles, porque acredito que esta leitura seria mais um filtro da pesquisadora. Ao invés das leituras, optei por produzir um pequeno vídeo em que narrei, com base nas entrevistas realizadas, as histórias contadas e

ilustrei com fotografias antigas e recentes deles e do Projeto Bebedouro. Esse processo de devolução será apresentado como um apêndice desta tese.

2.3.2 A [re]construção das histórias por meio das memórias

É importante ressaltar, como aponta Meihy (2010, p. 14), em entrevista concedida à Rovai e Maranhão Filho, que a história oral deve sempre estar endereçada “à história pública, gerar índices de valorização da experiência coletiva, e para isto precisamos do *argumento* da entrevista e que ele tenha dimensão social. A entrevista não é a soma de palavras ditas pelas pessoas. As pessoas querem dizer alguma coisa, e as palavras são apenas um meio de expressão” [grifo dos autores]. E a entrevista deve ser um processo de transformação das realidades (MEIHY, 2006).

O encontro com o narrador é envolvido por outras dimensões além da fala, e percebi que essas dimensões não perpassam apenas a fala e os gestos apenas no momento da entrevista, mas em todos os encontros posteriores. Ele abarca não só os sons compreensíveis pelo código da linguagem, mas também outros sons próprios da oralidade e também risos, gestos e olhares. Durante o encontro, Benjamin (1986, p. 220) afirma que é preciso observar e compreender “a alma, o olho e a mão (...). Interagindo, eles definem uma prática”. A prática do encontro.

Em todos os encontros que tive com os colonos do Projeto Bebedouro, o contexto além da fala era extremamente rico. Por mais incrível que possa parecer, a impressão que eu tinha era a de que eles voltavam a se sentir sujeitos de sua própria história e viam que tinham algo que despertava interesse em outra pessoa. Muitas vezes ouvi frases do tipo: “o que a senhora quer saber de um burro véio que nem eu?” ou “mas porque você interessou pela história da gente? Ninguém vem aqui saber o que a gente pensa não... Eles nem sabe o que a gente pensa!” ou “Eu não tenho nada de interessante pra falar não... Minha vida é esse lote véio.” Ou, ainda, “Gente nova não gosta de ouvi os mais véio não, mas a senhora é diferente”.

Enquanto realizava as entrevistas, percebi que os narradores que me contaram suas histórias traziam em suas falas marcas e cicatrizes que eram traduzidas em gestos, silêncios e, por vezes, lágrimas. Ao me dispor a ouvi-los, senti que falar sobre as histórias deles era algo importante para eles, mas para muitos era uma experiência inédita. Pelas falas de muitos deles, nem mesmo os filhos ou os netos já haviam parado para ouvir o que eles tinham para

contar. E essa dinâmica me fez entender, na prática, a importância da devolução das entrevistas. O processo de devolução das entrevistas será detalhado no último tópico da tese.

2.4 Primeiros passos: da ideia de pesquisa até encontrar [ou ser encontrada pel]a família que me acolheria

Como ressaltai no início desse tópico sobre os caminhos percorridos em [e até o] campo, a minha pesquisa foi desenvolvida em dois momentos, sendo realizada, primeiro, a etapa etnográfica. Então, apresento aqui esses passos iniciais, mesmo que cronologicamente deslocados aqui na tese. Ressalto que isso é intencional, uma vez que a história não é linear, mas sim fragmentada.

Portanto, resgatando o processo de escolha da família que eu iria acompanhar, mencionado na introdução dessa tese, é importante ressaltar que, no início, o meu intuito era acompanhar mais de uma família e tecer comparações entre as formas de gestão praticadas por cada uma delas. Mas dado o fator limitante do transporte [mencionado anteriormente], a minha alternativa era escolher apenas uma família. O critério que estabeleci para escolher uma dentre 180 famílias foi que a família morasse no lote, ou seja, no local de trabalho. Para que fosse possível observar não só o ambiente de trabalho, mas também as relações familiares e como estas poderiam influenciar as formas de gestão adotadas por seus membros.

Diante desse critério, o gerente do distrito de irrigação me apresentou duas possibilidades: 1) um senhor, que tinha passado por um dos primeiros treinamentos para receber o lote e que, em virtude da idade já avançada, não estava mais trabalhando no lote, seus filhos e netos é que mantinham a produtividade do lote, e 2) uma senhora, que tinha sido abandonada pelo marido, e que por isso, tinha assumido a administração do lote da família. O marido voltou para casa, mas ainda assim ela continua “tomando conta do lote” [como ela mesma dizia].

Para definir qual das duas famílias eu iria acompanhar, fui primeiro até o lote do senhor que ele havia falado, pois ficava mais próximo à sede do distrito, local em que me encontrava. Chegando lá, expliquei para o neto dele, que era o gerente do lote, do que se tratava minha pesquisa e o que eu queria. Disse que eu precisaria estar no lote com eles todos os dias, e, se fosse possível, até mesmo, ajudá-los nos afazeres diários da produção de uva e manga, que eram as plantações que eles tinham no lote. O rapaz não se sentiu muito a vontade quando expliquei que precisava estar lá dia-a-dia e, quando perguntei se eles moravam lá, ele

disse que não, que as famílias residiam na agrovila. E pediu um tempo para dar a resposta. Diante disso, voltei até a sala do gerente do distrito e expliquei a situação para ele, eram seis homens que trabalhavam naquele lote, mas que não moravam lá. Além disso, expliquei que percebi o desconforto do rapaz com a minha presença.

Então, o gerente do distrito me pediu um prazo para que ele pudesse conversar com a senhora que havia citado anteriormente. Pediu que eu retornasse ao Projeto em dois dias. Passados os dois dias, retornei ao Bebedouro, mas não encontrei o gerente e ele também não havia deixado nenhum recado. Procurei-o no restaurante da Embrapa, mas também não o encontrei. Durante uma semana fiquei ligando para ele, sem sucesso. Lembro-me bem do desânimo que ia se abatendo sobre mim e da minha preocupação em como encontrar alguma família que me aceitaria sem sequer saber o que eu queria ali. Aproveitei esse tempo para pesquisar os documentos sobre o Projeto na biblioteca da Embrapa. Encontrei importantes registros que me ajudaram a construir esta tese. Uma semana depois, o gerente do distrito me ligou e disse que a senhora havia aceitado me receber em seu lote. No dia seguinte, fui até o lote dela para explicar a pesquisa para ela e saber se realmente havia disposição da parte dela em me receber. Antes que eu falasse qualquer coisa, ela me perguntou:

Você é da Receita [Federal], é? Porque se for, eu não quero você aqui não... Já andou uma menina aqui da Adagro [Agência de Defesa e Fiscalização de Pernambuco, órgão integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do estado de Pernambuco] multando a gente e eu não quero mais confusão. Os meus funcionários não têm carteira assinada e eles não usa aquelas coisa... como que chama aquelas coisa? [...] Coisa pra não machucar [equipamento de proteção individual]... E nem roupa pra aplicar veneno [agrotóxico]! [anotações de campo, 29 de maio de 2012]

Diante dessa recepção, vi que não seria muito fácil estabelecer uma relação de proximidade. Então, comecei a explicar para ela que eu não era funcionária da Receita Federal e nem da Embrapa. Que a minha pesquisa era desenvolvida na universidade, em uma cidade que ficava há mais ou menos dois mil quilômetros dali, em Minas Gerais. Peguei minha identificação de estudante da UFMG para mostrá-la, mas ela disse que nem adiantava eu mostrar nada a ela, porque ela tinha pouca leitura e que não ia saber ler o que estava ali. Como eu não tinha como provar para ela aquilo que eu falava, tentei acalmá-la contando um pouco da minha história de vida. Contei sobre a minha família, como entrei na faculdade até chegar ao momento dessa pesquisa. E finalizei dizendo para ela que o que eu tinha a oferecer para ela era a minha palavra de que eu não estava lá para prejudicá-la, mas que se ela não quisesse participar da pesquisa, que eu entenderia.

Quando eu disse isso, ela falou que já tinha conversado com o gerente do distrito e que ele havia assegurado que eu era “gente boa”, que queria fazer uma coisa boa para ela. Que essas pesquisas iam melhorar a vida dos colonos. E ela continuou dizendo que um pessoal da CODEVASF [Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco] tinha passado na casa dela, fizeram um monte de perguntas, mas que não tinham feito nada para resolver os problemas que ela tinha apontado. Ao afirmar isso, percebi que ela não estava dando muita credibilidade para [essa tal] pesquisa. E minha estratégia [ou tática] foi mostrar para ela o que de tão importante tinha ali na vida, na casa e no trabalho dela. Aos poucos fui ganhando sua confiança e ao final do dia, ela já tinha dividido comigo histórias particulares da vida dela com os filhos e com o marido. No dia seguinte era dia de colheita da uva e eu pedi para filmar a colheita, nesse momento, ela recuou totalmente. E perguntou:

Ôxi! Mar mulhé, tu quer filmar para quê? Você qué amostrá as coisa errada que eu faço, é? [anotações de campo, 29 de maio de 2012]

Nessa hora, pensei que todo o meu trabalho de aproximação tinha sido perdido e que eu acabara de perder a “família” que eu tanto precisava [e queria] para desenvolver minha pesquisa. Mas ela continuou:

Mar eu gostei de você, eu vou confiar que o Dr. Pedro [nome fictício do gerente do distrito] não ia me mandar uma pessoa que fosse me fazer mar, né mesmo? [anotações de campo, 29 de maio de 2012]

Essas palavras me trouxeram alívio. E ela, para demonstrar que realmente tinha gostado de mim, me levou até o parreiral de uva e colheu os cachos mais bonitos, colocou em uma sacola e me deu de presente. Como eram muitos cachos de uva, eu disse para ela que não precisava colher mais e ela disse que quando queremos dar um presente a alguém, devemos dar o melhor que temos e que se eu não conseguisse comer toda a uva, que eu podia dar um cacho para o motorista que ia me buscar ou para uma vizinha que eu gostasse. Aceitei o presente e a lição de vida.

2.5 O estranhamento, as anotações de campo, o olhar de dentro, enfim: a etnografia

Para compreender e interpretar as formas de gestão ordinária desenvolvidas e dispersas no cotidiano (CERTEAU, 1994) optei pela investigação etnográfica e tomo o Projeto Bebedouro como uma *nova aldeia* (JAIME Jr, 1996). Aproveitei que aquela realidade me era desconhecida, elemento preponderante para a realização de uma pesquisa desse cunho, que é o estranhamento e fiz esta escolha metodológica. Segundo Magnani (2009, p. 141) “para quem é introduzido pela primeira vez num meio que lhe é estranho, tudo é significativo,

nada pode ser previamente hierarquizado numa escala de valores entre o insignificante e o relevante: tudo é digno de observação e registro”.

Não há um consenso sobre o que é a etnografia (JAIME Jr, 2003). Para Lévi-Strauss (1970), a etnografia está baseada na observação e análise de grupos humanos de modo a produzir um relato, tão fiel quanto possível, da vida deles. Já Geertz (1989) afirma que etnografia é a prática dos antropólogos. Sperber (1992), por sua vez, acredita que a etnografia é uma disciplina interpretativa que tem como objetivo compreender as culturas humanas. Segundo Víctora, Knauth e Hassen (2000), a etnografia é um meio para a compreensão, a partir do seu próprio contexto social, de uma dada realidade cultural que lhe é estranha. Ao mergulhar nesta outra realidade, o pesquisador compreende [e ressignifica] significados revelados pelos próprios nativos.

Segundo estes autores, o método etnográfico envolve as seguintes etapas: 1) delimitação do campo, isto é, definição do objeto a ser pesquisado, localização e tempo previsto de permanência em campo; 2) uma primeira investigação sobre fontes documentais disponíveis sobre o objeto de estudo afim de construir um levantamento de seus principais elementos; 3) inserção do pesquisador em campo e anotações sistemáticas das observações [diário de campo] e, nesta fase também são definidos os sujeitos informantes, é importante que o pesquisador consiga distinguir os porta-vozes do discurso oficial daqueles que falam sobre a cultura na qual estão imersos de forma mais livre; 4) ainda durante a imersão em campo, o pesquisador irá confrontar a sua cultura com a cultura dos seus sujeitos pesquisados [por meio dos estranhamentos], depois de coletadas essas informações, é chegado o momento do pesquisador deixar o campo; 5) em seguida, ele deve produzir seu relato de campo.

Para Malinowski (1986, p. 29), os princípios que norteiam o estudo etnográfico podem ser agrupados em três grandes tópicos: 1) o pesquisador precisa “conhecer os valores e critérios da moderna etnografia”; 2) é preciso “criar condições adequadas para o trabalho, o que significa, principalmente, viver realmente entre os nativos”; e, 3) o pesquisador “deve aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro de dados”.

Porém, tanto as etapas propostas por Víctora, Knauth e Hassen (2000) e por Malinowski (1986) não podem ser entendidas como etapas rígidas, mas sim, como fases que se perpassam em quase toda a pesquisa. Como afirma Jaime Jr. (2003, p. 436), “não há um consenso entre antropólogos sobre o que vem a ser etnografia, nem tampouco existem passos rigorosamente definidos sobre como empreender a pesquisa etnográfica.” Diante disso, tomarei como ponto de partida a definição de Merleau-Ponty (1980). Para ele, a etnografia é

uma maneira de pensar que se constrói a partir do *outro*. Neste sentido, Jaime Jr. (1996) questiona se é possível e relevante tomar o universo organizacional como esse *outro*. E, Evans-Pritchard (1985, p. 13) afirma que o objeto de estudo da antropologia “está ligado às culturas e sociedades humanas”, o que me faz acreditar que não só o universo organizacional ou as culturas primitivas sejam alvo dos estudos etnográficos, mas toda a sociedade e suas culturas. Diante disso, acredito que a etnografia é o método mais adequado para esta pesquisa.

Além disso, este método se constitui, ao mesmo tempo, enquanto uma prática e uma experiência (MAGNANI, 2009) que coloca [e desloca] o pesquisador no [que para ele é um novo] mundo, junto dos sujeitos de pesquisa. E, por meio de várias práticas externalizadoras, transforma parte da subjetividade em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que transformam o mundo simbólico em um mundo um pouco mais visível, por meio de representações materiais, como fotografias, anotações de campo, entrevistas, encontros e conversações (DENZIN; LINCOLN, 2000). É um exercício de “olhar de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002, p. 14).

Em relação aos recursos técnicos para coleta de dados, utilizei uma máquina fotográfica [que também fazia pequenos vídeos] e um gravador de áudio. Acredito ser importante ressaltar que, como afirma Silva (2000), esses registros são dotadas de subjetividade, tanto da minha parte, que escolhi o que registrar, quanto da parte do pesquisado, que definiu o que podia ou não ser registrado.

Até mesmo esse movimento de permissão e direcionamento sobre o que poderia ou não ser registrado em minha pesquisa foi importante para demonstrar o grau de aceitação da minha presença em campo. A dona Naná, no início, agia com desconfiança e preferia que eu não registrasse o que ela considerava que estava fazendo errado. Com o tempo, essa resistência foi se tornando cada dia menor e, às vezes, ela perguntava: “não vai gravar hoje não?” Também este movimento de maior aceitação foi construído com base nas experiências que vivemos desde o primeiro contato, no final do mês de maio de 2012. A forma como me dispus a vivenciar as experiências junto da dona Naná fizeram toda a diferença na nossa relação. Esta relação foi se desenhando desde o primeiro contato. Aos poucos, fui ganhando a confiança dela. No segundo dia de campo, era dia de colheita [no tópico seguinte, detalho melhor esta experiência].

Depois que terminamos a colheita, ela disse:

- “Você sabia que nenhum dos meus fío nunca fizeram o que você fez? Eles nunca me ajudô com nada aqui na roça. Minha filha, pra comer feijão, eu tenho que culhê e limpá o feijão, quase que tenho que cozinhá pra ela, senão ela não come. E você, que nunca trabalhô numa roça, me ajudô o dia inteiro. Eu tô muito feliz porque você

veio para cá. Meu marido disse que eu não podia colocar você para trabalhá, mar falei pra ele que você foi que quis, ele ficou admirado!”
Acho que hoje eu consegui uma aproximação com ela que pensei que levaria muitos meses [anotações de campo, 30 de maio de 2012].

Dias depois, era o momento da adubação, um trabalhador havia feito várias covas [buracos de mais ou menos 40 centímetros de profundidade] nos pés das videiras. E nela deveriam ser colocados os adubos. Eram três camadas: 1) adubo orgânico; 2) torta de mamona; e, 3) Fertilizante MAP [Mono-Amônio-Fosfato]. Eu vi que enquanto o empregado dela colocava o adubo, ela vinha colocando a torta de mamona e depois voltava colocando o MAP. Então, peguei o balde e enchi com o fertilizante. Como eu havia percebido que ela enchia a mão e colocava o produto espalhado na cova, fiz a mesma coisa. Quando ela viu que eu estava fazendo isso, disse: “Mar menina! Não faça isso não!” [anotações de campo, 04 de junho de 2012]. Assustei-me, mas não tive reação nem de tirar a mão de dentro do balde, com medo do que a dona Naná poderia falar que ia acontecer com ela. Então a colona continuou: “Suas mão são muito sensível para você fazê esse tipo de serviço... Isso é trabalho de homi! Porém, eu disse para ela que não tinha nada de mão sensível e continuei ajudando. Ela agradeceu com um sorriso no rosto [anotações de campo, 04 de junho de 2012].”

Outra situação que registrei em minhas anotações de campo foi um dia em que ela estava arrancando os matos que cresciam nos pés das videiras para dar de comida para as ovelhas. Já tinha muitos dias que não chovia, o único mato que tinha era perto das uvas, por causa da irrigação. A seguir, transcrevo as minhas anotações de campo sobre esta experiência:

Cheguei ao lote hoje e dona Naná pediu que eu pegasse uns sacos para colocar um mato para dar para as ovelhas. Aproveitei e peguei uns montes de mato que ela já havia feito e coloquei em um dos sacos e dei o outro para ela. Quando ela viu que eu estava juntando esse mato, ralhou comigo:

- “Largue isso menina, você não dá conta de mexer com esse mato véio não. Suas mão é muito delicada, mão de moça da cidade não dá para essas coisas não.”

Fingi que não estava escutando o que ela falava e continuei juntando o mato. Então ela disse:

- “Nathááália, tô falando com você, acho que você não está escutando! Não é para você fazer esse serviço não, isso não é trabalho para você não, mulher”.

Nessa hora eu comecei a rir e falei para ela que eu estava escutando ela falar sim, mas que ela não precisava preocupar que se eu não desse conta [de fazer aquele trabalho], que eu não iria fazer. Percebo que só o fato de tentar, de ter iniciativa, já faz com que ela tenha cada vez mais afeição por mim. [anotações de campo, 05 de julho de 2012]

Diante dessas experiências, percebi que a dona Naná aceitava-me cada dia mais. Logo na primeira semana, ouvi-a conversando com um homem, que eu não sabia quem era, e ela disse: “essa menina é mais que uma família pra mim... E não é qualquer família não! É mais

que filha.” Ao ouvir isso, emocionei-me. E a partir dessa experiência, vi que estava no caminho certo. Eu começava a pertencer ao grupo que eu estudava e já era possível falar “de perto e de dentro”, mesmo com todo o distanciamento que outrora nos separava.

2.5.1 Etnografando no Semiárido Nordestino

Malinowski (1986, p. 26) afirma que o leitor precisa ser informado sobre as condições nas quais as observações foram feitas e as informações foram coletadas, afim de que, ao ler o trabalho, seja possível identificar “o grau de familiaridade do autor com os fatos que descreve e formar uma ideia a respeito das condições sob as quais as informações foram obtidas dos nativos”. O autor coloca essa preocupação com o intuito de que o leitor possa acompanhar o desenvolvimento do trabalho e não pareça que o pesquisador construiu suas conclusões a partir do nada. Para tentar trazer mais elementos para estas análises, utilizei, além das entrevistas, as observações de campo.

A primeira dificuldade foi com os sotaques e os regionalismos, tanto o meu quanto o dela. Eu não compreendia tudo o que ela falava e quando eu perguntava o que ela tinha dito, percebendo que eu não estava entendendo o sentido da fala dela, a dona Naná ria. Algumas palavras eram incompreensíveis, como “gurita”, “burreguim”, “bugrelo”. No início do trabalho de campo, eu tentava traduzir as palavras que ela utilizava, quando ia fazer as minhas anotações de campo. Com o tempo, percebi que esta “tradução” reduzia em muito a significação daquelas palavras em um contexto mais amplo que é o cultural, que representa o “lugar” de onde ela vem e de onde esses discursos são produzidos. Então, passei a anotar as palavras tal qual ela dizia. Continuo não sabendo o significado de muitas palavras, mas o sentido, esse sim eu aprendi a entender e respeitar.

No final do dia, ela me acompanhou até a vila [agrovila] em que o motorista viria me encontrar. Durante a nossa caminhada, ela levava uma bicicleta, que eu me ofereci para empurrar. Então ela foi me contando que tinha uma casa nessa vila e que dormia lá, passava o dia no lote e a noite voltava para casa. Durante o pequeno trajeto [uns 500 metros], percebi, pela primeira vez, que o estranhamento era recíproco, como nesse registro do diário de campo [29 de maio de 2012]:

Enquanto caminhávamos pela estrada que leva até a vila, vi vários cactos e falei:
- “Nossa dona Naná, lá em Minas [Gerais] a gente não vê cacto assim não”.

Aí ela perguntou:

- “o que é cacto?”

Eu aponte e ela disse:

- “Ah... Mandacaru! Tem xique-xique também, é aquele menorzinho [apontando para um cacto de uns 40-50 centímetros de altura]”

Nesse mesmo trajeto, vi uma plantação de outro tipo de cactácea ou suculenta, não sei bem o que era, aí perguntei para ela o que era. Ela disse:

- “lá em Minas [Gerais] vocês não plantam palma?”

Eu disse que palma em Minas [Gerais] era o nome de uma flor. Então ela disse:

- “A gente planta palma para dar pro gado. Lá vocês não dão palma para o gado? O que o gado de vocês come?”

Eu respondi:

- “o gado lá come capim.”

Maravilhada e sem acreditar, ela disse:

- “Mas só come capim? Aquele capim verdim? Lá é tudo verde, como a gente vê na televisão?”

Quando eu disse que sim, ela repetiu:

- “Mas é tudo verdim mesmo?”

E ficou admirada com a minha confirmação.

O estranhamento da minha parte começava desde a cor do céu, a falta de sombra e a claridade do sol, tal qual Fabiano e Sinhá Vitória em *Vidas Secas*, como no trecho a seguir:

Fabiano seguiu-a com a vista e espantou-se uma sombra passava por cima do monte. Tocou o braço da mulher, apontou o céu, ficaram os dois algum tempo agüentando a claridade do sol. Enxugaram as lágrimas, foram agachar-se perto dos filhos, suspirando, conservaram-se encolhidos, temendo que a nuvem se tivesse desfeito vencida pelo azul terrível, aquele azul que deslumbrava e endoidecia a gente (RAMOS, 1980, p. 5).

A minha sensação, era exatamente essa: o céu era pintado de um azul que eu jamais havia contemplado. Mas esse mesmo céu que encantava despertava em mim desespero. Não havia sombra ou árvores. Era um imenso céu azul e um sol que brilhava muito e era muito mais ardente. Esse foi o primeiro e mais recorrente estranhamento em campo. E mesmo os nativos, não se acostumavam com o calor e claridade, tal qual Fabiano.

Além desses estranhamentos, muitos outros estavam por acontecer. No dia da colheita, quando cheguei ao lote, a porteira estava aberta, entrei. Mas a casinha simples, estava fechada. Chamei pela dona Naná, mas não tive resposta. Comecei a andar em direção às uvas e encontrei com um homem, aparentando uns 30 anos, ele me olhou desconfiado. Perguntei se ele sabia onde a dona Naná estava e ele disse que ela estava no meio das uvas, que eu podia ir lá e procurá-la. Então, fui em direção ao parreiral, vi várias pessoas colhendo uvas, até que a avistei um pouco mais a frente. Fui até ela. E quando ela me viu, já gritou ordenando que eu pegasse um “tamborete” [banco] para que eu me assentasse para observar o trabalho de colheita. Resisti em buscar o banquinho e pedi autorização para a dona Naná, para filmar a colheita. Ela ficou um pouco resistente, mas depois pediu que eu filmasse primeiro as mulheres que estavam trabalhando. Notei que ela estava com um chapéu bem bonito, diferente daquele que ela estava no dia anterior. Enquanto eu filmava as trabalhadoras, perguntei se poderia filmá-la também. Ela ajeitou o cabelo. Arrumou o chapéu, mostrando uma flor [detalhe do chapéu] para a câmera e disse que podia filmar.

Filmei um pouco da movimentação delas e percebi que na colheita só trabalhavam mulheres. Perguntei o porquê. Ela disse que colheita era “trabalho de mulher” e não disse mais nada. Mais adiante, retomarei essa observação. Depois que terminei minha filmagem, me ofereci para ajudá-la na colheita: “A senhora não quer me ensinar o que vocês estão fazendo para que eu possa te ajudar?” [anotações de campo, 29 de maio de 2012]. Ela resistiu: “Você, com essas mão fina e delicada não dá conta do trabalho da roça não.” [anotações de campo, 29 de maio de 2012]. Eu insisti: “mas se a senhora me ensinar, pode ser que eu consiga... Posso tentar? Se a senhora achar que não está bom, eu prometo que paro.” [anotações de campo, 29 de maio de 2012].

Então, ela mandou que eu pegasse a tesoura de colher. Mas onde estava essa tesoura? Ela não falou e quando perguntei, ela não respondeu. Percebi que ela estava me testando e para que eu pudesse continuar esse teste, eu precisava surpreendê-la. Percebi que as mulheres descansavam as tesouras nos arames que sustentavam as parreiras. Então, passei a procurar pela tesoura nos arames e logo encontrei uma. Voltei toda entusiasmada para a minha primeira aula de colheita de uvas. Ela demonstrou surpresa quando apareci com a tesoura, mas não comentou nada. E começou a me ensinar. “Ela, meio desconfiada, me deixou colher as uvas, mas ficou me observando de perto” [anotações de campo, 29 de maio de 2012].

O fato de eu ter me oferecido para ajudá-la estabeleceu entre nós uma aproximação e uma melhor aceitação da minha presença por parte dela. Como as outras mulheres que estavam colhendo estavam em duplas e ela estava sozinha, me inseri no grupo como dupla dela. E, entre um cacho de uva colhido e outro, ela me contava histórias da vida dela e queria saber quem era aquela “menina branquinha que vinha lá de Minas”, como ela mesma se referia a mim nos primeiros dias ou quando ia me apresentar para as pessoas que viviam no Projeto. Ao me dispor a ajudá-la, percebi que construímos uma relação de reciprocidade. Como afirma Mauss (2003), é fundamental que o etnógrafo [pesquisador] construa com seus sujeitos de pesquisa esta reciprocidade, pois no campo o exercício mais praticado é o de dar e receber.

A partir daí, comecei a me levantar e me preparar todas as manhãs para ter um dia mais ou menos parecido com o da dona Naná. E comecei a me interessar pelas notícias corriqueiras do Projeto Bebedouro, suas festividades, como a festa do Dia do Colono e as rodas de São Gonçalo. E assim como os moradores do projeto, também me preparava para estas festividades locais e comparecia, sempre que era possível. Como o Projeto fica há 50 quilômetros de distância da cidade de Petrolina, eu me estabeleci na cidade e ia para o projeto

todas as manhãs e voltava para casa no final da tarde, quando se encerravam as atividades no lote da dona Naná. Quando eu retornava para o Bebedouro na manhã seguinte, normalmente encontrava a dona Naná começando suas atividades. Em duas ocasiões eu cheguei ao lote e ela ainda estava em casa, terminando os afazeres do lar. Nessas, me dispus a ajudá-la e esses também eram momentos de coleta de importantes dados sobre a vida social. Durante a minha permanência em campo, pude observar detalhes tanto do trabalho, quanto detalhes íntimos da vida familiar.

Nestes quase nove meses de observações, vi e senti um sol que castigava, uma seca implacável, um céu azul que fascinava, mas que também trazia desespero, vi pessoas se deslocando por longos trajetos em busca de trabalho, em busca de ração [capim, casca de feijão, que eles chamam de palha do feijão] para os animais. Vi animais morrendo de fome e sede. Vi grandes caminhões cheios de uva e manga saindo do Projeto em direção aos grandes centros do nordeste como Recife e Salvador. Vi exploração, não só por parte do atravessador¹², mas também no interior das famílias. Vi desconfiança entre colonos. Vi tristes cenas de desrespeito no seio de famílias. Mas vi também brincadeiras, músicas embalando o raleio de uvas, sonoras risadas. Essas tramas cotidianas moveram e envolveram meus dias de campo e também a vida dos nativos.

Com o passar do tempo, fui ganhando fama em todo o Projeto Bebedouro. Por onde eu ia as pessoas já sabiam e comentavam que era a menina da Embrapa, a mineira. Mas isso, eu só fui saber, quando comecei a fazer minhas entrevistas [momento que será apresentado no tópico 2.4] e tive que sair do lote da dona Naná para entrevistar outros colonos em outras agrovilas. Paulatinamente, os trabalhadores que ela contratava para a sua roça começaram a me ver com menos receio e menos inibidos com a minha presença e da minha câmera, sempre em punho. Pelo grau de aproximação que dona Naná e eu fomos construindo, muitos deles achavam que eu era sobrinha dela. Nesse tempo em que estive com ela, me tornei a sua sombra. Fazia as minhas anotações, tirava fotografias, mas, essencialmente, dividia com a dona Naná a sua experiência cotidiana. Sentávamos e conversávamos por longas horas. Íamos para as áreas de uva e continuávamos nossas conversas. O nosso tempo foi construído pelas trocas, ora ela me contava da sua vida, ora eu contava para ela sobre a experiência que eu estava vivendo ali.

¹² Atravessador é o termo utilizado para designar a pessoa que compra a fruta ou o grão nos projetos de irrigação e revendem em outros lugares, desde Juazeiro (BA) que está a pouco mais de 50 quilômetros do Projeto Bebedouro, até grandes centros nordestinos como Recife (PE) e Salvador (BA).

Por fim, Malinowski (1986, p. 46) afirma que é fundamental que se descubra qual o pensamento e atitudes esperadas [ou impostas] pelas instituições e pela comunidade estudada. E, a partir daí, é que se devem formular resultados. Como entrei no Projeto Bebedouro pelas “portas” da Embrapa, foi possível identificar o papel simbólico que esta instituição e, de forma secundária a CODEVASF [por não ter feito observações diretas nesta instituição], tem frente aos colonos e como isto se torna fundamental para se entender a teia latifundiária em Petrolina e seu entorno, porém, isto será discutido mais adiante neste trabalho.

Cabe ressaltar que nessa pesquisa, embora eu apresente os métodos de forma fragmentada, durante a realização do campo a minha preocupação em aliar esses dois métodos de pesquisa, etnografia e história oral, foi com o intuito de construir, de forma conjunta e dialogada, um método próprio para analisar a vida cotidiana dos colonos do Projeto Bebedouro. E esta forma de condução da pesquisa se constitui como uma outra metodologia, na qual não há uma hierarquização entre registros históricos, documentais, observação participante ou entrevistas. Todas essas fontes de dados são vistos de forma dialógica e negociada, para se construir resultados e contribuir para a construção da narrativa que é esta tese.

Assim, na próxima seção, darei início à apresentação, interpretação e análise dos resultados de acordo com essa proposta analítica que apresentei aqui. Meu intuito não é apresentar uma história linear e cronológica, como já ressaltei, mas para fins didáticos, organizo a minha tese de uma forma [mais ou menos] linear, porém, considero-a fragmentada. Assim, a estrutura analítica deste trabalho será construída na seguinte ordem: 1º) contextualizarei o cenário político, econômico e social no semiárido e os trabalhos realizados pela SUDENE e pela *Food Agriculture Organization* (FAO); 2º) as memórias dos colonos pioneiros sobre a constituição e desenvolvimento do Projeto Bebedouro; 3º) os relatos dos colonos sobre a Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Bebedouro (CAMPIB); 4º) a tentativa de implantação de um polo agroindustrial na região do Vale do São Francisco; e, 5º) análise do cotidiano dos colonos e a [re]configuração do Projeto Bebedouro.

3. A CONSTRUÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E A REINVENÇÃO DAS SECAS

Há muito tempo a seca deixou de ser um fenômeno natural para se tornar um artefato político e econômico no sertão nordestino, ou melhor, nas bancadas políticas do congresso.

3.1 Tentativas de maquiar a seca

A colonização brasileira, ocorrida no Século XVI, foi conduzida pelo rei de Portugal, D. João III, seguindo os moldes feudais vigentes à época na monarquia portuguesa. Para tanto, o território brasileiro foi dividido em capitânicas hereditárias, cujos tamanhos eram variáveis. Depois de criadas as capitânicas, o rei doou essas terras àqueles a quem denominou donatários. Esses lotes foram doados a um ou vários donatários, que eram escolhidos de acordo com a importância que tinham junto à Corte ou a influência que tinham junto ao rei. Assim, as capitânicas foram divididas. As 265 léguas, situadas no nordeste brasileiro, foram doadas a quatro donatários: João de Barros, Franand'Ávila, Ayres da Cunha e Antônio Cardoso de Barros. Entre essas 265 léguas estava a região semiárida, o que fez com que essas capitânicas não prosperassem de maneira uniforme. Até 1620 a ocupação dessa região, marcada pela esterilidade da terra e chuvas escassas, não atingia 20 léguas, no sentido litoral para o sertão (ALVES, 1953).

Furtado (1959) afirma que o problema nordestino começou em meados do Século XVI, com o surgimento da política de exportação do açúcar. Segundo o autor, esta política permitiu que houvesse um aproveitamento das terras úmidas do litoral e, conseqüentemente, o seu povoamento. À medida que o litoral foi tomado, não tendo mais espaço para o homem se acomodar, ele se deslocou para o interior do estado, dando atenção não só à cana de açúcar, mas também à pecuária. Segundo Campos e Studart (2001, p. 2) esta ocupação “intensificou-se a partir do início do Século XVIII quando a Carta Régia proibiu a criação de gado numa faixa contida desde o litoral até uma distância de 10 léguas em direção aos sertões. A partir de então, a pecuária passou a desempenhar importante papel na economia regional”.

Ab'Sáber (1999) ressalta que em um período de seis a nove meses por ano o balanço entre precipitação pluvial e evaporação é negativo, devido ao excesso de calor e baixa incidência de chuvas, o que faz secar os cursos d'água e, a medida que as chuvas diminuem e/ou cessam, a água existente nos solos evapora rápida e progressivamente. Essa ocupação tardia e os problemas enfrentados no semiárido, especialmente em relação à escassez d'água, fizeram com que esta região se transformasse em uma região aparentemente sem história e a persistência dos problemas ali conservados, como o coronelismo¹³, fizeram com que a cada seca, milhares de nordestinos deixassem a região.

¹³ O coronelismo, visto como “sistema político, clientelismo e/ou mandonismo local, [...] teve como período de maior vitalidade, segundo os estudiosos dessa temática, o período que abrange a chamada Primeira República (1889-1930)” (FORTUNATO, 2000, p. 11). Cabe ressaltar que este sistema político não tem relação com o papel dos comandantes da Guarda Nacional que possuíam a patente de coronéis, mas sim com aspectos sócio-políticos

Castro (2001) afirma que no contexto da colonização, a ausência de riquezas e a resistência dos índios que habitavam a região semiárida contribuíram para a desvalorização deste território. Nesse sentido, a autora questiona porque, séculos depois da colonização, os elementos que [des]qualificam a região continuam os mesmos. Assim, Albuquerque Jr (1999) salienta que a institucionalização das secas, especialmente com o auxílio aos flagelados e com as obras contra a seca, tornou-se um forte instrumento regionalista para os grupos políticos dominantes, na busca por espaços no cenário político nacional. A seca anunciada como grave problema econômico e social se tornou um poderoso argumento na disputa por recursos estatais que, fatalmente, seriam coordenados pelas elites locais.

A seca no nordeste, como afirmam diversos autores (ALBUQUERQUE Jr, 1999; CAMPOS; STUDART, 2001; SILVA, 2003), sempre esteve muito associada aos desastres não só naturais, mas, fundamentalmente, sociais. Silva (2003) faz um interessante resgate de algumas obras literárias do início do Século XX para contextualizar esta temática. O autor analisa os livros *Os Sertões*, de Euclides da Cunha e *O Quinze*, de Raquel de Queiroz e afirma que essas obras retratavam um semiárido hostil ao sertanejo e como a seca explicava a desorganização da vida, respectivamente. Sob esse aspecto da desorganização da vida, o autor acredita ainda que conflitos sociais como o cangaço e o messianismo são reflexos desse fenômeno.

Nesse contexto, acrescento a essas obras o livro *A bagaceira*, de José Américo de Almeida e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Os acrescento por considerar que, no primeiro romance o autor demonstra o declínio [ou os primeiros indícios] da produção açucareira mais rústica desenvolvida no interior nordestino¹⁴ e a saída dos moradores da região em direção aos centros do Sudeste, o que ajuda a retratar o ambiente hostil da seca e a realidade do retirante e, na segunda obra, por meio de metáforas, o autor constrói o sertão como uma realidade não só geográfica, mas, acima de tudo, social e política. O que percebo nesses quatro romances é o retrato recorrente da miséria, reflexo dessa seca que não é apenas um fenômeno natural, mas, especialmente, social.

derivados da transformação do poder privado em poder público. As origens desse coronelismo estão na sociedade e na estrutura econômica dos engenhos de açúcar e fazendas de gado do Século XVI (PANG, 1979).

¹⁴ Um pouco diferente de José Lins do Rego com seu *Menino de engenho* (1932); *Doidinho* (1933); *Bangüê* (1934); *O Moleque Ricardo* (1935); *Usina* (1936) e *Fogo morto* (1943). Ele deu início ao conhecido Ciclo da Cana-de-Açúcar com a obra: *Menino de Engenho*. Em que se lê narrativas descritivas do meio de vida nos engenhos e nas plantações de cana-de-açúcar do Nordeste, mais precisamente Pernambuco, numa referência ao papel que nele ocupa a decadência do engenho açucareiro nordestino.

Além disso, acredito ser importante ressaltar que não se pode falar em seca na região nordeste como um todo. É preciso pontuar que a região acomoda vários “nordestes”. Desde o “velho nordeste” açucareiro¹⁵ passando pelo “nordeste pecuário-algodoeiro”¹⁶ até chegar ao “nordeste irrigado”¹⁷ tão aclamado na literatura otimista como a solução para o subdesenvolvimento local. Isto é, não há um só Nordeste caracterizado pelas secas, há também o do cangaço, do messianismo rústico e dos coronéis que, aos poucos, à medida que a aristocracia açucareira foi perdendo espaço, assumiu o controle político regional, e se manteve praticamente intocado [pelo menos] até a década de 1950 (VIEIRA, 2004).

Cabral (2011) afirma que a região nordeste já, em tempos remotos, era identificada pelo fenômeno da seca. O que, a meu ver, tornou-se um estereótipo mal feito. Não é toda a região nordeste que sofre com a escassez de chuvas, e, mais até do que isso é importante atentar para o fato de que, como ressaltado, são vários nordestes dentro de uma mesma região. Porém, o que se vê na literatura é a associação direta entre nordestino e seca e, diretamente relacionado a isto também está a pobreza. Porém, é preciso deixar claro que a [sub]região nordestina que sofre com os baixos e irregulares índices pluviométricos e, conseqüentemente com a miséria causada pela falta d’água, é a semiárida, o sertão.

Neste contexto, acredito ser importante pontuar o que é a seca para o sertanejo, que convive¹⁸ com ela há tantos anos. Isto porque, como afirmam Campos e Studart (2001, p. 9) não é uma tarefa simples conceituar o que é a seca, pois depende de quem olha para ela e, acrescento que depende também do lugar de onde se olha para ela. Assim, os autores afirmam que

para o hidrólogo, uma seca pode ser pensada como uma deficiência da oferta em relação às demandas, em termos das águas correntes dos rios ou acumuladas em reservatórios. Para o agricultor, a seca pode ser encarada como uma falta de umidade disponível no solo a nível do sistema radicular das culturas resultando em perdas na produção agrícola. Por sua vez, no lado sócio-econômico, uma seca está relacionada

¹⁵ O “Velho Nordeste” diz respeito à configuração sócio-política vivenciada no Nordeste pela dinâmica dos grandes latifúndios de açúcar presentes na região que empregavam escravos africanos e uma pequena parcela de homens livres, a estrutura social dominante era do tipo senhor-escravo e a elevada concentração de terras e renda definiam um regime socioeconômico, mas especialmente o regime de poder local (CANO, 2000).

¹⁶ À medida que a exploração do açúcar crescia, a pecuária e o cultivo do algodão eram empurrados para as regiões semiárida e agreste. Com isso, essas atividades de subsistência, se [sub]desenvolviavam baseadas na economia do açúcar (CANO, 2000), ou seja, se houvessem excedentes na produção do açúcar, haveria investimento em pecuária e algodão.

¹⁷ Diz respeito à atual conjuntura vivenciada na região semiárida (BRANCO; VAINSENCHÉ, 2002; SILVA, 2009).

¹⁸ Utilizo o termo convive no sentido de que o sertanejo vive junto da seca, sua vida está diretamente ligada à sobrevivência à seca. Ressalto que não tenho a pretensão de defender a corrente teórica de pensamentos que defende a convivência com o semiárido baseado em uma visão ecológica que tem por objetivo ensinar o sertanejo a conviver com a seca (Ab’SÁBER, 1999), “rompendo com a visão antropocêntrica de dominação e proporcionando a reconciliação do homem com a natureza” (SILVA, 2003, p. 381).

ao campo das atividades humanas afetadas, aos problemas sociais e econômicos gerados. Diversos outros pontos de vista poderiam ser enfocados.

Neste sentido, o sertanejo vê a seca sob a ótica da restrição, uma vez que a seca para ele está, muitas vezes, associada à falta d'água, que quase sempre falta até mesmo para beber. Em 2012, ano em que fui a campo para desenvolver este trabalho, o nordeste, ou melhor, os sertanejos nordestinos e os que habitam a região semiárida, enfrentaram um longo período de estiagem e continuaram enfrentando no ano de 2013 (ONU, 2013), o que compromete muito a qualidade de vida, a produção de vegetais e a pecuária nestas terras. Para Campos e Studart (2001, p. 9) no “nordeste brasileiro, a palavra *seca* adquiriu uma conotação bem particular. Na região, a seca está intimamente associada à penúria, à fome, ao êxodo rural, aos carros pipas e às frentes de serviço. Para o camponês nordestino, seca e catástrofe social são sinônimos. [grifo do autor]”

A seca é um fenômeno periódico no semiárido nordestino. Duque (2004) fez um resgate dos anos em que ela ocorreu em todo ou em parte do sertão entre os séculos XVIII e XIX e XX. O autor afirma que no Século XX houve secas entre os anos de 1902 e 1903, 1907, 1915, 1919, 1932 e 1933, 1942, 1951, 1953, 1958 e, 1962. Sendo que as de 1915, 1932-1933 e 1958 tiveram grande impacto em toda a região. Foram baseados nestes acontecimentos [trágicos] que se apoiaram os discursos produzidos sobre a “realidade nordestina”¹⁹ utilizados pelas elites em prol de interesses políticos. Farias e Pinheiro (2010) afirmam que os discursos sobre a seca têm sempre um tom trágico que é sempre ressaltado com cores mais fortes, para explorar ao máximo a comoção advinda com a tragédia.

A temática da seca e, conseqüentemente, das alternativas a ela, de acordo com Bezerra (2002), vem sendo discutida desde os tempos de Brasil Colônia. Segundo o autor, os primeiros registros de projeto propondo a transposição do rio São Francisco, foram feitos pelo padre João de Santa Rosa, em 1820. Ele elaborou um documento com a proposta de um canal de transposição do rio São Francisco para o Ceará e o enviou para Dom João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil.

Bezerra (2002) afirma ainda que em abril de 1821, quando a corte portuguesa estava prestes a voltar para a Europa, o rei recomendou a seu filho, Dom Pedro I, a construção da obra de transposição do rio São Francisco. Este, por sua vez, ordenou ao presidente da Província do Ceará, o senhor Costa Barros, que verificasse a possibilidade e a vantagem que

¹⁹ As aspas foram usadas porque a locução adjetiva foi usada não em sentido literal, pois não acredito que se trate de uma realidade nordestina, mas sim regimes de verdades construídos por meio das relações sociais cotidianas.

tal empreendimento traria para a família real. Porém, o projeto caiu no esquecimento em virtude dos episódios que marcaram a Confederação do Equador em 1824. Esse foi um movimento separatista ocorrido em várias províncias nordestinas.

Franca (2008) ressalta que somente após o estabelecimento da República é que surgiram as primeiras estratégias mais concretas de combate à seca no interior do nordeste. Silva Filho (1997) afirma que a grande seca ocorrida entre os anos de 1877 e 1879 matou mais de um milhão de nordestinos. Nessa ocasião, D. Pedro II ofereceu suas joias para que ninguém mais morresse por falta de recursos na região. É importante notar que a partir daí, o que configurou as ações do Estado em relação à região nordeste até início dos anos 1950, sempre foi esse caráter assistencialista, que depois foi substituído pelas políticas desenvolvimentistas, porém, na prática, acredito que as medidas nunca deixaram de lado o tom assistencial.

De acordo com Castro (2011), a partir de 1889, o projeto de transposição foi lembrado em muitos momentos, porém sem grandes realizações. Lima (2005) afirma que a seca no nordeste provocou diversas ações do governo. Com o intuito de levar água para o semiárido, a primeira medida tomada foi a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) (BRASIL, 1909), com a finalidade de centralizar e unificar a direção dos serviços, de modo a diminuir os efeitos das irregularidades climáticas na região nordeste. Para tanto, foram construídos açudes, poços, barragens e estradas com o intuito de apoiar a agricultura nos períodos de seca.

Em 1909, técnicos da IOCS elaboraram o projeto de um canal que interligaria os rios São Francisco e Jaguaribe, o que também não saiu do papel. Em 1919, esse projeto foi reconsiderado pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), porém, assim como no primeiro momento, o projeto foi arquivado. O projeto ficou engavetado até que, na década de 1950, o então presidente da república, Getúlio Vargas, criou o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e alternativas de combate à seca voltaram a ser estudadas (CASTRO, 2011).

Desde o início do Século XX a seca vem sendo retratada na literatura brasileira por meio de romances como *O Sertanejo*, de José de Alencar, no qual o autor se vale da imagem de um nordestino, como ser genérico, para representar a imagem de um povo que sofre com a fome, a sede, as restrições cotidianas, enfim, as misérias (ALENCAR, 1991). Outro romance que explora o imaginário de miséria do nordestino, porém com um tom diferente daquele dado por Alencar (1991), é *O Cabeleira* (TÁVORA, 1988), que trazia como tema principal o

cangaço. Enquanto em *O sertanejo* há uma visão dominante que trata com compaixão o “pobre” nordestino, no romance de Franklin Távora, publicado um ano após o de Alencar, o ângulo explorado pelo autor é o da denúncia.

Em *A bagaceira*, obra literária escrita no início do Século XX por José Américo de Almeida, são retratados os retirantes, que dessa vez figuram como personagens de maior importância na obra. No romance *O quinze* (QUEIROZ, 1990), os retirantes também aparecem na trama, mas a narrativa tem um teor diferente de *A bagaceira*. Dessa vez, a crítica social é deixada de lado. Em *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (1980), um dos mais famosos romances que tem como personagem central o sertanejo, o drama das secas é contextualizado e é colocada em foco uma realidade que, até então, parecia não existir no Brasil. Como ressaltai anteriormente, utilizarei de algumas passagens desse romance para contextualizar a seca e o sertão do início do Século XX que continua vivo no Século XXI.

Além dos romances, a seca também foi tema de outros seguimentos artísticos brasileiros, como a seca cantada por Luiz Gonzaga, em algumas de suas músicas, como *Asa Branca*, *Paraíba Masculina*, *Pedido a São João*, *A triste partida*, *Vozes da seca*, *Sangue nordestino*, *Propriá e Légua tirana* que falam sobre o lugar do sertanejo. No campo iconográfico, a série de telas de Cândido Portinari de *Os Retirantes*.²⁰ Esses registros são importantes, pois contribuem para a contextualização dos registros artísticos produzidos sobre a seca no Brasil.

Andrade (1990) e Franca (2008) afirmam que em 1933, o Congresso Nacional discutiu a possibilidade da Colonização do VSF. Desse debate, ficou definido que seriam implantados projetos de colônias agrícolas e também já se comentava a possibilidade de implantar uma irrigação mecânica para controle da oscilação climática. Porém, Vieira (2004) aponta que as políticas traçadas pelo Governo Federal para o nordeste, só se intensificaram a partir de meados dos anos 1950, e se concentraram em medidas emergenciais de combate à seca para tentar resolver os problemas da região. Em 1946, época em que foi promulgada a Constituição Brasileira, estabeleceu-se uma cota de 3% da arrecadação fiscal para gastos na região nordestina (BRASIL, 1946). Segundo Franca (2008, p. 40) a Constituição de 1946 foi que definiu “os recursos para o desenvolvimento do Vale do São Francisco.” Porém, ao ser promulgada a nova Constituição Federal, surgiu um novo modo de ver a temática da seca

²⁰ Embora não seja objetivo desta tese, acredito ser interessante analisar as obras artísticas, tanto no campo da literatura, quanto da música e pintura, para contextualizar a seca desde o início do Século XX. Considero importante ressaltar que no campo das artes, os discursos de Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, de Cândido Portinari, com sua série *Retirantes*, e Luiz Gonzaga, com suas músicas que tratam e retratam o sertão e a história dos sertanejos são fundamentais para se analisar/conhecer não só a seca nas artes, mas também o contexto social e político no qual os sertanejos estão imersos.

naquela região. A partir dessa reserva, não mais interessava resolver os problemas da falta d'água, mas sim a sua manutenção, como denunciou Antônio Callado, em uma série de reportagens no ano de 1959 [que serão analisadas mais adiante] (CABRAL, 2011).

Para Furtado (1959), o maior problema do nordeste é a seca já anunciada, que ocorre periodicamente no sertão. Ainda de acordo com o autor (1959, p. 43) “meio século de obras contra as secas em nada modificou esse elemento do problema, que, com o crescimento da população, tende a agravar-se dia a dia, ou melhor, de seca em seca.” Este é o fenômeno vivido pelo retirante, que sem possibilidades de sobreviver à seca, se “retira” em busca de emprego e condições que lhe permita sobreviver. Para Vieira (2004) os inúmeros “retirantes” que fugiam da região nordeste nos anos 1950 em direção aos grandes centros do sudeste contribuíram diretamente para que o Estado propusesse a modernização da economia da região.

Ao ser legitimado que este percentual da arrecadação fiscal do país seria destinado ao nordeste, a seca já não parecia ser tão problemática e, então, as elites projetaram outras contingências que lhes seriam mais proveitosas. Assim, esta manutenção representava não só a garantia da entrada desses 3% das arrecadações fiscais, mas também a formação dos currais eleitorais. Isto porque, sem investimentos, o sertanejo continuou tendo que vender sua força de trabalho por preços mínimos. A construção da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) traz a falsa impressão de que se está investindo no povo, mas na verdade, o que se tem é uma manipulação deste fundo de arrecadação para o nordeste, pelas elites. Segundo Suassuna (2011, p. 17),

os políticos, isso em regra geral, costumam fazer política com o sofrimento e a miséria do povo. As alternativas de produção [no nordeste] existem e não são implementadas porque, na verdade, tem faltado aos administradores públicos a indispensável vontade política para definir ações estruturadoras no semi-árido. E tem faltado porque concretizá-la significa contrariar interesses, muitas vezes situados na base de apoio parlamentar do governo. É exatamente aí onde está a nossa verdadeira seca.

Carvalho (1987) afirma que até os anos 1950, o nordeste dispunha de um Estado imobilista, representado por oligarquias regionais que se valiam dos recursos públicos para interesses próprios e para fortalecimento de seu poder políticos, o que reforçava a produção e a reprodução da dominação local. Além disso, ressaltou que com o disposto no artigo 198 da Constituição Federal de 1946, de que parte da arrecadação seria destinada à “seca nordestina”, ao invés de obras para levar água ao semiárido, o que passou a figurar em pauta foi o

aproveitamento mais racional dos recursos. Surgiram, então, projetos voltados para o aproveitamento do potencial de geração de energia do rio São Francisco.

Em 1945, foi inaugurada a CHESF. Em seguida, 1948, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), que já foi denominada Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (SUVALE). Em 1974, a SUVALE foi substituída pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Aqui, cabe ressaltar que “a criação da CODEVASF representou um processo de expansão das políticas governamentais desenvolvidas pela SUDENE/SUVALE para toda a região do Vale do São Francisco”. A CODEVASF [criada durante a ditadura militar], tinha a sua disposição recursos para desapropriação de terras e implantação de infraestrutura necessária para a irrigação. A partir daí, ela “vende água proveniente do lago de Sobradinho [e também do rio São Francisco] para os colonos e empresas irrigantes” (LEITE, 2013, p. 57), ou seja, as águas são públicas, mas para usufruir delas, é preciso pagar, e o preço, como será discutido mais adiante, não é nenhuma pechincha. Com isso, é possível depreender que há um propósito não de geração de renda e distribuição de terras, mas de retorno financeiro com a exploração das águas públicas. Isso irá favorecer a um determinado grupo de pessoas e com base nesses fatos, Leite (2013, p. 58) afirma que durante todo esse tempo, os retornos financeiros “foram mais direcionados a um grupo de empresários do que aos próprios trabalhadores locais”.

Em 1952, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para oferecer linhas de crédito de médio e longo prazo especificamente para produtores da região. Segundo Robock (1992), esse banco foi criado como uma medida de fortalecimento da economia regional. O intuito era tentar minimizar a discrepância socioeconômica entre o nordeste e o centro-sul do Brasil, não só em relação à seca, mas à região nordestina como um todo (VIDAL, 2011). Porém, Carvalho (1987) aponta para o fato de que a criação desses órgãos não trouxe grandes alterações socioeconômicas para a região e, menos ainda, uma transformação na forma como se via/compreendia as questões nordestinas. Como afirmam Passador e Passador (2010, p. 70) “a intervenção do Estado no Nordeste foi sempre marcada pela centralização e fragmentação das ações” por meio desses órgãos de combate à seca que “se transformavam em objeto de disputas políticas entre os diversos segmentos da elite rural”.

Em 1956, JK assumiu a presidência da república. Nesse mesmo ano, ele criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) sob coordenação de Aluísio Afonso Campos (SILVA FILHO, 2009; ROBOCK, 1992). E em 1958, colocava em prática o projeto de construção da capital federal. Segundo Cabral (2011), a construção de Brasília era

o principal projeto de JK e por causa desta priorização, seu governo estava sofrendo sérias críticas, porém, o presidente não pensava em desviar seu foco. Ainda no ano de 1958, a região nordeste sofreu os impactos de uma grande seca. Os governadores eleitos no estado da Bahia e de Pernambuco, opositores ao governo de JK, aproveitaram para denunciar o mau uso do dinheiro público e as estruturas sociais anacrônicas evidenciadas entre o centro-sul do país e o nordeste (FURTADO, 1989).

Ainda segundo o autor, os governadores estaduais utilizaram um discurso “desenvolvimentista”, derivado do discurso do próprio JK, porém, dessa vez, utilizado contra ele, e com tom mais social. Sobre esse aspecto, Cabral (2011) afirma que esses governantes formaram um coro para denunciar o abandono vivido pela região nordeste enquanto o sul se confirmava como um lugar de progresso. Nesse sentido, Furtado (1989, p. 35) aponta que “o nordeste seria o maior ‘problema nacional’, e a construção de Brasília em nada contribuía para minorá-lo.” Vieira (2004) afirma que, a partir das teses cepalinas²¹, passa a ser legitimado que o nordeste é um polo atrasado e a região é tida como o grande problema nacional, e esse constitui um obstáculo para a modernização do país.

Nesse sentido, Furtado (1989) ainda relata que JK buscava alternativas para que esse “problema” não atrapalhasse seus planos de redenção nacional, que acreditava estar realizando. Então, alguém disse para o presidente que Celso Furtado havia acabado de assumir um cargo de direção no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e que ele se dedicava exclusivamente ao nordeste. JK enviou uma mensagem para o economista convidando-o para uma viagem de avião entre o Rio de Janeiro e uma cidade no Triângulo Mineiro para que pudessem conversar sobre a região nordeste, porém, esse encontro não aconteceu.

Duque (2004) afirma que o economista Celso Furtado tinha como atribuição intervir no GTDN. Nesse sentido, Furtado (1989) afirma, em seu livro de memórias, que o motivo dessa intervenção era descobrir o porquê da não evolução dos trabalhos empreendidos pelo Grupo. E ao procurar entender isso, ele percebeu que levaria muito tempo para que aquela pequena equipe de estrangeiros conseguisse mapear a região nordeste. Para ele, faltava alguém que efetivamente conhecesse a região e também de economia desenvolvimentista. Segundo o autor, o GTDN servia apenas para legitimar o discurso do governo de que estavam

²¹ Teses cepalinas é um termo que identifica as teses que foram construídas e divulgadas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Celso Furtado fez parte dessa comissão exercendo grande influência em toda a América Latina com seus pensamentos relacionados ao desenvolvimento e subdesenvolvimento (CABRAL, 2011).

sendo feitos estudos sobre a questão nordestina e que em um momento oportuno seriam tomadas as medidas cabíveis.

O autor afirma ainda que JK tentava realizar algo no nordeste por meio do DNOCS, porém, esse órgão era dominado por interesses políticos locais e insistia há décadas em resolver o problema da seca com obras hidráulicas. Tanto que a ideia de JK para resolver o problema do nordeste era inaugurar a maior de todas as barragens da região: a barragem de Orós (CABRAL, 2011). Porém, todas as obras do DNOCS foram realizadas para armazenar água e não foi utilizado nem o seu potencial hidrelétrico e nem para irrigação, os críticos afirmavam que essa água estava sendo armazenada para evaporar. Para tentar conter esse tipo de pensamento, quando questionado sobre essa questão, Furtado (1989) apontava que essas águas eram utilizadas para a pecuária extensiva. Sabendo que isso não limitaria o seu potencial para a irrigação, ele acenou para possíveis projetos de irrigação que deveriam estar em curso de execução, mas, de fato, nada disso estava sequer no papel.

Diante disso, Furtado (1989) continuou trabalhando em seu projeto. A sua ideia era construir um documento que contextualizasse o subdesenvolvimento da região nordeste, comparada ao centro-sul do país, dentro de uma realidade de subdesenvolvimento do país, o que ele chamou de subdesenvolvimento em segundo grau. E, ainda, demonstrar em linhas gerais uma estratégia de ação para tentar conter a disparidade econômica frente ao Centro-Sul já instalada e tentar incorporar o nordeste ao processo de desenvolvimento pelo qual o Centro-Sul passava. Nesse sentido, Oliveira (1972) tece severas críticas a esse modelo dualista no qual o nordeste seria o “atraso” e o centro-sul, o “moderno”, que para ele, restringe a capacidade de reflexão e, anos mais tarde afirma que o a constituição das regiões não é um modelo binário/dual, mas está arraigada ao processo de produção capitalista e, dessa forma, as regiões seriam espaços socioeconômicos nos quais uma forma de capital se sobrepõe à outra, o que resulta em sistemas de dominação intra e interregional (OLIVEIRA, 1981). Mas cabe ressaltar aqui que o que Furtado (1989) tentava demonstrar era que o país estava se subdividindo em dois e que isso tendia a piorar se nenhuma providência fosse tomada, porém, esse ainda era um projeto individual e ele esperava o momento certo para “vender” sua ideia a um governante.

No dia 6 de janeiro de 1959, JK convocou um grupo de pessoas para uma reunião, porque ele percebeu que estava perdendo apoio político e popular. As pessoas convocadas eram tidas como “produtoras de ideias” e o presidente queria promover um amplo debate sobre a questão nordestina, dentre os convidados estava Celso Furtado e dessa vez, houve o

primeiro encontro entre JK e ele. O economista relatou, em seu livro de memórias *A fantasia desfeita*, que nos instantes que antecediam o seu encontro com o presidente, ele conseguia ver melhor as diversas faces desse problema. Por um lado, JK precisava de ideias que fossem capazes de mudar o foco do quadro dramático que se instalava na região, o qual os críticos e opositores afirmavam dever-se ao mau uso do dinheiro público, que deveria ser destinado a obras sociais de combate à seca e não à construção da capital federal.

E, por outro, os governadores nordestinos recém eleitos se sentiam pressionados pelo excesso de expectativa que eles mesmos haviam criado na população em relação ao problema que atingia a região. Era preciso que os governos federal e estaduais unissem forças, o que não era tão fácil, uma vez que os governadores da Bahia e de Pernambuco faziam oposição ao presidente. Para Furtado (1989, p. 43), “tudo dependia de que Kubitschek ‘comprasse’ efetivamente a ideia e lograsse convencer a opinião pública de que se tratava de algo sério, e não de manobra para ganhar tempo”. Então, o economista concluiu que era esse o momento de lançar o seu projeto. Ele contextualizou a situação econômica em que a região se encontrava e afirmou que

A ação do governo deveria privilegiar a produção de alimentos, tanto no semi-árido como nas terras úmidas litorâneas, hoje monopolizadas pela cana-de-açúcar, e deveria criar as bases de uma industrialização, única forma de absorver a mão-de-obra atualmente subempregada. Essa industrialização contribuiria, ademais, para introduzir nas classes dirigentes locais empresários de espírito empreendedor, capazes de neutralizar a influência da oligarquia atual, acostumada a viver de favores e da proteção do governo. (p. 44)

O autor ainda afirmou que visava apenas mostrar a complexidade do que acontecia no nordeste e que o problema mais grave que o país enfrentava eram as disparidades em relação às condições de vida, cada vez maiores, entre as regiões brasileiras. E, para resolver isso, era necessário o envolvimento e esforço de todos. Robock (1992) afirma que durante séculos o subdesenvolvimento do nordeste foi atribuído exclusivamente às secas periódicas na região. Vieira (2004), por sua vez, ressalta que Furtado (1989) foi o primeiro a ultrapassar o discurso hegemônico da seca e colocar em pauta a estrutura fundiária, econômica e a formação histórico-política como causas do atraso da região. Nesse contexto, Vidal (2011) aponta que a industrialização como a única saída para o nordeste alcançar o desenvolvimento econômico, jamais seria capaz de modificar totalmente as relações arcaicas de produção da região. Para ele, era preciso reorganizar o setor agrícola e a estrutura fundiária no nordeste.

Ao final dessa reunião, JK anunciou que seria lançada uma nova política chamada *Operação Nordeste* e afirmou que o nordeste passaria a ter, em seu governo, a mesma

importância que tinha Brasília e nomeou Celso Furtado como comandante da Operação Nordeste (VIDAL, 2011). Para o economista, “o discurso sobre o nordeste saía do terreno da denúncia de ingratidão e de injustiça com o irmão necessitado para inserir-se no grande debate sobre o desenvolvimento do país” (FURTADO, 1989, p. 45).

3.2 1959: A Indústria da Seca e as políticas desenvolvimentistas para o Nordeste

Com o anúncio da nova política de desenvolvimento do governo, houve muitas especulações. Então, Furtado (1989) considerou que seria melhor responder antes de ser perguntado. Para isso, buscou o apoio do jornal de maior influência na capital da República: o Correio da Manhã, que publicou uma entrevista [na primeira página do periódico] com o economista. Mais um fruto desta parceria foi o deslocamento do jornalista Antônio Callado para o Nordeste para que fizesse observações *in loco* da situação da região e as consequências das políticas que, até então, vinham sendo praticadas pelo governo (CABRAL, 2011; FURTADO, 1989).

O jornalista publicou uma série especial de reportagens sobre o contexto político da seca no Nordeste entre os dias 10 e 23 de setembro de 1959. Porém, é importante contextualizar que essas reportagens, embora estejam travestidas de um tom apolítico defendido pelo jornalista, são “fruto de uma encomenda política”, como aponta Mendonça (2006, p. 3). Em sua primeira reportagem, intitulada “O Ceará contra a irrigação”, Callado cunhou a expressão “indústria e industriais da seca” para denunciar a “teia de interesses criados que envolvem uma tradicional calamidade brasileira [a seca]” (CALLADO, 1959a, p. 14).

O jornalista se denomina “observador apolítico”, porém, é claro o seu posicionamento político diante das severas denúncias que tece sobre o comportamento de governantes nordestinos frente ao projeto de irrigação e também sobre a seca e suas formas de perpetuação. Exemplo disso é a passagem em que Callado (1959a, p.14) sugere que há interesses obscuros por trás do posicionamento do governador do Ceará em relação ao projeto de irrigação. Ele afirma que o

governo federal recebe da Comissão de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) um anteprojeto de Lei de Irrigação, que já encaminhou ao Congresso, e todos nós temos a surpresa de ver exatamente o Ceará [o mais seco da Federação] levantando toda uma série de objeções ao plano. [...] justamente em torno da Lei da Irrigação sente-se a frieza – ou talvez a fôsse mais apropriado dizer a secura – do Ceará. Tenho a impressão de que investigando essa estranha frieza a gente apurará alguma coisa sobre a indústria da seca.

Nesse trecho, logo na primeira reportagem da série, intitulada “Indústria e industriais da seca”, Antônio Callado já deixa clara a sua intenção com tal série: apontar os motivos para a manutenção da seca. Além disso, há um tom de denúncia e ironia quando relata que *“justamente em torno da Lei da Irrigação sente-se a frieza – ou talvez a fosse mais apropriado dizer a secura – do Ceará”*, anteriormente identificado como o estado que mais sofre com a seca no Nordeste.

Ainda nessa primeira reportagem, Callado (1959a, p. 14) também denuncia que neste período o

Nordeste assiste à mais fantástica e injusta das loterias do mundo. Aquele cujas terras ficarem na área inundável dos açudes perde tudo. Aquele cujas terras ficarem na área irrigável dos açudes enriquece do dia para a noite. Os inundados recebem sua pequena indenização e tratam de arranjar outra terrinha pôca e seca. Os irrigados arranjam quem trabalhe para eles na terra subitamente fértil e supervalorizada.

Neste trecho é possível notar, por meio do emprego de termos como “*loterias*”, “*perde tudo*” e “*enriquece*”, que o jornalista pretende construir uma reflexão sobre quem perde e quem ganha quando o assunto é a seca no Nordeste. Aqui, Callado constrói uma argumentação baseada em polaridades para chamar a atenção do seu interlocutor para o fato de que nessa “*loteria*”, aos sertanejos, resta “*arranjar outra terrinha* [o uso do diminutivo também foi feito para reforçar ainda mais a ideia de que seria uma pequena propriedade] *pôca e seca*” e aos latifundiários, o que muda é que suas terras ficariam ainda mais valorizadas pelas águas públicas. Ideia que ele continua a explorar no decurso da reportagem. Ao concluir que “nenhum governo no Brasil desapropriou as áreas banhadas pelo dinheiro do Tesouro”, mas a Lei de Irrigação previa que houvesse desapropriação das terras irrigáveis cujos proprietários não “exerçam a agricultura como atividade preponderante”, quando o tamanho da propriedade for “superior a dois lotes agrícolas do sistema” ou quando a “área irrigável da propriedade for menor do que aquela considerada econômica no sistema” (CALLADO, 1959a, p. 10). Aqui já há um direcionamento [mais uma vez político] de que a Lei de Irrigação tem uma proposta diferenciada e que poderá ser a salvação para a seca [social] nordestina.

Nessa matéria, o jornalista traz um trecho do discurso de um representante de Ceará para ilustrar mais uma vez o que ele considera ser a indústria da seca. Callado (1959a, p.10) começa a sua argumentação falando que o representante cearense, entre outras afirmações, aponta que “não há razões de justiça social que justifiquem desapropriar estabelecimentos que integrem superfícies maiores do que 30 ou 50 hectares, sobretudo, quando êstes estão cultivados e o proprietário obedece às normas de irrigação, constitui uma empresa e emprega,

nessa empresa, pessoal dando salários compensadores.” Ao que o jornalista rebate afirmando que, apesar do eloquente discurso, “nenhum proprietário paga[va] o salário mínimo regional.”

Em outras palavras, Callado se vale da interdiscursividade para mostrar ao leitor que o representante cearense procura meios para manter a indústria da seca. Ao questionar a desapropriação de terras “*maiores do que 30 ou 50 hectares*”, ou seja, grandes propriedades, o político cearense pretende legitimar a estrutura fundiária baseada no latifúndio e em um dono de terras dominante, capaz de firmar o valor justo do salário, que como afirma Callado, sequer chega “[a]o *salário mínimo regional*”.

Com base nas análises feitas, pode-se afirmar que Callado constrói seu discurso de modo a colocar o representante do estado do Ceará, em uma situação na qual seu intuito em defender os interesses dos donos de grandes porções de terras, aqueles que não têm a agricultura como atividade preponderante fica claro, e, o leitor mais atento, também pode depreender que o fragmento da fala do político cearense utilizado por Antônio Callado silencia o pequeno produtor que será desapropriado. Em seu discurso, o representante do estado do Ceará, sequer menciona os que possuem pouca terra e que por isso serão desapropriados. Tal fato faz com que Callado (1959a) conclua, ironicamente, que “o mal [da seca] é o minifúndio, a propriedade antieconômica por [ser] muito pequena.” E nessa mesma linha de raciocínio, ele afirma que, pelas manobras adotadas pelos políticos nordestinos, “o minifúndio deve acabar, mas os sem-terra não devem deixar seus municípios: se deixarem, quem é que vai votar nos mentores [industriais da seca]?” E, ainda nessa reportagem, o jornalista afirma que o DNOCS é o patrocinador dessa indústria. Neste trecho, Callado explora outra dimensão da indústria da seca: o voto de cabresto, inculcado na ideia de que os “*sem-terra*”, ou seja, os que serão expropriados, não poderão “*deixar seus municípios*”, pois são eles mesmos que votam naqueles que os expulsaram de suas terras, os “*mentores*”, ou seja, os poderosos latifundiários, cujo codinome seria industriais da seca.

No dia seguinte, Callado (1959b, p. 16) publicou uma matéria com o seguinte título “O Ceará contra a irrigação. Banabuiu o açude que teve um filho. DNOCS não é para dar água a ninguém”. Nesse fascículo de sua série de reportagens, o jornalista acusa o DNOCS de possuir “ligações, as mais íntimas, com a indústria da seca”. Ele justifica seu posicionamento ao apontar que o órgão não executou [ou sequer planejou] nenhum projeto para utilizar o potencial dos açudes para a irrigação. Apenas fez obras grandiosas no intuito de atender aos interesses políticos e de famílias importantes da região. Callado (1959b) também acusou José Cândido [diretor-geral do DNOCS], de “servir à política nordestina e não ao Nordeste”,

especialmente, pela construção de um açude em terras de sua família e também pela abertura de estradas que caprichosamente se curvavam para beneficiar tais terras.

Nota-se, nesta reportagem, que Antônio Callado faz uma severa crítica ao DNOCS ao afirmar que o órgão possuía “*ligações, as mais íntimas, com a indústria da seca*”. Ou seja, ele acusa os dirigentes [ou o diretor-geral] do DNOCS de participar dessa indústria que atenderia aos interesses dos grandes latifundiários. Ao afirmar que o órgão tinha o intuito de “*atender aos interesses políticos*”, tal fato é mais uma vez evidenciado. E é reforçado quando pela seguinte frase “*servir à política nordestina e não ao Nordeste*”, numa clara demonstração de que o órgão estava muito mais interessado na politicagem do que no atendimento às demandas da população que sofria/sofre com a seca.

Em 12 de setembro, a reportagem da série foi “O Ceará contra a irrigação. O Óros, esse desconhecido. Rios molhados e deputados escaldados”. Nesse fascículo, Callado (1959c) denuncia o gasto de dinheiro público em maquinários caros que jamais trouxeram qualquer benefício para o Nordeste. Segundo o jornalista, “Epitácio Pessoa tentou construir o [açude] Óros em 1922, ano do centenário [da independência do Brasil]. Quando visitei as terras do Óros em 1953, as grandes máquinas trazidas por Epitácio ainda enferrujavam ao sol como as carcaças de uma fauna extinta” (p. 14). Além disso, Callado (1959c, p. 14) volta a apontar a desastrosa loteria que se instalava na região.

As cifras dêle [açude Óros] todo mundo conhece: armazenará 4 bilhões de metros cúbicos de água, em sua maior extensão mede 60 Kms [quilômetros] [...] e vai alagar as casa[s] de umas 15.000 pessoas. Estas pessoas – diga-se de passagem – são a tal gente de fundo de açude, os que ficam com a banda ruim do bilhete da loteria federal dos açudes. Os irrigantes enriquecem enquanto eles, se não arredarem se afogam.

Ao relatar as “*cifras*” do açude, Callado chama a atenção para o discurso social politizado de que seria armazenada uma quantidade significativa de água, porém, nesse discurso, as “*casa[s] de umas 15.000 pessoas*”, que seriam alagadas, são simplesmente silenciadas. Afinal, na tal “*loteria*”, eles não tiveram sorte e, por isso, devem arcar com as consequências arredando para não se afogar, porque o açude precisa armazenar a água, independentemente se isso vai custar a moradia ou a vida de alguém.

Mais um tema denunciado pelo jornalista foi sobre as indenizações para aqueles que tiveram suas terras inundadas. Ele relata que “os expropriados do açude Pentecostes já perderam as terras há muito tempo e ainda não viram a cor do dinheiro do DNOCS. Por outro lado, quem tinha uma terra que valia 1.000 cruzeiros o hectare e recebeu, de repente, água de irrigação, viu a terra subir a 60 e 100 mil cruzeiros o hectare” (p. 4). Callado (1959c, p. 4) finaliza essa matéria apontando o nome de alguns influentes políticos cearenses que possuíam

extensas faixas de terras que seriam beneficiados com as águas da irrigação e questiona: “quem quer ouvir falar de desapropriação numa situação dessas?”. O tom questionador das reportagens suscita reflexão. Afinal, parece muita coincidência os grandes latifundiários e políticos da região terem a sorte de ter suas terras irrigadas enquanto o pequeno produtor tem suas terras e casas inundadas. Além disso, as indenizações, muitas vezes, demoravam a ser pagas, como na passagem “*já perderam as terras há muito tempo*” ou nem eram pagas, o que na fala de Callado está representado por “*ainda não viram a cor do dinheiro do DNOCS*”. E a valorização das terras irrigadas, por outro lado, acontecia da noite para o dia, ou seja, “*de repente*”.

Na quarta reportagem da série, “Paraíba contra a lei. O caso tenebroso do açude de Pilões. Um gaúcho paraibano e seu sindicato de gangsters”, Callado (1959d, p. 18) denuncia as práticas politiqueras do deputado federal Jacó Frantz, apontado no texto como “grileiro instalado em terras públicas”. O termo “*grileiro*” é usado para apontar o deputado federal como alguém que se apossa ilegalmente de terras públicas, que deveriam ser destinadas à reforma agrária, como apontado um pouco mais adiante na reportagem, quando Callado afirma que “quando for aprovada a Lei de Irrigação, o governo federal devia instruir a CODENO para fazer em Pilões sua primeira reforma agrária-piloto. São 7.000 hectares de terras razoáveis e quase tôdas ocupadas por ladrões”. Fazendo clara alusão às práticas corruptas do deputado e dando ainda mais destaque a lei proposta por Celso Furtado. Embora ele mesmo afirme que o açude é pequeno e que não possui uma bacia de irrigação, Callado (1959c, p. 18) dá mais uma “cutucada” no Major Frantz [como o deputado era conhecido em Pilões] e diz que o açude “tem excelentes ‘vazantes’ e boas possibilidades de desenvolvimento agrícola. Senão o major [Frantz] não estava lá”.

No dia 14 de setembro, não houve circulação do jornal. Em 15 de setembro, Callado (1959d) começa sua reportagem lembrando o que tinha dito na reportagem anterior [veiculada no dia 13 de setembro] e afirma que era uma história sórdida a de Jacó Frantz. Nessa nova matéria, o jornalista conta o caso do Brejo das Freiras. Segundo ele,

o DNOCS desapropriou as freiras da Irmandade da Glória, do Recife, para construir em Pilões um açude de 150 milhões de metros cúbicos. O governo da Paraíba, depois de tudo pronto, protestou: o açude ia submergir as águas termais de Brejo das Freiras, onde o Estado queria fazer uma luxuosa estância a ser visitada pelo Brasil inteiro [...] [porém, quase 20 anos depois, Callado foi visitar o lugar e constatou que] lá estão as famosas águas termais, canalizadas para uma meia dúzia de banheiros, mas tudo com aspecto velho e sujo (p. 18).

O que Callado (1959d, p. 12) coloca em discussão nessa reportagem é que mais uma vez os interesses pessoais falaram mais alto aos ouvidos dos homens públicos nordestinos. Por interesses particulares, Brejo das Freiras impossibilitou o nascimento de “um açude de verdade e não se transformou em coisa nenhuma”. O intuito na manutenção da indústria da seca é mais uma vez observado, uma vez que o governo da Paraíba impediu a construção do açude porque “queria fazer uma luxuosa estância” que beneficiou “meia dúzia de banheiros” em detrimento às milhares de pessoas que poderiam ter sido beneficiadas com o açude.

No dia seguinte, o jornalista, embora tivesse anunciado na matéria anterior que falaria sobre os açudes paraibanos de Curema e Mãe D’água denunciando que eles também poderiam se tornar uma nova ruína, esse assunto não foi tratado, talvez por terem sido obras inauguradas por JK, dois anos antes do início desta série de reportagens (CORREIO DA MANHÃ, 1957). Dando prosseguimento à sua série de reportagens, Callado (1959e) apresentou uma entrevista com Guimarães Duque, a quem chamou de “sábio desperdiçado”. O tom dessa matéria é muito mais explanatório do que denunciante. Nesta reportagem, Callado (1959e, p. 14) apresenta o ponto de vista de Guimarães Duque que afirmava que esteve “nos desertos dos Estados Unidos, do México e do Peru. O Nordeste do Brasil é incomparavelmente melhor que qualquer dessas regiões áridas. O Nordeste não é sêco, é anfíbio e nisto reside sua vantagem e sua perdição. Na cheia o NE [Nordeste] esquece a sêca e na sêca esquece as enchentes”. Ao tecer suas análises, o jornalista afirma que nesta região, “os homens influentes tem uma mentalidade político predatória invencível. Querem tudo que possam arrancar de todos para a região ‘assolada’ mas não querem modificar a situação fundamental [a seca e a política de influência] em nada”.

Ao usar o termo “anfíbio”, Guimarães Duque quer demonstrar que o Nordeste brasileiro tem uma capacidade adaptativa, pois resiste tanto ao seco quanto ao molhado, ou seja, à “seca” e à “enchente”. E nisto, reside sua “vantagem” e, também a sua “desvantagem”, pois só se lembra da situação, seja ela a seca ou a cheia, no momento em que ela acontece. E, neste sentido, os políticos, chamados “homens influentes” por Callado, se aproveitam de ambas as situações para “arrancar” recursos de qualquer natureza de “todos” os lados, para a região “assolada”, seja pela seca ou pela cheia. Porém, no limite de tais considerações, o que Callado deixa implícito em seu discurso é que o destino desses recursos que serão arrancados, não é a superação da situação de catástrofe, mas sim os interesses políticos e particulares de grupos dominantes.

Mais adiante na entrevista, o “sábio desperdiçado” afirma que “não basta que o govêrno se limite a apoiar a CODENO, [...] é preciso [...] que o govêrno não responda a telegrama de deputado que só quer uma coisa: que não se tire seu eleitorado do lugar onde se acha” (p. 4). O fato de o governo responder a “*telegrama de deputado*” dá claros indícios de que a indústria da seca é também financiada pelo próprio governo e os grupos dominantes, possuem ainda o poder do voto de cabresto, o que pode ser observado na passagem que não se deve tirar o “*eleitorado do lugar*” para que haja a manutenção desses grupos no poder. E, ainda fala que uma palavra que o faz sofrer é emergência. Segundo ele

uma emergência – ninguém planeja nada para uma emergência – resulta num louco soltar de verbas para dar emprego a quem o perdeu. A mecânica é a seguinte: o proprietário, que em anos comuns regala-se de mão-de-obra farta e barata, quando não chove passa seus escravos para o DNOCS, que os manda fazer qualquer coisa e gastar o dinheiro no armazém de gente sua. Os deputados aproveitam para canalizar parte do dinheiro para suas zonas eleitorais. O resto não interessa; o dinheiro da ‘emergência’ se derrete no Nordeste como um sorvete (p. 4).

Nesse fragmento, termos-chave são utilizados para caracterizar a relação de dominação que marca o relacionamento de senhores de terras e funcionários. Estes são tratados como “*mão-de-obra farta e barata*” e “*escravos*”. O uso de tais termos demonstra a situação de dependência que estas pessoas constroem com seus patrões que em nada depende dos funcionários, enquanto estes, se sujeitam a qualquer papel, seja da mão-de-obra barata ou, até mesmo da escravidão. Além disso, há uma séria denúncia em relação ao mau uso do dinheiro público travestido em medidas emergenciais. Ao que parece, esse é um pseudônimo para lavagem de dinheiro, uma vez que o dinheiro sai dos cofres públicos e é canalizado pelos políticos para suas zonas eleitorais, o que também é conhecido como troca de favores, mais uma ação própria e mantenedora da indústria da seca.

E quando o tema é o problema da região, Guimarães Duque afirma que “é um erro pensar só em água, [...] se água fosse o mais importante, as margens do S[ão] Francisco e as do Parnaíba seriam dois vergéis, quando são dois desertos, e o Maranhão chuvoso seria próspero. O maior fator de empobrecimento do NE é que 14 milhões de pessoas ali trabalham às cegas” (p. 4). Ao afirmar que “*água*” não é o único problema da região Nordeste, Guimarães Duque coloca em discussão outros aspectos como a cegueira, ou seja, o desconhecimento do trabalhador nos mais diversos seguimentos, seja porque trabalha por um salário injusto, seja porque não domina as técnicas de produção, o que torna o seu trabalho menos produtivo. Isso condiz com a realidade que observei no ano de 2012, em que água já não era [tanto] problema em Petrolina, o que vi foi muita gente trabalhando sem

conhecimento, plantando a semente errada, escolhendo a cultura errada, para o solo errado e aplicando agrotóxico errado.

Em 17 de setembro, Callado (1959f) afirma que, no Brasil, ainda existe trabalho escravo e traz uma importante discussão para o cenário nacional, dando destaque ao deputado federal Francisco Julião e o movimento iniciado por ele que ficou conhecido como as Ligas Camponesas. O tom mais marcante dessa reportagem está nas primeiras linhas da matéria quando Callado (1959f, p. 18) afirma que “se uma agência responsável solicitar das Nações Unidas uma investigação sobre as condições de trabalho no Nordeste do Brasil, vamos passar por uma grande vergonha. As Nações Unidas nos incluiriam entre as zonas do mundo onde ainda permanece em vigor o trabalho escravo”. O jornalista coloca em destaque um ponto importante que até então não havia sido discutido, o “*trabalho escravo*” e afirma que tal fato é digno de “*vergonha*” para o país. Afinal, sete décadas depois de ter sido abolida a escravidão no Brasil, é inadmissível que tal prática se mantivesse viva no Nordeste. Porém, o fato é que, ainda hoje, embora possa não haver trabalho escravo de fato, ainda há trabalho praticamente escravo, como o dos colonos do Projeto Bebedouro, que precisam investir dinheiro de suas aposentadorias para conseguir manter seus lotes produzindo, uma vez que possuem dois grandes problemas: o alto custo da água que vem do rio São Francisco e o atravessador²² que é quem coloca preço em seus produtos.

Ao tecer suas análises sobre a realidade que viu em Engenho Galileia, Callado (1959f, p. 11) afirma que lá viu “caras de homens livres”. Os lavradores, diante das altas taxas que tinham que pagar para explorar as terras, viram a necessidade e decidiram se organizar e “criar um fundo, para amparar os [lavradores] que adoecessem e pagar as dívidas dos atrasados” e daí “nasceu a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco [...]. São as chamadas Ligas Camponesas”. Dessa conquista surgiu um movimento e uma bandeira que Julião acreditava ser a da Reforma Agrária, mas ia muito além disso, era “a [bandeira] do despertar do lavrador brasileiro, um dos últimos escravos do ocidente”. Ao utilizar a locução “*caras de homens livres*” para identificar os trabalhadores de Engenho Galileia, Callado chama a atenção para um debate social de repercussão muito maior. Diante das evidências de escravidão, ele traz um exemplo de liberdade por meio da ação coletiva. E

²² Atravessador é um sujeito que está presente no interior do Projeto de Irrigação de Bebedouro e constrói uma relação de dominação para com os colonos, pois é ele quem define o valor que ele pagará pelo quilo de uva ou manga, por exemplo. Como o colono está com a fruta no momento ideal para ser colhida e caso não colha perde toda a produção, ele se sujeita a vender sua produção pelo preço estabelecido por esse atravessador para não ficar com um prejuízo ainda maior.

coloca em evidência o “*lavrador*”, ou seja, o trabalhador rural como um ser capaz de superar as relações de dominação que o subjugavam à condição de escravo.

Na matéria do dia seguinte, intitulada “Cambão: resíduo da escravidão no Nordeste”, Callado (1959g, p. 14) continua os seus registros e críticas sobre a escravidão ainda presente no Brasil e a superação dos “galileus” do Engenho, que se salvaram sozinhos, sem a “ajuda” do DNOCS. Nessa reportagem, o jornalista, mesmo elogiando o movimento das Ligas Camponesas e torcendo para que ele se alastre pelas diversas regiões do país, deixa escapar a finalidade de sua série especial de reportagens: legitimar as ações políticas de JK, empreendidas por Celso Furtado. Tal fato fica implícito quando Callado (1959g, p. 9) afirma que “a solução melhor provavelmente não virá de Ligas Camponesas e sim de um processo de acúmulo de riqueza, proveniente da industrialização do Nordeste”, o que vai ao encontro daquilo que Furtado (1989) pregava em seus discursos.

No dia 19 de setembro, foi publicada uma pequena nota, intitulada “Reportagens sobre a indústria da sêca”, informando que a série de reportagens de Antônio Callado teria continuidade no dia seguinte. Ou seja, nesta data, não houve veiculação das reportagens sobre o Nordeste assinadas pelo jornalista. Na nota, informa-se também que Callado tinha recebido, naquela semana, a visita do deputado Jacó Frantz. O deputado esteve na redação do jornal para esclarecer à Callado que não era grileiro e que havia aprovado no Congresso Nacional “um projeto muito construtivo: doa as terras da União, em Pilões, em lotes de 100 hectares [...] aos grileiros” (CORREIO DA MANHÃ, 1959, p. 12). Não há nenhuma análise ou comentário de Antônio Callado sobre este fato, mas o que fica claro é, diante desse projeto aprovado por Jacó Frantz, o tom irônico que deixa implícito que o deputado seria, de fato, um grileiro que aprova um projeto que atenderia diretamente aos seus interesses.

Na sequência da série, Callado (1959h) retoma as discussões sobre Francisco Julião e as Ligas Camponesas. Embora o jornalista afirme que as Ligas Camponesas já fossem aceitas no estado de Pernambuco, ele aponta que reações violetas por parte dos proprietários das terras ainda aconteciam. Além disso, estes também acusavam “as Ligas [de serem] um instrumento do Partido Comunista” (p. 17). Esse ideário de comunismo foi difundido por grandes latifundiários, como pude perceber durante a minha pesquisa de campo em Petrolina [esse ponto será melhor trabalhado no próximo capítulo]. Ao associar o “*Partido Comunista*” às “*Ligas Camponesas*”, os grandes proprietários de terras tinham por objetivo enfraquecer o movimento, espalhando o medo entre os lavradores que, por causa da cegueira causada pela falta de informação, muitas vezes preferiam não participar desse tipo de movimento para

evitar o risco de se tornarem escravos do governo. O problema é que agindo dessa forma, eles se mantinham escravos de grupos dominantes representados pelos grandes latifundiários.

Callado (1959h, p. 17) conclui afirmando que “o Nordeste deixa um gôsto de cinza na boca da gente. [...] Antes da Abolição havia no Brasil um requisito indispensável para se ser escravo: a côm preta. O Nordeste acabou com o preconceito. Qualquer um pode ser escravo que êste país é livre, ora essa”. Nessa reportagem, o jornalista se despede do Nordeste e de suas “reportagens desagradáveis” e informa que tentará formular suas conclusões, em uma última nota (CALLADO, 1959h, p. 17). Ao usar o termo “*gosto de cinza*”, Callado se vale da sinestesia para provocar no leitor a sensação de que, ao final da série de reportagens, fica um dissabor sobre tantos problemas sociais e políticos enfrentados no Nordeste e que estão longe de se resumir à falta d’água.

No dia 21 de setembro, o jornal Correio da Manhã não circulou e no dia seguinte, não foi veiculada a prometida nota conclusiva. Esta foi veiculada no exemplar do dia 23 de setembro. Nesta última reportagem da série, Callado (1959i) concorda com Celso Furtado e afirma que se o Nordeste continuasse a se diferenciar da região Centro-Sul, o Brasil estaria cada vez mais próximo de uma revolução separatista. O jornalista afirma que

A sêca provoca, no Nordeste, uma catástrofe social porque representa o colapso da produção de alimentos e êsse colapso ocorre, em grande parte, pela teimosia das chamadas “elites” nordestinas, conservadoras, egoístas e politizadas no mais inferior sentido da palavra, e o paternalismo governamental do que se beneficiam. Em lugar de se organizarem para combater a sêca essas “elites” industrializaram a sêca. Vivem dela e do que ela rende. [...] precisavam de um Banco da Sêca, que nutrisse a calamidade e seus industriais, e o obtiveram no DNOCS (p. 12).

A “*catástrofe social*” denunciada pelo jornalista reflete as carências locais. Ao que ele indica, não se trata apenas de uma catástrofe natural, uma condição climática, mas sim uma condição subumana, caracterizada pelo subdesenvolvimento social, econômico e político. Especialmente, por ser a “*elite*” representada pelo poder político e pelos coronéis sem patente, a origem e manutenção dessa catástrofe social traduzida por Callado como “*indústria da seca*” que é alimentada pelo DNOCS, um órgão federal criado para diminuir os impactos climáticos produzidos pela seca, mas que só serviu para manter e acentuar os impactos [anti]sociais causados por ela.

Callado (1959i) continua sua conclusão afirmando que o PTB cearense é contra qualquer ação que altere o *status quo* dos industriais da seca, com quem o partido estava fortemente comprometido. Ele retoma as discussões sobre a escravização do povo e a revolução em Engenho Galileia, com a esperança de que esta servisse como um novo ponto

de partida para os brasileiros oprimidos. Pois, em suas próprias palavras, “no Brasil inteiro, e principalmente no Nordeste, a situação do ‘camponês’ é lamentável” (p. 7).

O jornalista também faz severas denúncias e afirma que o DNOCS é um “grande instrumento de corrupção no Nordeste [...] é uma fonte de ouro no Polígono das Sêcas” (p. 7). Além das denúncias, Callado (1959i) também apresenta apontamentos e retoma alguns pontos já debatidos nas reportagens anteriores, mas o que chama a atenção nesse momento é o intradiscurso. Ao falar sobre CODENO e SUDENE, o jornalista endossa tudo aquilo que Celso Furtado defende no Relatório do GTDN: que a direção e o controle do DNOCS devem ser atribuição da SUDENE e que não se deve preocupar com a acumulação de água no Nordeste, mas sim pensar em formas de aproveitar a água já acumulada para a irrigação.

Assim, Antônio Callado cumpre sua missão de “arar o terreno” para Celso Furtado e a SUDENE, sinalizando claramente que esta seria a melhor [e única] alternativa para o Nordeste e para se colocar um ponto final na trágica indústria por ele denunciada. Ele, então, desempenha o papel [nada] apolítico [e estratégico] de colocar o Nordeste no centro das discussões no país naquele momento e dá, às propostas do economista, um lugar de destaque e importância para que todas essas tragédias sociais possam ser superadas. Além disso, Antônio Callado constrói um forte e influente discurso sobre a seca do Nordeste que possui desdobramentos ainda hoje no cenário nacional, como a própria indústria da seca.

Neste contexto, Furtado (1989) relata que o apoio do jornal, ou melhor, do jornalista, foi decisivo para que seu projeto, ainda embrionário/ideário, se tornasse um elemento de peso no debate político nacional. Durante o lançamento dessa nova política, Celso Furtado apresentou uma síntese do documento que ele havia redigido, mas que preferiu colocá-lo em nome do GTDN, medida que o economista considerou “providencial para a sua sobrevivência [do documento]” quando os ditadores tornaram suspeito tudo aquilo que continha seu nome. Segundo Vidal (2011), o documento foi intitulado *Uma nova política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, também conhecido como o Relatório do GTDN. Estava dividido em quatro partes: 1) O nordeste na economia brasileira; 2) Elementos dinâmicos da economia do nordeste; 3) Aspectos econômicos do problema das secas; e, 4) Plano de Ação. A grande denúncia desse documento era a crescente disparidade entre o nordeste e o centro-sul e o economista afirmava que isso vinha sendo agravado pela própria política desenvolvimentista adotada pelo governo (FURTADO, 1989, p. 56).

Um dos pontos fortes do documento foi um diagnóstico feito sobre o problema vivido no semiárido. Segundo Furtado (1989, p. 55), a economia local estava baseada na pecuária

extensiva e na agricultura de subsistência, o que servia como “uma armadilha para reter um excesso de população que somente sobrevive porque o governo federal a assiste periodicamente.” E para resolver esta situação-problema, ele sugere que sejam intensificados os investimentos industriais; uma transformação da economia agrícola na faixa úmida litorânea, para que seja possível uma oferta adequada de alimentos e viabilize sua industrialização; uma transformação também na área semiárida, com o intuito de aumentar a sua produtividade e torná-la mais resistente à seca; e, deslocamento da fronteira agrícola, acrescentando a área úmida maranhense a região, de modo que esta possa absorver o excedente populacional produzidos por esta reorganização econômica no semiárido.

Silva Filho (1997) afirma que o relatório do GTDN foi alvo de muitas críticas dentre elas, ele ressalta que um ponto de vulnerabilidade desse documento apontado na literatura reside na contextualização econômico regional e nacional. Duarte (1994) também aponta que no relatório não há menção à trabalhos consultados, o que poderia ser justificado pelo caráter mais técnico que científico do documento, porém, o autor aponta que ao omitir as influências que nortearam o trabalho, entre outros problemas, deixou no esquecimento o trabalho de Hans Singer, divulgado em 1953, que foi o primeiro a relatar a economia nordestina. Duque (2004) afirma que em 1952, o governo brasileiro solicitou às Nações Unidas um conselheiro para ajudar o BNDE no estudo das questões nordestinas e, nesta oportunidade veio ao Brasil o economista Hans Singer, uma autoridade em termos de desenvolvimento, ele escreveu sete relatórios sobre a região, o que Duarte (1994) afirma ter sido silenciado.

Tal fato fez com que o documento tivesse um tom que desconsidera o avançado grau de integração que já existia na economia brasileira, na década de 1950. Além disso, Silva Filho (1997) ainda afirma que a crença que os estruturalistas tinham na industrialização desenvolvida pelo Estado fez com que desprezassem os aspectos concorrenciais que poderiam ter integrado de forma competitiva o mercado industrial nordestino ao nacional. Embora hajam críticas ao relatório escrito por Celso Furtado, é importante ressaltar que foi ele quem baseou e norteou as políticas públicas adotadas por JK e outros presidentes em relação ao nordeste. E, como ressalta Albuquerque (1997, p. 471), o documento do GTDN tem a sua importância “para o nordeste ao apresentar uma nova e fértil compreensão de sua realidade, inclusive ao destacar elementos dinâmicos da economia e criar um clima de mais otimismo e confiança no futuro regional”.

Nesse sentido, na reunião de lançamento da Operação Nordeste, JK enviou uma mensagem²³ ao Congresso Nacional propondo a criação de um órgão que implementaria essa política, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Segundo Cabral (2011), esta entidade teria como finalidade estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do nordeste; coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo dos órgãos federais da região; executar diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, projetos referentes ao desenvolvimento do nordeste que lhe forem atribuídos, bem como contratar diretamente créditos de exterior; e, coordenar programas de assistência técnica estrangeira. Mas, até que este órgão fosse implantado, JK assinou um decreto que instituía o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), que ficaria responsável por dar encaminhamento a tudo o que fosse possível ao governo realizar (FURTADO, 1989).

Para o autor, o ponto mais importante de se instituir um Conselho deliberativo para o CODENO, que se reunia mensalmente nas diversas capitais nordestinas, foi o fato dos governadores tomarem conhecimento dos problemas de outros estados da região e o debate público desses problemas repercutia na imprensa local e não apenas nas grandes capitais do Centro-Sul, assim, o CODENO cumpriu o seu papel de não se perder em palavrórios e ser, de fato, um órgão prefigurador da Superintendência, cujo projeto tramitava no Congresso Nacional.

Porém, Furtado (1989) afirma que embora muito se falasse em industrialização, o maior problema para o nordeste era a agricultura. Para ele, se parte das terras do litoral fossem destinadas à produção de alimentos, e não apenas aos latifúndios de açucareiros, seria mais fácil construir oportunidades de empregos urbanos, mas a Constituição fechava qualquer possibilidade de início de reforma agrária no país. Como não seria possível este tipo de manobra, o economista afirma que voltou seus esforços para a irrigação e, neste sentido, o rio São Francisco guardava grande potencial.

O autor afirma que desde a instituição do CODENO, as Nações Unidas ofereceram apoio técnico por meio de seu Fundo Especial, com empréstimo no valor de 974 mil dólares, para que fosse possível explorar as possibilidades de irrigação no curso médio do rio São Francisco. Segundo Furtado (1989), nesta região já havia energia elétrica disponível e a água, além de abundante, era barata, porém, era preciso resolver o problema do solo, uma vez que esta é uma das áreas mais áspers da caatinga. Por se tratar de terras quase sem utilização, seu valor comercial era baixo, o que facilitaria a aquisição para implantar ali um projeto de

²³ A Mensagem nº 79A, de 1959, do Poder Executivo, pode ser encontrada na íntegra em Silva Filho (2009, p. 53-56).

colonização. O autor ainda chama a atenção para o fato de que um projeto desses demanda muito tempo, pois é preciso fazer estudos pedológicos e instalar estações experimentais para avaliar a produtividade dos solos. Ao visitar algumas áreas de açudes, que se ensaiavam projetos de irrigação com recursos públicos, Furtado (1989) observou que o dinheiro público estava sendo utilizado apenas para manutenção dos latifúndios. Então, ele percebeu que era importante se criar uma lei que regulamentasse o uso das águas e dos solos destinados à irrigação por meio de investimentos públicos.

O intuito ao se instituir uma Lei de Irrigação “era criar uma classe de agricultores regantes, organizados em unidades familiares. Os antigos proprietários conservariam uma parcela de terra, que podia ser maior do que as demais, sempre que se dedicassem com exclusividade à nova agricultura irrigada” e os irrigantes seriam instruídos a evitar “culturas permanentes, a fim de que, em caso de seca, os regantes pudessem ser orientados para produção exclusiva de alimentos de uso local” (FURTADO, 1989, p. 64). Ainda segundo o autor, este projeto de lei era a primeira iniciativa séria afim de modificar o ordem social de estagnação e miséria vigente na região. Em outras palavras, era um enfrentamento aos “industriais da seca”.

Furtado (1989) aponta que o projeto de lei foi para votação no Congresso Nacional, porém, em uma clara tentativa de golpe, a bancada ligada a interesses latifundiários colocou em votação uma outra lei de irrigação, um projeto antigo de um parlamentar paraibano ligado aos interesses da açudagem, para votação em substituição à proposta apresentada pelos integrantes do CODENO. Quando a manobra foi percebida, restava apenas o veto presidencial para que a tal lei não fosse aprovada e que o Congresso não vetasse o veto do presidente. Os integrantes do Conselho conseguiram este duplo veto e a lei não foi aprovada, mas, por outro lado, a bancada ligada aos interesses latifundiários se posicionou contra o projeto de lei que instituía a SUDENE, o que comprometia totalmente a continuidade dos trabalhos iniciados pelo CODENO. A Lei 6.662 que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação só foi promulgada em 25 de junho 1979 (BRASIL, 1979) e em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei 12.787 que revoga a Lei 6.662 e traz novas disposições sobre a Política Nacional de Irrigação (BRASIL, 2013).

Em 4 de novembro de 1959, durante a reunião do Conselho Deliberativo, Celso Furtado expôs a real situação e afirmou que para prosseguirem com seus projetos, dependiam da criação da SUDENE, caso ela não fosse criada, o grupo não teria condições financeiras de continuar seus projetos. No mesmo dia, o economista esteve presente em um programa de

televisão em Recife e disse que caso essa lei não fosse aprovada tal qual fora submetida ao Congresso, que ele daria esta briga como perdida. A repercussão foi tamanha que houve manifestos em todas as capitais nordestinas em favor da criação da SUDENE, foram enviados manifestos ao Congresso, atos públicos, como o “enterro” do senador Argemiro de Figueiredo, que era o parlamentar que liderava o grupo contra a instituição da Superintendência e manifestação de operários, trabalhadores rurais, comerciantes e estudantes em todo o nordeste (FURTADO, 1989).

Furtado (1989) afirma que o maior entrave não era a aprovação da lei. A SUDENE seria criada, porém, um grupo de parlamentares nordestinos não queria que o economista fosse o superintendente, o provável sucessor seria Apolônio Salles, que segundo Silva Filho (2009), já havia ocupado o cargo de Ministro da Agricultura na década de 40. No dia 2 de dezembro, durante a última reunião do CODENO, os conselheiros enviaram uma mensagem ao presidente da república, na qual tornavam público o apoio e a confiança no trabalho que Celso Furtado vinha desenvolvendo para com a região e o país. No dia 15 de dezembro de 1959, foi aprovada a lei nº 3.692²⁴ que instituiu a SUDENE. JK chamou Celso Furtado e disse: “Você me cria problemas, homem! Nunca me havia acontecido uma coisa dessas. Fui obrigado a simular, faltar à verdade, para arrancar daquela gente a aprovação da SUDENE. Dei entender que não nomearia você. Só assim eles aprovaram. Mas já está nomeado. Prepare-se para tomar posse” (FURTADO, 1989, p. 80).

Segundo Silva Filho (2009), o objetivo inicial que se tinha com a criação da SUDENE era que esse fosse um órgão relacionado à pesquisa, estudos, programações e execução, quando necessário, de programas desenvolvimentistas para a região nordeste. O autor ainda ressalta que este desenvolvimento era entendido como aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Duque (2004, p. 90) ressalta que a SUDENE também tinha a função de “conceder benefícios fiscais, planejar as tarefas, distribuir recursos financeiros, fiscalizar a execução dos trabalhos e cooperar com os departamentos e entidades da União e dos estados, na área nordestina”. A partir do próximo tópico, acrescento as narrativas dos sujeitos entrevistados para reconstruir as histórias sobre o início dos trabalhos da SUDENE na região do Projeto Bebedouro e sobre a [sub]vida dos colonos no interior deste Projeto.

3.3 1960 a 1968: O início dos trabalhos da SUDENE e a “reinvenção” do Nordeste

²⁴ A Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, pode ser encontrada na íntegra em Silva Filho (2009, p. 56-65).

No início dos trabalhos da SUDENE, Furtado (1989, p. 85) afirma que um grande problema enfrentado foi a falta de “pessoal especializado e adequadamente motivado”. O que também pode ser depreendido da fala dos ex-funcionários da SUDENE. Para transpor as falas dos sujeitos para cá, peço licença ao leitor para apresentá-las em forma de cordel. Embora a linguística não seja a minha formação, quis deixar o registro das falas deles ritmada, tal qual sua pronúncia, como no trecho a seguir:

[Por]Que a gente não tinha aqui conhecimento,²⁵
 e nem pessoas com conhecimento,
 Nessa área de irrigação, né?
 E então precisava de um projeto com o apoio de uma instituição internacional.
 E que além disso,
 Que alocasse recurso [financeiro] também...
 [...]
 A SUDENE tinha uma equipe jovem,
 Porque pegou pessoas,
 não só agrônomos na época,
 Mas pegou gente de outras áreas também.
 E dava treinamento,
 Porque o projeto incluía treinamento.
 [João, ex-funcionário da Sudene²⁶]

Na fala do ex-funcionário da SUDENE, alguns pontos precisam ser destacados para que a análise, como um todo, possa ser mais esclarecedora. O que se pode notar, de início, é que, por meio da fala dele, a SUDENE trouxe a solução para os problemas do Vale do São Francisco. Isto pode ser observado quando é atribuída à SUDENE [reificada na fala do ex-funcionário] a consecução de apoio de uma “*instituição internacional*” para a realização do projeto. É importante notar que, para ele, esta realização só seria possível se houvesse apoio de instituições estrangeiras, o que já demarca o tipo de relação que foi construída mesmo antes da inauguração do Projeto de Irrigação de Bebedouro: a dependência, seja ela técnica, apontada por meio da aquisição de “*conhecimento*”, ou financeira, “*que alocasse recurso [financeiro]*”. E, além disso, pela fala do entrevistado, fica claro que a SUDENE era responsável por treinar a equipe de “*jovens*” recém-formados, não porque o treinamento fosse necessário, mas porque “*o projeto incluía treinamento*”.

²⁵ As entrevistas foram transcritas na tentativa de deixar as falas escritas o mais próximo possível do modo como foram faladas, assim como um poema, que é escrito para ser declamado, ou seja, oralizado. Por isso, sugiro ao leitor lê-las considerando cada quebra da frase como uma pequena pausa feita pelo narrador no momento da entrevista. O ritmo das falas será dado por estas pausas e por alguma pontuação que, embora não apareçam na linguagem falada, ousou colocá-las na transcrição para garantir o movimento da fala também quando escrita. O que aparece entre colchetes faz parte da fala que ficou subentendida e as reticências entre colchetes significa que parte da fala foi aqui suprimida.

²⁶ Os entrevistados foram identificados por nomes fictícios.

Nesse sentido, Silva Filho (2009, p. 11) afirma que as preocupações em relação à assistência técnica estavam voltadas para o “levantamento e pesquisas básicas nas áreas de aerofotogrametria, geologia, hidrogeologia, pedologia, cartografia e assemelhados, bem como pesquisas e estudos socioeconômicos que permitissem o conhecimento da região”. O que também está presente na fala de ex-funcionários da SUDENE, ilustrado a seguir pela fala de um deles.

A limitação era a cobertura aerofotogramétrica, sabe?
Pra fazer o trabalho de solo e hidrologia
Precisaria de fotografias aéreas.
[João, ex-funcionário da Sudene]

Diante dessas carências, Celso Furtado, em nome da SUDENE, solicitou apoio técnico e financeiro à *Food Agriculture Organization* (FAO), para a realização de trabalhos especificamente na região do Submédio São Francisco (SOBEL; ORTEGA, 2006). Tal fato também é ilustrado na fala de ex-funcionários:

Quando o Celso Furtado,
Com o pessoal da SUDENE,
Pensaram em irrigação,
Chamou a FAO, né?
Aliás, a FAO foi nomeada pelo Fundo das Nações Unidas.
[João, ex-funcionário da Sudene]

Falava-se muito em irrigação, certo?
Então, foi construído,
Pela SUDENE,
Que seria instalado o projeto de irrigação ao longo do rio São Francisco,
E pra isso aí foi
Solicitado uma ajuda da FAO.
Pra que fosse feito o levantamento dos solos
E um estudo de viabilidade econômica das áreas da irrigação.
[José, ex-funcionário da Sudene]

Diante da limitação técnica da equipe e de recursos para fazer todo o mapeamento necessário, Celso Furtado, na condição de superintendente da SUDENE, pede auxílio às Nações Unidas, que por meio da FAO estabelece um convênio com o órgão brasileiro. A figura de Celso Furtado, o herói nordestino, povoa o imaginário de muitos deles, como pode ser observado na fala dos ex-funcionários da SUDENE.

O objetivo principal das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação era fomentar uma maior produção e melhor distribuição de alimentos, especialmente em países menos desenvolvidos (FAO, 1965). Então, esse pedido foi aprovado pelo conselho deliberativo do Fundo Especial das Nações Unidas em 1959 (BRASIL, 1969). Assim, é importante observar

que, enquanto Celso Furtado pretende construir uma alternativa à seca, aproveitando as águas do Rio São Francisco, o intuito das Nações Unidas é apenas um: estimular a produção e distribuição de alimentos em países menos desenvolvidos. Ou seja, os meios utilizados foram os mesmos, porém, os resultados esperados eram particulares, embora em alguma medida fossem coincidentes.

Segundo Silva Filho (2009), o objetivo desse convênio era o desenvolvimento de pesquisas e experimentos. Para capacitar o pessoal da região, a SUDENE realizou vários cursos nas áreas de planejamento educacional, planejamento agrícola e planejamento de infraestrutura, todos eles com o intuito de formar equipes interdisciplinares que utilizariam o planejamento como instrumento de racionalização na utilização de recursos escassos. Assim, Duque (2004) destaca que a condução de estudos por parte dos técnicos da FAO contribuíram muito para avanços em relação ao mapeamento hidrogeológico, pedológico e para o estabelecimento da irrigação no Médio São Francisco.

Os estudos conduzidos pelos técnicos da FAO em parceria com os da SUDENE foram feitos entre os anos de 1961 e 1968 (FAO, 1966a; FAO, 1966b; FAO, 1966c; FAO, 1966d; FAO, 1967; POULTNEY, 1968; RICHARDSON; VAN VUGT, 1965). Esses levantamentos foram feitos em três fases: 1ª) levantamento de solos, investigação hidrológicas, estudos agronômicos e de engenharia; 2ª) experimentação agropecuária, estudos de viabilidade econômica e elaboração dos anteprojetos; 3ª) elaboração detalhada dos projetos em áreas selecionadas como prioritárias, de acordo com o resultado das fases anteriores e início da implantação dos projetos, segundo os planos da SUDENE (BRASIL, 1969).

Ainda foram instaladas duas estações meteorológicas nas regiões que possivelmente seriam irrigadas, a fim de obter dados climáticos, até então não disponíveis, que seriam necessários para direcionar os programas de irrigação experimentais. Ao final destes trabalhos, os técnicos constataram que era viável fisicamente a irrigação em larga escala no Submédio São Francisco, porém, havia uma carência de dados sobre a exploração agrícola dos solos selecionados, uma vez que esses solos eram completamente inexplorados na região.

Em 62,
 Eu tava mais um tio,
 [...]
 Cuidando do gado lá [na área do Projeto Bebedouro],
 Na bêra-rio,
 Numa casinha de baixo de um pé de madeira,
 Quando a SUDENE chegô pra fazê as picadas
 E fazer aqueles buraco pra fazê as análise da terra, né?
 [...]
 Até o pessoal estranharo aquilo um pôco

[Raimundo, desapropriado]

O primeiro ponto que chegaram pra iniciar esse trabalho,
Foi os levantamentos principalmente hidrológicos e de solos.

[...]

Então isso foi determinante [para a escolha dessa região para implantação dos projetos pilotos],

Porque havia um embasamento de informação,

Um mapa na escala de 1:25

Com curva de nível

A cada 5 metros

Isso aí é uma riqueza praquela época, né?

Isso era anos 60.

Lugar nenhum tinha isso,

Quer dizer,

Lugar nenhum aqui no Nordeste.

Então eles escolhem esse trecho.

[...]

Tava dentro do semiárido,

Porque se pensava nisso:

Tinha uma fonte d'água

De primeira qualidade que é a água do São Francisco.

[João, ex-funcionário da Sudene]

Os campos experimentais era pra determinar o que explorar nessas áreas,

E fazer irrigação pra minorar o efeito da seca, né?

E promover o desenvolvimento

Com a agricultura irrigada

[Júlio, ex-funcionário da Sudene]

A fala do desapropriado demonstra a falta de informação da época. Enquanto os ex-funcionários da SUDENE sabiam exatamente o que estava acontecendo: eram estudos para se definir o “*trecho*” no qual se instalaria o projeto e, depois de definido o local, o que iria “*explorar nessas áreas*”, porém, esqueceram de avisar aos principais interessados e que, necessariamente, deveriam ter sido envolvidos logo no início dos trabalhos, foram os últimos a saber do que se tratava aquela movimentação de análise de terra e “*até o pessoal estranharo aquilo um pôco*” porque não sabiam do que se tratava.

Então, para obter dados sobre a viabilidade econômica, foram instaladas duas estações experimentais, uma na margem pernambucana [em uma localidade denominada Barra de Bebedouro] em 1963 e outra à margem baiana [na área fazenda Mandacaru] no ano de 1964, pois foi constatado que em cada uma das margens do rio São Francisco havia solos diferentes. Nesse sentido, os estudos de economia visavam estimar os custos de implantação da irrigação nas áreas selecionadas e a capacidade de retorno financeiro após sua implantação (BRASIL, 1969). O que também pode ser depreendido da fala de alguns funcionários da SUDENE.

Aí eu fiquei aqui acompanhando os técnicos da FAO nos trabalhos de pesquisa,

Em áreas que foram previamente selecionadas,
 E áreas que representavam determinadas tipos de solos.
 Uns tinha solo mais argilosos,
 Outros mais arenosos.
 Então a estação experimental foi montada
 Nas área que representava os tipos mais predominantes de solo da região.
 Então, houve a formação de duas estações experimentais:
 Uma aqui em Pernambuco, que é Bebedouro
 E uma na Bahia, que é Mandacaru
 Nós trabalhamos pra introduzir meio mundo de cultivares e ver quais se adaptavam
 melhor.
 [Jorge, ex-funcionário da Sudene]

Primeiro, se testou várias culturas pra ver o que era viável aqui.
 Foi o primeiro esforço, né?
 Aquela estação experimental do Bebedouro não tinha nem água bombeada ainda.
 Não tinha energia,
 Não tinha o motor ainda.
 Então pegava no caminhão pipa,
 Nessa época era o caminhão pipa.
 Aí fazia os canteirinho lá,
 Pra plantar umas coisinha.
 Tanto aqui como lá do lado da Bahia.
 [...]
 Então, a partir daí,
 Fizeram o mapeamento de reconhecimento.
 Depois o mapeamento semi-detalhado,
 E depois um mapeamento detalhado de pequenas área e daí veio os projetos piloto,
 né?
 [João, ex-funcionário da Sudene].

Em 1966,
 E paralelamente aos trabalhos das pesquisas
 Das estações experimentais e do laboratório,
 Foi definido instalar 2 projetos piloto:
 Um junto à estação do bebedouro,
 E outro junto a estação de mandacaru.
 Então, esses projeto de bebedouro,
 Tinha aproximadamente 130 hectares.
 E foi selecionado os colonos.
 Foi dividido em lotes,
 Aproximadamente de 6 hectares.
 Foram selecionados os colonos que iam trabalhar nesses lotes.
 [José, ex-funcionário da Sudene]

A escolha do local onde seria implantado o projeto foi feita com base nessas informações coletadas, pela extensão de áreas aproveitáveis com irrigação, a proximidade com o rio e condições topográficas favoráveis. Essa área, considerada de utilidade pública foi então desapropriada (BRASIL, 1968) por meio do Decreto do Conselho de Ministros nº 1303 (BRASIL, 1962). De acordo com Peña (1969), a lei que instituiu a SUDENE indicava, com base no Decreto-Lei nº 3.365 (BRASIL, 1941), que para fins de execução de projetos sob sua

responsabilidade, poderia a Superintendência promover a expropriação, seja por interesses sociais ou utilidade pública.

Foi feito o levantamento [das terras para implantação dos projetos],
 Independentemente de qualquer contato com os proprietário de terra.
 [depois] Foi feito um contato,
 Eles autorizaram [os representantes do governo].
 E houve uma certa reação [por parte dos donos das terras].
 Mas eles concordaram com a estação experimental.
 Porque a SUDENE chegou,
 E falou que seria vantajoso pros filhos dele.
 Que ia produzir,
 Que ia irriga toda aquela área.
 [José, ex-funcionário da Sudene]

Segundo Barros (2007) as terras que foram desapropriadas para implantação do projeto irrigado eram terras devolutas, ou seja, propriedades públicas e que, portanto, não pertenciam efetivamente a nenhum particular, mesmo que ocupadas. Porém, os antigos moradores ocupantes dessas terras se consideravam proprietários das mesmas. Além disso, mesmo que esses ocupantes fossem posseiros, o que se percebe na fala do entrevistado é a noção de pertencimento, e mais, a sensação de não ter sido consultado, uma vez que as terras tinham donos. Quem decidiu se as terras seriam usadas para a construção do projeto de irrigação não foram os donos do lugar, “foi feito o levantamento [...]Independentemente de qualquer contato com os proprietário de terra”. A decisão foi imposta pelo governo, “eles autorizaram” e não nós [os verdadeiros donos da terra e do lugar]. No fragmento acima, é possível depreender que o discurso de convencimento, por parte dos representantes da SUDENE, passou pela esperança de dias melhores para “os filhos dele”, ou seja, para as futuras gerações. Esse tipo de discurso, na situação em que esses posseiros/donos se encontravam, soa como uma promessa de dias melhores, porém, eles haviam tirado o bilhete ruim na loteria denunciada por Antônio Callado.

Graziano da Silva (1989) chama atenção para o fato de que com a desapropriação dos pequenos produtores que viviam nas áreas em que seriam implantados os projetos de irrigação, houve um alto impacto social.

Inclusive meu pai era juiz aqui.
 E meu pai
 Falou pra SUDENE,
 Que se a SUDENE quisesse desapropriar,
 Era pra uma obra social.
 Juridicamente você pode desapropriar o pessoal dali,
 e deixar o processo correndo ali [na justiça], né?
 Aí meu pai deu esse conselho pra eles:
 “Mas vocês não devem resolver um problema social,
 Criando outro problema social”.
 [Júlio, ex-funcionário da Sudene]

É possível identificar claramente a interdiscursividade nesta fala do ex-funcionário da SUDENE. Aqui, ele relata a fala e, conseqüentemente, a postura do seu pai sobre a desapropriação das terras às margens do rio São Francisco. Era uma desapropriação legal, porque “*era pra uma obra social*”. Mas, em sua fala, o entrevistado deseja demonstrar a postura do seu pai de desacordo com a desapropriação quando ele diz “*Mas vocês não devem resolver um problema social/criando outro problema social*”.

Graziano da Silva (1989) afirma que esse alto impacto social aconteceu por dois motivos: os valores indenizatórios pagos foram menores que os do mercado e pelo fato de que eles ficaram sem terras para sua produção, mesmo que para subsistência. A desapropriação foi a forma encontrada pelos governantes para solucionar o problema de terras no Nordeste. Mas seria possível resolver o problema da distribuição de terras expulsando pequenos produtores de suas áreas de subsistência? Essa foi a decisão tomada em diferentes localidades no Nordeste brasileiro (BARROS, 2007; DOURADO; MESQUITA, 2010; PORFÍRIO, 2007; PORTELA; FREITAS, 2007; VASCONCELOS; BRAGA, 2007), inclusive na área do Projeto Bebedouro. Porém, como ressaltado por Graziano da Silva (1989) o impacto social gerado por essa medida foi alto, como se pode observar nesse fragmento da fala de um dos desapropriados

O [Projeto] Bebedô, ele,
 Pra muita gente foi uma vantage.
 Não foi muita vantage foi pros proprietário!
 Pruque eram dono, [e]
 Ficaro sem as terra
 [...]
 [A SUDENE] Pagô só aquela benfeitoriazinha que a pessoa tinha
 Se a pessoa tinha uma roça lá na bêra do rio
 Pruque o pessoal naquele tempo
 eles só se envolvia com a bêra-rio
 [...]
 Aí ele só tinha aquela rocinha da bêra-rio
 As veiz tinha uma casa
 Otros tinha uma roça
 Aí quer dizer que onde tinha aquelas roça
 Aquelas benfeitoria
 Foi pago, né?
 Mas aquelas terra que não tinha benfeitoria
 Não foi paga
 Só foi pago as benfeitoria que tinha
 E assim mesmo
 Um pagamento fraco, né?
 Foi só o que a gente chamava de indenização
 Mas só foi uma coisazinha fraca essa indenizaçõzinha deles
 E no fim da história foi uma mixaria de indenização
 [Raimundo, desapropriado]

É possível depreender da fala do desapropriado que o Projeto Bebedouro foi vantajoso para alguns grupos, mas não foi para os “*proprietário*”, porque eram “*dono*” das terras e ficaram sem elas. Aqui, é possível observar a noção de injustiça, porque aqueles proprietários, ainda que o fossem de forma ilegal, por meio simplesmente da posse, se sentiam donos daquelas propriedades e se viram sem nada, sem “*terra*” e sem dinheiro. Porque as indenizações foi “*um pagamento fraco*”, ou seja, a relação de desapropriação e pagamento de indenização foi desequilibrada, uma vez que os desapropriados tiveram que entregar tudo o que tinham e em troca, receberam uma “*coisazinha fraca*”. Esta “*coisazinha fraca*” era a indenização desproporcional ao bem que possuíam, em outras palavras, o dinheiro que receberam foi muito pouco, uma “*mixaria*”.

Ou seja, além de ficar sem as terras, o valor indenizatório foi baixo, uma vez que, dadas as condições climáticas, seria difícil que o proprietário/posseiro conseguisse plantar em toda a sua propriedade. As benfeitorias relatadas pelo desapropriado, se concentravam apenas às margens do rio, pois eles não possuíam tecnologia suficiente para levar a água para outros pontos da localidade. Então, as demais áreas da propriedade eram usadas para a criação de gado, caprinos e ovinos. Como a criação era extensiva, não havia benfeitorias nessas áreas, por isso o valor pago pelas indenizações foi aquém do esperado mediante o tamanho das terras que cada um possuía.

Como ressalta Martins (1991), no contexto do campo e das intervenções estatais, inicialmente se expropria as pessoas/comunidades do direito ao acesso a terra por eles ocupada, por meio da desapropriação, ou melhor, da expulsão, pagando indenizações irrisórias. Tal fato contribui sobremaneira para que esses se tornem mão-de-obra assalariada que será/é explorada pelo capital, como pude constatar durante a pesquisa de campo. Nesse sentido, Bloch (1996) afirma que aqueles que tiveram que sair de suas terras para a implantação dos projetos irrigados estão entre os que não se beneficiaram com a transformação e modernização agrícola.

Com as baixas indenizações e a perda da terra para produção de subsistência, os proprietários/posseiros resistiram à desapropriação. Segundo um ex-funcionário da SUDENE que participou desse momento de negociação, houve muito problema nesse processo de desapropriação, o que foi agravado pela falta de apoio do poder político local. Segundo ele

O pessoal não queria ser desapropriado,
Óbvio que não!
E de início,
A gente,
A SUDENE não tinha o apoio

Do pessoal da política local, né?
 Porque eles também,
 ficavam meio de orelha em pé, né?
 Pra desapropriar o bebedouro teve muita briga,
 Muita discussão,
 Confusão.
 Inicialmente por falta de um apoio [dos políticos locais],
 Vamos dizer,
 Aquele pessoal,
 Politicamente,
 Era ligado ao grupo Coelho aqui.
 E eles ficavam meio na corda bamba,
 Sem saber se o negócio ia dar certo,
 Se não ia.
 [Júlio, ex-funcionário da Sudene]

Quando o assunto é desapropriação, os ex-funcionários da SUDENE, aqui representados pela fala de um deles, foram unânimes em afirmar que houve resistência por parte do pessoal que seria desapropriado. Tal fato faz com que seja importante dizer que, de fato, esses proprietários/posseiros não foram “*desapropriados*” como se tem discutido, mas foram sim, expropriados. Para alguns autores, como Meirelles (2002, p. 569), desapropriação e expropriação são sinônimos, seriam “a transferência compulsória da propriedade particular (ou pública de entidade de grau inferior para a superior) para o Poder Público ou seus delegados, por utilidade ou necessidade pública ou, ainda, por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”. Porém, acredito que aqui caiba uma reflexão que perpassa as noções de direito. O Prefixo *ex* significa movimento para fora (CUNHA; CINTRA, 1985), ou seja, expropriar vai além de tirar a posse. Significa colocar para fora da propriedade, exatamente como aconteceu em Bebedouro com os antigos moradores daquela localidade, foram expulsos das terras que habitaram durante décadas.

Além disso, outro ponto importantíssimo na fala do ex-funcionário da SUDENE, diz respeito ao [não]apoio da liderança política local. Isso também foi determinante para que os proprietários das terras que dariam lugar ao Projeto Bebedouro preferissem receber uma indenização irrisória, a ter um lote [ou parcela] no interior do projeto. Pela fala do entrevistado, o “*grupo Coelho*” não queria que houvesse a desapropriação da área. Porém, essa “*briga*” travada por eles, não tinha nada a ver com a preocupação com aqueles que seriam desapropriados. O que eles queriam era manter seu eleitorado e a concentração de poder e renda, sem ter que dividir o prestígio com a “*SUDENE*”, pois, caso “*o negócio*” da irrigação desse certo, a configuração social e política na região poderia mudar substancialmente.

Conversei com um vaqueiro que era proprietário das terras que foram desapropriadas e ele disse que no início

Houve aquelas conversa [de comunismo],
 Inclusive hôte uma palesta
 De dôto Osvaldo [Coelho].
 Acredito que até dôto Nilo [Coelho] tava.
 Lá na casa do tio meu,
 Que morava lá [na região do Projeto Bebedouro].
 Aí houve uma reunião.
 Ele morava na bêra-rio próximo a NS-1.
 Aí aquela palestra era,
 Pra convencer as pessoa, né?
 [Raimundo, desapropriado]

O desapropriado afirma que, no momento da desapropriação, “*hôte uma palestra/ de dôto Osvaldo [Coelho]/acredito que até dôto Nilo [Coelho] tava*”. A família Coelho tem grande representatividade política na cidade. São tidos como celebridades. E o fato dos dois maiores políticos da cidade e da região ir até a casa de um lavrador, para fazer uma “*reunião*”, demonstra que eles tinham algum interesse em convencê-los de algo.

Talvez por medo, ele não disse que tipo de convencimento foi construído nessa palestra, mas pelo contexto de toda a entrevista e pelo fato dele ter sido desapropriado e não ter assumido um lote no projeto por medo do comunismo, leva a crer que essa palestra não desmistificou que aquilo não estava ligado ao comunismo, ou pelo menos não oferecia apoio para que eles ficassem com as terras irrigadas no Projeto Bebedouro.

Essa falta de apoio por parte do poder local já denuncia o posicionamento protecionista desses coronéis sem patente, que visavam manter seu poder intocável e impedir que houvesse qualquer alteração nessa dinâmica de distribuição/concentração de terras na região. Fiz uma entrevista com um dos mais antigos representantes dessa família, ainda vivo, e ele afirmou que isso não acontecia, porém, quando perguntei sobre o contexto político da época em que o Projeto Bebedouro estava para ser implantado, e relatei que muitos produtores da região não quiseram assumir os lotes no projeto por medo do comunismo, ele disse:

Eles não assumiram com medo do comunismo?
 [risada sarcástica]
 É naquele tempo,
 Naqueles momento de reforma agrária,
 De Ligas Camponesas,
 Falava-se muito daquelas coisas [de comunismo].
 Mas que não prosperaram, num é verdade?
 [pausa]
 É,
 Mais,
 Isso aí é uma visão muito estreita da coisa,
 Não foi isso que impediu que eles chegassem lá não.
 [pausa, insisti perguntando sobre o comunismo]
 aqui sempre foi uma cidade aberta,
 Muito democrática,
 Muito de eleição,

Sem nepotismo,
 Sem nada,
 Sem coronelismo autoritário.
 Não tinha isso!
 Nunca teve,
 Senhor de terras.
 Terra era a coisa menos valorizada aqui,
 Porque não dava pra agricultura nenhuma.
 Então nenhum poder aqui imanava da terra.
 Quem tinha terra,
 um pouquinho era o status de ter terra só,
 mas não que fosse poder,
 terra aqui nunca foi poder,
 porque a terra era seca,
 torrada.
 não tinha valor nenhum.
 isso é uma visão distorcida e mal posta.
 [Político da família Coelho]

A partir dessa construção discursiva do representante da família Coelho, que, inclusive foi citado em entrevistas como um dos que encontrou com aqueles que seriam desapropriados para uma reunião na qual pretendia convencê-los de algo, é possível identificar a ironia na fala e na postura dele. Ao ser questionado sobre o medo que os lavradores tinham de que a intervenção da SUDENE ali fosse uma medida comunista, ele riu sarcasticamente. Tentou desviar da pergunta fazendo silêncio e ao ser provocado, afirmou que essa era “*uma visão muito estreita da coisa*”, dando a entender que eles não quiseram os lotes por outros motivos, os quais ele não citou. No desenvolvimento do seu discurso, ele tenta construir uma ideia de que “*quem tinha terra*”, não tinha poder, “*não tinha valor nenhum*”. Porém, ele não disse que o poder vinha da dominação dos meios de comunicação e da liderança política que a família dele comandava.

Com base na entrevista concedida por esse político da família Coelho, percebi que ele inverte alguns acontecimentos do passado em seu discurso. Ele afirma que não existia coronelismo na cidade de Petrolina. Porém, seu pai era conhecido por “coroné” Quelê, mas não possuía patente militar. Talvez não fosse terra o indicativo de poder, mas a família Coelho era a mais rica da região e a entrada do patriarca na política contribuiu para o fortalecimento de seu poder. Além disso, a família era muito próxima do tipógrafo do jornal de maior influência na cidade de Petrolina, O Pharol, o que conferiu um importante canal de divulgação e influência das ideias do coronel e sua família na região (AQUINO, 2011).

Porém, como O Pharol abria espaço para outros grupos políticos, o autor afirma que em 1949, Geraldo Coelho, filho do coronel Quelê, fundou o jornal O Sertão, para ampla divulgação das ideias e feitos da família. Ao perceber que os meios de comunicação se

tornavam, cada vez mais, um instrumento de poder, a família investiu no setor e, atualmente possui seis rádios e um canal de televisão afiliado à Rede Globo (MENDONÇA; REBOUÇAS, 2009). Portanto, as terras podem não ter sido o meio de consolidação do poderio político e mandatário da família, mas o domínio dos meios de comunicação e informação, certamente o foi.

Como pode ser evidenciado na fala de um [dos tantos] desapropriados no momento da implantação do Projeto Bebedouro e até mesmo na fala de alguns colonos que contaram que muitos que viviam na região não quiseram lote porque achavam que se tornariam escravos do governo, esse ideário de que uma revolução comunista estava por acontecer e que isso não era uma coisa boa, estava fortemente arraigado à propaganda anticomunista que foi desenvolvida no Brasil, desde a Era Vargas (MEZZARROBA, 1992), ou seja, antecede em muito à ditadura militar.

Fico (2004, p. 39) afirma que essa ideologia estava associada à ideia de que havia uma superioridade militar sobre os civis. Para ele, haviam duas correntes desse pensamento: uma visava “curar o organismo social” do “câncer do comunismo”, a outra tinha caráter pedagógico, com o intuito de “suprir supostas deficiências da sociedade brasileira”²⁷.

Estas deficiências estavam fortemente ligadas às ideias discutidas e defendidas pelos representantes do pensamento comunista, da esquerda nacionalista e nacionalistas liberais que propunham a necessidade de uma reforma agrária no Brasil. Para eles a oligarquia rural representava o latifúndio improdutivo e um setor sócio-político arcaico, diante dos novos interesses industriais e democráticos (MOREIRA, 1998). Porém, a propagação dessas ideias era uma ameaça direta aos “donos” do poder, ou seja, os grandes latifundiários.

Montenegro (2008) afirma que as intervenções no Nordeste, oportunizadas pela política denominada Operação Nordeste, representavam, para os defensores da regulação social e avessos às mudanças, iniciativas comunistas. Diante disso, a luta dos trabalhadores por direito a cidadania foi transformada por grande parte da imprensa, inclusive por influência de um jornalista do tabloide norte-americano *The New York Times* que fez reportagens *in loco* sobre as Ligas Camponesas, e por diversas instituições da sociedade civil, em sinônimo de

²⁷ Essas duas correntes estavam intimamente relacionadas ao pensamento anticomunista defendido pelos militares. Enquanto “a polícia política, a espionagem, a censura da imprensa e o julgamento sumário de supostos corruptos estavam fortemente imbuídos da dimensão saneadora da ‘utopia autoritária’, a Aerp e a DCDP primavam pela tópica pedagógica. Enquanto os primeiros eliminavam, mesmo fisicamente, comunistas, ‘subversivos’ e ‘corruptos’, as duas últimas buscavam ‘educar o povo brasileiro’ ou defendê-lo dos ataques à ‘moral e aos bons costumes’”. A dimensão pedagógica pretendia exercer uma prática educativa por meio de práticas que intimidavam os indivíduos, “caracterizadas pela convocação arbitrária de pessoas que eram advertidas sobre possíveis punições futuras” (FICO, 2004, p. 39).

medo e perigo iminente que ameaçava a todos. Para o autor, a presença do jornalista americano refletia uma questão política muito maior. Neste período, o mundo vivia a Guerra Fria e o governo dos Estados Unidos temia que a América Latina se tornasse comunista e, assim, passasse a ser controlada [ou aliada] pela União Soviética. Esse, talvez, seja o motivo maior para que os comunistas tenham sido “caçados”, no sentido literal da palavra, no Brasil.

Diante disso, o que percebo é um interdiscurso entre as intensões norte-americanas, o golpe militar e o desejo dos “coronéis” em manter seu poder intocável. Os militares ao tomar o poder e instalar um novo regime político no Brasil atendem às exigências norte-americanas e mantêm a pacificidade entre as nações ao garantir a hegemonia dos Estados Unidos nas Américas. Com isso, orientam os latifundiários nordestinos a espalhar o medo do comunismo na região, coibindo assim, uma revolução no campo, o que mantêm todos esses interesses a salvo.

Como afirma Cavalcanti (2012), o medo do comunismo funcionou como uma ferramenta importante de controle social em Pernambuco, especialmente entre os anos de 1950 e 1960. Porém, como o próprio autor afirma, perceber o sentimento do medo nas narrativas ou em documentos históricos, não é tarefa simples. Afinal, o traço cultural de nossa sociedade associado ao medo reflete fragilidade, é próprio das pessoas fracas, inspira covardia e pequenez. Por isso, esse sentimento, muitas vezes, aparece não [apenas] nas palavras proferidas, mas nos silêncios, nas pausas, nas respirações alteradas, nos gestos ou no ambiente simbólico que é construído durante a entrevista.

Mar no tempo do projeto bebedô, o pessoal ficaro,
 Eu vô logo dizê tudo [em tom de voz alterado]!
 O pessoal ficaro com medo, né?
 Pensaro que não tinha a vantagem que tinha!
 (001)[e tinham medo de quê?]
 Do comunismo!
 O pessoal falava que isso era comunismo!
 Isso era uma coisa que
 [pausa]
 Botaro muito medo nas pessoas, né?
 Aí as pessoas ficaro com medo,
 Só que não era assim!
 Não era assim...
 [Raimundo, desapropriado]

O medo fabricado e inculcado no discurso dos proprietários/posseiros é fruto desse controle social denunciado por Cavalcanti (2012). E esse sentimento não foi um privilégio apenas dos potenciais colonos do Projeto Bebedouro, mas também de todos aqueles que, de

alguma forma, ameaçavam o poder e a ordem vigente na época, como se pode observar na fala de um ex-funcionário da SUDENE.

É tanto que em 66,
se dizia que na SUDENE só tinha comunista, né?
E aqui os caras prendiam!
E até você provar que não era comunista,
Já tinha apanhado.
Tinha uns dedo duro aí.
Chegou ao ponto deu sair daqui e ir embora pra Recife.
[João, ex-funcionário da Sudene]

Nota-se, por essa fala, que o medo fez com que o narrador mudasse o rumo de sua vida ao afirmar que “*chegou ao ponto deu sair daqui e ir embora pra Recife*”, como também observou Cavalcanti (2012) em suas pesquisas em Caruaru (PE). Nesta época, o medo também se manifestava no Nordeste por meio da associação à ideia de que “comunista come criancinha”, como afirma Cordeiro (2008, p. 7). Esse medo era um “construto político social” (CAVALCANTI, 2012, p. 9). O autor ainda afirma que as estratégias de controle contra o comunismo se estendiam para além dos órgãos oficiais de segurança como o Exército ou o Departamento de Ordem Policial e Social (DOPS).

Uma das estratégias adotadas por esses órgãos para aumentar seu poder de fiscalização foi convocar a sociedade civil para contribuir por meio da delação. Com isso, qualquer indivíduo “poderia ser um fiscal, um informante, um vigilante da moral e dos bons costumes” (CAVALCANTI, 2012, p. 11). Tal fato pode ser observado no trecho da entrevista aqui analisada quando o ex-funcionário da SUDENE afirma que “*tinha uns dedo duro aí*” que denunciavam aqueles que consideravam comunistas. E isso não significava que se alguém era denunciado, fatalmente fosse um comunista, como se percebe no trecho e “*até você provar que não era comunista/Já tinha apanhado*”. O medo também constrói uma relação de pertencimento social, pois institui um inimigo comum e combater esse inimigo é fazer parte de um grupo [ou sociedade] que tem objetivos em comum (CAVALCANTI, 2010).

A meu ver, esse medo do comunismo era fomentado por, pelo menos, duas leituras: por um lado, as pessoas tinham medo de se associar ao comunismo e por isso sofrer perseguições, o medo era utilizado como mecanismo de controle e coação; por outro, os governantes, não só brasileiros, mas também norte-americanos, tinham medo de que os comunistas assumissem o poder no país e se instalasse aqui um regime de governo apadrinhado pela União Soviética, dado que no âmbito internacional, vivia-se o período da Guerra Fria. Para Motta (2010, p. 26) o comunismo era um “inimigo a um só tempo interno e internacional”. Nas palavras de Dias (2007, p. 73), medo é “algo que condiciona a ação dos

indivíduos, inibindo-a, por isso, e evitando que se gere, por consequência, mudanças nos processos sociais”.

Esse medo social foi observado não só nas entrevistas com os colonos e desapropriados, mas também na fala de alguns ex-funcionários da SUDENE, que acompanharam esse processo de perto, como nos fragmentos da fala deles, apresentadas a seguir.

(001)[Os colonos disseram que muitos dos proprietários dessas terras desapropriadas não quiseram lote porque tinham medo do comunismo. O senhor se lembra dessa história?]

[risos]

Bom,

Naquela época,

De 64 pra frente,

Porque isso já foi em 68.

Então os militares já estavam dominando tudo aqui!

E faziam um

Cavalo de batalha do comunismo.

Dizendo que o país tava perigando [um colapso],

Tava sendo invadido.

Então provavelmente,

Eles chegaram a esta conclusão.

Eu não sei...

[...]

A SUDENE foi considerada um órgão que tinha um bando de comunista!

[Júlio, ex-funcionário da Sudene]

Inclusive onde era a SUDENE,

Foi pintado de preto por fora,

E a parte interna [estava] vermelha.

Preto por fora e vermelho por dentro!

Tipo uma forma de [pausa],

Uma crítica talvez.

[Jorge, ex-funcionário da Sudene]

E realmente teve muita reação

Aqui na cidade muitos falavam:

“esse pessoal da SUDENE é tudo comunista!”

Aí telefonavam pra lá:

“vocês vão ser preso, vocês são tudo comunista!”

“deixe o pessoal do Bebedouro!”

Inclusive até os políticos, você tá entendendo?

[José, ex-funcionário da Sudene]

[O comunismo]

Isso aí deve ter sido os manda-chuva daqui da cidade,

que disseminaram isso,

No meio de alguns líderes, né?

[...]

Então foi eles!

Deve ter sido eles que disseminaram isso.

Porque eles criaram muito problema!

[João, ex-funcionário da Sudene]

Aqui,

A liderança daqui,

Ainda é, né?
 A família Coelho.
 Era tudo contra .
 É gente de direita, né?
 Então botava muito mais na cabeça deles isso daí.
 [Júlio, ex-funcionário da Sudene]

Tendo por base as falas dos ex-funcionários da SUDENE, nota-se que eles próprios foram acusados de comunistas, como se percebe nas frases “*a SUDENE foi considerada um órgão que tinha um bando de comunista!*” e “*esse pessoal da SUDENE é tudo comunista!*”. Além disso, ser comunista estava associado a alguma coisa ruim, pois quem era acusado de comunista poderia até ser preso, como se observa nas ameaças sofridas pelos ex-funcionários da SUDENE “*vocês vão ser preso, vocês são tudo comunista!*”.

Os ex-funcionários da SUDENE afirmaram que esse ideário foi espalhado entre os lavradores por meio dos representantes do poder local. Ao usar as expressões “*manda-chuva*”, “*lideranças daqui*” eles fazem uma alusão ao grupo político que dominava a região, e, um dos entrevistados atribui esse discurso à “*família Coelho*”. No discurso construído pelos ex-funcionários da SUDENE, ainda é possível identificar a posição contrária entre a tal família e o órgão do governo, sendo que a primeira, era “*gente de direita*” e sugere-se que o segundo tinha concepções contrárias, sendo representado por seus funcionários, considerados “*comunistas*”.

Ao analisar esses discursos, o que percebo é que o medo do comunismo foi espalhado entre os pequenos produtores [e potenciais colonos do Projeto Bebedouro] numa clara tentativa do poder local de manter seu curral eleitoral e seus votos de cabresto. E assim, construía-se dois discursos distintos, porém com a mesma finalidade: impedir que houvesse a distribuição de terras e uma possível revolução no campo.

Isso pode ser observado em, pelo menos, duas passagens dessas entrevistas. Uma delas é quando Júlio afirma que “*faziam um cavalo de batalha do comunismo/Dizendo que o país tava perigando [um colapso]/Tava sendo invadido*”, o que demonstra que o medo foi construído e disseminado em meio a toda a sociedade brasileira. O comunismo era uma referência a algo muito ruim, pois o país podia ser invadido a qualquer momento. E outro ponto é quando Jorge afirma que “*onde era a SUDENE/foi pintado de preto por fora/E a parte interna [estava] vermelha/Preto por fora e vermelho por dentro*”. Essa é uma clara alusão à associação da SUDENE com as ideias comunistas propagadas pela União Soviética, pois o comunismo, era o perigo vermelho (MOTTA, 2002; 2007).

O momento histórico no qual é deflagrado o medo do comunismo no Nordeste coincide com o movimento das Ligas Camponesas. Segundo Montenegro (2004), os foreiros do Engenho Galileia se organizaram em uma associação para que pudessem, de forma solidária, ajudar-se em momentos de necessidade. Embora o direito à sindicalização rural estivesse assegurado pela Consolidação das Leis Trabalhistas, de acordo com a Constituição de 1946 e, até mesmo, fizesse parte de metas anunciadas por diversos governantes, ele era sempre abortado por pressões dos grandes latifundiários, o que também ocorreu no Engenho Galileia. O autor afirma que os trabalhadores convidaram o proprietário das terras para ocupar a cadeira de presidente de honra da associação e que ele aceitou, porém, alertado por outros proprietários sobre o perigo de que tal iniciativa pudesse deflagrar o comunismo, renunciou ao cargo e exigiu que os trabalhadores desfizessem a associação. Como os foreiros não acataram tal exigência iniciou-se a luta camponesa.

Toledo (2004) afirma que as Ligas Camponesas nasceram da resistência de pequenos agricultores e não-proprietários de terras contra a tentativa de expulsão das terras em que trabalhavam. Entre os anos de 1959 a 1962, as Ligas se expandiram por todo o Nordeste. Essas Ligas tiveram o apoio do deputado Francisco Julião e também foram consideradas fruto do pensamento comunista. Porém, quando perguntei aos ex-funcionários da SUDENE se a ideia do comunismo, que se alastrou entre o pessoal que morava nas imediações do Projeto Bebedouro, quando as terras seriam divididas, tinha alguma relação com as Ligas, um deles respondeu:

Não, não!
 Aqui não tinha nada que ver com isso.
 A Liga aconteceu mais pela zona da mata,
 Não tinha nada que ver com a SUDENE!
 Isso era o Julião.
 Um deputado, né?
 Deputado estadual Francisco Julião.
 E ele era um cara que achava,
 [...] que existe muita terra,
 E tem gente que tem terra e não usa.
 Não aproveita, né?
 [João, ex-funcionário da Sudene]

Embora o entrevistado afirme que não houve relação entre o medo do comunismo nas imediações do Projeto Bebedouro e as perseguições às Ligas Camponesas, é importante ressaltar que tanto o movimento das Ligas quanto as perseguições sofridas pelos foreiros repercutiram em todo o Nordeste, como afirma Toledo (2004). Por isso, seria prudente considerar que esse movimento de “caça” à Liga também contribuiu para que o medo

dominasse os camponeses das redondezas do Projeto. Ou seja, o clima era de instabilidade e logo em seguida, o presidente da República, João Goulart, foi considerado comunista e os militares, apoiados pelo governo norte-americano, tomaram o poder (BETT, 2012).

Toledo (2004, p. 15) afirma que em abril de 1964, embora alguns defendam que houve uma revolução no Brasil, o mais apropriado seria afirmar que o movimento das forças armadas brasileiras e do empresariado nacional significou “um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país”.

Apesar de os ex-funcionários da SUDENE afirmarem que a mudança do regime político não tenha influenciado no Projeto Bebedouro, como se percebe no fragmento do discurso de um deles:

A ideia do levantamento dos solos ,
 ao longo do Submédio São Francisco, foi 1960.
 60 e 61 foi todo o levantamento de solo,
 62 e 63 foi instaladas as estações experimentais,
 de bebedouro e mandacaru.
 quem era o presidente da república nessa época era o João Goulart, certo?
 64 foi Castelo Branco.
 Mas a mudança do governo,
 A mudança no regime [para o regime militar],
 Em nada alterou [pausa],
 A execução do projeto.
 Primeiro porque tinha um convênio internacional,
 Com a FAO e as Organizações Unidas.
 Em nada alterou,
 Pelo contrário,
 Eu acho que houve até um incentivo maior.
 Nenhum governo [silêncio]
 Castelo Branco teve aqui,
 Visitou projeto.
 Costa e Silva,
 Teve em Bebedouro.
 Fez discurso em Bebedouro, cê tá entendendo?
 [...]
 O Médici teve,
 O Giesel teve aqui,
 Todos eles teve aqui.
 tava na mídia constantemente,
 a irrigação no Vale do São Francisco.
 [José, ex-funcionário da Sudene]

A partir da narrativa desse entrevistado, é possível depreender que, embora os políticos de direita da região, representados pela família Coelho, tivessem se manifestado contra o trabalho da SUDENE, por este órgão ser considerado comunista, “a mudança no regime” político não atrapalhou o desenvolvimento do projeto liderado pela SUDENE, ou

pelo “*bando de comunista[s]*” que a compunha, como mencionado anteriormente. Na fala do ex-funcionário da SUDENE, fica evidente que os militares não foram contra o projeto de irrigação, inclusive visitaram o Projeto Bebedouro. Como “[es]tava na mídia constantemente/ a irrigação no Vale do São Francisco”, era interessante para os militares associarem à suas imagens a irrigação e a “solução” da seca no Nordeste. Porém, como aponta Cano (2000), o golpe militar, erradicou as propostas reformistas e progressistas que estavam sendo desenvolvidas no país e, com isso, a SUDENE e as propostas do GTDN tiveram a sua lógica de atuação completamente distorcida e o país perdeu a oportunidade de concretizar uma reforma agrária de fato em meio a um período de grande crescimento do emprego urbano.

Cabe ressaltar que mesmo depois dessa distorção das propostas iniciais, o Projeto Bebedouro foi levado adiante. Mas era preciso selecionar pessoas para assumir os primeiros 16 lotes. Com todo esse discurso do comunismo e o medo que se instalou nas imediações do Projeto, os ex-funcionários da SUDENE que participaram desse episódio, afirmaram que o processo de seleção, que eu prefiro chamar de escolha, uma vez que não houve seleção,

Foi um trabalho interessante.
 Ninguém queria ser colono.
 [pausa]
 [...]
 Pra se conseguir esses colonos,
 Nós fizemos um trabalho de
 Uma catequese mesmo,
 [com os] trabalhadores da SUDENE
 Dos dois campos experimentais,
 Do Mandacaru e do Bebedouro.
 Eles queriam ser empregados do governo,
 com uma carteirinha assinada e tal.
 Eles não queriam arriscar ser colono!
 Mas a gente foi catequisando,
 Foi oferecendo certas vantagens.
 Eles entravam,
 E só iam deixar de ganhar o salário
 [como funcionários da SUDENE] 6 meses depois.
 [...]
 De fora [da SUDENE] ninguém quis!
 [diziam] “não vou me meter nesse negócio não!”
 Foi assim que começou.
 [Júlio, ex-funcionário da Sudene].

Olhe, os primeiros 16 [colonos],
 Se procurou do pessoal que já trabalhava com a gente, num sabe?
 Porque de fora,
 Ninguém queria, né?
 Olhe, teve colono,

Do cara chegar e a gente dizer “rapaz, você vai [pegar o lote]?”
 “Não, eu tenho meu emprego aqui e tal”.
 “Não, você vai e fica empregado ainda” [risos]
 Aí depois,
 “eu te dou mais um trabalhador, uma pessoa pra te ajudar”.
 Foi assim sabe?
 [...]

 É, talvez esse início,
 Não tinha outra forma a não ser tá convencendo eles.
 Porque não foi feito um trabalho de base com o pessoal da área social, né?
 Então eles foram comprados,
 Foram oferecidas muitas vantagens.
 [João, ex-funcionário da Sudene]

Por meio da narrativa construída pelos ex-funcionários da SUDENE, percebe-se que, embora houvesse o apoio, ou pelo menos a presença dos militares no Projeto Bebedouro, os lavradores da região não queriam os lotes, *“ninguém queria ser colono”*. O projeto tinha 16 lotes, mas não tinha quem quisesse assumi-los. *“Pra se conseguir esses colonos/Nós fizemos um trabalho de/Uma catequese mesmo/[com os] trabalhadores da SUDENE”*. A escolha pelo vocábulo *“catequizar”*, que de acordo com definição do Dicionário Michaelis de Português significa convencer, aliciar (WEISZFLOG, 2012), demonstra a dificuldade em conseguir e convencer 16 pessoas a assumirem lotes e pertencerem ao projeto de irrigação.

Além disso, é possível identificar outro aspecto interdiscursivo, quando o servidor público, lotado, na época, na SUDENE, afirma que os funcionários da SUDENE que trabalhavam nas Estações Experimentais de Bebedouro e Mandacaru *“queriam ser empregados do governo/com uma carteirinha assinada e tal/Eles não queriam arriscar ser colono”*. Aqui, é possível perceber um discurso de superioridade, por parte do entrevistado, que ocupava cargo de agrônomo na SUDENE, uma vez que há um tom depreciativo no fato deles quererem continuar trabalhando com certa estabilidade, proporcionada pela carteira assinada em detrimento do risco que havia em ser colono em um projeto que não haviam garantias de que daria certo.

Para tentar compensar esse risco, foram oferecidas algumas regalias para aqueles que aceitassem o lote, como por exemplo a manutenção do salário que recebiam da SUDENE, por seis meses e, ainda a concessão de *“mais um trabalhador, uma pessoa pra te ajudar”*. Segundo um dos entrevistados, *“não tinha outra forma a não ser tá convencendo eles./Porque não foi feito um trabalho de base com o pessoal da área social, né?/Então eles foram comprados,/Foram oferecidas muitas vantagens”*.

Aqui, é possível observar que o trabalho foi realmente de catequizaçã, de convencimento. Ou seja, os 16 pioneiros não tinham interesse em se tornar colonos, foram

“comprados” por benefícios oferecidos e garantidos pela SUDENE. Os entrevistados eram de áreas técnicas, como agronomia, solos e irrigação. Como ressaltado na fala de um deles, esse processo de convencimento foi feito por meio do oferecimento de regalias, porque pessoas de outras áreas, ou seja, “o pessoal da área social”, não fizeram esse trabalho de conscientização e, até mesmo de desmistificação em relação ao comunismo, anteriormente com os possíveis colonos. Ou seja, como não houve muitos candidatos dispostos a assumir os lotes, muitos desses primeiros irrigantes que ocuparam os lotes advieram do quadro de funcionários da própria estação experimental da SUDENE (BRASIL, 1969). Porém, segundo relatos dos pioneiros, todos eles trabalhavam na Estação Experimental, alguns até podiam pertencer a famílias desapropriadas, mas os pioneiros, todos eles, eram funcionários da SUDENE, como afirma um dos pioneiros “[entre os primeiros colonos] tinha ninguém de fora/todos trabalhava ali [na Estação Experimental]” [Sô Tônico, colono pioneiro].

Assim, com base nesses relatos, o que percebo é que os políticos locais cumpriram seu papel de disseminar o medo, o que prejudicou em muito essa tentativa de distribuição de terra e, conseqüentemente, de renda no sertão pernambucano. Bursztyn (1985) afirma que a estrutura fundiária no país, baseada na concentração de terras nas mãos de poucos, assim como o coronelismo no Nordeste, tem suas origens na política de ocupação do território brasileiro pelo governo português, no período colonial. Como os portugueses não possuíam recursos, nem humanos e nem financeiros, para ocupar toda a extensão da colônia, optaram por ceder o poder público aos grandes proprietários, por meio das capitânicas hereditárias. Em contrapartida, a coroa mantinha a fidelidade política desses capitães e a garantia do pagamento de impostos. Nesse sentido, Hoffmann e Ney (2010, p. 45) afirmam que a desigualdade fundiária é “uma das marcas da evolução histórica da economia brasileira, presente desde o surgimento da economia colonial, cuja base era o latifúndio monocultor e o trabalho escravo” e permanece até hoje.

Para Bursztyn (1985), o Estado brasileiro [autoritário e paternalista], propiciou a sobrevivência dos coronéis no Nordeste. E esses, reproduzindo as relações paternalistas na sociedade rural, além de manter os seus trabalhadores dependentes econômica e socialmente, por meio de endividamentos destinados à pequena produção e pelas relações de compadrio, respectivamente, no contexto político, quando no período republicano o trabalho passa a ser subordinado ao capital, impõem o voto de cabresto e os currais eleitorais, o que ainda acontece no sertão nordestino, como foi observado em campo, durante a realização desta tese. Fernandes (1998) afirma que o modelo agrário brasileiro se mantém pelas mais altas taxas de

concentração de terras no mundo e que tal estrutura sempre se impôs por meio do poder e da violência. Segundo Hoffmann e Ney (2010, p. 51), a estrutura fundiária se manteve estável apresentando crescimento no número de minifúndios, mas continua marcada por “uma grande *proporção* da área total ocupada por uma pequena *proporção* dos estabelecimentos” [grifos no original].

A tentativa, por meio das ações da SUDENE, de redistribuir terras improdutivas, tornadas produtivas a partir da irrigação, foi minada por interesses particulares de uma oligarquia que difundiu o medo do comunismo entre os lavradores para que assim, a estrutura fundiária não sofresse nenhuma mudança e os currais eleitorais se mantivessem inalterados. Porém, mesmo não havendo uma seleção de colonos, mas sim uma “*catequização*” de funcionários que trabalhavam na estação experimental, como afirmaram os entrevistados, ainda assim, foi possível constatar a viabilidade física e econômica para se implementar a irrigação no Vale do São Francisco.

Como discutido neste capítulo, o processo de construção da irrigação no Vale do São Francisco foi iniciado pelo menos uma década antes da inauguração do projeto piloto. A luta de Celso Furtado pela aprovação da Lei de irrigação e, depois, pela criação da SUDENE demonstram que a batalha foi longa. A definição do local no qual seria implantada a Estação Experimental e, conseqüentemente, o Projeto Bebedouro, foi definida no início dos anos 1960 e, a partir daí foram feitos os levantamentos necessários. Ao notar que a irrigação poderia promover a distribuição de renda no sertão, alguns políticos da região resolveram disseminar o medo do comunismo e atribuíram aos funcionários da SUDENE o título de comunistas. Com medo de que se tornariam “escravos do governo”, muitos dos desapropriados preferiram pegar uma “coisazinha assim fraca que eles chamavam de indenização” do que pegar um lote no Projeto. Os políticos detentores do poder local haviam conseguido alcançar seu objetivo e a “ordem” estava mantida. Coube então aos funcionários da SUDENE pensar em uma alternativa, porque de nada adiantaria a instalação do Projeto se não houvesse quem fizesse com que aquelas parcelas de terras se tornassem produtivas. Então, escolheram alguns funcionários do quadro da Estação Experimental e ofereceram para eles os lotes e também muitas vantagens, para que eles fizessem com que o projeto se consolidasse. Então, depois da escolha dos colonos que receberiam os primeiros lotes, em 1968, foi inaugurado o Projeto Piloto de Irrigação de Bebedouro, em Petrolina (SILVA, 2001), essas histórias serão discutidas no próximo capítulo.

4. A MUDANÇA EM BUSCA DA TERRA MOLHADA PROMETIDA E SUAS TRANSFORMAÇÕES ORDINÁRIAS

Tinham deixado os caminhos, cheios de espinho e seixos, fazia horas que pisavam a margem do rio, a lama seca e rachada que escaldava os pés. (RAMOS, 1980, p. 3)

Entre as facilidades do tempo da catequização e o período áureo da exploração colonizadora constrói-se a gestão ordinária rumo à subversão capitalista.

Com o apoio dos técnicos da FAO, as ações empreendidas pela SUDENE se iniciaram em janeiro de 1961. A primeira fase consistiu em um estudo dos solos em uma área de 26.000 km² [quilômetros quadrados] nas duas margens do rio e também foram feitos alguns levantamentos hidrológicos. Em seguida, fizeram um estudo mais detalhado das regiões que possuíam maior potencial para irrigação. Nesse segundo momento, os técnicos da FAO e os engenheiros e agrônomos da SUDENE constataram que 5.070 km², ou seja, 507.000 ha [hectares] possuíam potencial regular ou bom para a irrigação, e que 40% dos solos irrigáveis estavam localizados em Pernambuco e 60% no estado da Bahia (BRASIL, 1968).

A partir daí, era preciso escolher um local para iniciar o projeto, “a escolha do local foi condicionada primariamente pela proporção e extensão de áreas aproveitáveis com irrigação” (BRASIL, 1968, p. 9). Então, em 1967 foi feito um mapeamento detalhado da área da Barra do Bebedouro. Segundo Pereira e Souza (1967), Bebedouro se caracteriza por um clima quente, com precipitação geralmente inferior a 750 mm, a pluviosidade média nessa região é de 350 mm, com variações extremas de 152 mm a 846 mm. Os autores afirmam que a aridez da área se deve à irregularidade de precipitação e temperatura relativamente alta.

A vegetação predominante é a caatinga arbórea arbustiva densa, o que dificulta consideravelmente o deslocamento em seu interior, como na FIG. 4.



FIGURA-3: Paisagem característica da caatinga no Vale do São Francisco.
Fonte: Enquadramento realizado pela pesquisadora no campo.

Segundo Silva (2003), a caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro, que possui vegetal xerófila, ou seja, adaptada à seca, com pequenas folhas para reduzir a transpiração, caules suculentos que armazenam água e raízes espalhadas para captar o máximo de água durante as chuvas.

Sob a perspectiva econômica, nesta região escolhida para implementação do projeto, a atividade predominante era a exploração pecuária extensiva, com uma economia bastante instável, por depender diretamente das condições climáticas e essas serem adversas, uma vez que só há alimento disponível para os animais no período chuvoso (BRASIL, 1969). Outra conclusão a que Pereira e Souza (1967) chegaram foi que essas terras eram utilizadas de maneira acanhada, por meio da agricultura de subsistência, não existindo a rigor, uma exploração agrícola em moldes comerciais, como pode ser observado na fala de um dos colonos:

Antes de vim pra cá [Projeto Bebedouro] eu trabaiava na roça,
 Mais meu pai.
 Trabaiva na roça das caatiga e nas roça do rio.
 Mais nas roça do rio nois trabaiava na minaçon do rio.
 Purque nessa época o rio enchia!
 Num tinha barrage não, sabe?
 O rio enchia e passava seis mês cheio de água!
 Vinha lá do alto.
 Nois moiava as vazante tudinho.
 Meu pai tinha as roça na berada do rio,
 Na ilha também.
 E quando o rio voltava a gente acompanhava plantano,
 Fejão mulatinho,
 Plantano batata,
 Plantano abobra,
 Plantano feijão de corda,
 Tumate, miiio...
 A gente acumpanhava o rio até quando ele chegava em certas base,
 Que ele chega no cachão.
 O cachão chama essa época que o rio ta lá em baxo!
 Mais sempre no mês de novembro que ele cumeçava a enchê,
 e enchia novembro, dezembro, janero, fevereiro.
 De março em diante ele cumeçava a vazá!
 Vazá é diminuí a água, sabe?
 Ia dano vazante pra gente plantá!
 E nois ia acumpanhano a vazante do rio.
 E quando era no inverno a gente trabaiava nas caatinga.
 Plantava mandioca,
 Plantava feijão,
 [...]
 Era só pro consumo de casa,
 Num vendia não!
 Quando tinha muita batata ou abobora,
 A gente vindia.
 [...]
 Nois plantava cebola e aguava na lata!
 Eu e meu irmão Bembem.
 [...]
 Nois irrigava as cebola na lata d'água.
 Entrava dento d'água enfiava duas lata,
 Ai aguava os cantero.
 A gente plantava os cantero,
 Então essa cebola meu pai vendia.
 [...]
 Mais lá na roça, era mais é pro consumo de casa mesmo.
 Nem feijão, nem farinha, nós num vindia não!

Fazia uma farinhada ai,
 Nois botava num sei quantos saco de farinha dento de casa.
 Passava de um ano pa outro!
 Fejão também,
 Ai a gente num vindia não!
 [Sô Juca, colono]²⁸

Mais depois que formaro sobradinho,
 Pronto!
 Acabô-se!
 Ninguém pode mais plantá em bera de rio,
 Purque es soltano água, né?
 Direto,
 Ai num tem como mai não.
 [...]
 Num dá vazante!
 Mai antigamente era bom...
 [Sô Miguel, colono]

Com a construção da barragem de Sobradinho, a plantação na beira do rio São Francisco ficou inviável, porque havia o controle do volume de água e, a partir de então, não havia mais o período das cheias e, conseqüentemente, das vazantes do rio. Como se pode notar na fala de Miguel, a construção da barragem de Sobradinho impactou diretamente na vida do pequeno agricultor. Nesse sentido, Andrade (1984) afirma que a construção da barragem trouxe conseqüências negativas para os produtores e que os gestores do desenvolvimento regional analisaram apenas os benefícios econômicos, mas se esqueceram de avaliar os impactos sociais e naturais que tal obra causaria.

Segundo o autor, “as represas inundaram cidades, vilas e as melhores terras agrícolas do vale, aquelas cobertas pela água no período de enchentes, ficavam umedecidas e fertilizadas pelo húmus transportado pelo rio e onde os agricultores faziam as mais variadas culturas, denominadas localmente como ‘culturas de vazante’” (ANDRADE, 1984, p. 46). Em conseqüência disto, a maioria dos agricultores expropriados [que caso não saíssem das terras seriam afogados junto a elas] migrou para o Sudeste ou para as periferias das cidades mais próximas, como Juazeiro e Petrolina, servindo de mão-de-obra barata especialmente no interior dos projetos de irrigação (LEITE, 2013).

Além da expropriação sofrida por aproximadamente 72 mil pessoas da região em virtude da construção da barragem de Sobradinho (ANDRADE, 1984; LEITE, 2013), depois dos levantamentos da equipe de técnicos da FAO e da SUDENE, foram escolhidas as terras que sediaría o primeiro projeto de irrigação do Vale do São Francisco e, em outro canto, mas mais uma vez, o morador foi obrigado a deixar a sua morada em nome do progresso. Definido que o Projeto Bebedouro seria instalado na Fazenda Barra de Bebedouro, os moradores dessa

²⁸ Os nomes dos colonos entrevistados são fictícios.

área foram expropriados, como já discutido anteriormente e, em seguida iniciaram as obras de infraestrutura, como canais para irrigação, casas de bomba, asfaltamento e eletrificação.

4.1 A mudança: de sequeiro à secura em meio à irrigação

Chegava época de seca que...
 não tinha [o que comer]!
 tinha tempo de não ter nem o que comer,
 porque não tinha mesmo!
 era difícil!
 Meu pai saia rodando, batalhando...
 conseguia alguma coisa pra um lado, pra outro...
 trabalhano de diária pra um, pra outro.
 na caatinga, sofrendo,
 derrubano mandacaru,
 queimano mandacaru pra dar pros bichos.
 Arrancano cunca de umbu pra comer!
 Cunzinhano mucunã...
 Diz que o mucunã [para comer] você é obrigada a lavar em 7 águas,
 pra poder cozinhar!
 e o bicho [o pai] chega até a comer isso, porque não tinha condições...
 [Joaquim, filho de colono falecido]

O pai de um dos colonos entrevistados, era vaqueiro, antes de se tornar irrigante no Projeto Bebedouro. E, talvez por ser vaqueiro em uma terra tão árida, viveu parte daquilo que Ramos (1980, p. 9) retratou na literatura. Tanto o vaqueiro da ficção quanto o de carne e osso, “passara[m] uns dias mastigando raiz de imbu e sementes de mucunã”, por não ter outra coisa para comer dada a seca que castigava a eles e as suas famílias. Assim, o que movia tanto um vaqueiro quanto o outro, era a esperança de dias melhores, em uma terra menos seca.

A lua estava cercada de um halo cor de leite. Ia chover. Bem. A catinga ressuscitaria, a semente do gado voltaria ao curral, ele, Fabiano, seria o vaqueiro daquela fazenda morta. Chocalhos de badalos de ossos animariam a solidão. Os meninos, gordos, vermelhos, brincariam no chiqueiro das cabras, Sinhá Vitória vestiria saias de ramagens vistosas. As vacas povoariam o curral. E a catinga ficaria toda verde. (RAMOS, 1980, p. 6)

Assim como no fragmento acima Fabiano sonhava com a renovação da vida que viria pela água da chuva, os colonos do Projeto Bebedouro também esperavam que as águas da irrigação transformassem as suas vidas.

Bom, naquele tempo,
 a senhora é muito nova, não sabe...
 mas naquele tempo,
 a vida era sofrida, né?
 Pruque não existia projeto.
 E aqui nós tamo no alto sertão, né?
 No Nordeste negro!
 Mas nós tinha um privilégio muito grande,
 praque nós tava na beira do rio São Francisco!
 Mas aí, veio a SUDENE, a partir de [19]62, né?
 Em [19]62 teve os estudos de topografia

e na primera semana que os engenheiros chegaro,
me colocaro logo pra trabaiair, né?
Pruque a casa do meu pai,
ficava na beirinha de uma estrada de chão,
que ia lá pra bêra do rio, onde tinha um bebedouro...
[...]
Aí a SUDENE chegou,
e a gente começo a trabaiair com as primeiras picadas,
pra estação experimental.
E logo em seguida,
fizemo também [as marcações] pra área do projeto.
E assim foi...
Nós começamo em [19]62, logo no início, pelo mês de abril...
[...]
e com 7 anos,
veio a escolha dos primeiro colono,
como eles chamam, né?
Os primeiro colono do Projeto de Bebedouro!
[Sô Dito, colono pioneiro]

Depois que os colonos assumiram seus lotes, a vida parecia ter tido um novo sentido. Assim como Sinhá Vitória que “esquecera a vida antiga, era como se tivesse nascido depois que chegara à fazenda” (RAMOS, 1980, p. 23), tal qual os colonos quando viram a água jorrar em suas terras feito milagre.

Antes de vim pro projeto,
Nóis trabaiaiva de área serquera.
Plantava miio, feijão, mandioca...
[pausa]
Capinava na enxada!
A gente tinha sulcadô também.
Sulcava com burro,
Os miio.
Não era com trator não!
Era na mata dura!
Nas terra dura!
A gente sulcava o miio, feijão
Ai capinava com a enxada!
[...]
Ai viemo trabaiaí [no Projeto Bebedouro]!
Era bom,
Tudo que a gente prantava dava!
Tinha lucro, né?
[Dona Naná, colona]

Os objetivos principais do Projeto eram (BRASIL, 1968, p. 11-12):

- 1) Criação de um núcleo de exploração agrícola economicamente estável, que atuará como catalizador na introdução de capital privado representado por indústrias de transformação e atividades comerciais;
- 2) Interiorização do processo de desenvolvimento e aproveitamento de mão de obra local;
- 3) Efeito demonstração com exemplo para a implementação de outros projetos pilotos no vale e em outras áreas similares do Nordeste;

- 4) Formação de unidades agrícolas de boa produtividade como meio de diminuir a diferença de renda proveniente de um mesmo esforço entre os que trabalham na agricultura e na indústria;
- 5) Aumento da oferta de alimentos através da exploração intensiva da zona irrigada e integração da exploração pecuária, atualmente predominante na caatinga, conferindo-lhe maior capacidade de suporte;
- 6) Propiciar a formação e desenvolvimento de comunidade.

Após esse mapeamento e a definição da Barra de Bebedouro como o local para a implementação do projeto, foram investidos recursos públicos, o que garantiu infraestrutura física e técnica para a irrigação (ARAÚJO, 1995). Segundo relata Cavalcanti (2002), a SUVALE [e depois sua sucessora a CODEVASF] foi o órgão que ficou responsável por coordenar a implementação desse projeto.

Cabe ressaltar que, do ponto de vista institucional, SUDENE e FAO foram considerados órgãos planejadores desse projeto, enquanto a SUVALE, sucessora da CVSF, foi o organismo executor das obras, tendo como colaboradora a SUDENE. Para Novaes (1989) a criação da SUVALE em 1967, foi uma clara demonstração do desejo dos militares em extirpar a CVSF da administração federal. Para ele, o Golpe de 1964 [que ele chama de Revolução] tinha o propósito de “ofuscar a atuação da CVSF no Vale e deitar sobre ela a pedra tumular do esquecimento” (NOVAES, 1989, p. 118). O autor afirma isso porque à SUVALE caberia executar as diretrizes propostas pela SUDENE, o que cassava a autonomia da SUVALE, diferentemente da CVSF que tinha plenos poderes legais para atuar no Vale do São Francisco.

A gente teve uma briga com a SUVALE!
 A SUVALE queria que a gente saísse [do Projeto Bebedouro].
 Nosso chefe, da SUDENE, que comandava,
 [pausa]
 ele não se sujeitou...
 Pruque na SUDENE ele mandava!
 Fazia o que queria...
 E com a SUVALE, ele tinha que ser subordinado.
 Aí ele não aceitou ser subordinado da SUVALE!
 Pruque a SUVALE ia fazer um trabalho diferente do da SUDENE,
 Diminuindo tudo,
 não querendo proteger,
 não querendo dar nada...
 Aí ele disse “Óie, eu vou embora! Mas a SUVALE quer que vocês saiam, mas não saiam não!”
 Então houve esse pacto, né?
 [pausa]
 Pra iniciar, ninguém queria, né?
 Foi desse jeito...
 Sim! Só que com um ano [de funcionamento do Projeto Bebedouro],
 a SUDENE saiu e entrou a SUVALE...
 Aí a SUVALE não pagou o salário da gente!
 A SUVALE não pagou o salário pra gente...

Cortou o salário da gente e todos os benefício!
[Sêu Zé, colono]

Assim que os colonos entraram para o Projeto Bebedouro, ainda em 1967, eles passaram por um treinamento, o que reforçou o medo do comunismo [já discutido no capítulo anterior], pois esse treinamento acontecia no Centro de Treinamento do Irrigante, também conhecido por CTI. Tinham caráter obrigatório e aconteciam em forma de internato. O irrigante ficava morando nesse centro durante todo o treinamento, ou seja, por 90 dias. Tal fato fomentou ainda mais a ideia de que o projeto de irrigação era uma prisão travestida.

Depois do período de “catequização” e dos treinamentos, os primeiros colonos, começaram a produzir em seus lotes importantes culturas para a região, como o tomate, a melancia, a uva (SILVA, 2009) e a cebola (CAVALCANTI, 2002), e pecuária (BRASIL, 1968), sendo que a pecuária foi a primeira atividade a ser testada. Ressalto que o Projeto de Bebedouro serviu como um laboratório para os outros perímetros irrigados que foram implantados depois dele, como figuravam entre os objetivos do projeto.

Esse Projeto Piloto serviu de base para que pudessem ser definidos quais os “métodos de cultivo mais adequados para exploração em escala comercial; avaliação da capacidade dos colonos para manejar, de maneira intensiva, uma fazenda irrigada” e, ainda, “plano de exploração agropecuária, métodos de irrigação, crédito agrícola, comercialização, sistema de operação, programação de recursos humanos e extensão rural” (BRASIL, 1967, p. 17).

Veio o primeiro plantio,
batata inglesa!
essa batata inglesa a gente plantou,
todos eles [16] plantaram!
parece que cada um plantou 1 hectare.
e vendemo pra Salvador, na Bahia.
Pra Paes Mendonça...
vendemo 100 toneladas de batatinha pra Paes Mendonça,
atravéis da cooperativa.
Aí a cooperativa já tava funcionando.
[...]
Aí após a batatinha,
veio plantio de melicia,
plantio de melão,
e tomate.
Foram as cultura que foro dando impulso pro projeto...
E, muito depois, veio o plantio de uva,
mas só pra experimento mesmo,
só pra ver se [dava certo]...
mas no fim deu certo.
[Sô Dito, colono pioneiro]

O sistema de irrigação foi implantado de maneira bivalente, ou seja, 10 lotes eram irrigados por aspersão e seis por gravidade (BRASIL, 1969). Mesmo sendo considerada mais

eficiente a irrigação por aspersão, os demais lotes foram feitos com irrigação por gravidade. Como este é um método arcaico e pouco eficiente, busquei informações sobre o motivo pelo qual ele foi eleito mais adequado para implantação nos novos lotes. Em conversa com funcionários da SUDENE, eles afirmaram que o sistema de irrigação por gravidade foi escolhido porque era mais simples para o colono aprender a manusear a água, pois os colonos não queriam aprender a trabalhar com a aspersão. Porém, quando fiz essa mesma pergunta aos colonos, eles afirmaram que esse sistema foi escolhido porque tinha menor custo de implantação. Mas tinha alto impacto nos custos de manutenção e na tarifa da água. Diante dos altos custos de investimento e das tarifas que deveriam ser pagas pelos colonos para a manutenção do Projeto, porque ainda não mudaram o sistema de irrigação dos lotes? Esse, talvez, seja o problema mais aparente no Projeto Bebedouro, como se observa nas imagens a seguir:



FIGURA-4: Sistema de irrigação, na década de 1970 e o mesmo sistema ainda em funcionamento em 2012.

Tal fato causa estranhamento, pois os colonos, embora tenham sido “selecionados” para receber o lote, pagam por essas terras e pela exploração das mesmas. O custo de implantação do Projeto foi de NCr\$ 5.000,00 por hectare (BRASIL, 1969), valor correspondente a R\$ 45.231,10 em abril de 2014 (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2014). Ainda de acordo com o relatório do Projeto, a SUDENE pretendia pleitear do Governo Federal que um percentual de 60 a 70% desse investimento fosse considerado a fundo perdido, cabendo aos colonos pagar a parte restante (BRASIL, 1969). Não encontrei registros que confirmem o percentual anistiado. Mas, apenas a título de ilustração, suponhamos que um colono possuísse um lote com 10 ha, por exemplo, mesmo que tivesse que pagar apenas 30% do investimento, teria que desembolsar, em valores atuais, R\$ 135.693,30.

Sob o aspecto econômico-financeiro, outro problema enfrentado pelos colonos é a dificuldade e, conseqüentemente, a falta de crédito junto às instituições financeiras. Segundo relatos dos pioneiros, logo que se iniciou o processo de implantação do Projeto Piloto de Bebedouro, foi considerado necessário formar uma cooperativa com os colonos que fossem

selecionados, para facilitar a operação do projeto e, inclusive, o acesso a financiamentos nos bancos. De acordo com os colonos entrevistados, foram os “dotôres da SUDENE” [como eles mesmos disseram], ou seja, os agrônomos e engenheiros, que acharam importante ter essa cooperativa. Em momento algum eles afirmaram que tal necessidade tivesse partido deles. Inclusive, um dos entrevistados afirmou que no primeiro treinamento havia 21 colonos. Segundo ele,

Teve que treinar 21 [colonos]
 pra fundar a cooperativa que tinha que ser fundada com 21 [associados]
 é o número da lei pra se fundar uma cooperativa
 tem que ter 21 associados
 Então foram treinados 21
 não só pra pegar [o lote]
 mas também pra fundar a cooperativa
 que foi fundada logo com a gente ainda no treinamento
 Quando a gente pegou o lote
 já pegamos com a cooperativa fundada
 já funcionando
 Aí, logo que a gente treinou
 os lotes já estavam prontos
 A maioria da gente
 quase todos
 já saiu do treinamento já pro lote
 Os lotes já tinham deles até plantados
 [Sô Dito, colono pioneiro]

Assim, em 1968, quando os primeiros colonos assumiram os seus lotes, entrou em funcionamento [de maneira impositiva] a Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Bebedouro (CAMPIB)²⁹, o processo de gestão, por meio da cooperativa será discutido no próximo tópico. A divulgação de como funcionaria a Cooperativa foi feita, principalmente, por meio de um curso sobre cooperativismo, oferecido durante os treinamentos pelos quais todos os colonos passaram antes de receberem seus lotes. (PEÑA, 1969). Esse treinamento tinha a duração de 90 dias e tinha como objetivo capacitar o futuro colono no desempenho de suas atividades frente ao lote, sejam elas administrativas ou operacionais. Durante esse período, os colonos ficavam no Centro de Treinamento em regime de internato e recebiam uma bolsa relativa a 1 (um) salário mínimo vigente à época. Esse treinamento abarcava cursos nas áreas de agricultura, irrigação, solos, pecuária de corte, pecuária de leite, cooperativismo, colonização, administração de empresa rural, promoção humana e complementação de escolaridade (BRASIL, 1967).

Assim, os colonos eram capacitados nessas áreas e também recebiam noções de cooperativismo para que fosse possível constituir a CAMPIB. Durante o período de

²⁹ Esta chegou a ser considerada a experiência de maior sucesso na organização cooperativa entre os irrigantes do polo, por disponibilizar a seus sócios crédito rural, máquinas e equipamentos, orientação técnica à produção, compra de insumos e comercialização da produção de forma centralizada (LIMA; MIRANDA, 2000).

experimentação, ficou estabelecido que, parte dos colonos iria criar gado de corte e parte iria criar gado leiteiro, e todos eles iriam plantar determinadas culturas previstas nos planos anuais. Nota-se que a área de atuação destinada aos colonos estava alinhada aos objetivos governamentais, altamente voltados para a agropecuária, focado especialmente na exploração de animais, frutas e matéria-prima para a indústria (BRASIL, 1968). Durante a administração da SUVALE, a mesma comprou o primeiro lote de gado e os entregou para os colonos, uma vez que esses já contavam com abundante forragem e instalações para a engorda de gado. Porém, essa compra foi feita sem a participação da Cooperativa (PEÑA, 1969).

Essa decisão foi tomada tendo em vista os resultados obtidos com os estudos desenvolvidos no campo experimental, que ficou estabelecido que parte considerável no plano de exploração do projeto ficaria a cargo da produção animal, tendo em vista os promissores índices de produtividade forrageira (BRASIL, 1969). Porém, é importante ressaltar que o experimento conduzido na Estação Experimental não teve o mesmo desempenho quando transportado para os lotes dos colonos, como pode ser observado nas falas dos mesmos:

Aí, logo que a gente treinô,
os lotes já tava pronto.
A maioria da gente,
quase todos,
já saiu do treinamento já pro lote.
Os lotes, já tinham deles, até plantados!
Era plantio, na época...
Era plantio de capim pra engorda de gado,
que não deu certo, né?
Não deu certo praque...
na época, foi comprado os animal em Minas,
E os animal que fôro comprado,
uma parte já era velha demais
e a outra parte, era novo, muito novo!
Então não deu certo pra engordar...
por outro lado,
o capim tinha sido plantado já há muito tempo.
O capim já tava quase seco!
Também foi outra falha, né?
Não deu certo.
Aí foi quando a gente, devido não ter dado certo, desestimulou, né?
E também não dava certo porque o projeto,
pra funcionar,
é um pouco caro,
e o lucro de gado é pequeno!
[...]
Aí... A ideia de engorda de gado foi retirada.
A gente não terminou com nada,
tivemos foi prejuízo...
[...]
esse projeto piloto, que era 16 lote,
Tinha 3 pecuára de leite nesses lote.
[...]
Mais isso aí também não deu muito certo não...

Porque não funciona bem não.
 pra área irrigada,
 os custos são muito altos...
 Funciona pra área de sequeiro,
 no tempo de chuva.
 ou então numa irrigação lá separada na beira do rio,
 que o custo é mais baixo [porque não precisa pagar a água, que é captada direto do
 rio São Francisco]...
 mas aqui no projeto,
 não!
 até hoje não funcionou em canto nenhum aqui.
 [Sô Dito, colono pioneiro]

Foi plantado 50% do lote de capim.
 A SUDENE ajudou a gente a plantar o capim.
 E teve um expermento aí de pecuária de leite.
 E teve [um experimento] também de engorda [de gado].
 mas o gado vem de um clima muito frio!
 Os bezerros que nasciam aqui não cresciam.
 Continuava do tamanho que nasceu!
 [Sêu Zé, colono]

O gado já chegou muito mal tratado,
 Purque era muito longe pra vim, né?
 Ai, a gente já tinha plantado o capim,
 Pra fazer a ração, né?
 E [pausa]
 Eu recebi, parece que foi, 16 boi,
 Pra engorda esses boi.
 Esse gado deu prejuízo!
 Então eu já entrei mei desanimado...
 [Sô Tônico, colono pioneiro]

Com pouco mais de um ano de atividades ininterruptas, os primeiros colonos haviam sofrido um prejuízo considerável e não estavam conformados com essa situação e alegaram que “o projeto não andava bem, que as promessas que foram feitas não haviam sido cumpridas, que a marcha da cooperativa deixava muito a desejar” (PEÑA, 1969, p. 135). Segundo o autor, o que fez com que os colonos ficassem desacreditados foram os maus resultados na engorda do gado, que foi entregue a eles sem nenhuma intervenção da cooperativa e, portanto, sem nenhum apoio sobre como desenvolver tal atividade, por isso eles reclamaram a necessidade de melhorar o esquema administrativo. Mas os colonos tinham esperança de que as coisas melhorassem.

Porém, outro fato fez com que alguns colonos perdessem o entusiasmo com o Projeto Bebedouro. Segundo relatos, o lote que eles receberam tinha uma pequena área que era chamada área de incentivo.

Era seis hectares,
 E um pedacin,
 Uma meia hectare, que es chamava área iniciativa,

Que era pro colono plantá o que ele quisesse.
 E o otro era plantado dentro do plano da SUDENE, né?
 Da cooperativa!
 Ela fazia o plano,
 A gente plantava.
 E tinha essa área de meia hectare,
 Como eu já sabia plantá tomate,
 [...]

plantei as carreira de tomate de sulco.
 Fui plantano.
 Toda semana eu plantava uns dois treis sulcos, né?
 Que era pra i vendeno de poquinho.
 E uns canteiro de coentro...
 [...]

Eu vendia,
 tirava o dinheiro da fêra,
 Só com o serviço dessa área iniciativa que eles chamava
 [...]

Ai tinha o dotô Marco,
 Que era coordenadô naquela época.
 E ele falou:
 “Óie, cê num vai mais plantá nessa área,
 Pruque a cooperativa ta fazeno um plano de platá todo mundo uma coisa só,
 Pra ficá mais fácil de vendê!”
 Ai eu disse:
 “Não dotô, eu vou plantá a minha área,
 Que essa área é área iniciativa e a gente planta o que a gente acha que dá certo!”
 Ele disse:
 “Não! Mas aqui a gente tem que combiná de fazer o que a cooperativa manda!”
 Tudo bem,
 A gente discutiu mais um poco,
 E eu disse:
 “O sinhô tome conta do seu lote, tome conta das suas coisa ai,
 Que eu não quero mais! To indo...”
 [Sô Tônico, colono pioneiro]

A fala de Tônico reflete aquilo que Gonçalves (1997, p. 196) ressaltou. O autor afirma que a forma como foram conduzidos os projetos de irrigação “chocava-se com a cultura do homem regional que se acostumara a determinar as operações de seu trabalho” e nos projetos, o colono ficava “obrigado a seguir orientações dos técnicos, inclusive com relação ao que plantar e como fazê-lo”. Além disso, Gonçalves (1997) ainda ressalta que as relações entre técnicos e colonos eram tensas porque os colonos eram obrigados a fazer aquilo que os técnicos determinavam e também eram obrigados a arcar com os resultados negativos advindos com essas orientações. Diante disso, fica claro que o intuito da criação desses projetos de irrigação estavam muito mais relacionados ao desenvolvimento econômico do que com o desenvolvimento social.

Assim, é possível observar que houve, pelo menos, três erros graves no início da execução do Projeto: 1) a CAMPIB foi constituída de maneira impositiva; 2) a decisão de criar gado para engorda e leite não partiu dos associados da Cooperativa e, mais grave ainda,

os animais foram disponibilizados sem nenhum apoio técnico; e, 3) a área de incentivo que foi extinta e impuseram aos colonos que plantassem apenas aquilo que estivesse previsto no plano de cultivo da Cooperativa e, em consequência disso, houve a instalação na monocultura no perímetro irrigado.

Mas o objetivo era expandir o Projeto, então, pouco se preocupou com o descontentamento dos pioneiros. Peña (1969) afirma que a preocupação à época era selecionar os próximos colonos com muito cuidado, respeitando as normas estabelecidas pelos técnicos da SUDENE e também da SUVALE, pois uma boa seleção estaria diretamente relacionada ao êxito da operação. Ainda de acordo com Peña (1969) os critérios de seleção de colonos³⁰ foram estabelecidos com base em uma criteriosa observação das condições sociais dos possíveis escolhidos. Pois o autor afirma que seria injusto, por exemplo, ter como critério eliminatório a capacidade do candidato de ler e escrever, uma vez que o analfabetismo predomina em toda a área do SMSF. Então, como as famílias possuíam numerosos filhos, com capacidade para ajudar na roça, passou a ser um dos principais critérios de seleção o número de filhos que o candidato possuía, por ser considerado garantia de mão-de-obra.

Mais ai quando eles viro a produção da gente
 Todo mundo quiria lote
 Ai a SUVALE de 100 tirava 30
 Esculhêno mão de obra família
 Qué dizê
 Um pai de família que tinha
 Família grande
 [Sêu Zé, colono]

Um fato importante na fala desse pioneiro é que os demais colonos, depois que viram que eles conseguiram produzir e, conseqüentemente, não havia nada de comunismo e nem regime de escravidão no interior do Projeto Bebedouro, então, foi preciso fazer seleção para escolher os demais colonos. E, como o próprio pioneiro ressalta, o critério utilizado estava relacionado à disponibilidade de mão-de-obra, ou seja, era preciso ter uma família numerosa para conseguir o lote.

Porém, como ressaltado, independentemente dos novos processos de seleção de colonos, os pioneiros passavam por problemas. E o principal era em relação ao fortalecimento da CAMPIB. Peña (1969) assinala que era necessário um programa de financiamento por parte de uma instituição bancária e que não era interessante que a Cooperativa dependesse de

³⁰ Os critérios de seleção podem ser consultados em Peña (1969, p. 150-156).

empréstimos feitos pela SUDENE e pela SUVALE, pois isso comprometia sua independência.

Na época a cooperativa tava mal.
 ainda num funcionava com financiamento,
 levava o associado [para o banco] e lá operava com o crédito.
 então, o financiamento vinha através da cooperativa,
 mas [a responsabilidade] era direto no associado.
 Mas dentro de pouco tempo passô [o financiamento a ser feito pela] pra cooperativa,
 e a cooperativa passô a ser responsabilizada.
 E foi assim...
 E por aí começou, né?
 E hoje...
 Teve um tempo bom, né?
 Teve um tempo aí que os colonos ganharam dinheiro,
 teve colono aí com nome de rico!
 eles ganharam muito dinheiro...
 [Sô Dito, colono pioneiro]

Em relação aos aspectos sociais, especialmente os relacionados ao desenvolvimento da comunidade emergente, Peña (1969) afirma que a demora na conclusão das obras das casas para as famílias dos colonos comprometia os trabalhos relacionados ao comportamento social no Projeto, porém, ele considera que existiam muitas possibilidades de, em um período relativamente curto, os colonos e suas famílias residirem nas vilas, dentro do Projeto Bebedouro. Inclusive, um desapropriado disse que havia se casado havia pouco tempo, e que não considerava certo ficar “internado” no Projeto Bebedouro, deixar a esposa e depois não sabia nem como ia fazer para tê-la junto dele, porque não havia onde morar, nesse período de treinamento, os colonos ficavam morando no CTI, local que dispunha de condições mínimas de acomodação.

Assim, o autor alerta que o processo de assentamento dessas famílias precisaria ser cuidadosamente orientado mediante ação educativa para instruir esse grupo, acerca de deveres e direitos no espaço comum, essa tarefa seria dirigida pelas assistentes sociais. Já os colonos, deveriam continuar recebendo orientações técnicas para cuidar de suas terras, por meio do serviço de extensão agrícola. Além disso, Peña (1969) propunha que as pessoas que desenvolvessem estes trabalhos de educação e extensão devessem morar na mesma área do Projeto, ou seja, nas agrovilas, para que fizessem parte da comunidade em formação, para que pudessem assisti-los de perto em suas preocupações e problemas.

Em relação aos treinamentos seguintes, o autor sugeria que era preciso examinar com bastante cuidado, tendo por base referências tanto orais quanto escritas, os problemas de seleção e treinamento do primeiro grupo de colonos selecionados. Para isso, era necessário

preparar, antes mesmo de selecionar um novo grupo de colonos, o curso, desenvolvendo um material de apoio, pequenos manuais, sobre os temas que seriam abordados. Outra preocupação apontada por ele é a construção das casas das vilas, para o autor, se as casas já estivessem prontas quando o colono chegasse para o treinamento, ele poderia se mudar para o Projeto com toda a sua família, o que poderia oportunizar o treinamento de todos. Essa medida, além de econômica, também geraria menores traumas para o colono e sua família, uma vez que não haveria a separação entre eles.

Peña (1969) ressalta ainda que, depois de 1 (um) ano de atividades dos colonos pioneiros no Projeto Bebedouro, evidenciou-se a produtividade da agricultura extensiva, mas, por outro lado, houve uma redução considerável nas áreas de pastoreio. O autor também afirma que foi observado que à margem do Rio São Francisco, entre as cidades de Petrolina (PE) e Paulo Afonso (BA), existiam muitos agricultores plantando em aluviões, alguns com alguma técnica, mas a maior parte baseada apenas no empirismo, e dessas culturas, algumas se mostravam promissoras como a cebola e a uva.

Ao constatar que era possível produzi-las na região, elas passaram a figurar no planejamento agrícola do Projeto. Além de uva e cebola, também foram inseridos neste planejamento melão, melancia, figo, tomate, batata, algodão e pimentão (BRASIL, 1969). Além disso, foram implantadas outras 65 parcelas no Projeto Bebedouro, perfazendo um total de 81 lotes assentados. Nestes lotes seriam adotados 11 modelos de exploração agropecuária, sendo 6 agrícolas e 5 pecuários. Foi estimada, para o ano de 1971 a produção para estes lotes conforme a tabela a seguir.

Tabela X Estimativa da produção agrícola total para o ano de 1971

Culturas	Unidade de medida	Produção (ha)	Área cultivada (ha)	Produção total	Valor unitário em Cr\$1,00	Valor total em Cr\$ 1,00
Feijão	T	1,2	7,0	8,4	1.000,00	8.400,00
Tomate	T	50,0	28,0	1400	250,00	350.000,00
Batata	T	12,6	71,0	894,6	400,00	357.840,00
Uva	T	4,0	5,5	22,0	1.000,00	22.000,00
Melão	T	9,0	95,0	855,0	350,00	299.250,00
Algodão	T	2,0	53,0	106,0	800,00	84.800,00
Sorgo grão	T	4,0	43,0	172,0	250,00	43.000,00
Repolho	T	27,0	9,0	243,0	400,00	97.200,00
Melancia	T	40,5	20,0	810,0	200,00	162.000,00
Cebola	T	18,0	8,0	144,0	300,00	43.200,00
Pimentão	T	18,0	10,0	180,0	300,00	54.000,00
TOTAL	-	-	-	-	-	1.521.690,00

Fonte: Brasil (1969, p. 67)

Cabe ressaltar que essas projeções não se realizaram na prática, uma vez que o plano pecuário foi abortado, visto que em 1969 a pecuária de leite e de corte não deu bons resultados e os colonos colecionaram prejuízos. Porém, o desenho dessas estimativas era importante, pois tanto elas quanto os planos agrícolas, eram feitas para que a SUVALE pudesse dotar de recursos financeiros os colonos, por meio da CAMPIB, para que eles pudessem executar as atividades programadas (BRASIL, 1969). Em outras palavras, os planos agrícolas eram feitos para atender às demandas das agroindústrias que se instalaram na região, uma vez que a comercialização dos produtos era feita por meio da Central de Abastecimento do Recife (CARE) ou para atender às necessidades de consumo local (BRASIL, 1969).

O Projeto foi ampliado e, atualmente, a área total de Bebedouro contém 8.076 ha, mas somente 1.938 ha foram destinados à irrigação. As demais áreas em seu interior foram ocupadas por cinco núcleos de moradia, dois núcleos de serviços e moradia, 45 km de rede viária e pelos canais de irrigação, além da área de sequeiro³¹, galpões, reservas florestais dentre outros (BRASIL, 1967; ORTEGA; SOBEL, 2010). Ainda de acordo com esses autores, dessa área irrigável, 43,7% são ocupadas por empresas e 56,3% por colonos, o que pode ser visto no mapa do Projeto Bebedouro na FIG. 6.

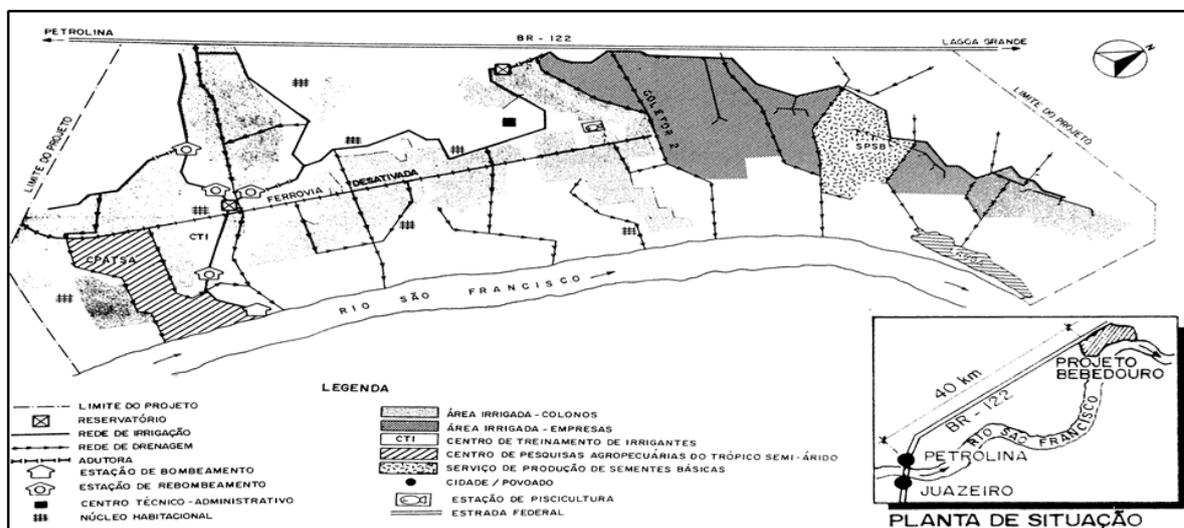


FIGURA-5 Mapa do Projeto Irrigado de Bebedouro (BRASIL, 1991)

Segundo Cavalcanti (2002), Bebedouro possui 131 lotes, sendo 126 pertencentes aos colonos e 5 são de empresas, dentre elas Embrapa Semiárido, Embrapa Produtos e Mercados, e CODEVASF. Franca (2008) fez um levantamento e encontrou 157 agricultores, dos quais ele entrevistou 100. Cabe ressaltar que houve um aumento no número de agricultores, mas

³¹São áreas destinadas à criação de caprinos e ao plantio de culturas temporárias com baixa exigência hídrica e, portanto, mais resistentes às longas estiagens.

não houve aumento da área total do Projeto, o que evidencia a reconfiguração pela qual o perímetro passa cotidianamente, inclusive, no período em que estive em campo, havia aproximadamente 180 colonos atuando no Projeto Bebedouro, no mesmo espaço físico observado por Cavalcanti (2002) e por Franca (2008). Dos 100 entrevistados, Franca (2008) afirma que todos eles se declararam alfabetizados, sendo que 85 estudaram até a 4ª série, 6 cursaram entre a 5ª e a 8ª série, 7 possuíam o ensino médio e 2 cursaram agronomia, mas apenas 1 concluiu o curso. O autor relata ainda que 76 colonos afirmaram que compraram seus lotes de terceiros e os outros 24 receberam seus lotes por meio do programa de assentamento da SUVALE.

O autor ainda afirma que dentre os respondentes, 2 deles estavam no Projeto a mais ou menos 5 anos, 5 tinham tempo de permanência entre 6 e 15 anos, 67 tinham entre 16 e 25 anos de permanência e 26 deles estavam no projeto de 26 a 34 anos. Quanto ao uso da terra como fonte de renda, 73 colonos afirmaram ser esta a única fonte de renda familiar, 18 disseram viver da terra, mas que tanto eles quanto seus familiares possuíam outra atividade e, 9 disseram que utilizam de suas propriedades apenas como moradia e possuem outra fonte de renda não associada à terra. E, quanto à atividade profissional exercida antes de adquirirem os lotes, 72 eram agricultores em áreas de sequeiro, 16 eram funcionários de empresas privadas, sem qualquer experiência com agricultura irrigada, 7 eram funcionários públicos, mas receberam treinamento em agricultura irrigada, 3 foram orientados por algum familiar e 2 eram técnicos agrícolas.

A técnica de irrigação utilizada em grande parte de Bebedouro é muito rudimentar, é uma técnica chamada irrigação por gravidade. Franca (2008) em sua pesquisa observou que 98% dos entrevistados utilizam irrigação por gravidade/inundação, como já ressaltai e illustrei anteriormente, há mais de 40 anos utiliza-se a mesma tecnologia de irrigação no Projeto Bebedouro. Segundo o autor, esse modelo de irrigação compromete a produtividade, uma vez que o descontrole e desperdício de água provocam a salinização dos solos, o que incide diretamente sob a qualidade e produtividade do plantio. Já Ortega e Sobel (2010), observaram que 13,58% das áreas irrigadas do Bebedouro utilizam uma técnica de irrigação diferente da que foi implementada no início do projeto, ou seja, irrigação por microaspersão ou gotejamento. Sobel e Costa (2005) afirmam que a microaspersão é o sistema de irrigação mais adequado para a fruticultura na região e que a irrigação por gravidade é extremamente atrasado e ineficiente do ponto de vista econômico e também em relação à qualidade dos produtos produzidos. Ortega e Sobel (2010) constataram que 97% dos colonos de Bebedouro

gostariam de mudar seu sistema de irrigação, por considerá-lo pouco eficiente, porém, os custos de implementação são altos e a falta de recursos financeiros por parte dos pequenos produtores inviabiliza a mudança.

Muito provavelmente, a alta concentração de colonos [98%] que utilizam sistema de irrigação por gravidade encontrado por Franca (2008) e o percentual de 13,58% das áreas irrigadas serem por outra técnica de irrigação, como afirmam Ortega e Sobel (2010), pode levar o leitor à [pelo menos] duas interpretações: 1) Há uma concentração de terras nas mãos de 2% dos colonos, que juntos detêm 13,58% das terras irrigadas; ou 2) no período de dois anos, tempo que separa as duas pesquisas, mais colonos conseguiram implantar o sistema de irrigação por microaspersão ou gotejamento. Porém, com base nas minhas observações e entrevistas realizadas no ano de 2012, acredito que há um terceiro fator que pode ajudar nesta interpretação.

Os 13,58% da área irrigada corresponderia a 263,18 ha concentrados em poder de quatro (4) agricultores, o que daria lotes médios de 65,8 ha. Não foi esta a situação que vi no Projeto Bebedouro, muito menos que os colonos tenham conseguido trocar o sistema de irrigação de seus lotes. O que percebi foi uma reconfiguração de algumas áreas consideradas, no início da implantação do Projeto Bebedouro, pelos agrônomos da SUDENE, impróprias para irrigação. Essas áreas que foram destinadas à agricultura de sequeiro, estão sendo irrigadas, por microaspersão por alguns colonos que se apossaram dessas áreas, aumentando os seus lotes ao englobar essas áreas de sequeiro, e, pelo fato de muitas destas áreas estarem próximas às margens do rio São Francisco, eles pegam água direto do rio e compraram bombas de irrigação que mandam água para as áreas cultivas. Observei um exemplo dessa reconfiguração quando fui entrevistar o filho de um colono pioneiro que faleceu no ano de 2004. Abaixo transcrevo parte da entrevista para ilustrar tal fato.

Aqui a área total são,
vamos dizer, 6,8 [hectares] do lote e mais a área extra,
que dá 49,8 [hectares].
então chega a uma área de 55 hectares,
mais ou menos...
(001)[a área extra vocês compraram?]
Não... o resto era área extra!
[...]
no começo do projeto,
o pessoal [da SUDENE] escolheu só os solos melhores,
os considerados melhor.
Então, essa outra parte de cá,
que era área de sequeiro,
era desclassificada pela CODEVASF como um solo [que não era] bom.
É... meu pai cercou [a área] e criava gado.
Quando foi com um certo período,

a CODEVASF vendeu.
 Ele comprou da CODEVASF, escriturou e tudo...
 e depois a gente começou a expandir,
 tentando ver se dava certo...
 Porque era um terreno arenoso, com lagoa...
 um terreno cheio de altos e baixos [desnivelado].
 Naquela época, como era só [irrigação] por gravidade,
 era [considerado] inútil o terreno.
 o solo não compensava,
 mas hoje, com esse sistema novo de irrigação [gotejamento]...
 A gente foi utilizando de um lado pra outro,
 e hoje já estamos plantando,
 desses quarenta e poucos hectares que a gente tem aqui de sequeiro,
 já tem uns 10 hectares já plantado...
 (001)[E vocês trocaram o sistema de irrigação dos 50 hectares?
 Não! não dos 50 porque a gente não tá trabalhano ainda com os 50 [hectares] aqui...
 Então, agora que a gente tá aumentando,
 plantamos uma parte de capim,
 tem uma parte de uva,
 outra parte criando peixe.
 essa outra parte aqui na beira do rio,
 já [plantamos] mamão, goiaba, acerola.
 e essa outra parte aqui,
 a gente quer fazer uma arezinha de lazer...
 que a gente tá tentando fazer...
 essa parte de cá da área de sequeiro,
 é toda [irrigada] por gotejamento.
 [Joaquim, filho de colono falecido]

Franca (2008) afirma que a mão-de-obra no Projeto Bebedouro é, em grande parte, familiar. Dos 100 colonos entrevistados, 88 afirmaram que sua produção e comercialização é feita com o auxílio dos filhos e, eventualmente, contratam trabalhadores temporários para a colheita. Além desses, nove afirmaram ter a ajuda da família, mas apenas para a subsistência e, outros três possuem trabalhadores com carteira assinada. Porém, esse conjunto de aspectos socioeconômicos levou o Projeto e seus colonos a uma situação precária. No início dos anos 2000, a CAMPIB fechou as portas, devido ao alto endividamento de seus associados (FRANCA, 2008) e as técnicas precárias de irrigação contribuíram para que os colonos ficassem em uma situação difícil, especialmente, do ponto de vista financeiro, o que vem refletindo diretamente no subdesenvolvimento social dessas famílias. Além disso, os colonos também são cobrados pelas terras [supostamente] doadas como ressaltado anteriormente.

Oliveira e Santos (2012) observaram que, embora a CODEVASF defendesse o discurso de que os lotes foram doados para pequenos produtores da região para fortalecer o desenvolvimento local e diminuir a emigração para grandes centros urbanos (PEREIRA; CARMO, 2010; ORTEGA; SOBEL, 2010), o que se viu na prática foi a tentativa da própria CODEVASF de limitar o acesso as terras pelos moradores da região. Para tanto, utilizava o discurso de despreparo deles para o desenvolvimento de novas atividades agrícolas

(OLIVEIRA; SANTOS, 2012). Além disso, o intuito dos órgãos federais, em especial a CODEVASF, foi implementar ali um complexo agroindustrial, e caberia aos colonos, fornecer matéria prima para essas grandes empresas, como aconteceu durante o ciclo do tomate, por exemplo.

Oliveira e Santos (2012) afirmam ainda que entre aqueles que foram contemplados pelo projeto, o que se verifica é uma extrema dificuldade de se manter o lote e continuar produzindo. Cavalcanti (2002) afirma que muitos dos colonos não conseguiram continuar nos lotes e, mesmo em projetos considerados bem sucedidos, o percentual de colonos que conseguem se fixar nos lotes não é superior a 30% dos que originalmente adquiriram os lotes. Segundo a autora, as causas mais comuns são o endividamento, a falta de recursos para administrar os lotes e problemas com os primeiros cultivos.

4.2 As formas de gestão, as várias CAMPIBs do Projeto Bebedouro

A Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Bebedouro, a CAMPIB, foi a primeira forma de organização/gestão experimentada pelos colonos no Projeto Bebedouro. Porém, como já foi discutida, essa forma organizativa não foi construída pelos colonos, o que em grande medida, denuncia o seu trágico e previsível fim. Nesse tópico, irei [re]construir, por meio dos discursos dos pioneiros, as formas de gestão e as [re]configurações pelas quais a CAMPIB passou durante o período em que esteve ativa.

Assim que os colonos passaram pelo treinamento, foram redigidos os estatutos da cooperativa, com o auxílio do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). A inauguração da Cooperativa aconteceu em 8 de janeiro de 1968 (PEÑA, 1969). A Cooperativa tinha como objetivo a reforma econômica-social de seus associados por meio da ajuda mútua (BRASIL, 1967). Franca (2008, p. 200) afirma que à CAMPIB foram repassadas várias atribuições, como “crédito rural, máquinas e equipamentos para uso dos colonos, centralização das compras de insumos e comercialização da produção de forma centralizada.” Além disso, a Cooperativa deveria instalar os seguintes serviços (BRASIL, 1967, p. 52):

- a) recebimento, classificação e armazenamento da produção de origem vegetal ou animal, segundo programas operacionais previamente estabelecidos;
- a) transporte da produção dos associados aos depósitos da cooperativa;
- b) beneficiamento ou industrialização dos produtos se for o caso, registrando os marcos necessários;

- c) venda dos produtos aos mercados locais, nacionais ou estrangeiros;
- d) compra e fornecimento de gêneros e artigos de uso ou de consumo pessoal ou doméstico, bem como de utensílios e máquinas agrícolas, fertilizantes e inseticidas;
- e) adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos associados ou que estejam em fase de produção.

Como a CAMPIB, em sua constituição, contava com um reduzido número de associados, e não contava com pessoas suficientemente capacitadas para gerenciá-la, a SUDENE firmou um convênio com a Associação Nacional de Crédito Agrícola de Pernambuco (ANCAR-PE), para que um de seus técnicos extensionistas pudesse desenvolver a função de gerente da Cooperativa e, também, um agrônomo e uma educadora, para cumprir a função de extensão rural, entre os sócios-colonos. Porém, o cargo de presidente da CAMPIB era ocupado por um dos colonos. O primeiro presidente da Cooperativa foi José Ribeiro da Silva, conhecido na região do Projeto Bebedouro por Zezito.

[Durante os treinamentos] Falaram muito sobre a cooperativa, né?
 [pausa]
 Mais, a gente,
 Não sei,
 A gente tava meio em dúvida, né?
 Sobre como ia funciona...
 Porque a gente trabalhava individual, né?
 Como a gente trabalhava na roça,
 Era cada qual com o sua roçinha, né?
 E a cooperativa tinha que sê todo mundo,
 Um por si,
 E...
 Eu num sei nem como que diz!
 Tinha que ser tudo unido.
 E na cooperativa,
 Tinha que fazê tudo em grupo!
 Não se podia fazê nada [individual]!
 [...]
 Qué dizê,
 Se vai platá tomate,
 É todo mundo tomate.
 Se fô pa plantá feijão,
 Vai sê todo mundo feijão.
 É num podia [diversificar],
 Devido a comercialização.
 [Sô Miguel, colono pioneiro]

Como se percebe na fala do colono, eles não sabiam nem o que significava a cooperação, “*Eu num sei nem como que diz!/Tinha que ser tudo unido*”. Ou seja, mesmo com os treinamentos que foram feitos, eles não tinham a menor condição de constituir uma cooperativa. Aqui, fica ainda mais clara a imposição dessa forma organizativa, uma vez que

os associados não sabiam nem o que significava cooperar. Diante disso, em meados de março de 1968, o senhor Djalma Fragoso, funcionário da SUVALE, assumiu a gerência da CAMPIB.

Mais tarde, quando a SUDENE assumiu a operação do Projeto, percebeu-se que tanto o serviço de extensão quanto a gerência da Cooperativa haviam sido feitos por funcionários da SUVALE, pois o convênio com a ANCAR-PE havia sido rescindido (PEÑA, 1969). Então, institui-se que a presidência da CAMPIB seria sempre ocupada por um colono associado e, caberia à SUVALE e, mais tarde à CODEVASF, indicar um gerente administrativo proveniente do seu quadro de funcionários, para auxiliar os colonos na gestão da cooperativa.

De acordo com os colonos entrevistados, a CAMPIB funcionou bem enquanto forma de organização da produção e comercialização dos produtos, como se pode observar no fragmento abaixo, extraído da fala de um deles.

[Na CAMPIB]
 A venda era certa!
 Era o seguinte,
 Eu produzia a produção.
 Os técnicos chegava lá na minha produção que já tava saino [na época de colher].
 Completano os dia já de colheta,
 Ai levava pa cooperativa.
 A cooperativa trazia o comercializado,
 O comercializadô olhava lá,
 E trazia o compradô e vendia.
 As veiz vindia até pur telefone!
 O compradô vinha comprá o produto,
 Já vinha direto po lote!
 A gente produzia o que fosse,
 E entregava pa cooperativa.
 Então a cooperativa se responsabilizava,
 E vindia.
 Recibia o dinheiro e descontava 13% do valô desse dinheiro,
 E passava o restante po colono.
 Se o colono já tivesse deveno lá já abatia.
 [Sô Valdemar, colono pioneiro]

A cooperativa era boa.
 Ela se responsabilizava de arrumá a parte de cumerço pra nós,
 Pa venda né?
 Ela furnicia o que o colono precisava,
 E se responsabilizava de arrumá compradô pa produção dos colono,
 Ai ficava tudo bem!
 [Sô Bené, colono pioneiro]

Embora na fala de todos os colonos entrevistados a CAMPIB tenha sido exaltada, especialmente, pelo comprometimento com a comercialização da produção dos colonos, como ilustrado na fala dos dois colonos, Correia et al. (1999) afirmam que enquanto a Cooperativa ainda estava em funcionamento, os colonos criticavam duramente o modo como a mesma

funcionava. Segundo o autor, a maior parte dos colonos declarou que a assistência técnica e a comercialização realizada pela CAMPIB eram deficitárias. Tal fato demonstra que o discurso é fabricado e reconstruído a todo o momento. Possivelmente, depois que a cooperativa deixou de existir, os colonos perceberam, ou construíram um discurso socialmente aceito, de que a “*Cooperativa era boa*”, “*A venda era certa*”, “*furnicia o que o colono precisava*” e que o técnico ia até o lote [pelo menos] avaliar as produções, porque depois que a CAMPIB parou de funcionar, as coisas pioraram, como discutirei mais adiante.

Por meio da Cooperativa, os colonos tinham acesso a crédito, junto às instituições financeiras, especialmente o Banco do Nordeste, máquinas e equipamentos de uso comum, compra de insumos e comercialização da produção. Em contrapartida, os colonos pagavam uma taxa de 13% sob o valor comercializado à CAMPIB, como ressaltado pelo colono no fragmento anterior. Mas como o Projeto Bebedouro foi o pioneiro na região semiárida, o que se produzia era vendido por um bom preço de mercado, porque a oferta era menor que a demanda. Na fala do próprio colono, não havia preocupação com a venda, eles só precisavam produzir, “*A gente produzia o que fosse,/E entregava pa cooperativa./Então a cooperativa se responsabilizava,/E vindia./Recibia o dinheiro e descontava 13% do valô desse dinheiro,/E passava o restante po colono./Se o colono já tivesse deveno lá já abatía*”.

O que percebi nas narrativas dos colonos é que quando eles começaram a fazer financiamento no banco, via CAMPIB, o problema com o dinheiro para produzir, acabou. Com o dinheiro do financiamento, eles investiam na roça e conseguiam boa produção, o que rendia dinheiro suficiente para pagar a prestação do financiamento e ainda sobrava recurso para pagar os funcionários que eles mantinham trabalhando nos lotes.

A gente ia na cooperativa a gente trazia era
 Muito dinheiro pa pagá trabaio do trabaiaidô!
 A gente pagava o trabaiaidô aqui era pur semana,
 Semanal.
 Trabaiaidêra a gente pagava ou semanal ou pur dia.
 Tinha época ai que a gente tinha num sei quantos trabaiaidô,
 Num sei quantas trabaiaidêras,
 E a gente pagava pur semana!
 E depois foi diminuino e a gente pagô pur quinzena,
 E depois eu fui pagano pur mês,
 E depois foi diminuino foi passano pa dois mês,
 Um mês e meio...
 E a gente quando chegava o final do mês,
 A gente num tinha o dinheiro [para pagar o salário do trabalhador].
 Era um aperreio de vida!
 E continua desse jeito...
 [Sô Juca, colono pioneiro]

No discurso do colono há uma clara distinção de gênero, quando ele enuncia “*A gente pagava o trabaiaadô aqui era pur semana, / Semanal ./ Trabaiaadêra a gente pagava ou semanal ou pur dia.*” A distinção de forma de pagamento para o homem e para a mulher está intimamente relacionado ao tipo de trabalho desenvolvido por um e por outro no cotidiano do trabalho na roça no Projeto Bebedouro. O trabalhador era um empregado fixo, ele trabalhava na roça do colono todos os dias, já a trabalhadora, essa era contratada por colheita ou para o raleio, como será discutido mais adiante, ou seja, podia trabalhar um dia, dois ou uma semana inteira, por isso que o seu pagamento era, muitas vezes, diário.

Mas como o próprio pioneiro anuncia, essa realidade foi se reconfigurando com o tempo, e aquele dinheiro que dava para pagar o empregado toda semana, foi ficando cada vez mais escasso, até chegar ao ponto de chegar o final do mês e o colono não ter o dinheiro para pagar o salário do funcionário. E essa ainda é uma realidade percebida por ele, quando afirma que “*quando chegava o final do mês, / A gente num tinha o dinheiro [para pagar o salário do trabalhador]. / Era um aperreio de vida! / E continua desse jeito...*”. Essa nova configuração cotidiana, foi se [re]desenhando ao longo do tempo.

Pelo que percebi e tendo por base as narrativas dos colonos, houve um tempo em que ser colono do Bebedouro [que é como eles são conhecidos] era sinônimo de crédito fácil e de abonaça. Eles tiveram muito acesso a crédito junto aos bancos, em especial o Banco do Nordeste, mas vários fatores contribuíram para que eles não conseguissem transformar esse crédito em patrimônio. Acredito que o principal dentre eles foi a falta de apoio técnico, no sentido de instruir esses colonos acerca de como gerenciar esses recursos. Diante da pouca [ou nenhuma] instrução a esse respeito, o que eles fizeram foi uma gestão ordinária, guiada por intuição e baseado no gasto sem reservas. Além disso, no final da década de 1980, o Projeto Bebedouro passou por um processo de emancipação, coordenado pela CODEVASF, o que também contribuiu para a [des]organização que o Projeto possui atualmente.

Em termos organizacionais, o Projeto Bebedouro, até a primeira metade da década de 1980, era gerido pela CODEVASF. A partir de 1986, a forte intervenção pública começa a mudar com o início do processo de emancipação dos perímetros de irrigação (ORTEGA; SOBEL, 2010; BRASIL, 1991). Embora o termo emancipação possa aludir à libertação, o que parece ter acontecido na prática foi uma forma de prisão social e econômica, à qual os colonos estão fadados. O que mantinha o Projeto Bebedouro eram as medidas paternalistas do Estado, por meio da CODEVASF, com a emancipação, os colonos se viram donos da Cooperativa, mas não entendiam que era um processo coletivo, no qual todos eram donos de tudo. Então,

aconteceram diversas situações que contribuiriam ainda mais para que os colonos do Projeto Bebedouro chegassem à situação de “esquecimento” à qual chegaram, como pode ser observado no fragmento seguinte, da fala de um colono.

Quando tinha a cooperativa,
o gerente, que inantes era as pessoa de fora,
que era da CODEVASF,
não, aí ele trabaiava pra todos...
Mas dispois que entrô pra ser o próprio associado [o gerente da cooperativa],
aí cumeçô o dismantelo...
Ele [o colono] queria tirar logo o [lucro] dele,
fazia a [plantação] dele,
os trator tinha que fazê logo as [preparar as terras e plantar] dele...
quando os outros vinham a fazê [preparar a terra e plantar],
ele [o presidente/gerente da cooperativa] já tava vendendo [a produção]...
Pegando os preços melhor...
Aí cumeçava, né?
Aí cumeçô a disunião...
[Sô Bené, colono pioneiro]

O processo de emancipação parece ter sido apenas um rito de passagem, a partir do qual, o colono que antes era o presidente da cooperativa, com poderes restritos, passa a ter o amplo poder de decisão sobre o que deveria ser feito, quando e onde. Porém, pelo que pude perceber, não houve um processo de preparação para tal mudança. Como ressaltado por Bené, “*dispois que entrô pra ser o próprio associado [o gerente da cooperativa], / aí cumeçô o dismantelo...*”, ou seja, o colono assumia um importante papel na CAMPIB, mas não possuía o grau de instrução desejável para assumir aquele cargo. Associado a isso, ainda havia o desejo de se beneficiar com a posição ocupada, o que causava a indignação dos demais associados, que acreditavam também ser donos do maquinário, mas não podiam usufruir tanto quanto aqueles que estavam no poder. E, segundo o colono entrevistado, a desunião, tão aparente entre os colonos do Projeto Bebedouro, teve suas origens nesses episódios de favorecimento próprio em detrimento do outro.

Sobre o processo de emancipação, de acordo com informações veiculadas pela CODEVASF, em seu inventário dos projetos de irrigação (BRASIL, 1991, p. 34) o processo de emancipação estava “pautado na compreensão de que a autogestão é um poderoso indutor do amadurecimento da comunidade irrigante.” Porém, como acreditar que houve esse amadurecimento se a CAMPIB fechou suas portas pela incapacidade de seus associados de se manterem unidos? Ainda de acordo com esse documento, a emancipação deveria acontecer em etapas, sendo que a primeira delas seria a co-gestão. Essa etapa “é formalizada mediante

contrato, pelo qual a CODEVASF transfere à entidade representativa dos usuários do perímetro as responsabilidades de administração, operação e manutenção”.

A etapa de co-gestão estava prevista para durar 5 anos, pois a CODEVASF considerava esse prazo “adequado ao desenvolvimento do processo natural de amadurecimento da coletividade de usuários, para que possa assumir em definitivo, todos os compromissos inerentes à gestão integral.” No Projeto Bebedouro, essa fase se estendeu de maio de 1986 a abril de 1988, e em 1989, o Projeto Bebedouro foi considerado emancipado. Nesse sentido, há mais um indício de que o processo de emancipação se deu de maneira, no mínimo, equivocada, uma vez que o tempo médio previsto era de 5 anos e no Projeto Bebedouro, durou pouco mais de 2 anos. Obviamente que esse tempo é variável e depende da resposta do grupo. Porém, analisando os desdobramentos desse processo, seria ingênuo acreditar que a CODEVASF desenvolveu um processo de emancipação junto aos colonos, tal qual foi proposto. Além disso, para que o perímetro seja considerado emancipado, é preciso que o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária reconheça o *status* de completa independência do perímetro, que “deve ser capaz de gerar, internamente, os fundos necessários à sua operação, manutenção e administração” (BRASIL, 1991, p. 34). Depois que o Projeto Bebedouro foi emancipado, ou melhor, desassistido pelas políticas assistencialistas do governo, os colonos se reorganizaram, porém, nunca foram capazes de gerar fundos suficientes para a operação, manutenção e administração do Projeto, afinal, grande parte dos colonos, encontrasse endividado e seus lotes estão hipotecados.

Porém, embora a CODEVASF tenha construído esse discurso voltado para a importância da autogestão, Ortega e Sobel (2010) afirmam que essa mudança na postura do Estado frente aos projetos de irrigação está intimamente ligada às restrições financeiras pelas quais o Governo Federal passava durante a década de 1980 e também, em virtude da adoção de uma política liberal, que defendia uma maior eficiência baseada na menor intervenção pública, o que oportunizaria maior liberdade de ação para a iniciativa privada. Após a emancipação do Projeto Bebedouro, a CAMPIB ficou responsável pela administração e manutenção do perímetro.

Segundo Silva (2001), além das funções de administração e manutenção do perímetro que foram assumidas pela a Cooperativa a partir de 1989, ela também ficou responsável pelas funções de centralização e comercialização da produção de seus associados. A organização da CAMPIB, a partir de então, ficou baseada em receber os pedidos dos compradores, negociar a

venda e cobrança/recebimento, fornecer as caixas para embalagem, fazer o transporte interno da produção e armazená-la em seus galpões.

Cabe ressaltar que o serviço de comercialização já cabia à CAMPIB antes mesmo desse processo normalizador que a CODEVASF chamou de “emancipação”. Silva (2001) afirma que pela prestação de tais serviços, o associado pagava a cooperativa uma taxa de 10% sob o valor bruto comercializado, acrescida de 1% para integralização de capital e, ainda, 2,2% do valor da renda para o Funrural³². Porém, depois da “emancipação”, a cooperativa não possuía mais o controle da comercialização da produção do Projeto Bebedouro, ou seja, os colonos podiam escolher se queriam vender via CAMPIB ou se preferiam vender diretamente ao comprador.

[Entregando a produção à CAMPIB]
A venda era certa,
Mais muitos cabra enrolô a cooperativa!
[Sô Valdemar, colono pioneiro]

Pelas narrativas dos colonos, o que percebi foi que essa descentralização do controle de venda não aconteceu de forma acordada. Mas sim, por meio da gestão ordinária (CERTEAU, 1994), ou seja, pelas formas de gestão empreendidas pelos colonos no dia a dia para que pudessem sobreviver enquanto agricultores e irrigantes no Projeto Bebedouro. Porém, é importante ressaltar que a gestão ordinária não significa ser a melhor ou a pior forma de gestão possível, não tomo esta como a única forma de gestão, utilizo aqui as reflexões propostas por Certeau (1994) apenas para contextualizar o processo de organização empreendido pelos colonos, entendidos aqui como sujeitos comuns, fadados a um destino comum, em que serão ludibriados, “enrolados”, envolvidos em regimes de verdades oportunistas e, conseqüentemente, forçados ao trabalho extenuante.

O termo “*enrolô*” foi utilizado para demonstrar que muitos colonos começaram a comercializar sua produção diretamente com o comprador, o que significava não ter que pagar a taxa de pouco mais de 13% sob o valor bruto da venda para a cooperativa e, assim, ele vendia seu produto por um preço um pouco mais baixo que aqueles praticados pela cooperativa e conseguia um lucro maior do que os associados que vendiam por meio da

³² Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural) é o órgão gestor do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Pró-Rural), que prevê aposentadoria por velhice, por invalidez, pensão, e auxílio funeral, bem como serviços de saúde e serviço social ao trabalhador rural contribuinte (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000; FERRANTE, 1976). Segundo Ferrante (1978, p. 198) o Funrural foi “um item a mais da política racional mantida pelo governo para disfarçar o não cumprimento das obrigações trabalhistas, não criando com isso incompatibilidade com o empregador – que tem maiores vantagens, pois o ônus decorrentes da filiação ao INPS [atualmente INSS] são maiores do que os decorrentes do enquadramento do Funrural.

CAMPIB. Na opinião desse colono, essa atitude não era a mais correta, porque impactou na vida dos demais produtores/associados. A consequência disso, os colonos vivenciam ainda hoje no interior do Projeto Bebedouro, como pode ser observado na fala desse outro sujeito:

Nóis fiquemo com um pobrema até hoje...
 [silêncio]
 que é esperá pelo intermediário!
 pôco negócio foi feito lá fora.
 [...]
 dispois começou a chegá os intermediário,
 e a senhora sabe como é intermediário, né?
 Vem um, vem outro, vem um, vem outro,
 e aí tem muito [muita oferta de produto] e compra tudo..
 e aí a gente se acomodô de tê o compradô aqui...
 a gente vendeno sem despesa, né?
 Aí ficou que até hoje ainda depende desse intermediário [pra vender]...
 Pruque a gente também podia tê um lucro até maior, vendeno diretamente,
 E a gente ficô com essa dependênça do intermediário...
 [Sô Dito, colono pioneiro]

Ao passar a vender sua produção de forma descentralizada, o produtor abriu as portas da guarita do Projeto Bebedouro para que o intermediário [ou atravessador, como alguns dos colonos chamam esta figura que faz parte da gestão ordinária deles] entrasse e tomasse conta dos preços de compra e venda daquilo que os colonos produziam. Como a venda direta representava um lucro maior a curto prazo, quando os colonos perceberam isso, deixaram de entregar a sua produção para a cooperativa e começaram a negociar com o atravessador. Com isso, a CAMPIB foi perdendo força e área de atuação. Exemplo disso foi a comercialização de uva no ano 2000. Segundo estimativas, a produção de uva no Projeto Bebedouro nesse ano “alcançou cerca de 4,0 mil toneladas, porém, apenas um quarto dela, aproximadamente mil toneladas, foi comercializado por intermédio da cooperativa” (SILVA, 2001, p. 126).

Além disso, grande parte dos associados fizeram empréstimos em banco para investir em seus lotes, mas como muitos dos entrevistados afirmaram, não havia uma preocupação com o investimento na roça. Muitos desses colonos pegavam o dinheiro e compravam carro de passeio e iam para os bordéis da região e patrocinavam festas particulares. O problema foi que a cooperativa faliu e a dívida permanece. Os lotes do Projeto Bebedouro, quase todos, estão hipotecados no Banco do Nordeste porque os colonos não pagaram esses financiamentos.

Segundo relatos dos colonos, o governo havia anistiado outras dívidas que eles haviam contraído via financiamentos bancários e, esperavam que isso fosse acontecer novamente. Porém, tal expectativa não se confirmou e essa foi a verdadeira ruína do Projeto Bebedouro.

Ou seja, enquanto existiu a intervenção paternalista do Estado (FRANCA, 2008), a CAMPIB e, conseqüentemente, o Projeto Bebedouro exibiam sinais de “sucesso”. Mas a partir do final da década de 1980, com a redução do intervencionismo e restrição de recursos estatais, a cooperativa enfrentou uma grave crise financeira (ORTEGA; SOBEL, 2010).

Como relatei anteriormente, no final da década de 90, a Cooperativa foi perdendo força. E, com a “emancipação”, a CAMPIB não conseguiu se manter e atualmente está fechada/inativa (mas não foi fechada legalmente), com altas dívidas. Segundo Ortega e Sobel (2010) foi implantado o Distrito de Irrigação Perímetro Irrigado Bebedouro (DIPIB), para administração do perímetro. Os irrigantes passaram a administrar o Projeto por meio da figura do gerente e dos conselhos administrativo e fiscal, e a eles cabia a gestão da água e funções de assistência técnica.

Embora Cacciamali et al. (2006, p 113) afirme que apesar da CAMPIB “ter encerrado suas atividades, os produtores e empresários rurais se reúnem no mínimo uma vez por mês no Distrito de Irrigação do seu perímetro, o que facilita a troca de informação entre vizinhos”, o que presenciei, enquanto estive realizando a minha pesquisa de campo, é que, uma vez por mês, o conselho administrativo do Distrito se reúne.

Desse conselho, participam cinco colonos, dois representantes da Embrapa, sendo que um deles é o gerente da Estação Experimental, dois representantes da CODEVASF e o gerente do Distrito de Irrigação. Na reunião que eu participei, eles discutiram a prestação de contas entre receitas e gastos efetuados em nome do Distrito de Irrigação e levantaram demandas sobre melhorias para o perímetro irrigado. Porém, não observei nenhuma troca de informação entre vizinhos que pudesse [sequer de longe] lembrar uma forma de organização participativa ou cooperativa, como sugerem Cacciamali et al. (2006).

Assim, acredito, tal quais apontam Ortega e Sobel (2010, p. 113), que do ponto de vista formal, a organização dos colonos do Projeto Bebedouro é precária e pode ser considerada um “retrocesso, já que, em 2002, foi fechada a única cooperativa que funcionava no perímetro”. Por outro lado, se analisarmos a gestão ordinária e o poder de resistência demonstrado por esses colonos, pode-se perceber que, embora o resultado do ponto de vista financeiro seja trágico, do ponto de vista da resistência, os colonos construíram uma forma de gestão alternativa àquela imposta a eles antes mesmo de assumirem os lotes, que foi a cooperativa criada de cima para baixo. No próximo tópico, discutirei as formas de gestão ordinária que observei e [re]construí, com base nas memórias dos colonos pioneiros sobre as

formas de organização adotadas por eles nesses mais de 50 anos de história, desde os primeiros levantamentos de solo e vegetação até o ano de 2012.

4.3 O cotidiano e a gestão ordinária cíclica no Projeto Bebedouro

Os colonos pioneiros do Projeto Bebedouro, em sua maioria [se não totalidade] plantavam nas vazantes do rio São Francisco e criavam gado e bode antes de pertencerem ao quadro de funcionários da SUDENE e, mais tarde, receberem o lote irrigado. Pelos relatos, os colonos produziam feijão, milho, cebola, mandioca e batata doce. Essas eram as culturas que eles cultivavam antes da irrigação. Como já ressaltado anteriormente, essa produção era usada apenas para o sustento da família, em raras ocasiões algum excedente era comercializado. Normalmente, o feijão e a farinha, produzida a partir da mandioca, eram estocados por longos períodos. Ou seja, eram agricultores de subsistência.

Com a chegada da irrigação, esse cenário mudou subitamente. Os colonos passaram a ter que respeitar um plano de cultivo estabelecido por uma cooperativa à qual pertenciam, mas que efetivamente, pouco administravam, ou sequer sabiam que lhes cabia gerenciar. Obedeciam ordens que vinham da SUDENE, depois da SUVALE e, por fim, da CODEVASF. Mas todos esses órgãos governamentais impuseram a eles as práticas que deveriam ser executadas no interior dos lotes que teoricamente eram seus.

Assim, a identidade que eles traziam consigo, de agricultores de subsistência, e as técnicas cotidianas que haviam desenvolvido para plantar aquelas culturas que durante anos alimentaram suas famílias, foi inundada pela irrigação e pelo discurso do desenvolvimento capitalista de novas práticas de cultivo em grandes volumes e o desejo comercial de ganhos financeiros em alta escala.

Para Silva (2001), a irrigação no SMSF alterou a dinâmica agrícola da região, especialmente pela modernização da agricultura brasileira e pelas políticas públicas adotadas pelo governo federal. Segundo o autor, a agricultura irrigada passou por um processo de expansão e diversificação de culturas de alto valor comercial ou de processamento industrial. Ou seja, houve uma drástica mudança tanto nos processos de produção quanto nos produtos cultivados na região, o que contribuiu para a [re]configuração do cotidiano e das formas de gestão empregadas por esses agricultores. A agricultura de subsistência cedeu espaço para a tentativa [empreendida pelos órgãos governamentais] de construção de um complexo agroindustrial na região do Vale do São Francisco.

4.3.1 A organização em torno do polo tomateiro

Depois que foram feitos os primeiros testes de produtividade e que foi comprovado que, por meio da irrigação, as terras do Projeto Bebedouro tinham capacidade de produção em escala comercial, os colonos foram incentivados a plantar culturas de alto valor comercial, como cebola, melão, melancia e tomate (LEITE, 2013). Dentre essas culturas, destacou-se a produção de tomate. Essa foi a primeira tentativa de consolidação de um complexo agroindustrial na região do Vale do São Francisco.

A premêra prantação que nós fizemo aqui,
foi de batatinha,
Batatinha inglesa, néra?
Aí, após a batatinha,
Veio o prantio de melicia,
Cibola...
Depois foi melão e tomate.
[Sêu Zé, colono pioneiro]

Como se observa na fala do entrevistado, as culturas escolhidas para serem cultivadas, desde o início, no Projeto Bebedouro eram as de alto valor comercial, o que reforça a ideia do discurso capitalista de que desenvolvimento está associado à progressão financeira. Ou seja, não aproveitaram nenhuma técnica agrícola que os colonos já conhecessem, optaram por fazer com que todos eles cultivassem plantios que muitas vezes não tinham nenhum tipo de conhecimento a respeito. Em consequência disso, os colonos perderam muitos plantios, como relatado por um deles no fragmento a seguir.

A gente fêiz um plantio de melão,
e veio uma chuva e acabou cum tudo!
não foi só de um [colono] não,
foi de todos!
Acabou!
O meu, quando amanheceu o dia,
eu olhei e disse: “Onde era que eu plantei meu melão, meu Deus?”
Só tinha água!
A gente tinha assistência técnica.
o técnico vei,
fêiz o laudo e mandô pro banco.
era financiado, né?
Ele mandô [o laudo] pro banco...
O banco mandô que fizesse otro plano [de plantio],
pra todos!
Foi feito um plano [de plantio] de cebola.
quando a cebola tava dessa altura, a palha [fazendo gesto com a mão que indicava a
altura das folhas da cebola, mais ou menos 20 centímetros],
veio aquele tempo daquela chuvinha fina, junto cum frio...
aí deu uma doença com o nome de rôla.

que enrola a planta todinha, a cebola...
 só dá em cebola.
 não teve veneno que desse jeito [de combater a doença].
 O técnico fêiz o laudo.
 levô pro banco.
 o banco disse: “Faça otro [plano de plantio]”...
 Fêiz um plano de tomate envarado.
 Um plano de tomate de vara...
 Foi uma benção!
 Foi uma maravilha!
 [Sô Dito, colono pioneiro]

Embora o colono afirme que aconteceram episódios relacionados ao clima que culminaram na perda do plantio de melão e cebola, é importante observar que esse é um discurso construído por um agricultor, que muito provavelmente, até mesmo por desconhecimento, jamais iria admitir que eles pudessem ter perdido duas colheitas por erro deles. Mas o fato relatado é que a única colheita que eles conseguiram fazer, de três tipos de plantações distintas foi a de tomate, que, coincidentemente, era uma das culturas que eles já cultivavam nas vazantes do rio, o que reforça que o fato de que ter experiência no cultivo pode ter ajudado na plantação e consequente “*benção*” colhida por eles.

Segundo um ex-funcionário da SUDENE, no início do Projeto, o intuito era testar todo tipo de cultura que pudesse ser vendida na região, dentre as que foram testadas ele ressaltou a banana, o feijão, trigo, tomate e hortaliças de modo geral. Então, ele afirma que depois desses testes,

veio a fase do tomate,
 Que já era uma cultura comercial.
 E isso aí trouxe muitas indústrias de tomate aqui pra região!
 Cica, Etti,
 Frutos do Vale, Costa Pinto e Palmeron.
 [João, ex-funcionário da Sudene]

Embora a fala do ex-funcionário possa levar o leitor a acreditar que essas agroindústrias se instalaram na região de Petrolina e Juazeiro por um acaso, é importante ressaltar que, como afirma Andrade (1984), as grandes empresas e os grupos econômicos dominantes pressionaram o governo e para atender a tais pressões, foram preparadas terras para que eles pudessem explorar. O plantio de culturas com alto valor agregado não era [e nunca foi] uma demanda dos irrigantes. Mais uma vez, foi uma decisão imposta a eles.

A CODEVASF selecionou empresas sediadas fora do Vale do São Francisco, dando preferência àquelas da região Sudeste, que possuíam tecnologia de cultivo e marketing e “as atraiu para os seus projetos de irrigação a troco de infraestrutura de irrigação e terra subsidiada” (DAMIANI, 2003, p. 15). Segundo o autor, a Companhia atraiu as maiores processadoras de tomate de São Paulo para a região de Petrolina-Juazeiro prometendo que

estimularia os pequenos produtores [colonos] a firmarem contrato com essas agroindústrias. Além disso, a própria CODEVASF se prontificou a negociar uma linha de crédito especial para os produtores junto ao Banco do Nordeste para o financiamento do plantio de tomate industrial, desde que os produtores assinassem contrato com uma das indústrias instaladas na região. O que se confirmou pela fala de um colono que afirma ter pegado um financiamento no Banco do Nordeste para “*prantá um tumate*” e a produção dos “*60 mil pé de tumate [...] era pra Cica!*”.

Eu fui no Banco do Nordeste,
pegá um dinhêro pra prantá um tumate.
Tumate de varada...
invarado, num sabe?
Óie, os mato é tudo invarado...
60 mil pé de tumate!
é 60 mil vara!
Em cada um pé de tumate tem uma vara!
Fora as otra madeira, né?
E eu prantei!
Mas a mão-de-obra era gota...
Era pra Cica!
[Sêu Zé, colono pioneiro]

Assim, tal como afirmam Lima e Miranda (2001), também acredito que essas grandes empresas, uma vez comprovada a alta produtividade do tomate, se instalaram na região e, com isso, as agroindústrias foram duplamente beneficiados, pois além dos incentivos governamentais, eles também se beneficiaram da infraestrutura urbana de suporte (LIMA; MIRANDA, 2001). Foi a partir dessas pressões que se passou a dar grande importância à fruticultura e a produção de legumes para atender aos mercados de consumo dos centros urbanos e também aos interesses de empresas agroindustriais, que passaram a ter condições de beneficiar produtos agrícolas altamente perecíveis na própria área em que eram cultivados, como o tomate, o que também barateava o custo de processamento para a empresa.

Ao falar sobre a alta produção de tomate que se teve no Projeto Bebedouro, durante a década de 1970 e 1980, um dos colonos se lembrou de que no período da ditadura os militares visitaram o Projeto.

Aí teve aquela fase da ditadura...
O Ernesto Geisel,
quando era candidato,
Ele foi lá na roça, né?
Aí, o Garrastazu [Médici],
o Ernesto Geisel ainda era candidato,
ainda ia ser presidente...
e o Garrastazu [Médici] visitô a gente nas 60 [agrovila NS-01]!
foi nas 60...
O Garrastazu [Médici] já era presidente,
quando ele visitou Bebedouro.
Aí ele disse: “Ocê tem quantos fiio?”

Eu disse: “10 [risos]...”
 Eu tava apresentano uma produção de miio, né?
 Cada colono tava apresentano um produto,
 Melão, melancia, tomate, cebola...
 Aí ele disse: “Você produz mais fiio do que miio!” [risos].
 [...]
 Pra gente aqui,
 eles não mexero não.
 Nós não tivemo pobrema com a ditadura não...
 [Sêu Zé, colono pioneiro]

Nesse trecho é possível observar que depois de instalado o projeto de irrigação, os militares, apesar de todo o ideário difundido de que se tratava de uma obra do comunismo, vincularam suas imagens à modernização da agricultura. Quando o colono afirma que “*Pra gente aqui,/eles não mexero não./Nóis não tivemo pobrema com a ditadura não*” é possível depreender que, embora os militares fossem contrários ao comunismo, eles não consideraram o Projeto Bebedouro um lugar de atuação comunista, e que por isso eles não tiveram problemas com os militares. Para Fernandes (2012, p. 3), “o golpe militar de 1964 teve, entre outros objetivos, a finalidade de isolar parcialmente, de um lado, o poder dos coronéis latifundistas e, do outro lado, impedir totalmente o crescimento das lutas dos camponeses, que vinham construindo suas formas de organização, principalmente a partir de meados da década de cinquenta”. Com isso, Carvalho (2012) afirma que a aliança estabelecida entre militares e o empresariado nacional [coronéis sem patente] tinha como fundamentação a modernização do campo, porém, sem alterar a configuração fundiária vigente.

De acordo com Leite (2013), o início da década de 1980 foi marcado pela tentativa de construção de um complexo agroindustrial na região de Juazeiro e Petrolina. Para tanto, o governo brasileiro incentivou o desenvolvimento por meio de apoio à industrialização. Em função disso, as indústrias de processamento agrícola se expandiram na região, destacando-se “as processadores de tomate que chegaram a produzir 50% da polpa de tomate do país” (LIMA; MIRANDA, 2001, p. 616). Nesse sentido, Leite (2013) afirma que da década de 1980 para a década seguinte, houve um crescimento de 535% na área colhida de tomate, o que, segundo ele, foi motivado pela implantação dessas indústrias de processamento do fruto na região do Vale do São Francisco.

Em relação à organização cotidiana, os colonos afirmaram que a família toda trabalhava durante o processo de produção e colheita do tomate. A maior parte dos colonos afirmou que seus filhos estavam em idade escolar, mas que quando não estavam na escola, estavam na roça.

Os fío tudo ajudava na roça,

Es estudava de manhã,
 De tarde ia pa roça.
 É que a gente plantava tomate.
 Naquele tempo plantava muito tomate pa Cica!
 A Cica fazia doce [polpa/extrato de tomate],
 Num sei o que, né?
 Aí, es estudava de manhã,
 Quando era de tarde es ia pa roça ajudá.
 As veiz até levantava um tomate,
 Que tava debaxo da terra...
 A gente ia catá tomate, es ajudava...
 Es toda vida ajudaro na roça!
 [Dona Neusa, viúva de colono pioneiro]

O cotidiano do trabalho estava intimamente ligado ao cotidiano familiar e ao estudo, ou seja, como os pais eram [semi]analfabetos, nas entrevistas, todos eles valorizaram o estudo que proporcionaram aos seus filhos, por meio do trabalho e do suor deles na roça. Nesse fragmento de entrevista, o discurso construído pela narradora é de que os filhos “*estudava de manhã*”, mas “*quando era de tarde es ia pa roça ajudá*”. Ou seja, apesar do compromisso de frequentar a escola, eles também tinham a obrigação de trabalhar, nem que fosse para levantar “um tomate. / que tava debaxo da terra...” ou até mesmo na colheita, quando era o momento de “*catá tomate, es ajudava*”.



FIGURA-6: Plantação de tomate e colheita destinada à uma das indústrias processadoras do fruto.
 Fonte: Acervo CODEVASF.

Ramos (2001) afirma que com a presença das agroindústrias na região, havia demanda pelo tomate e facilidade de venda, o que fez com que os produtores locais se especializassem na produção de tomate. Como pode ser observado no discurso da entrevistada, havia um envolvimento dos colonos e de toda a família com o cultivo do tomate, porém, essa alta adesão causou uma posterior crise de superprodução. Talvez esse reflexo tenha suas origens na construção do Projeto Bebedouro uma vez que, desde o início, os técnicos da SUVALE e da CODEVASF incentivaram os colonos à monocultura, o que fatalmente culminaria em superprodução. Tal fato fez com que o preço de mercado do tomate caísse e com os baixos

preços oferecidos pelas empresas, o cultivo de tomate industrial tornou-se inviável para os colonos do Projeto Bebedouro.

Plantei tumate,
Ganhei dinheiro!
Dispois entrô um pobrema...
Uma praga aí!
Que num teve como acaba cum ela,
Teve que acaba foi cum tumate!
[Sô Juca, colono pioneiro]

Já se ganhou [muito dinheiro] com tomate aqui!
Mas no caso do tomate,
A irrigação é cara, né?
Apareceu aí uma praga que dizimava [a produção]...
E ficava muito caro o controle dela!
E essas fábrica saíram daqui e foram tudo pra Goiás.
[João, ex-funcionário da Sudene]

Como pode ser observado na fala do colono, o cultivo de tomate teve como resultado bons rendimentos. Porém, além da já anunciada superprodução, a incidência de “*uma praga aí!*” fez com que os colonos tivessem que acabar com a produção de tomate. O ex-funcionário da SUDENE também acrescenta que a irrigação por si só já era cara e que, o controle da praga “*ficava muito caro*”, diante disso, os colonos não tiveram condições de continuar produzindo. Em consequência disso, “*essas fábrica [agroindústrias] saíram daqui e foram tudo pra Goiás*”. Aqui o ex-funcionário da SUDENE sinaliza que, como o complexo industrial em torno do tomate não deu certo na região do Vale do São Francisco, as agroindústrias que ali estavam sediadas se mudaram para uma nova área de exploração de tomate industrial.

Segundo Leite (2013), a cultura do tomate tem um caráter itinerante e isso deve ser levado em consideração ao analisar o processo de deslocamento das indústrias processadoras. De acordo com o autor, evita-se plantar mais de duas safras consecutivas de tomate em uma mesma área, justamente pelo surgimento de pragas, o que eleva o custo de produção. Mas parece que esse tipo de informação não foi passada para os colonos, que chegaram a fazer até 13 colheitas em uma mesma área como no relato seguinte.

Eu fiz 13 colheta [de tomate],
pra senhora vê onde chegou, né?
[...]
E eu fiz 13 [colheitas], né?
[Sô Dito, colono pioneiro]

Se a recomendação é que não se produza mais que duas safras consecutivas em uma mesma área, no Projeto Bebedouro, os colonos chegaram a fazer até 13 colheitas, o que culminou no surgimento de pragas. Segundo Haji et al. (1996) a praga que se abateu sobre a produção de tomate na região de Petrolina e Juazeiro foi a mosca branca e o maior problema causado por tal praga foi o amadurecimento irregular dos frutos, que começaram a apresentar interior esbranquiçado e esponjoso. Com a disseminação da mosca branca no Projeto Bebedouro, a produção de tomate sofreu uma drástica diminuição até ser totalmente erradicada. No ano de 2012, o tomate era uma cultura inexistente no Projeto.

No ano de 2000, o Jornal do Comércio, de Juazeiro, anunciou que o Grupo Cica Norte havia fechado as portas de sua fábrica de poupa de tomate sediada na região do Vale do São Francisco. De acordo com a reportagem veiculada pelo jornal, os dirigentes da empresa alegaram que o encerramento de suas atividades foi motivado, principalmente, pela baixa produtividade do tomate, uma dificuldade que a empresa vinha enfrentando desde 1996 e, em 2000, o fruto estava sendo dizimado pela mosca branca (LEITE, 2013).

Diante disso, o autor afirma que, embora as declarações girem em torno de problemas fitossanitário, o fato é que houve um rompimento com a lógica de industrialização na região do Vale do São Francisco. Instalada a crise em torno do complexo agroindustrial do tomate, os produtores que tinham algum recurso, viram na fruticultura uma alternativa de investimento. Assim, surge um novo ciclo na região do Vale do São Francisco e, conseqüentemente, no Projeto Bebedouro. A CODEVASF começa a incentivar a produção de frutas de alto valor comercial, em especial a uva.

4.3.2 A organização em torno da fruticultura

Com o declínio da lavoura de tomates, os colonos do Projeto Bebedouro começaram a plantar frutas em seus lotes, com destaque para uva e manga, com incentivo da CODEVASF. Quando perguntei aos pioneiros se a Companhia havia financiado o material para que eles plantassem as uvas, a resposta foi unânime, por isso utilizo a fala de um deles para ilustrar as demais.

(001) [A CODEVASF foi que deu o material pra plantar as uvas?]
 Veja bem..
 Isso já é uma outra história!
 Assistência [técnica] era pela CODEVASF, né?
 Os engenheiros, essas coisas.
 Davam assistência.
 Mas aí o plantio de uva,
 já foi financiado,

pelo Banco do Nordeste.
 mas isso foi através da CODEVASF que incentivou...
 [Sô Dito, colono pioneiro]

Segundo Leite (2013) pelo fato de a CODEVASF ter por finalidade defender os interesses financeiros dos grupos de empresários, o ideal seria que a Companhia incentivasse o cultivo de produtos financeiramente mais rentáveis que trouxessem geração de emprego e renda. Por isso, os colonos foram incentivados e apoiados pelos técnicos da CODEVASF a cultivar uvas de mesa para abastecer os mercados das grandes cidades brasileiras e, até mesmo, o mercado externo. Porém, isto trouxe sérias consequências para os pequenos agricultores, que não tinham conhecimento técnico suficiente para produzir uva e muito menos condições de investir em exportação, dadas as barreiras técnicas impostas nesse tipo de comercialização.

De acordo com Silva (2001), como as culturas de alto valor comercial, ou para processamento industrial, que constituíam a base produtiva do pequeno produtor de área irrigada, não estavam trazendo retorno financeiro satisfatório, os projetos públicos de irrigação começaram a enfrentar uma crise no final da década de 1980 que se agravou durante a década de 1990. Eu ousou afirmar, com base no que presenciei, que essa crise ainda acompanha o cotidiano do colono no Projeto Bebedouro. Diante disso, nesse tópico, irei [re]construir o cotidiano de uma família de colonos e sua organização em torno da fruticultura, mais especificamente, em relação ao cultivo da uva em seu lote.

4.3.2.1 A [sub]vida, o cotidiano e as formas de gestão

Neste tópico da tese, por se tratar da minha interpretação e análise do cotidiano e das formas de gestão empreendidas pelos colonos do Projeto Bebedouro e, de modo mais específico, pela família que escolhi [ou me escolheu para] acompanhar, não cabe aqui fazer uma análise do discurso. Cabe ressaltar aqui que defendo que há uma forma própria de se pensar, criar e produzir conhecimento que vai além do que propunham os iluministas. Não acredito que só haja conhecimento na ciência, pois como afirma Mattos (2009, p. 352), “a dimensão artesanal da ciência é claramente atestada por sua prática. Cada peça científica é única e original”, o que lhe dá ares artísticos, artesanais. Não se trata aqui de definir se o organizar e, conseqüentemente a gestão, é ciência ou [apenas] arte, mas de se pensar o saber administrativo, a ciência da gestão sob uma perspectiva que não a limite a uma ou outra somente. Para tanto, meus esforços serão no sentido de [re]construir as relações cotidianas,

baseada na cultura ordinária (CERTEAU, 1994), e verificar como elas constroem a gestão ordinária.

O autor centra suas análises em três elementos: oralidade, ordinário e operatório. Sendo que a oralidade é o cerne das trocas sociais e o operatório são as práticas que organizam o cotidiano. Diante disso, neste ponto da tese, para além dos discursos, me concentrarei nas práticas. E, a partir delas, construirei a minha narrativa, ou seja, a minha versão de uma história que ouvi [dos colonos pioneiros], mas que acima de tudo, vivi, construí e [re]signifiquei junto com dona Naná.

Embora eu tenha vivido o processo da produção da uva “às avessas” [porque cheguei ao lote no dia da colheita e conseqüentemente da comercialização, ou seja, no final do processo produtivo], [re]construirei aqui o cotidiano, baseada no desenvolvimento cronológico das uvas. Assim, começarei a minha construção pelo preparo da terra. Esse será o meu ponto de partida, que é também o ponto de partida das videiras, pois sem o preparo do solo, não há fruta.

Esse primeiro evento cotidiano já reflete uma primeira prática de gestão ordinária empreendida pela dona Naná: a contratação de homens para o processo de adubagem e o emprego da mão-de-obra própria para diminuir os custos com a produção. Embora quando se lançou o projeto irrigado tivessem a ideia de que o colono deveria ser o gerente do lote, na prática, o que aconteceu foi que esse colono se tornou mais uma força de trabalho em sua propriedade. Com os altos custos de manutenção dos lotes e o baixo retorno financeiro fez com que os colonos tivessem que “colocar a mão na massa”, ou melhor, na terra para conseguir algum retorno financeiro. A seguir, alguns retratos do preparo da terra.



FIGURA-7 O preparo da terra com as folhas secas; nitrato; e as covas com esterco, torta de mamona e MAP.

Para preparar a terra, a dona Naná usa as folhas secas da videira para aumentar a umidade da terra. Semanalmente, ela coloca nitrato nos sulcos por onde a água passa durante a irrigação. Além disso, ela tem uma pequena criação de bode e gado, e utiliza os estrumes dos animais para adubar as plantas. O momento de adubagem é feito da seguinte forma:

primeiro é feita uma cova há uns 80 cm de cada um dos pés de uva. Essa cova deve ter aproximadamente 25 cm de profundidade. Ali são colocados o esterco, a torta de mamona [adubo] e o MAP [Mono-Amônio-Fosfato, fertilizante].

A dinâmica que adotamos nesta fase da produção das uvas foi a seguinte: um dos trabalhadores estava abrindo e tampando as covas, outros 2 estavam colocando o esterco, a dona Naná colocava a torta de mamona e eu colocava o MAP. “Mais uma vez ela não queria que eu a ajudasse porque, para ela, minhas mãos eram muito sensíveis para fazer este “trabalho de homem”. [Anotações de campo, 10 de julho de 2012]

Sobre o “trabalho de homem”, perguntei a ela o que isso significava e, prontamente dona Naná respondeu que era um trabalho mais braçal, de enxada, o que ela definiu como trabalho pesado. Ela contratou um empregado para ajudá-la a cuidar do lote [inclusive, ele mora em um pequeno cômodo no lote, para vigiar as plantações e as criações durante a noite para evitar saques], porque algumas atividades exigem força e vigor físico, o que dona Naná afirma já não ter.

Sobre a contratação de empregados, cabe aqui uma pequena discussão. Na primeira conversa que tive com dona Naná, como relatado anteriormente, ele teve medo de que eu estivesse ali para fiscalizar as irregularidades trabalhistas e afirmou que tinha tido problema com a fiscalização há pouco tempo, o que tinha lhe rendido multa. Esse mesmo relato foi feito por outros colonos que afirmaram que tinham

mais de 10 trabaiaadô na roça,
 mais veio a fiscalização e multô!
 Porque num podia ter gente trabaiano sem cartêra assinada.
 E com os custo alto pra mantê o trabaiaadô de cartêra assinada,
 tive que manda tudo imhora.
 Aí quando tem trabaio,
 tem que chama esses [empregados] que mandemo imhora,
 pra trabaiaá de diária!
 [Sô Valdemar, colono pioneiro]

De acordo com Souto Júnior, Silva e Silva (2012) os sindicatos de Santa Maria da Boa Vista e de Petrolina, que representavam a maior parte dos trabalhadores assalariados na fruticultura, começaram a atuar com maior intensidade a partir da década de 1990, reivindicando o trabalho com carteira assinada, essa foi a primeira bandeira levantada e defendida por eles. Embora essa reivindicação tenha surgido para regularizar a situação, especialmente, de mulheres que trabalhavam nas grandes fazendas de uva, ela também impactou nas formas de organização do trabalho no Projeto Bebedouro e esse também foi um fato que alterou a gestão ordinária dos colonos.

Assim, como para adubar as videiras é preciso abrir covas com profundidade e extensão significativas, ela contratou dois homens que moram em Nova Descoberta e recebem por dia de trabalho. Pelo que percebi, a maior parte do dinheiro utilizado para pagar esses trabalhadores sazonais vem da aposentadoria que dona Naná recebe em função de já possuir mais de 60 anos de idade. A seguir, alguns retratos dos sertanejos trabalhando na adubação da terra.



FIGURA-8 A representação do “trabalho de homem”.

Como se pode observar nas fotos, o instrumento de trabalho dos homens é a enxada, o que reforça a fala dela de que “trabalho de homem” é trabalho de enxada. Mesmo sendo a dona do lote, dona Naná, não deixa de trabalhar porque contratou outras pessoas para fazerem o serviço. Segundo ela, trabalhar junto tem duas vantagens: 1) observar de perto se os contratados estão fazendo o serviço como deve ser feito, segundo ela, é preciso “ficar em cima dos trabalhadores, senão eles fazem corpo mole e vista grossa para o trabalho” [Anotações de campo, 05 de junho de 2012]; e, 2) se ela não fizer aquele serviço, precisa contratar quem faça, porque o filho não ajuda, pois acha que por ser filho dos donos, não precisa trabalhar e o sujeito que está abrindo as covas, não as enche de adubo, porque foi contratado apenas para abrir as valetas.

Depois que as plantas são adubadas, elas passam por um período de descanso que dura de 10 a 15 dias. E só então as videiras são podadas. Depois da poda, é feita a indução da dormência da planta. Como no Nordeste não tem período de inverno, é preciso aplicar um produto extremamente tóxico [informação que vi destacada na bula do produto] nas plantas para fazer tal indução. Ela fica nesse estágio por aproximadamente 10 dias.

Passado esse período o período de dormência, é feita uma irrigação para que a videira saia do estágio de dormência.

Seis dias depois da adubação, a dona Naná abriu a comporta que leva água para o lote. Foi a primeira vez que eu vi a sistema de irrigação “funcionando”. O que ocorre nesse momento da irrigação é que a água vem por um pequeno canal de mais ou menos 30 cm de largura, ela coloca pedaços de mangueiras para tirar a água que

vem do canal para direcioná-la aos sulcos [pequenos caminhos, covas rasas que ladeiam as videiras] que irrigam as plantas. Esta água fica passando por este caminho e também entra nas covas que foram feitas para colocar o adubo, o que garante que o adubo chegará até a raiz da planta [Anotações de campo, 11 de junho de 2012].

Dias depois, começaram a surgir as primeiras folhas, ou seja, a planta começa a brotar e surgem os primeiros cachinhos de uva. A partir desse momento, dona Naná disse que costuma esperar de 18 a 20 dias para fazer a desbrota [imagem 1 da FIG. 10]. Dona Naná afirmou que esse procedimento deve ser feito para tirar os brotos que surgem na planta, e que “roubam a força” da planta impedindo o bom desenvolvimento dos cachos de uva. Segundo Passos e Tritin (1982) a desbrota consiste na remoção de todos os ramos desnecessários para a renovação da copa. Os brotos devem ser eliminados antes ou no início da floração para evitar que as flores não se transformem em frutos. Embora dona Naná submeta suas videiras ao processo de desbrota, é possível notar que ela o faz por conhecimento empírico e não técnico. Quando perguntei a ela como ela tinha aprendido a cuidar das uvas, ela disse com toda simplicidade: “Eu aprendi a fazê foi fazeno... Aí fui aprendeno” [Anotações de campo, 02 de julho de 2012].



FIGURA-9 O processo de desbrota e desfolha.

Depois de retirados os brotos, a planta fica ainda com muitas folhas, que encobrem os cachinhos de uva, impedindo-os de receber luz solar o que pode comprometer o desenvolvimento dos frutos. “Quatro dias depois da desbrota, fizemos a desfolha da videira. Esta é a fase em que é retirada parte das folhas de cada uma das ramas, para que os cachos fiquem aparentes e recebam o veneno [agrotóxico]. Tiramos aproximadamente metade das folhas, até descobrir os cachos” [Anotações de campo, 06 de julho]. Segundo Mandelli e Mielle (2003), esse processo de eliminação das folhas tem como objetivos aumentar a radiação solar, a temperatura e a aeração na região dos cachos, com isso, melhora a coloração e a maturação das bagas e, ainda, reduz o risco de podridão do fruto e favorece o acesso no

momento da pulverização dos defensivos agrícolas. Mais uma vez, dona Naná realiza essa atividade de modo empírico, baseada apenas na observação e sem um domínio preciso da técnica, ou seja, ela subestima os benefícios advindos com tal prática.

Por fim, foi feita a despona. Para essa etapa, dona Naná contratou um homem que trabalha com carteira assinada em uma fazenda da região e que, eventualmente, nos finais de semana faz o trabalho de poda, como um complemento salarial, ela afirmou que é muito comum que pessoas que já possuem um emprego formal oferecer serviços dessa natureza aos finais de semana. A colona afirma que esse processo é importante para que a planta não destine força para os galhos desnecessários e os cachos fiquem pequenos, ou seja, ela acredita que com a despona, os nutrientes do solo irão se concentrar apenas no crescimento de cachos. Porém, Mandelli e Miele (2003) afirmam que a despona deve ser feita para eliminar a extremidade do ramo que está em crescimento para, dentre outras finalidades, facilitar a penetração de produtos fitossanitários, ou seja, agrotóxicos ou venenos, como dizem os colonos e diminuir a probabilidade de proliferação de doenças como o míldio.

Quando são aplicados os defensivos agrícolas, cabem, pelo menos, duas observações. No primeiro dia que o funcionário de dona Naná estava aplicando a calda [nome dado ao agrotóxico diluído na proporção adequada para ser pulverizado nas uvas] e eu cheguei, ela ficou me esperando na casa. Assim que entrei perguntei se não íamos para a área das uvas e ela disse:

“Óie, Nathália, hoje você não vai sair daqui não! O homi tá aplicando o veneno lá nas uva e é perigoso, você não pode ir lá não! É perigoso para você!”. Pedi a ela que me deixasse pelo menos ver o que ele estava fazendo, expliquei que era importante para o meu trabalho. Ela permitiu que eu fosse ver, mas que não entrasse no meio das uvas. Obedeci. Fui apenas até o ponto permitido. E, dali, vi o funcionário dela com a bomba de pulverizar nas costas e sem camisa aplicando o agrotóxico. Fiquei perplexa [Anotações de campo, 17 de agosto de 2012].

Outro fato curioso foi que em outro momento, apareceu uma doença nas uvas, causada por um fungo, chamada oídio. Ela, que não sabia ler, me pediu para ler a bula do defensivo agrícola para que eu pudesse ver se a diluição que o marido dela tinha dito que para ser feita, se estava certa. Olhei a bula e percebi que a proporção indicada estava diferente daquela que o marido havia proposto. E, além disso, o agrotóxico não era para ser combater doenças em uvas, mas sim outros tipos de fungo em batata inglesa. Quando eu disse isso para ela, ela me disse que quem tinha comprado o “veneno” era o marido dela, mas que como ele também não sabia ler, o funcionário da loja agropecuária tinha oferecido aquele produto para ele porque o de uva tinha acabado, mas que era a mesma coisa, por isso ele tinha comprado o defensivo errado. Em muitos momentos, percebi que eles eram ludibriados por serem analfabetos. E isto

repercutia drasticamente na produção, como nesse caso, por exemplo, que o defensivo usado não combatia o fungo, o que fez com que ela perdesse parte da sua produção.

Voltando para os processos de poda, desbrota, desfolha e desponta, depois que são realizadas todas essas atividades, as folhas que são retiradas/podadas ficam todas caídas no chão. Em um primeiro momento, pensei até que elas pudessem ser utilizadas como um adubo natural. Mas três dias após a desponta, quando foi feita a irrigação, dona Naná reclamando que o seu funcionário ainda não havia tirado as folhas dos sulcos [caminho da água no momento da irrigação] disse

Ainda precisa tirá as folhas do meio [dos sulcos que são feitos para a água que irriga as plantas passar] pra a água andar, assim demora muito a molhar, aí gasta muita água. Aquelas folha ali, eu peguei pra dar às ovelhas, mas eu num aguentei mais porque é pesado o rojão [o trabalho é difícil, extenuante]. Não é que é pesado [referindo-se ao peso das folhas e não ao trabalho em si, que esse sim ela considera, muito pesado], mas é que tinha muita coisa para fazer [Anotações de campo, 11 de julho de 2012].

Depois desse processo, semanalmente, dona Naná aplicava nitrato nos sulcos antes de liberar água para irrigar as videiras. E, mais ou menos 60 dias depois da desfolha, os cachos de uva estavam prontos para o raleio. A colona me explicou que o processo que vai deste a poda até a colheita dura entre 120 e 125 dias. E que o raleio deve acontecer aproximadamente no meio desse processo, com dois meses. Segundo Carvalho (2012), o raleio pode ser feito em dois estágios: 1) na pré-floração, em que os botões florais se soltam facilmente do cacho e, 2) após a fecundação, na fase de chumbinho.

Na primeira fase, utiliza-se o pente plástico e, na segunda, utiliza-se a tesoura. No lote de dona Naná, foi feito o raleio apenas na segunda fase. Porém, Leite (2013) afirma que essa é a fase que mais necessita de mão-de-obra, o que aumenta os custos de produção. Carvalho (2012), quando se utiliza o pente plástico, é possível reduzir consideravelmente o trabalho no segundo momento, ou seja, seria uma estratégia interessante de controle de custos, porém, como dona Naná não tinha nenhuma assistência técnica para produzir, fazia a gestão de sua produção à sua maneira, pautada, exclusivamente, em práticas empíricas desenvolvidas por ela no cotidiano.



FIGURA-10 Mulheres realizando o cuidadoso processo de raleio dos cachos de uva.



FIGURA-11 Mulheres realizando a colheita das uvas

Quando cheguei à área das uvas que estavam sendo raleadas, percebi que haviam apenas mulheres realizando o trabalho, perguntei à dona Naná porque ela não havia contratado homens para este trabalho. Ela prontamente me respondeu que

Contrata mulheres para a colheita e raleio das uvas, por considerar que para estas funções as mulheres são mais aptas por serem mais cuidadosas e detalhistas. Ela disse que tem uma fase da poda [desfolha] que é muito melhor contratar mulheres também porque elas são mais criteriosas, cuidadosas e delicadas. Porque os homens são meio brutos e que não conseguem fazer esse trabalho direito. [Notas de campo, 25 de junho de 2012].

Para a colheita das uvas, dona Naná contrata de cinco a seis mulheres que moram em Nova Descoberta. Ela me disse que elas são contratadas por diárias, mas que como a colheita tem que ser feita até o meio dia [horário em que o caminhão precisa estar carregado para levar as frutas, dado que a viagem até Recife, destino das uvas colhidas nesse dia, tem 800 quilômetros], ela paga apenas meia diária. Além disso, por serem contratadas para um trabalho esporádico, dona Naná não paga benefícios como previdência social e, as mulheres também não usam Equipamento de Proteção Individual [EPI], mas que não tinha problemas, porque o trabalho delas era coisa “bem levinha, não tinha perigo”.

Embora esse não seja um dos objetivos da tese, é importante ressaltar que há uma clara divisão social do trabalho em torno da produção de uva regida fortemente por relações de gênero. A definição de “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, embora aqui eu utilize

apenas a fala de dona Naná para ilustrar, é uma definição socialmente aceita pelos colonos do Projeto Bebedouro. Para Scott e Cordeiro (2006) essa divisão está associada não só ao nível de energia gasto para se realizar as tarefas, mas também às representações de masculinidades e feminilidades. Como relatei, aos homens cabem tarefas relacionadas ao uso da enxada, adubação, poda, pulverização de defensivos agrícolas, arrancar ração [capinar o mato] para as criações e pós-poda, retirar as folhas e galhas do meio do parreiral. Às mulheres cabem as tarefas consideradas mais delicadas, como o raleio e a colheita. Inclusive, o empregado da dona Naná no momento em que as mulheres estavam raleando os cachos, ele estava abrindo as covas para adubar outra área de uva, mas do raleio e da colheita, ele não participava.

A partir da minha observação participante no/do processo produtivo das uvas, elaborei o seguinte ciclo que acredito representar um pouco do cotidiano vivenciado no lote de dona Naná.

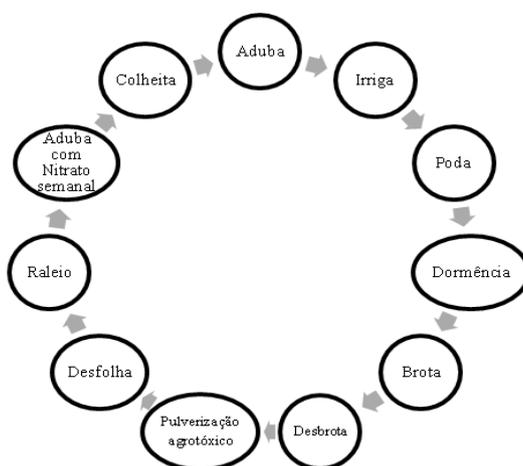


FIGURA-12: Ciclo de produção de uvas estabelecido por dona Naná por meio do cotidiano.

Cabe ressaltar que no período entre uma atividade e outra [que exigem muito dela fisicamente], dona Naná ainda se divide entre cuidar de outras áreas do lote, pois ela possuía três áreas de uvas em estágios distintos. Assim, enquanto uma esperava pela poda, a outra estava em fase de raleio e a outra estava no momento da desbrota. Além disso, ela também tinha que cuidar de uma área plantada com feijão [que será detalhada mais adiante], das criações de ovinos, caprinos e galináceos e do cotidiano da casa, que envolve cuidar do marido, do filho, dos afazeres domésticos, e nessas atividades não há com quem dividir o trabalho e muito menos há o momento destinado a cuidar de si ou ser cuidada por alguém. Talvez esse seja o “rojão” mais pesado que ela tenha que enfrentar/carregar.

Além disso, desde que o marido voltou para casa, ele não contribui financeiramente com nada. Ele diz que o lote dele não está produzindo o suficiente para ter lucro e, com isso, o que eles possuem, em termos financeiros, ou seja, a renda familiar consiste naquilo que ela

consegue com a venda das uvas. Mas, segundo ela, “o custo para se manter uma roça no perímetro irrigado é muito caro. E que paga-se uma taxa muito alto de água e luz”. Ela paga taxa de água por uma área que ela nem está produzindo, mas plantando ou não, essas taxas são fixas por hectare e tem outra taxa que é variável, que é de acordo com o consumo de água [Notas de campo, 12 de setembro de 2012].

Dona Naná disse que tem muita vontade de vender o lote, porque já não tem mais idade para ficar trabalhando na roça. Mas acredito que o fato que mais a deixa com esse desejo é a falta de apoio da família no trabalho. Ela disse que trabalhando sozinha, ela tinha que contratar outras pessoas, justamente porque era muito trabalho para uma só pessoa cuidar de tudo. Então, o [pouco] dinheiro que ela ganhava com a produção que conseguia tirar do lote, ficava quase tudo para cobrir as despesas que ela tinha, especialmente, com a água, que era “muito pesada” [Anotações de campo, 04 de junho de 2012], como ela classificou.

Os colonos pagavam, ou pelo menos deveriam pagar, duas taxas: o K1 e o K2. A primeira delas é destinada à recuperação dos investimentos feitos com a infraestrutura de uso comum, como a rede de drenagem, estradas e as obras de captação, condução e distribuição da água. O pagamento dessa taxa K1 é transferido para a CODEVASF para amortização dos investimentos feitos na infraestrutura do Projeto. Esse valor é fixado pelo Ministério do Interior e, conforme a legislação, deverão ser amortizados pelos usuários por meio da tarifa K1, incidente sobre o uso de água, calculada para cada hectare de área irrigável [e não apenas a área irrigada e, portanto, produtiva] e devem ser amortizados em um prazo de até 50 anos (BRASIL, 1984).

Todos os colonos que entrevistei estavam inadimplentes em relação a esta taxa. Pelo que percebi, essa foi a forma de resistência que eles encontraram para demonstrar a sua insatisfação em relação à cobrança abusiva. Além dessa taxa, eles precisam pagar também o K2. Esta taxa se refere à conta de água. Aqueles que ainda têm seu lote produzindo, pagam esta taxa, porque caso ela não seja paga, o gerente do Distrito de Irrigação manda o canaleiro³³ interromper o abastecimento de água para o lote do colono inadimplente. Na imagem a seguir, apresento uma conta de água, o valor destacado, refere-se ao valor total da fatura.

³³ Funcionário do distrito responsável por liberar a água para irrigação dos lotes, por medir o consumo de água utilizado e também interromper o abastecimento de água em caso de inadimplência.

DISTRITO DE IRRIGACAO BEBEDOURO			
Área	11,64		
Custos	12,096	339,17	
Serviços	453,96		
Juros			793,13
JÁ DESCONTADO:	0,00		
+ R\$ /Dia de Atraso:			0,79
VAMOS CUIDAR DO NOSSO SOLO			

FIGURA-13 Conta de água [K2] de um dos lotes irrigados do Projeto Bebedouro.

O valor para pagamento dessa conta é de quase R\$ 800,00. Quando penso no volume de água que é usado para a irrigação por gravidade, até acredito que pudesse ser um valor justo, porque o volume de água que passa pelo lote e cai nos drenos e volta para o rio São Francisco é muito grande. Inclusive, Ortega e Sobel (2010) afirmam que o método de irrigação por gravidade, além de ser extremamente atrasado, ainda proporciona os piores resultados econômicos, justamente pelo alto volume de água utilizado. Porém, são águas que vem direto do rio, ou seja, são águas públicas, e como o sistema é por gravidade, porque um custo tão alto? Tanto a vinícola Ouro Verde quanto a vinícola Santa Maria [pertencente ao grupo português Rio Sol] estão situadas às margens do rio São Francisco e coletam água diretamente do rio, como os colonos do Projeto Bebedouro. Mas será que eles pagam por essa água que tiram do rio? Essas são questões que merecem, no mínimo uma reflexão por parte dos órgãos públicos, pois como Vilela (1991) bem intitulou sua tese, no Vale do São Francisco temos “águas públicas/riquezas privadas”.

[Fabiano] sentou-se numa calçada, tirou do bolso o dinheiro, examinou-o, procurando adivinhar quanto lhe tinham furtado. Não podia dizer em voz alta que aquilo era um furto, mas era. (RAMOS, 1980, p. 52)

Diante desse fragmento, fiquei me perguntando: Fabiano também pagava K1 e K2 nessa segura de vida que levava? Além dessas taxas, os colonos do Projeto Bebedouro também convivem com o atravessador que também tira a sua fatia do bolo e ao colono não cabe sequer o direito de protestar, pois está imerso nessa teia latifundiária. Se não pagar o K2, não produz [e nem vive], porque fica sem água e se não vender sua produção pelo preço fixado pelo atravessador, vê o seu [pouco] lucro apodrecer nas parreiras. No tópico seguinte, [re]construirei o cotidiano da família e do trabalho entre os colonos, e mais especificamente na família de dona Naná.

4.3.2.2 A organização familiar no trabalho

O Projeto Bebedouro foi inaugurado para que ali se desenvolvesse agricultura de base familiar, tanto que um dos requisitos para se inscrever para o processo de seleção de colonos era “ser chefe de família de preferência com dependente com capacidade de trabalhar” (PEÑA, 1969, p. 151). Além disso, Peña (1969, p. 153) ainda aponta que “estabeleceu-se como critério geral dar preferência aos agricultores chefes de família que têm sob sua responsabilidade uma família numerosa”. Por isso, o trabalho nos lotes foram [ou pelo menos deveriam ter sido] organizados em torno da família.

É importante observar que para muitos dos colonos pioneiros, o trabalho se mistura à sua história de vida. E para quase todos eles, a história da vida começa quando chegaram ao Projeto Bebedouro.

(001) [Eu gostaria que o senhor me contasse a sua história...]
 Eu sô baiano!
 E a SUDENE chegô aqui em 62,
 Pra fazer expermento de irrigação.
 Só que aqui era uas fazenda,
 e os proprietáro não queria a SUDENE não.
 Purque iam tomá as terra deles!
 O governadô da época era Nilo Cuei.
 Então o Nilo Cuei disse o seguinte,
 que as terra do Nordeste tavam a dispusição da SUDENE!
 Só que tinha que pagar as terra, né?
 Aí nós trabaivava na Estação Experimental...
 [Sêu Zé, colono pioneiro]

Como se observa na fala desse colono, a sua história parte da sua origem, ou seja “*eu sô baiano*”, mas a sua vida começa a ter sentido quando a SUDENE chega naquelas terras “*pra fazer expermento de irrigação*” e ele começa a trabalhar na Estação Experimental. Em outras palavras, a história de vida desse sujeito se confunde com a história do trabalho e com a história da irrigação.

E em meio a estas histórias, aparecem fragmentos da história familiar. Sob esta ótica, observei que a construção dos discursos de homens e mulheres, para esse quesito, foi bastante diferente. Como conversei com muitos colonos, até chegar aos pioneiros, ouvi muitas histórias. Quando as mulheres falavam sobre as suas histórias de vida, elas sempre escolhiam contar essa história por meio da família, da criação dos filhos e do trabalho na roça, para ajudar o marido. Em síntese, o enredo era sempre em torno desses grandes temas. Já os homens, quando contavam suas histórias, se colocavam como protagonistas absolutos da história e só mencionavam a ajuda dos filhos, quando eu perguntava. Sobre a ajuda que recebiam das mulheres, nenhum deles se lembrou.

Em muitas casas que visitei, tanto o marido quanto a esposa estavam presentes durante a entrevista, mas as mulheres nunca falavam. Então eu fazia alguma pergunta para elas. Respondiam timidamente e o marido já a olhava como se dissesse: “Preste atenção no que vai falar, essa história é minha!”. Percebendo isso, mudei a estratégia, quando eu tinha oportunidade, marcava uma entrevista com a esposa enquanto o marido não estivesse em casa. E foram nesses momentos que percebi o quanto a submissão ao marido e como a construção do discurso também é marcada pelas relações de gênero.

As mulheres afirmaram que os filhos ajudavam na roça. Estudavam durante um período do dia e no restante do dia ficavam trabalhando com o pai. E que elas, arrumavam as coisas em casa e também iam para a roça. Porém, os maridos só relataram a ajuda dos filhos quando perguntei sobre as relações familiares. A resposta muitas vezes foi construída com base no discurso da educação. Os filhos ajudavam no lote quando eram crianças, depois foram se “formar” [praticamente todos os filhos desses colonos se formaram no ensino médio] e “se empregaram” na cidade. Ou seja, para não admitir que foi abandonado junto com o lote, o pai ou a mãe, constrói o discurso de que eles estão bem graças à irrigação e ao trabalho deles [pais e mães] que puderam proporcionar aos filhos aquilo que não tiveram: mais do que o estudo, eles sabem ler e escrever.

Dentre os colonos entrevistados, apenas quatro ainda mantinham o lote produtivo, sendo que um deles, não era o pioneiro, mas seu filho que assumiu o lote depois da morte do pai. E, embora todos os colonos entrevistados tenham alegado que os filhos os ajudavam com o trabalho na roça, apenas o filho do colono já falecido assumiu integralmente a atividade do pai, nenhum outro filho foi encontrado no lote, nem ao menos, junto do pai. Havia, na fala dos colonos, o desejo de que seus filhos tivessem orgulho das suas histórias e da sua profissão, que mantivessem os lotes, a “tradição” familiar. Fabiano era vaqueiro e por isso andava com

a cabeça, o espinhaço curvo, agitava os braços para a direita e para a esquerda. Esses movimentos eram inúteis, mas o vaqueiro, o pai do vaqueiro, o avô e outros antepassados mais antigos haviam-se acostumado a percorrer veredas, afastando o mato com as mãos. E os filhos já começavam a reproduzir o gesto hereditário. (RAMOS, 1980, p. 8)

Os colonos também queriam que seus filhos se espelhassem neles e que “começassem a reproduzir o gesto hereditário” do trabalho no qual o pai tanto sofrera para conseguir criar a família com uma perspectiva diferente daquela que teve na juventude. Mas, não era essa a aspiração dos filhos. Ao conversar com o filho do pioneiro falecido, ele disse que sempre ajudou o pai, que desde criança gostava de brincar imitando o pai no trabalho, que aprendeu a

trabalhar brincando. A admiração com que o filho se referiu ao pai me fez lembrar do filho mais novo de Fabiano.

[O menino mais novo] Subiu a ladeira, chegou-se a casa devagar, entortando as pernas, banzeiro. Quando fosse homem, caminharia assim, pesado, cambaio, importante, as rosetas das esporas tilintando. Saltaria no lombo de um cavalo brabo e voaria na catinga como pé-de-vento, levantando poeira. Ao regressar, apeara-se num pulo e andaria no pátio assim torto, de perneiras, gibão, guarda-peito e chapéu de couro com barbicacho [exatamente como o pai vaqueiro]. (RAMOS, 1980, p. 29)

O filho do pioneiro falecido também tinha um irmão mais velho e assim como no romance, o menino mais velho, não trabalhava no lote, mas o menino mais novo, esse quis seguir os passos do pai e tem orgulho de ser como ele. O que foi uma história atípica, uma vez que todos os colonos afirmaram que os filhos mais velhos ajudavam e que os mais novos, já *“foram pegar aquele negócio de escola”* [Dito, colono].

Para ilustrar o que vivenciei durante o período de realização dessa pesquisa, e o que notei durante as entrevistas, em relação ao cotidiano familiar, tomarei como base a família de dona Naná. Mas ressalto que o que vi lá, não foi muito diferente do que observei em outros discursos. Dona Naná não pertence ao grupo dos pioneiros, ela chegou ao projeto com a família no final da década de 1970. Ela disse que quando foi morar no Projeto Bebedouro, ela não tomava conta do lote, quem fazia tudo era o marido dela. Ela tomava conta da casa e da criação dos filhos, que eram seis, mas dois morreram ainda crianças e outros dois morreram jovens, em acidentes, um de moto e outro de carro. Antes de ser abandonada pelo marido, ela contou que depois que o marido foi trabalhar com agricultura irrigada, eles passaram a ter uma vida boa, tinham carro novo, tratores e máquinas. Mas depois que o marido saiu de casa, ela teve que assumir não só os afazeres domésticos, mas também teve que aprender a cuidar da roça, que a esta altura, já estava falido, pois o marido tinha feito empréstimos que não pagou e boa parte daquilo que eles tinham conquistado, ele havia vendido para dar casa e móveis à amante.

Ela tem dois filhos vivos, um homem, que em 2012 tinha 27 anos e uma mulher que nesta época tinha 32 anos. O filho se revoltou pelo fato do pai ter saído de casa e também não a ajudava com as tarefas no lote. A filha se formou professora e dava aula em Nova Descoberta. Então, coube exclusivamente à dona Naná o trabalho da roça e também da casa. Anos mais tarde, o marido resolveu voltar para casa e pediu à dona Naná que o recebesse em casa. Ela disse ter resistido um pouco, mas aceitou que ele voltasse a viver com a família. Porém, isso não mudou em nada a rotina de trabalho de dona Naná. Na época em que o marido saiu de casa, eles tinham dois lotes no Projeto Bebedouro. Então, ele ficou com um e

ela com outro. E, diante disso, quando voltou para casa, continuou trabalhando em seu lote e dona Naná no dela.



FIGURA-14 Enquanto o marido de dona Naná assiste às mulheres colher as uvas, o filho dela está descansando na rede e ela faz o “trabalho de homem”.

Essas foram cenas corriqueiras durante os nove meses em que acompanhei o cotidiano da família de Dona Naná. Enquanto ela trabalhava, o filho fingia trabalhar e, enquanto isso tirava um cochilo na rede, debaixo da mangueira e o marido, ia até o lote apenas nos horários das refeições, que deveriam estar prontas quando ele chegasse, fosse o cuscuz, no meio da manhã, o almoço ou o beiju no café da tarde, mas não realizava nenhum tipo de trabalho no período em que estava no lote, sempre agia da mesma forma: ficava de cócoras observando a mulher trabalhar e criticava a forma dela realizar as tarefas, mas nunca a ajudava, pelo menos eu nunca presenciei tal fato.

Quando ela reclamava com o marido que o filho não a ajudava e pedia que ele conversasse com o filho, ele já logo dizia que a culpa era dela, que não soube criar. Parecia querer entender-se com ela, como Fabiano o quis com Sinhá Vitória, a respeito da educação dos filhos, mas com uma diferença, enquanto o marido culpava dona Naná, Fabiano pensava que “certamente ela [Sinhá Vitória] não era culpada. Entregue aos arranjos da casa, regando os craveiros e as panelas de losna, descendo ao bebedouro com o pote vazio e regressando com o pote cheio, deixava os filhos soltos no barreiro, enlameados como porcos” (RAMOS, 1980, p. 10). Porém, o marido de dona Naná não percebia que ela era responsável por tudo: pela casa, pelo cultivo, pela educação dos filhos e, até mesmo, por cuidar da revolta que o marido causara nos filhos.

Além de não trabalhar junto com ela no lote e não convencer o filho a trabalhar para ajudar a mãe, no dia da colheita, vi que enquanto colhíamos as uvas, ele ficou conversando com o comprador, acertando o preço de venda. No meio da colheita, perguntei para dona Naná quanto ela receberia pelo volume de uvas que estávamos colhendo. Então, ela me disse que aquela uva ela tinha conseguido vender de um preço bom, receberia R\$1,00 por quilo da uva Itália e R\$ 1,30 pelo quilo da uva Red Glob. E que receberia pouco mais de 3 mil reais

pela colheita. Quando fiz as contas em relação ao montante colhido, percebi que o valor estava diferente e disse “Não dona Naná, a senhora vai receber pouco mais de 5 mil reais” [Anotações de campo, 30 de maio de 2012]. Quando eu disse isso, ela ficou perturbada e logo disse que ia perguntar ao marido, porque ele devia estar querendo pegar a diferença de valor para ele. Ela foi até lá e quando o marido percebeu que eu tinha dito para ela que as contas estavam erradas, ele tratou logo de dizer que estava enganado e que era cinco, ao invés de 3 mil.

Depois disso, ela me disse que queria um conselho. O comprador da uva queria o número da conta corrente dela no banco e ela não tinha conta corrente no banco e que, por isso, teria que passar o número da conta do marido para que o comprador depositasse o dinheiro. Nesse momento ela disse que estava com preocupada, porque o marido já tinha a enganado uma vez [traição] e temia que ele o fizesse novamente. Então, me dispus a ir com ela até o banco em Petrolina para que abrísemos uma conta no nome dela e ela logo retrucou dizendo que não tinha dinheiro para abrir a conta. Quando eu disse que não precisava de dinheiro para abrir uma conta no banco, ela ficou surpresa, porque o marido havia dito que ela precisaria de uma determinada quantidade de dinheiro para fazer esta abertura. Diante disso, as suspeitas dela ficaram ainda maiores. Ela então conversou com o comprador para que ele a pagasse com cheque, no dia que fosse buscar outra parte da colheita que seria feitas três dias depois.

Mas apesar dessa desconfiança e das reclamações que ela fazia do marido, eu percebia que ela gostava dele. Ela dizia que não gostava de dormir no lote, que preferia que eles ficassem na casa da vila, mas que o véio [o marido] gostava de ficar na roça. Ela dizia que preferia a casa da vila porque “lá eles têm uma casinha mais confortável, que dá para os dois dormir na mesma cama. No lote, ela dorme em uma cama de solteiro e ele dorme em um sofá velho, não tem um mínimo de conforto” [Anotações de campo, 01 de junho de 2012]. Embora ela achasse que havia mais conforto na casa da vila, assim como as personagens de *Vidas Secas*, “não possuíam nada: se retirassem, levariam a roupa, a espingarda, o baú de folha e troços miúdos. Mas iam vivendo, na graça de Deus, e eram quase felizes. Só faltava uma cama” (RAMOS, 1980, p. 24), era o que aperreava dona Naná.

Além do cotidiano, percebi também que a paisagem no Projeto Bebedouro estava mudando, naquele período em que desenvolvi minha pesquisa *in loco*. O Projeto está passando por outra reconfiguração. Embora ainda haja muita plantação de uva e manga nos lotes, muitos colonos arrancaram as parreiras para plantar feijão e a manga já não figurava

entre as culturas mais produzidas. Perguntei para a dona Naná e para outros colonos o motivo pelo qual as mangas já não eram produzidas como no início dos anos 2000 e o porquê das uvas serem substituídas pelos grãos. Segundo relatos não só dos colonos, mas também de funcionários da Embrapa Semiárido, as mangueiras do Projeto Bebedouro foram atacadas por uma praga conhecida por “mosca da fruta”, o que estava dizimando a produção de manga dos colonos. Curiosamente, no período em que estive em campo, aqueles colonos que ainda mantinham manga em seus lotes, estavam perdendo sua produção por causa do ataque dessa praga e, no mesmo período em que isso acontecia no interior do Projeto Bebedouro, há cinco quilômetros dali, na sede da Embrapa Semiárido, acontecia um seminário sobre o combate à mosca da fruta. A partir dali foram definidos vários dias de campo para transferência de tecnologia para os produtores, inclusive nos projetos irrigados, porém, nenhum desses dias de campo foi realizado no Projeto Bebedouro, apenas nos projetos em que a maior extensão territorial estava ocupada por médias e grandes empresas, como no Projeto Nilo Coelho.

Além desse episódio, fiz uma visita à vinícola Ouro Verde, que pertence ao Grupo Miolo. Lá, vi várias placas da Embrapa Semiárido, conforme primeira imagem da FIG. 16, sinalizando o desenvolvimento de experimentos que eram conduzidos para melhoria da produção na vinícola Ouro Verde, eram estudos desenvolvidos para atender às demandas do grupo Miolo. Por outro lado, durante o tempo que fiquei no lote de dona Naná e que percorri os lotes dos de outros colonos, jamais vi placa ou experimentos conduzidos nos lotes. Alguém poderia me dizer que a Embrapa não conduz experimentos no interior dos lotes, porque dentro do Projeto Bebedouro há uma Estação Experimental, onde a Embrapa desenvolve pesquisas. Porém, o que se desenvolve ali não é transmitido para o colono. Exemplo disso é que um pesquisador estava conduzindo um experimento na Estação e havia comprovado que era possível produzir maçã e pêra nas terras do Projeto Bebedouro [como se observa nas imagens 2 e 3 da FIG. 15], mas essa informação não chegava até o colono. Em outras palavras, não acho que seja errado os pesquisadores da Embrapa desenvolverem projetos em parceria com as grandes empresas, voltadas para agroindústria ou para a vitivinicultura. O que questiono é o processo de transferência de tecnologia, tão aclamada nos corredores da empresa, que, pelo que observei, não chegaram até o pequeno produtor.



FIGURA-15 Experimentos conduzidos por pesquisadores da Embrapa Semiárido

Diante disso, assim como afirma Gonçalves (1997), também acredito que a política desenvolvimentista modernizante desenvolvida no semiárido seguiu o sentido inverso daquele proposto em sua origem. O que notei foi que as ações governamentais empreendidas ali, como a instalação de empresa de pesquisa, como a Embrapa e de agências de desenvolvimento como a CODEVASF, instituiu/contemplou um modelo econômico que exclui grande parte dos habitantes do Semiárido, que se transformaram em mão-de-obra barata, e privilegiou um reduzido grupo pertencente à elite. Em consequência disso, efetivamente, não houve elevação do padrão de vida da população e, ainda, desarticulou o universo cultural ali presente, pois além de expropriar a população de suas terras, nas quais tinham raízes, àqueles que ocuparam porções de terras no interior do Projeto Bebedouro foram suprimidas suas práticas cotidianas para impor-lhes determinadas formas de produção, articulação e comercialização, desprezando todo o conhecimento e técnicas que possuíam até ali.

Diante disso, coube aos colonos, mais uma vez, a prática da gestão ordinária. Ao perceber que a fruticultura não estava respondendo como nos tempos aureos, resolveram arrancar as videiras e derrubar as mangueiras para produzir aquilo que já plantavam muito antes do Projeto Bebedouro surgir: feijão.

4.3.3 A [re]organização em torno da produção de grãos



FIGURA-16 O processo de produção de feijão.

O feijão ressurgiu no Projeto Bebedouro, como uma cultura comercial, no início de 2012. Com as videiras muito velhas, a produtividade da uva reduziu consideravelmente e com a proliferação da “mosca da fruta”, a produção de manga também se tornou pouco viável, embora ambas as culturas ainda estivessem presentes nos lotes dos colonos. Porém, comecei a perceber essa reconfiguração na paisagem.

Conversando com os colonos, descobri que eles começaram a plantar feijão por meio de contratos com o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e com a Embrapa Produtos e Mercados para produção de sementes básicas. Dentre os pioneiros que ainda estão produzindo em seus lotes, apenas o filho que assumiu o lote do pai que não está produzindo feijão. Como ele se apossou das terras próximas ao rio e colocou sistema de irrigação por gotejamento, suas parreiras de uva estavam novas e em franca produção. Além disso, ele estava investido em goiaba, acerola, mamão e coco. Tinha um criatório de ovinos, caprinos e peixes e, no futuro, pretendia abrir ali uma área de lazer com pesque-pague e restaurante. Os demais pioneiros e muitos colonos com os quais conversei, estavam plantando feijão, inclusive dona Naná. Porém, “para minha surpresa, ela disse que não era para a Embrapa, e que ela não tinha nenhum contrato, que tinha plantado por conta própria”.

A minha surpresa aconteceu porque “o grão de feijão tem uma cotação muito inconsistente. O marido da dona Naná me disse que esse feijão, quando ela colher, ela pode vendê-lo de R\$ 100,00 até R\$ 400,00 a saca, mas que não dá para prever. E como nessa época do ano [maio a julho] muita gente planta feijão, possivelmente, ela vai vender barato. Na roça dele, ele planta feijão para a Embrapa e ele disse que quando ele tirar [colher] o feijão, a saca será vendida por R\$ 240,00, porque o preço já foi pré-fixado pela Embrapa. Em outras palavras, o que pude perceber é que eles veem nesse contrato com a Embrapa a possibilidade da estabilidade, o que traz segurança ao produtor. E quanto aos investimentos da dona Naná, o que percebo é que ela tem muita dificuldade de gestão, ela age muito por impulso” [Anotações de campo, 04 de julho de 2012].

Tanto a Embrapa Produtos e Mercados, quanto o IPA, firmam esses contratos via uma associação de produtores que os colonos criaram com a finalidade de poder vender o volume de grãos que essas duas organizações demandavam. Então, IPA e Embrapa entregavam as sementes geneticamente melhoradas para que o produtor plantasse e estabelecia alguns critérios para que aquela produção seja comprada, inclusive em relação à qualidade do grão e à exclusividade de venda prevista em contrato. Como dona Naná percebeu que o marido teria um bom lucro com a plantação de feijão que ele tinha feito, achou que fosse interessante

investir na mesma cultura. Mas como ela não faz parte da associação, plantou de forma individual.

Como o marido dela disse, o fato de plantar de forma individual e não possuir um contrato de venda pré-fixado pode ter vantagem ou desvantagem financeira. Por exemplo, em uma época em que a oferta de feijão for baixa, possivelmente o preço do grão será alto e, aquele que estiver produzindo com contrato, terá um preço de venda menor que aquele que estiver produzindo de forma independente.

Ao identificar essas duas formas de gestão distintas, fui até o escritório da Embrapa Mercados e Produtos e falei com o gerente sobre como são feitos esses contratos.

Assim, para falar da organização em torno da produção de feijão, utilizarei as observações que fiz no lote de dona Naná. Lá esse processo acontecia nos intervalos entre as atividades com as uvas. O ciclo do feijão é mais rápido, com duração de 70 a 90 dias, essa variação de dias acontece em função das condições climáticas.

O ciclo de produção do feijão está esquematicamente representado na figura a seguir.

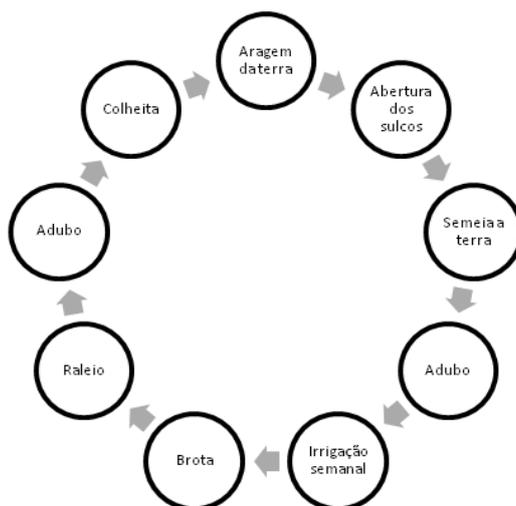


FIGURA-17 Ciclo de produção do feijão organizado por dona Naná

Para a aragem da terra, dona Naná contrata um homem que faz o serviço com uma máquina e a abertura dos sulcos, é feita com o auxílio de um animal. Para a plantação, é utilizada uma semeadeira manual. Para a área de feijão, durante todo o ciclo de produção, ela contratou apenas homens para o trabalho. Segundo ela, “na área de feijão, não precisa de delicadeza, e como tem que trabalhar com animal e enxada, era melhor contratar homem para o trabalho” [Anotações de campo, 12 de julho de 2012].

Assim como as uvas, o feijão também precisa ser raleado. Pois no momento em que é feita a semeadura, caem mais de uma semente na terra, porque se colocar só uma, ela pode

não germinar. Mas acontece de germinar mais de uma, então, é preciso proceder ao raleio, que diferentemente das uvas, é feito por homens. Depois disso, quando o grão está maduro, é feita a colheita. Outra diferença que percebi entre a cultura do feijão e da uva é que a primeira é uma cultura temporária, ou seja, ao final da colheita, passa-se um rastelo pela área rastelo pela área para retirar o restante da planta que ainda fica na terra, pois ela não dará outra safra. Caso o produtor queira uma nova colheita de feijão, é preciso replantar toda a área, o que significa também, que, caso o produtor queira plantar outra cultura, a terra também estará pronta para recebê-la.

Sobre a irrigação, dona Naná disse que é feita semanalmente, assim como as uvas, mas que o feijão consumia maior volume de água. Perguntei a ela se ela possuía algum coletor para reaproveitar o grande volume de água que apenas passava pelos sulcos. E ela respondeu que não tinha o que fazer com aquela água, pois ela cai em um dreno e não tem como reaproveitar. Desse dreno, a água volta para o rio [Anotações de campo, 14 de julho de 2012]. Novamente, cabe uma reflexão acerca dos elevados custos dessa água, uma vez que não é possível fazer nenhum tipo de reaproveitamento e a água que foi paga pelo colono, volta para o rio e quando, retornar ao solo do agricultor, será taxada novamente.

Vendo que não havia nenhum sistema de controle de consumo de água, perguntei à dona Naná se havia algum registro/medidor de consumo de água, no qual ela pudesse controlar o seu consumo, e para minha surpresa, ela disse que não possuía nenhum controle sobre os gastos pois quem media o volume de água que ela usava em seu lote era o canaleiro, com a utilização de uma régua. Ela me explicou que

o Distrito faz um cálculo estimado do consumo de cada lote com base no tempo e volume da vazão de água que é liberada para o lote. Disse ainda que todos os dias o canaleiro passa em seu lote e pergunta se ela vai precisar de água no próximo dia. Em caso afirmativo, ela já precisa falar qual o horário que irá irrigar. Então, o canaleiro libera a quantidade de água [que ele mesmo calcula, de maneira estimada, com base no tempo de irrigação pretendido pelo agricultor e a vazão da água liberada no canal]. Caso ela queira parar de irrigar antes do horário previsto, ela pode não usar a água, porém, o volume será contabilizado em seus gastos, uma vez que já foi “liberado” para ela. Em outras palavras, o canaleiro libera determinada quantidade de água no período que o produtor pede e calcula os gastos, mas ao agricultor não resta nenhum controle do consumo de água por parte do agricultor” [Anotações de campo, 27 de julho de 2012].

Toda a produção do Projeto Bebedouro, só é possível por causa da irrigação. Grande parte dos gastos que o colono tem para produzir está no alto custo da água, custo sob o qual, ironicamente, ele não possui nenhum controle. Não há como sequer questionar o volume de água que o canaleiro afirma que ele consumiu, pois o único sujeito capaz de fazer e contestar essa medição é o próprio funcionário que trabalha para o Distrito. Diante disso, acredito que

as formas de gestão ordinária ficam potencialmente reduzidas e cabe ao agricultor contar com a sorte de uma boa produção em um período de entressafra, pois caso contrário, está fadado às dívidas e à secura causada pela irrigação.

Além disso, outro problema enfrentado pelos colonos está relacionado à monocultura no interior do Projeto Bebedouro. Uma das práticas cotidianas mais recorrentes, pelo que percebi, é olhar pela cerca do vizinho e ver o que ele produz e se aquilo lhe rende algum lucro. Afinal, enquanto a uva tinha um bom preço de venda, todos os colonos plantaram uva e, atualmente, com as videiras mais velhas e, conseqüentemente, menos produtivas, alguns colonos começaram a substituir suas plantações de uva por cultivo de feijão Caupi por meio de contratos, para produção de sementes básicas, firmados junto à Embrapa Produtos e Mercado. Os demais colonos, vendo que os contratos estavam rendendo algum lucro, começaram a investir também no feijão Caupi.

O resultado disso, segundo o próprio gerente do escritório da Embrapa Produtos e Mercados de Petrolina, é que, caso todos os colonos venham produzir feijão por esses contratos, haverá um colapso, pois não há demanda para que todos produzam, então para absorver toda a demanda, os contratos precisariam ser menores, o que resultaria em menor retorno financeiro aos colonos. Um grande problema que existe entre os colonos do Projeto Bebedouro é que eles tendem a produzir, todos eles, as mesmas culturas [talvez motivados por uma ideia que foi difundida desde os primórdios do Projeto]. O que culmina no excesso de oferta, o que faz com que o preço de venda caia drasticamente ou que a produção não seja totalmente absorvida pelo mercado.

Embora os técnicos da CODEVASF tenham tentado construir um polo agroindustrial na região de Petrolina e Juazeiro, onde estão instalados e funcionando outros sete projetos irrigados, além do Bebedouro, o que percebi foi que esse complexo agroindustrial jamais será uma realidade constante, porque na agricultura, especialmente irrigada, é preciso ter conhecimento de manejo para que se tenha resultados de produção positivos. As características edafo-climáticas da região do Vale do São Francisco podem ser muito favoráveis ou então podem constituir sérios problemas se o agricultor não possuir informações e treinamento sobre como tornar essas características favoráveis para a produção que pretendem cultivar.

Diante das gestões ordinárias empreendidas pelos pioneiros do Projeto Bebedouro, o que percebi foi que essas gestões acontecem em ciclos, ou seja, de tempos em tempos os colonos elegem uma determinada cultura para produção. No início do ciclo, o preço do

produto é bom, o que faz com que todos os demais apostem na mesma estratégia, e, em consequência disso, o preço de venda cai drasticamente. Assim, a produção se torna inviável, pois os custos de produção irrigada são altos. Então, é chegado o momento de investir em outra produção. Em 11 de março de 2013, segundo notícia veiculada no Jornal do Comércio, de Recife (PE), a Monsanto inaugurou um novo polo de pesquisas em Petrolina e serão produzidos ali milho e soja (JORNAL DO COMÉRCIO, 2013). Será o começo de um novo ciclo para a região? Caberão novos trabalhos para responder a esta e tantas outras lacunas que esta tese não consegue suprir. Mas, como a pesquisa foi desenvolvida durante o ano de 2012, o esquema a seguir representa os ciclos vivenciados pelos colonos do Projeto Bebedouro até o momento da realização da pesquisa.

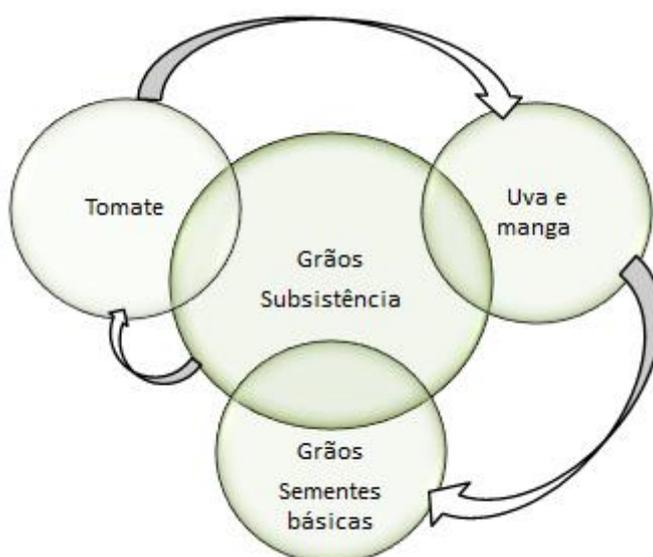


FIGURA-18: Os períodos produtivos do Projeto Bebedouro.

Construí a representação esquemática dos períodos produtivos do Projeto Bebedouro, com base nas memórias dos colonos pioneiros e também nas observações que fiz durante a realização desta pesquisa. Todos os colonos afirmaram que antes de entrarem para o Projeto, já trabalhavam com agricultura nas áreas de sequeiro, em época de chuva, ou nas vazantes do rio São Francisco. E nestas experiências, plantavam para o consumo próprio e da família, ou seja, o ciclo da produção, especialmente de grãos, para subsistência. É daí que partem os demais ciclos produtivos do Projeto Bebedouro.

Quando receberam os lotes, houve vários testes de produção, inclusive pecuária de corte e leiteira. Passaram pela produção de batatas, mas o que firmou a produção deles foi a plantação de tomates. Muitos deles afirmaram que mesmo produzindo tomate para a

agroindústria, ainda continuavam produzindo alguns alimentos para o consumo familiar, aproveitando o conhecimento que tinham adquirido com as produções nas vazantes e na área sequeira.

Com o fim do ciclo do tomate, surgiu o ciclo da uva e da manga. Esse foi/é um ciclo duradouro no Projeto Bebedouro e está dividindo espaço com um novo ciclo que está se instalando ali, o de sementes básicas. Embora o ciclo da uva, por exemplo, ainda não tenha acabado, ele já mostra sinais de fragilidade, como a queda na produtividade das videiras. E, assim, as sementes básicas têm ganhado cada vez mais espaço nas terras molhadas do Bebedouro. Porém, é importante ressaltar que mesmo durante o ciclo da uva, os agricultores continuaram destinando uma pequena porção de terra para a produção de alguns gêneros alimentícios para o consumo próprio e, com o advento das sementes básicas, eles estavam produzindo não só para o consumo imediato, mas também estocando parte da produção, como faziam nos tempos da incerteza da chuva. Diante disso, acredito que os colonos mantêm a sua identidade de produzir para o consumo familiar e de poupar para os tempos de menor abundância ou de escassez.

Além disso, os colonos reorganizam os espaços em seus lotes. No lote de dona Naná, há o espaço de criação de ovinos, caprinos e galinhas, como representado na figura a seguir.

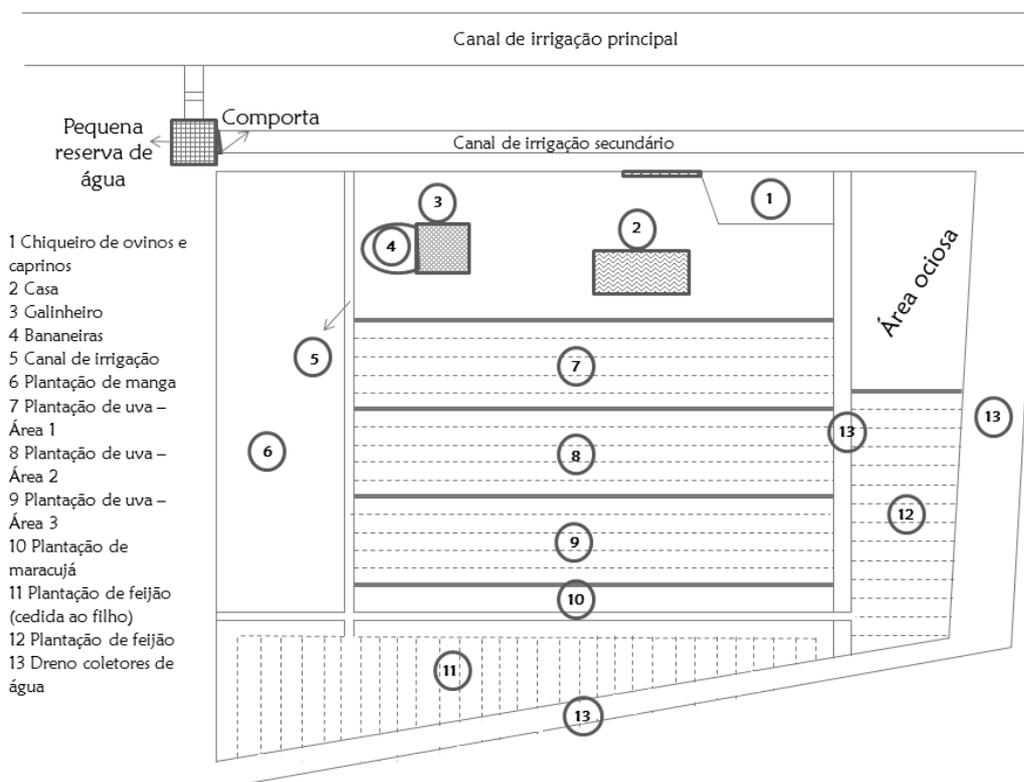


FIGURA-19 Representação espacial do lote de dona Naná.

Em seu lote, dona Naná cria galinhas, ovinos e caprinos, para consumo da família, e tira uma parte do feijão que produz também para o consumo familiar, como na época em que vivia daquilo que plantava e dos animais que criava, na área sequeira.



FIGURA-20 Criação de animais para consumo familiar.

E tem uma ovelha que tem tratamento especial. O “Bugrelim”, como ela mesma chamava a ovelha, era como a cadela Baleia e dona Naná, em muito lembrava Fabiano, especialmente quando “se aperreava por causa dela [Sinhá Vitória/marido de dona Naná], dos filhos e da cachorra Baleia, que era como uma pessoa da família, sabida como gente” (RAMOS, 1980, p. 18). Em outros momentos se parecia com Sinhá Vitória, especialmente, em sua invisibilidade, como quando o filho disse que venderia o “Bugrelim” e que se ela quisesse continuar com a ovelha, que comprasse. Sem ter o dinheiro, assim como Sinhá Vitória, chorou, “mas estava invisível e ninguém percebeu o choro” (RAMOS, 1980, p. 65), mas diferentemente do destino da cachorra Baleia, dona Naná conseguiu o dinheiro e comprou do filho o animal que ela mesma tinha dado a ele anos atrás.



FIGURA-21 Dona Naná e o cuidado com o “Bugrelim”, companhia constante durante o trabalho.

Como eu disse no início da tese, dona Naná teve medo de que eu estivesse lá para denunciá-la para a Receita Federal e no nosso primeiro encontro, quando relatou essa apreensão com a minha presença, ela disse que tudo o que ela tinha era aquela rocinha e o que ela produzia ali, mal dava para sobreviver.

Inclusive ela sempre usava a palavra “subviver”, ela o fazia [talvez] por falta de domínio do português, mas eu achei um termo muito bem colocado: subviver. Na roça ela tem uma casa bem modesta, um único cômodo, a pia quebrada, lavava as panelas do almoço no balde, não tinha água encanada e muito menos água tratada, uma simplicidade enorme. É um cenário de miséria, embora esteja em um perímetro irrigado, de onde saem frutas que abastecem os grandes centros do país” [Notas de campo, 29 de maio de 2014].

E foi isso que eu vivi com ela: a [sub]vida. Ela não tem água encanada, a água escorre pelo chão. Não tem tratamento. A água que eles bebem, é a mesma que corre no rio. Se ela quiser bebê-la [e normalmente todos querem, porque é a única água que têm], precisa se abaixar como um bicho para pegá-la com um balde. E ela acha que a vida está melhor, porque antes, se quisesse beber água, era obrigada a beber a água salobra das cacimbas. Ou seja, a [sub]vida acontece nesse perímetro irrigado que foi pensado apenas para produzir algo digno de que um complexo agroindustrial se instalasse ali, mas não foi pensado para mudar a vida das pessoas que ali viviam e que ainda [sub]vivem. Como a própria dona Naná disse: “a história de quem trabalha aqui na roça é muito seca.” [Anotações de campo, 30 de maio de 2012].

Embora ela tenha consciência de que a história dela e daqueles que ali viveram seja muito seca, o fato de produzirem para o consumo e ainda sobrar um pequeno lucro e ter um espaço para as criações, já faz com que eles estejam satisfeitos com o que têm. Todos aqueles que se mantiveram nos lotes, afirmaram que mesmo diante de todas as dificuldades e precariedades enfrentadas, não se arrependeram de tê-lo assumido. E a justificativa é uma só: a precariedade de depender da água da chuva é ainda maior. Portanto, ousou afirmar que é no ordinário, no cotidiano, no banal que se encontram as amarras opressoras da dominação que impedem esses sujeitos de se libertarem da securra que os cerca e os domina cotidianamente, como será discutido no próximo tópico.

4.3.4 Memórias individuais que [re]produzem memórias sociais

Para começar esse tópico, acredito ser importante pontuar que a memória está intimamente relacionada às experiências que os sujeitos vivenciam em seu cotidiano. Por isto, para discutir as memórias sociais [e não coletivas, como propõe Halbwachs (1990)], pressuponho que as experiências, mesmo vivenciadas na coletividade, são próprias do indivíduo. Além disso, ressalto que as memórias são construções feitas no tempo presente referentes ao passado. Tal fato traz para o campo das memórias o constante conflito sobre quais memórias deverão se sobrepor às outras. E este conflito é constantemente encontrado na cotidianidade. Sob esta perspectiva, Certeau (1994, p. 264) afirma que

uma memória cultural adquirida de ouvido, por tradição oral, permite e enriquece aos poucos as estratégias de interrogação semântica cujas expectativas a decifração de um texto afirma, precisa, corrige. Desde a leitura da criança até a do cientista, ela é precedida e possibilitada pela comunicação oral, inumerável “autoridade” que os textos não citam quase nunca.

Com base nas escolhas narrativas dos colonos pioneiros, foi possível depreender inúmeros jogos de poder e resistência, como supunha Foucault (1974, p. 6). Para ele, o discurso deve ser visto não só pelo aspecto linguístico, mas também como um “jogo estratégico de ação e reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva e também como luta”. Os colonos, muitas vezes, em suas narrativas, afirmaram que “o projeto tá acabado, isquicido” [Juca, colono] e que “infelizmente o projeto aqui tá fraco, / Tá fraco fraco memo!” [Bené, colono]. Os termos “*isquicido*” e “*fraco*” foram utilizados para expressar os sinais de abandono percebidos pelos colonos em relação ao Projeto Bebedouro.

Embora essa percepção de abandono tenha sido relatada por todos os colonos entrevistados, ao reproduzir aqui a fala de dois deles, o meu intuito é demonstrar que são produções individuais, que divididas, tornam-se sociais. Assim, defendo que a memória é individual, como propõe Portelli (2001). Para o autor, a memória de uma história pode remeter ao coletivo, pois as lembranças trazem consigo imagens e representações que são comuns a um território, a um lugar. Porém, esta memória é trazida por um indivíduo por meio de seu testemunho. Por isso, por mais que a história construída possa parecer coletiva, as interpretações se fundamentam em experiências vividas, e estas são individuais.

Por outro lado, Halbwachs (1990) afirma que a memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. A memória coletiva evolui de acordo com suas próprias leis. Em outras palavras, a memória coletiva não é a agregação pura e simples de memórias subjetivas. Porém, é impossível tomar o indivíduo pelo seu grupo, pois ele é um ser particular (HELLER, 1985).

Diante disso, tendo por base as narrativas enunciadas pelos colonos, percebi que a memória individual traz registros particulares como um episódio da infância, a lembrança da vida antes do Projeto Bebedouro, memórias da família e de visitas que receberam em seus lotes, como políticos da região e os ditadores. E estas memórias também [re]produzem as memórias sociais. Como afirma Portelli (2005) não há uma só memória, mas sim uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas. Para ele, a memória, assim como todas as atividades humanas, é social e pode ser compartilhada com outros sujeitos. Porém, ela só se torna coletiva quando se separa do indivíduo, como no mito e no folclore, na delegação e nas instituições. Por fim, o autor afirma que

quando compreendemos que ‘memória coletiva’ nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea da dor, luto, escândalo, mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologia, linguagens, senso comum e instituições (PORTELLI, 2005, p. 128),

seria o que o autor chama de “memória dividida”. O autor afirma ainda que o conceito de “memória dividida” precisa ser ampliado e radicalizado para se compreender a pluralidade fragmentada de diferentes memórias e esquecimentos.

Ricouer (2007) chama a atenção para o fato de que ao lembrar algo, alguém se lembra de si, ou seja, a memória que se tem de algo é sempre a memória relacional de si com algo. Assim, quando os colonos se lembraram do tempo do treinamento, eles se lembraram de como eles aprenderam técnicas de irrigação e sobre a cooperativa, que já estava fundada. Lembraram-se das primeiras produções e dos primeiros fracassos que amargaram individualmente. Cada um, do seu jeito, se relacionou com suas memórias para produzir essa história que eu [re]construí. Em outras palavras, o sujeito não se lembra efetivamente de algo, mas sim dele mesmo. O autor afirma ainda que a “memória das ‘coisas’ e a memória de mim mesmo coincidem: aí, encontro também a mim mesmo, lembro-me de mim, do que fiz, quando e onde fiz e da impressão que tive ao fazê-lo. Sim, grande é o poder da memória, a ponto de ‘eu me lembrar até de ter me lembrado’” (RICOUER, 2007, p.110).

Quando um dos colonos lembrou-se de que quando era presidente da cooperativa, ele precisou ir a Salvador negociar pessoalmente com o dono de uma grande empresa uma produção de batata inglesa que não tinha saído tal qual haviam negociado com a empresa, ele se relaciona com a história que ele mesmo construiu. E, a partir daí, ele construiu a história que ele queria eternizar, de que por meio da negociação dele, todos os colonos puderam vender sua produção e ninguém teve prejuízo. Porém, outro colono, ao relembrar o mesmo fato, lembrou-se que quando plantou essa batata, não conseguiu colher nada, porque uma chuva havia “enterrado” toda a sua produção, o que trouxe um grande prejuízo ao colono. O que percebo é que a mesma situação, pode ser lembrada de forma diferente e única por cada um que vive aquele momento, pois a memória está diretamente relacionada ao envolvimento afetivo do sujeito com o fato lembrado. E, por meio das relações sociais, essas memórias são divididas.

Outro ponto que merece destaque é a consciência de pertencimento ao grupo. Quando eu perguntava aos colonos sobre suas relações com o Projeto Bebedouro, eles se lembravam dos colegas que começaram pegaram os primeiros lotes junto com eles e outros queriam saber quem havia se lembrado dele. Cabe então ressaltar, conforme afirma Heller (1985), que todo

homem se relaciona conscientemente com a comunidade ou grupo do qual faz parte. E é nesta relação que se forma sua “consciência de nós” e, também, sua própria “consciência do Eu”. Portanto, todo sujeito é ao mesmo tempo indivíduo e, portanto, particular e também um ser social, que se relaciona com os demais e juntos constroem sua própria realidade.

Neste sentido, Halbwach (1990) afirma que a capacidade de lembrar é determinada, não pela aderência de um indivíduo a um determinado espaço, mas sim pela aderência do grupo do qual ele faz parte àquele mesmo espaço. Porém o autor elimina a importância do indivíduo no grupo. Por outro lado, é importante ressaltar que Halbwach (1990) foi o primeiro pesquisador a deslocar o processo de construção de memórias do âmbito unicamente individual para o nível da categoria “memória coletiva”. Mas, da forma como expõe a memória coletiva, o autor parece se esquecer do indivíduo, pois elimina qualquer importância que as memórias individuais possam ter, ao privilegiar apenas as memórias relacionadas aos grupos.

A memória é um fenômeno social e construído. Como afirma Pollak (1992), o que a memória grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização individual. E, constroem-se as memórias sociais por meio do resgate das memórias individuais e da intersubjetividade. Estas memórias, embora sejam construídas de maneira individual, elas são socialmente sedimentadas por meio da intersubjetividade. Em outras palavras, as memórias sociais são as memórias que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos) e também surgem da preocupação constante em registrar as memórias que ainda estão vivas no cotidiano dos indivíduos, que poderão desaparecer caso não sejam registradas.

Além disso, Pollak (1992, p. 207) afirma que “há também o *trabalho da própria memória em si*. Ou seja, cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização.” Eu pude perceber isso claramente em campo, quando os colonos perguntavam se eles estavam contando uma história parecida com a que os outros contavam ou então quando me sugeriam o nome de alguém para que eu perguntasse a ele, porque esse outro tinha uma memória melhor. Porém, a memória por si só não efetua nenhum tipo de trabalho. A memória só existe e se constitui enquanto tal porque é alimentada por lembranças de pessoas que rememoram a todo tempo. Sem pessoas, sem intersubjetividade, a memória não existe, nem no âmbito individual, nem coletivo e, tampouco, social.

Então, cabe aqui [re]construir essas histórias, por meio de uma narrativa, que culmina em uma memória socialmente dividida. Por meio das entrevistas realizadas, percebi que os colonos, embora percebam os problemas que têm que enfrentar por causa da precariedade na qual vivem, construíram, a partir do que viveram e das memórias do que viveram, uma história de superação à seca. Como já ressalté anteriormente, quase todos eles começaram a contar as suas histórias de vida a partir do momento que chegaram ao Bebedouro e, em muitos momentos, a vida e o trabalho se tornam um só. O cotidiano é alienante. O lazer é opressor. Afinal, a cotidianidade coloca o sujeito em uma situação de mecanicidade, ou seja, a vida cotidiana está marcada pela reprodução constante de ações mecanizadas e, muitas vezes, não se reflete sobre aquilo que se vive. Essa reprodução é que considero alienante e opressora, por essa não reflexividade que financia e promove.

Para Heller (1985) o indivíduo precisa aprender a manipular os elementos constituintes de sua cultura, se apropriando do uso e dos significados sociais deles. E por essa apropriação ser mediada, direta ou indiretamente, por outro sujeito, ela se constitui a partir das relações sociais estabelecidas em determinados grupos. Ou seja, há a reprodução social da alienação e, diante disso, torna-se fundamental que os sujeitos questionem esses espaços de reprodução mecanizada de modo a apreender as opressões e estratégias do dominador, com o intuito de se desvencilhar dessas amarras.

Diante disso, a história que eles contaram e que quiseram eternizar, foi a história do sertanejo que conseguiu superar as adversidades climáticas e que não precisam mais se preocupar com a falta de chuva, porque eles têm a irrigação. Para eles, a irrigação mudou as suas vidas e se lembram muito pouco de como eram as suas vidas antes dela. A irrigação é sinônimo de prosperidade, emprego, casa, eles a apontam como a única alternativa para a região. Foi uma forma de superar a fome, a sede e a falta de trabalho. É também um sinônimo de riqueza e de desenvolvimento. Afinal, afirmam que Petrolina só cresceu como cresceu, graças à irrigação que começou ali, com a coragem e o trabalho deles.

Alguns se lembraram que os militares visitaram o Projeto, outros só lembraram da ameaça do comunismo, mas, acima de tudo, as memórias sociais [re]constroem uma história de homens de coragem [porque dentre os pioneiros, só tinham homens], que acreditaram que a irrigação era possível e que não tiveram medo do comunismo. Mas ao construir esta versão, minimizaram o fato de que, no início, eles também não quiseram os lotes, que preferiam continuar trabalhando para a SUDENE com suas carteiras assinadas. E que, para despertar essa coragem, foi preciso muitos benefícios, como continuar no quadro de funcionários da

SUDENE [o que era uma garantia de estabilidade], recebendo seus salários [além dos lucros que obtivessem com os lotes], ter trabalhadores para ajudá-los na roça dentre outras vantagens.

Neste sentido, ao remontar a história, ou melhor, as histórias dos colonos de Bebedouro, por meio das memórias e do cotidiano, não há como falar em uma memória coletiva, mas sim em memórias sociais. Como, brilhantemente, afirma Portelli (1997, p. 16)

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais.

Assim, entendo a memória como estando intimamente relacionada à experiência. E que a experiência é, por excelência, uma prática pessoal. Portanto, as memórias individuais são construídas por meio das experiências que cada indivíduo viveu ou vive. A soma destas memórias, ou melhor, as negociações e conflitos entre as memórias é que produzem as memórias sociais.

Ressalto ainda que não existe uma grande memória social, única e que abarque todas as memórias pessoais, mas sim várias memórias sociais que são construídas e reconstruídas com base nas negociações e encontros de vários grupos e aqui, apresento apenas mais uma versão dessas memórias sociais, sem a pretensão de que esta seja a verdade sobre o Projeto Bebedouro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A irrigação não transformou a [sub]vida dos colonos, mas os encontros nessa [sub]vida me transformaram. Finalizar uma tese não é uma tarefa simples. Porque na mesma medida que nos liberta, nos oprime. Mas tenho a certeza de que essa caminhada foi uma bela travessia, especialmente, pelos encontros e pelos questionamentos que ela oportunizou...

Ao final desta tese, fiquei pensando muito sobre uma pergunta que meu orientador sempre me fazia: Porque minha tese é política? Ao construir as minhas considerações finais, farei também o esforço de responder a esta pergunta. De início, acredito ser importante ressaltar que o processo de construção desse trabalho me faz considerar que do ponto de vista teórico, esta tese tem pelo menos duas funções principais. A primeira delas é questionar o *mainstream* e, especialmente, sua aclamada racionalidade instrumental, ao propor que é possível analisar o cotidiano e, a partir dele, trazer contribuições para o campo dos estudos organizacionais. Esse olhar sobre outras formas de gestão que não aquelas sacramentadas pela tradicionalidade das grandes corporações e pela racionalidade instrumental é a principal forma de questionamento ao *management*. Em outras palavras, esse trabalho demonstra, a partir da prática, que é possível ampliar, para o campo e sua[s] organização[ões], o cotidiano como tema.

A outra função está intimamente relacionada ao fato de que esta tese coloca em discussão como as formas de gestão do tempo presente podem ser influenciadas pelos elementos históricos e como estes tornam possíveis a sua interpretação e análise. É importante ressaltar que, embora muitos trabalhos na área de Administração pretendam ser a-históricos e atemporais, eles não o são. Estão localizados no tempo e no espaço, o que os constituem como objetos sócio históricos. Esta forma de aproximação entre história e administração também se constitui como uma contribuição teórica para a área, uma vez que a partir dela, é possível conhecer um pouco mais do tempo presente e das escolhas que trouxeram as organizações e as pessoas para este estágio de desenvolvimento e não outro.

Ao mesmo tempo em que estas são contribuições teóricas, também são contribuições para a área de estudos organizacionais, uma vez que essa produção teórica poderá ser refletida em outros trabalhos não só de cunho histórico, mas especialmente que se preocupem em entender o processo histórico que resulta nas formas de gestão do tempo presente. Além disso, acredito que a utilização dos métodos de história oral e etnografia, podem apontar para caminhos diferentes dos tradicionais estudos de caso que marcam os trabalhos qualitativos na área de estudos organizacionais. Ainda do ponto de vista metodológico, a articulação entre entrevistas, observações de campo e análise documental podem ser fontes ricas de elementos que irão contribuir para a interpretação e compreensão de realidades socialmente construídas. Porém, é fundamental que não haja a hierarquização de uma sobre a outra, elas devem ser consideradas de forma dialógica.

Sob o aspecto social, acredito que esse seja o impacto maior do meu trabalho. Ao ouvir as histórias dos colonos, escutei os velhos. Velhos, nordestinos, sertanejos, pobres, analfabetos – enfim: excluídos, que se acreditavam ser imprestáveis. E, ao final, pude ver e mostrar a importância de cada um deles para a história do Projeto Bebedouro e, até mesmo, da irrigação no Vale do São Francisco. Nessas considerações finais, resgatarei um pouco das discussões já feitas e tentarei mostrar em que medida esse trabalho contribuiu com as quatro dimensões ressaltadas.

De antemão, ressalto que a minha tese partiu da análise da gestão ordinária desenvolvida pelos agricultores [colonos] do/no primeiro perímetro público de irrigação do Vale do São Francisco. Para esta análise, parti do conceito proposto por Carrieri (2012) de que a gestão ordinária “pode ser entendida como aquela que não está pautada e não internaliza (ou internaliza em parte) os princípios de desempenho e disciplina, a racionalidade instrumental”, nem mesmo naquilo que é considerado útil nos meandros tradicionais de gestão. Além disso, pelas observações em campo, acrescento que as práticas de gestão empreendidas pelos colonos por meio das táticas de sobrevivência como o retorno à produção de grãos e a adoção de técnicas que já eram de seu domínio para produzi-los ao contrário de utilizar técnicas impostas pelos técnicos agrícolas que possuíam pouco [ou nenhum] envolvimento com os produtores; da criação de animais para consumo próprio ou venda; do silenciamento; das resistências às imposições vindas de cima para baixo; e, da resiliência ao cotidiano, são formas de gestão ordinária. Não tenho a pretensão de fazer deste um conceito fechado em si, acabado. Defendo que a gestão ordinária é um conceito em aberto e que não se trata uma forma universal de gestão, mas abarca diversas formas de gestão.

Assim, ao analisar as formas de gestão adotadas pelos colonos e constatar que o que suas práticas são formas de gestão ordinária, outras demandas emergiram do campo, como a permanência da “Indústria da Seca” e a [re]configuração fundiária. Ao construir esta pesquisa, pude constatar que a “Indústria da Seca”, denunciada por Antônio Callado na série de reportagens que foram analisadas no Capítulo 3, se mantém inalterada naquele pedaço do semiárido brasileiro. Práticas como manutenção de terras nas mãos de poucos, disseminação de informações inverídicas sobre o comunismo para evitar a dissipação dos currais eleitorais e a manutenção da compra de votos [o que presenciei durante o campo], são elementos que confirmam que a indústria da seca permanece ali, fabricando mão-de-obra barata e eleitores que trocam votos por benefícios. E, diante disso, a configuração fundiária, sequer foi questionada. Além disso, também foi possível observar na prática a secundaridade do

Nordeste em relação às demais regiões brasileiras, especialmente, o sertão. Afinal, a disparidade de desenvolvimento não só econômico, mas essencialmente social, do semiárido, se comparado com as experiências vividas por mim no Sudeste, são gritantes. Petrolina é uma cidade com 300 mil habitantes e grande parte da cidade não possui rede de esgoto, por exemplo. Na zona rural de Petrolina, especificamente no Projeto Bebedouro, não há nenhum sistema de coleta de esgoto ou tratamento de água, sendo que os colonos bebem água sem tratamento e contaminada por agrotóxicos que eles mesmos jogam na água ao lavar, sem nenhum conhecimento, os frascos vazios de agrotóxico nos canais de irrigação que cortam todo o perímetro.

Sobre a gestão dos colonos no Projeto Bebedouro, afirmo com base no que observei durante a pesquisa de campo e pelas entrevistas realizadas que a gestão ordinária, é uma forma de gestão que permeia o trabalho deles. Inclusive, foi por meio dela que faliram a CAMPIB. Como pude perceber durante as entrevistas, a venda de produtos sem passar pela cooperativa, foi uma tática empreendida pelos colonos como uma forma de resistência à imposição da CAMPIB ali. Esse não foi o caminho escolhido por eles para comercializar suas mercadorias, foi um caminho imposto. E, por meio da gestão ordinária, fizeram resistência à essa imposição, o que culminou no fechamento da cooperativa.

Defendo ainda que este tipo de gestão é também uma tática de sobrevivência, na medida em que cabe ao colono gerenciar os recursos que têm disponíveis, como a terra na qual planta alguns alimentos para garantir o seu almoço, os animais que cria e que, em emergências, são vendidos e, também, com a adoção de técnicas rudimentares cotidianas que garantem redução dos custos de produção. E, além disso, a gestão ordinária, também é uma forma de resistência àquilo que lhes é imposto e também à seca, pois para muitos deles, é melhor ter a água cara e sem tratamento da irrigação nos lotes do que ter que voltar para a secura [que é ainda maior] nas áreas externas ao Projeto Bebedouro.

Diante disso e da precariedade que vivenciei junto dos colonos, o Projeto Bebedouro em muito pouco ou nada contribuiu para mudar a condição de [sub]vida dos sertanejos. A seca traz prejuízos não só econômicos, mas também sociais. Quem está a mercê deste fenômeno sofre com a perda da dignidade, o que o Projeto de Irrigação do Bebedouro também não contribuiu para amenizar. Na zona rural, fora dos projetos irrigados, falta água para beber. E mesmo nos lotes, dentro do Projeto Bebedouro, não há água encanada tampouco tratada.

Percebi também que muitos colonos veem o descaso para com eles, mas não são capazes de se articularem em prol de uma mudança. Neste sentido, me questionava se aquela

postura seria uma tática de sobrevivência em meio a um espaço que, embora o façam acreditar ser deles, não deixa de ser ‘terras do governo’, na qual eles não têm o direito de mandar e nem desmandar? Esses colonos são trabalhadores [explorados] para [e pelo] o capital e aqui, cabe ressaltar que a miséria é uma forma de financiamento da riqueza, pois é necessário que haja o explorado, para que se tenha a figura do explorador. Além disso, o silêncio também não seria uma forma de resistência? O silenciado segundo Fiorin (2009) e Orlandi (1997) é uma importante arma de resistência e, conseqüentemente, uma forma de poder e, portanto, exige uma posição política. No fundo, entender se o silenciamento dos colonos seria uma tática de sobrevivência ou um desconhecimento de formas de luta foi uma linha que conduziu meus passos pelo campo. Todas essas inquietações fizeram-me olhar para o campo com um desejo enorme de reconstruir e interpretar as amarras desse emaranhado histórico. E diante disso, afirmo que o silêncio é uma forma de resistência e uma tática de sobrevivência. Esse posicionamento político é também uma forma de gestão ordinária.

Acredito que a resiliência diante da dificuldade [que é também ordinária] e o silêncio são formas de resistência porque esses sertanejos conhecem a seca que castiga ainda mais fora do perímetro irrigado. O não questionamento reflete isso, pois questionar o pouco pode significar ficar sem nada. Então, assume-se essa condição de [sub]vida como uma vitória à secura de vida que conheceram antes da irrigação. Porém, é importante ressaltar que a irrigação não mudou a condição de precariedade no Projeto Bebedouro.

De acordo com Cavalcanti (2002), esses lotes foram doados aos colonos pela CODEVASF. Segundo Oliveira e Santos (2012), no projeto de criação estava estabelecido que metade das terras irrigadas seriam destinadas às empresas, para geração de empregos e a outra metade seria reservada para pequenos produtores para garantir a geração de renda. Porém, os autores afirmam que os critérios utilizados para a distribuição dos lotes foram outros e, na maioria das vezes, tinham motivações políticas e não levava em consideração a população local ou suas necessidades, mas sim, interesses políticos. O que ficou muito claro em minha pesquisa também. O intuito de se pensar em irrigação não era para trazer uma vida melhor para o sertanejo, tanto que os moradores da região foram expropriados e receberam “uma coisazinha fraca”, uma “indenizaçõzinha”, como um dos expropriado disse. Essa irrigação que traz a precarização para o colono é necessária tanto para o capitalismo quanto para o produtivismo da Indústria da Seca, que mantém o sujeito ordinário ligado à terra por meio de dívidas e reproduz o poder local pelo voto comprado pelos financiadores dessa aclamada precariedade salvadora.

Muller (1986, p. 33) ao analisar o contexto nacional de desenvolvimento agroindustrial, afirma que as grandes empresas que destinam sua produção para o mercado externo desenvolvem suas atividades com todo o aparato e estrutura exigidos para este tipo de mercado amparadas pelo “Estado que opera sobretudo na esfera da intermediação financeira, e na formulação e implementação de uma vasta gama de políticas econômicas concernentes as atividades industriais, agrárias e de abastecimento.” O que reforça a ideia de que o pequeno produtor não tem condições de competir com os grandes empreendimentos. Além disso, o interesse econômico é maior que o social, por isso há o estímulo à concentração econômica de empresas na região. Estas empresas estão comprometidas com o seu lucro e pouco se importam com o lugar ou que os que ali vivem. Como afirmam Oliveira e Santos (2012), resta aos filhos daquela terra servir de mão-de-obra em época de colheita nas grandes fazendas, ou sujeitar sua produção às exigências das grandes empresas. Franca (2008, p.65) afirma que, no meio rural, “a maior pobreza é explicada pela expulsão do homem das suas terras, onde poderia manter pelo menos uma cultura de subsistência. É, portanto, em meio a essa emergente situação que surge o assalariamento como forma predominante nas relações de trabalho.” O que contribuiu e contribui para aumentar a desigualdade social no semiárido.

A reconfiguração fundiária do semiárido nordestino, por meio da irrigação não parece ser, de fato, uma reconfiguração. Talvez, pudéssemos dizer que há uma releitura da estrutura fundiária, mas no lugar do latifundiário, aparecem as grandes agroindústrias e os grupos econômicos mais fortes. Sobre Petrolina ter se tornado a maior exportadora de frutas tropicais do mundo, isso nada tem a ver com o pequeno produtor, que é antes, uma vítima dos grupos exportadores de frutas. Segundo Leite (2013), na segunda metade da década de 1980 começaram as primeiras exportações de uva no Vale do São Francisco, por meio da Cooperativa Agrícola de Cotia, uma grande cooperativa fundada em São Paulo por imigrantes japoneses na década de 1920. Esta atividade intensificou-se nos anos 1990 depois que grandes grupos, como Carrefour, Queiroz Galvão e Silvio Santos, se instalaram em fazendas da região.

A entrada desses atores na dinâmica produtiva e comercial da região do Vale do São Francisco foi extremamente prejudicial para o pequeno agricultor, que não sei se o leitor se lembra, era a força motriz para se levar a irrigação para a região semiárida. Segundo relatos dos colonos do Projeto Bebedouro, esses grupos passaram a exportar os melhores frutos e aqueles considerados de qualidade inferior, eles vendiam para os mercados dos grandes

centros a um preço muito mais baixo do que o praticado pelos colonos, o que fez com que os preços também caíssem no momento da negociação dos colonos.

Diante disso, acredito que, muitas vezes, a alegria do sertanejo está intimamente ligada a ter água para beber e chuva para que seus animais tenham o que comer. Essa é uma demanda de muitos deles. Porém, a água também é o maior problema enfrentado por esse povo. Porque ela é um problema quando escassa, e também quando está disponível, pois são altos os custos para a sua utilização. E, neste contexto, o pequeno agricultor, passa a investir recursos próprios para [tentar] pagar dívidas contraídas pela produção que foi vendida para um atravessador que a compra por preços irrisórios e explora o quanto pode a fragilidade desse povo, já que nem mesmo o complexo agroindustrial se fixou na região.

Assim, ressalto que a irrigação pública instalada no nordeste, por meio de projetos de colonização, nada mais é do que um conjunto de políticas que legitimam tanto o poder central quanto o local e que não traz ganhos efetivos que pudessem contribuir para a transformação da estrutura fundiária, política, social e econômica das pessoas que ali vivem. Embora muito se tenha dito sobre o atraso socioeconômico vivido no semiárido (CARDOSO, 2008; COELHO NETO, 2006a; FARIAS; PINHEIRO, 2010; FURTADO, 1989; SILVA FILHO, 1997), e que os agricultores do Vale do São Francisco viveram uma inflexão a partir dos projetos irrigados e que a região se tornou a Califórnia brasileira (CAVALCANTI, 1999; 2002; COELHO NETO, 2006b; SILVA, 2001), com base nesse trabalho, posso afirmar que estes projetos em muito pouco ou nada contribuíram para mudar a condição de miséria amplamente denunciada há, pelo menos, meio século na região semiárida. A irrigação beneficiou a poucos e não erradicou a indústria da seca que permanece ali.

Cabe ressaltar que o processo de construção do projeto de irrigação começou muito antes da sua inauguração, por meio das reivindicações de Celso Furtado para que fosse instituída a Lei de Irrigação, com a constituição da CODENO e da SUDENE. Porém, é importante ressaltar que meu intuito aqui não foi, em momento algum, construir uma história romântica de que a SUDENE, por meio de Celso Furtado, tenha mudado a história do sertão. Houve contribuição, mas o problema fundiário não foi resolvido. Talvez nem se tenha tocado nessa “ferida”, uma vez que se desapropriou as terras de pequenos lavradores que foram expropriados por meio do medo fabricado por grupos dominantes. E o lugar deste grupo, jamais foi questionado, pois, atualmente, as mesmas figuras que aparecem nos discursos sobre os fatos ocorridos no momento da desapropriação, continuam presentes no ideário dos

petrolinenses e dos colonos. Dão nomes às ruas, bairros, terminal rodoviário, aeroporto e até mesmo a outro projeto de irrigação inaugurado anos depois do Projeto Bebedouro.

E aquela fala de um profissional do Inmetro que afirmou que a indústria da seca tinha cedido lugar para a alta produção e comercialização de frutas tropicais em Petrolina nada tem a ver com o pequeno agricultor. Ao final desta tese, posso afirmar que, assim como ressaltou Teixeira (2005), a estrutura fundiária no Brasil sempre foi e continua sendo pautada na concentração de terras nas mãos de uma minoria, com produção voltada para a exportação e para servir como fornecedor de matéria-prima para a agroindústria e marginalização dos pequenos produtores rurais, que estão “esquecidos” no sertão nordestino, em meio a um projeto de irrigação falido.

Além disso, é importante apontar que, pelo que percebi e analisei, os discursos construídos pelos colonos, em muito, reflete o discurso imposto a eles, de que o Projeto Bebedouro tem grande importância por ter servido de modelo para os demais projetos de irrigação e que eles foram responsáveis pela grande mudança estética provocada na paisagem do sertão. Porém, o que eles não perceberam é o quanto esse discurso é manipulado para que eles jamais superem essa condição de colonos, uma vez que a água que eles utilizam é cara, quase todos eles estão endividados e seus lotes estão hipotecados, trabalham com o dinheiro de suas aposentadorias, ou seja, pagam para trabalhar e não questionam essa condição de [sub]vida.

Porém, até mesmo esse não questionamento, se constitui como uma forma de resistência, pois eles desenvolveram as suas táticas de [sobre]vivência em meio à todas essas adversidades. Afinal, eles mantêm seu espaço para produção, continuam cultivando suas terras, mesmo que precariamente, criam animais para o seu consumo, tiram da terra muito do sustento familiar, construíram suas famílias, possuem suas casas, das quais todos afirmam que pretendem nunca sair, e, têm a comercialização daquilo que cultivam garantida pela presença do atravessador, o que também mantém o ciclo produtivo e de sobrevivência desses colonos.

Alguns dizem que é preciso mudar o sistema de irrigação, não porque ele tem um alto custo para o produtor, mas porque é preciso desenvolvimento sustentável. Mas como falar em desenvolvimento sustentável em um lugar onde não há água tratada e que quase todos os colonos faleceram por terem desenvolvido câncer, em virtude do mau uso de agrotóxicos e pelo consumo de água contaminada por estes herbicidas? Acredito que a partir dessa tese, haverá, pelo menos para aqueles que se interessarem em lê-la, uma porta de discussão sobre as condições subumanas, às quais esse povo está subjugado. Afinal, no Projeto Bebedouro,

sujeitos ordinários beiram o descartável, ou seja, morre um, coloca-se outro no lugar. Não há uma problematização sobre os processos de substituição de pessoas ou sobre as condições de vida ali justamente por se tratar de sujeitos comuns, que precisam se adaptar de forma extraordinária ao ordinário.

Diante disso que observei em campo, ao final do processo, voltei à casa de cada um deles e os convidei para um café da manhã, no qual eu daria para eles, um retorno da minha pesquisa (MEIHY, 1996). Esse movimento de ouvir e depois de um tempo voltar para mostrar o resultado dos nossos encontros foi algo gratificante para mim. Sempre que eu terminava as entrevistas eu dizia que um tempo depois eu voltaria para mostrar o que eu faria com a história que eles haviam me contado. Mas quando voltei e marquei com eles uma data, um horário e um local para fazermos esse evento para mostrar o resultado dessas entrevistas, eles se mostraram surpresos.

Então, depois de coletadas as entrevistas, fiquei articulando uma forma de fazer a devolução das entrevistas. Mas por se tratar de sujeitos [semi]analfabetos ou “com pouca leitura” como eles se definem, pedir que eles lessem a narrativa transcrita não me parecia a melhor alternativa. Durante as entrevistas, perguntei a cada um deles se possuíam fotos nos lotes, trabalhando ou com a família, mas a maior parte deles não tinham fotografias ou se tinham, não sabiam onde estavam. Como eles não possuíam esses registros, passei a procurar por fotografias do início do Projeto Bebedouro em diversos órgãos como Embrapa, CODEVASF, Rádio São Francisco, Museu do Sertão, Secretaria da Cultura, Secretaria da Irrigação, mas só encontrei imagens do Projeto na CODEVASF.

Consegui muitas imagens do lugar, e também das pessoas que viviam ali. Muitos dos meus narradores estavam nessas fotos. Não tive oportunidade de mostrar as fotos para eles no momento das entrevistas, mas eu queria levar estes registros e lembranças para cada um deles. De posse dessas imagens e com as histórias “em mãos”, produzi um pequeno vídeo em que eu reconstruí a história social do Projeto Bebedouro, ou seja, recortei aqueles fragmentos da história que estavam presentes e eram recorrentes nas falas deles e utilizei as imagens para ilustrar a história que eu mesma narrava. Mas por se tratar de pessoas com pouco acesso não somente à leitura, mas também a aparelhos de DVD, achei que seria mais acessível, entregar para eles além desse vídeo, um pequeno encarte com as imagens antigas e recentes do Projeto Bebedouro e do cotidiano deles. Esse encarte será apresentado como um apêndice da tese.

Para entregar esse encarte, preparei um café da manhã para os colonos em uma sala na Estação Experimental da Embrapa Semiárido que fica situada nas dependências do Projeto.

Como eu ia todas as manhãs para o Projeto com um motorista diferente, ao final do trabalho de campo, já conhecia todos eles e, inclusive, o chefe do transporte. Então, aproveitei desse contato para pedir a ele que no último dia de campo, o motorista me levasse de van e que passássemos de casa em casa para levar os colonos para esse café da manhã. Ele concordou.

O motorista parava na porta da casa do colono, eu descia e os chamava pelo nome. Muitos disseram que não acreditaram que eu voltaria. Ao ver a van com a logomarca da Embrapa, ficavam admirados. Nessa hora, não era apenas eu que estava ali os levando para um “evento”, era a Embrapa também [embora o único auxílio que a Embrapa tenha dado tenha sido o transporte]. Não iríamos sair de dentro do Projeto, era apenas um café da manhã. Mas eles se vestiram com a sua melhor roupa. As senhoras estavam todas com suas bolsas. Eu dei a eles um evento comemorativo que há muito tempo eles não tinham. E o motivo dessa comemoração era apenas um: comemorar a vida de cada um deles.



FIGURA-22: Exibição do vídeo para os colonos.



FIGURA-23: Café da manhã com os colonos.

Para mim, o que aconteceu ali foi uma experiência de resgate da dignidade. Eles perceberam a sua importância. Ao final do café, todos vieram me abraçar e com os olhos mareados, agradeceram. Um senhor, chorando, me perguntou [anotações de campo, 18 de dezembro de 2012]:

- “Óie, a senhora precisava fazer tudo isso?”

Eu perguntei:

- “Isso o quê, sêu Zé?”

- “Isso de trazê a gente aqui, amostrá pra gente essa história bunita que a senhora fez... Dá a gente esse filme... E ainda esse livro tão bonito?”

Com um nó na garganta, respondi:

- “Isso não fui eu que fiz não sêu Zé, foi cada um de vocês que fizeram! Vocês me deram esse tesouro e eu não podia guardar ele só pra mim. Eu tinha que dividir com vocês! Muito obrigada por tudo isso que vocês me deram!”

Ele completou:

- “Óie, isso que a senhora fez foi muito bunito! Nem se a gente agradecer a senhora e pedir pra Deus dar em dobro, ainda vai ser pôco!”

Não aguentei. Mais uma vez as lágrimas correram em meu rosto.

E eles entraram na van. Voltaram para suas casas com o livrinho nas mãos e comentando uns com outros das histórias que viveram juntos. Relembrando, revivendo, mas acima de tudo: vivendo.

Acredito que ao final desse trabalho, é preciso partilhar um pouco do que aconteceu comigo durante esse processo, não só como pesquisadora, mas essencialmente, minha transformação pessoal. Ao conhecer uma realidade que era tão diferente da minha, tive a oportunidade de experimentar a desconfiança e a confiança plena. Quando ali cheguei, todos os olhares se voltaram para mim com desconfiança que era despertada desde a minha aparência [branquinha], passando pelo meu “lugar de origem” [a mineira], pela minha fala [sotaque e formas de expressão], até o meu interesse em estar ali ouvindo histórias “véias” de veios “sem histórias”. Ao fazer esse trabalho de imersão, eu tive a oportunidade de mudar a vida desses sujeitos pelo encontro e também de ser mudada por eles. Ao ouvir cada uma das histórias, me sentia mais humanizada, especialmente, por viver a agonia do sol [a temperatura chegava a 47°C com sensação térmica de 53°C] que literalmente castiga.

Além disso, ao dividir histórias com eles, pude reconstruir a minha própria história. A dona Naná, com quem passei a maior parte do tempo, me fez estar perto das minhas origens e dos valores que me são tão caros. Viver em família com ela me trazia para mais perto da minha família, especialmente da minha mãe, embora eu estivesse a quase dois mil quilômetros de distância física. Quando eu cheguei ao lote dela, ela me escolheu e eu também a escolhi. Eu era como uma filha para ela e ela, na mesma medida, era como uma mãe, que cuidava, que dividia angústias, que me ensinava a todo tempo. Talvez essa relação fraterna que construímos fez com que, em vários momentos, eu tivesse mudado o curso da história dela, como no momento em que o marido tinha dito a ela que o valor da colheita era menor do que realmente foi, e também na relação de cuidado e respeito mútuo que experimentamos durante essa pesquisa, como no momento em que ela, numa clara demonstração de cuidado ordenou que eu não fosse perto das uvas que tinham recebido agrotóxico e eu, instintivamente, por respeito, obedeci.

Ao viver e conviver com estes colonos castigados pela secura que permeia a vida deles, fui capaz de refletir sobre inúmeras inquietações pessoais, sociais, históricas, econômicas e, fundamentalmente, políticas. Ao escolher e ser escolhida por uma mulher para acompanhar a vida cotidiana dela, fui capaz de refletir sobre as dificuldades de ser mulher em um ambiente dominado pelos homens. Além disso, a história daquela mulher, em muito me remete a minha história familiar, a história da minha mãe que se viu viúva aos 39 anos, com

três filhos para cuidar e que precisou lutar muito contra as adversidades da vida para proporcionar esteio à nossa família.

Por fim respondendo ao meu orientador, defendo que por trazer uma visão de outra localidade, de buscar outras paragens e pelas reflexões sobre outra realidade brasileira, por analisar outras formas de gestão e por problematizar sobre temas que pareciam estar superados no Brasil, minha tese é política. Ela o é por trazer outra administração, por meio da análise e interpretação de formas de organização convencionalmente não tratadas pelo *mainstream*, por explorar o cotidiano de sujeitos comuns e, a partir disso, a gestão ordinária, que, a meu ver, é a forma de gestão que está diluída em todo o fazer cotidiano. Além disso, esta é uma tese política porque a política surge no entremeio e se estabelece nas relações (ARENDDT, 2002) e é exatamente por meio das relações sociais que a gestão ordinária se acomoda. Ainda cabe ressaltar que, para Arendt (2002) a ação política é sinônimo de liberdade e, embora o cotidiano seja alienante, em grande medida, ele também liberta os sujeitos, uma vez que a eles cabe a liberdade entre ceder à dominação ou resistir ao dominador.

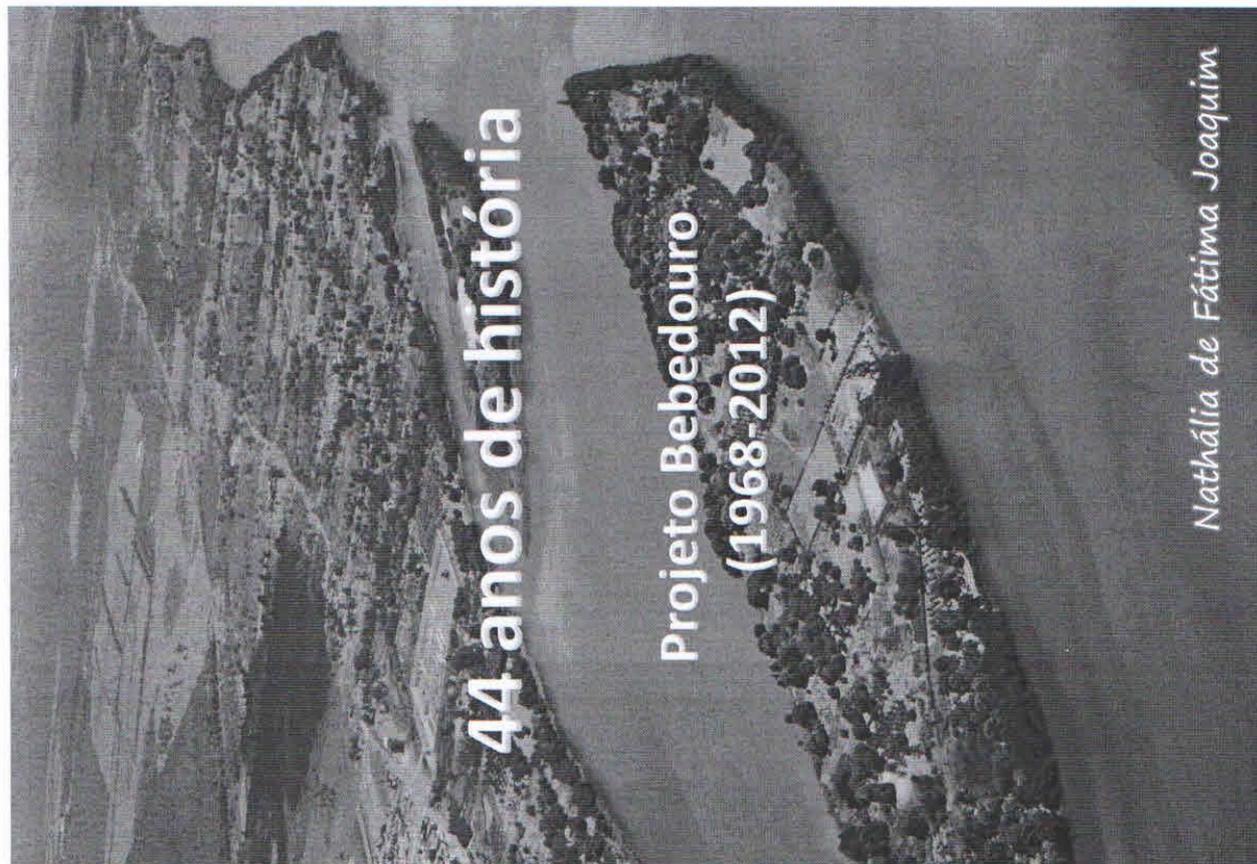
Cabe ressaltar que parti do conceito de gestão ordinária proposto por Carrieri (2012) de que esta pode ser entendida como uma forma de gestão que não internaliza a racionalidade instrumental que financia o *management*. A partir desse conceito, defendo que a gestão ordinária está nas escolhas diárias dos sujeitos, que está intimamente relacionada ao saber empírico, as formas de organizar, sem que estas formas sejam estritamente as técnicas convencionalmente ensinadas nas escolas de Administração. O silêncio é uma forma de resistência que também se constitui enquanto prática ordinária de gestão. Além disso, as formas de gestão cíclicas evidenciadas no Projeto Bebedouro e a produção de grãos para subsistência durante esses ciclos produtivos é uma forma de resistência e a volta à produção de grãos é uma tática não só de sobrevivência, mas também uma forma de gestão baseada na experiência e nas habilidades de produção que eles já possuíam.

Assim, defendo que, por meio da pesquisa que construí, a Administração é também um fragmento da gestão ordinária, pois a dita “ciência” também é uma forma ordinária de gestão, uma vez que está imersa no cotidiano e este está imbricado de rotas não previamente estabelecidas, o que faz com que o sujeito precise se valer também do ordinário nos processos de tomada de decisão. Porém, não se trata aqui de apontar para uma forma única de gestão do cotidiano. O que chamo de gestão ordinária são as várias formas de gestão que estão imbricadas no cotidiano, pois tal qual aponta Carrieri (2012, p. 415), não é possível afirmar

que a gestão ordinária é uma forma de gestão universal, mas esta é apenas “uma alegoria para se referir às diversas formas de gerir cotidianamente”. Concluo, então, defendendo a tese de que a gestão ordinária é uma forma de organização adotada pelos colonos do Projeto Bebedouro como uma tática de sobrevivência e resistência em meio à cotidianidade que os oprime.

APÊNDICE

Ao final, o retorno para cada um deles, uma narrativa das memórias sociais dos colonos do Projeto Bebedouro.



APRESENTAÇÃO

Este livro, antes de mais nada, é um recorte da história do pequeno agricultor, que teve coragem de iniciar um projeto de irrigação do qual jamais tinha ouvido falar e que acreditou que seria possível construir uma história de vida diferente da maioria dos sertanejos que sofrem com a seca.

A ideia de fazer este livro de fotos surgiu do desejo de levar um retorno para os pequenos produtores do Projeto Bebedouro – chamados de colonos – sobre a minha pesquisa de doutorado, que tem como tema central a história de vida deles.

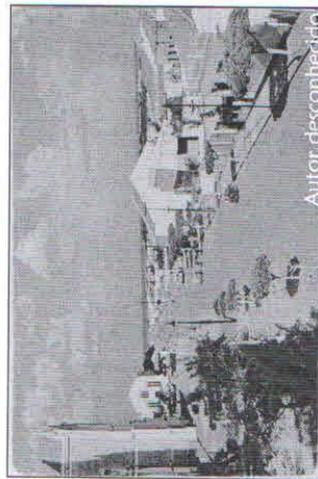
A partir daí, reuni algumas imagens antigas, desde os primeiros levantamentos de solo da região do Bebedouro até os dias atuais. O meu intuito é registrar aqui uma parte dessa importante história que marca transformações e desafios na vida desses colonos.

Então, o que vocês vão encontrar aqui é o meu esforço em tentar colocar em imagens e pouco texto tudo aquilo que dividiram comigo. Obviamente, eu não consegui colocar neste pequeno livro toda a história de todos vocês, mas, pelo menos, tem um pouquinho de cada um nestas páginas e muito dessa história na minha memória!!!

Espero que esta seja uma inesgotável fonte de histórias e memórias que não se percam no tempo...

Nathália

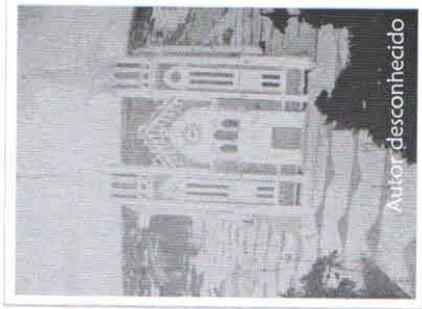
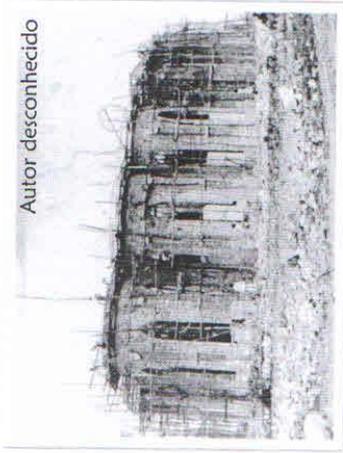
No início do século XX, Petrolina era uma pequena cidade. Em 1925, haviam apenas 3 mil habitantes aqui.



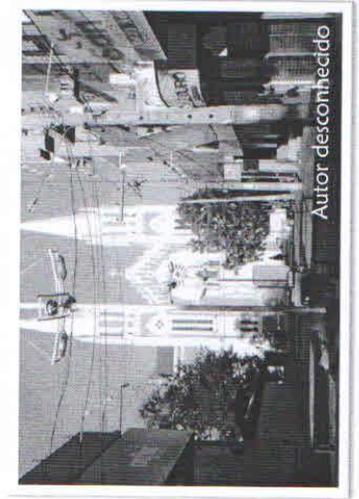
Mas a cidade começou a crescer e em 1970, Petrolina já possuía quase 62 mil habitantes.



E no ano de 2010, já eram quase 300 mil habitantes. Esse crescimento, se deve, em grande medida, aos projetos de irrigação que se instalaram por aqui.

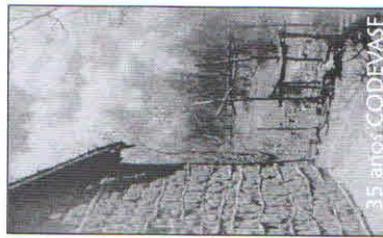


A Catedral de Petrolina começou a ser construída no ano de 1925 e foi inaugurada em 1929.



E como profetizou Dom Malan, tudo em torno da casa de Deus prosperou...

Mas um grande problema enfrentado no sertão nordestino é a seca!



O período de estiagem é muito longo.

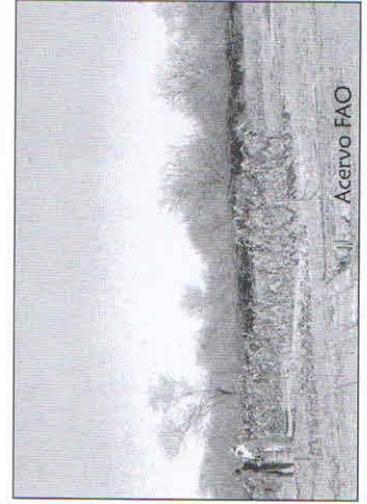
A seca é um fenômeno que castiga o sertão ano após ano. A falta d'água é uma triste realidade na região...



Para tentar diminuir o impacto causado pela seca, a SUDENE, em parceria com a FAO, fez um estudo na região de Petrolina para ver se era possível implantar a irrigação nessas terras.



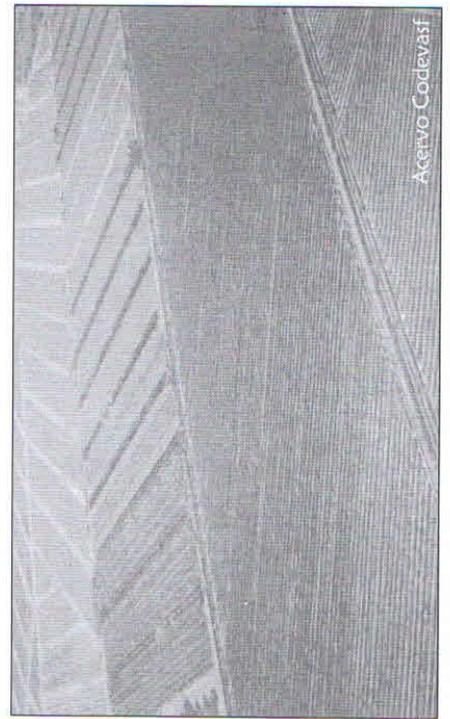
Então, fizeram análises de solo, vegetação e montaram um experimento na Fazenda Barra de Bebedouro. E esse experimento deu certo!!





Então, a SUDENE contratou funcionários que moravam na região e eles começaram a trabalhar. Foi feita a limpeza da área e depois as marcações dos lotes do Projeto Bebedouro.

Mas no início, quase ninguém queria lote no Bebedouro... Os antigos proprietários dessas terras achavam que era coisa do comunismo!!! Então a SUDENE os indenizou e ofereceu os lotes para seus funcionários.



No ano de 1968, foi inaugurado o primeiro projeto de irrigação do sertão pernambucano.

Esse projeto foi inaugurado com apenas 130 hectares, divididos em 16 lotes de colonos.



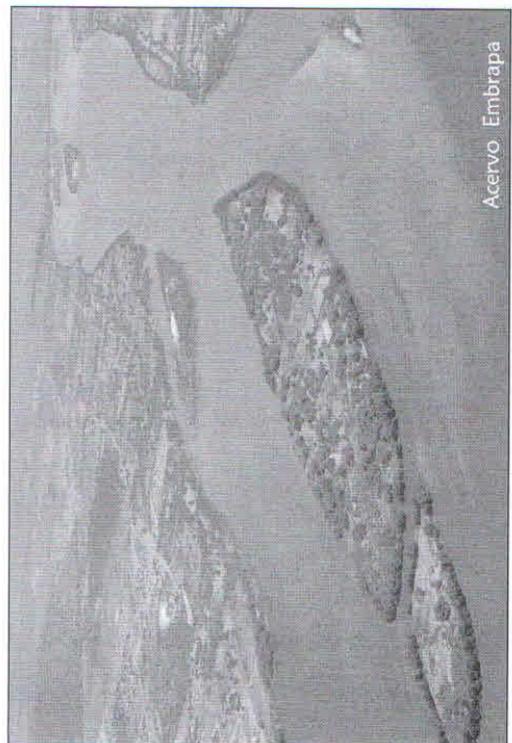
Atualmente, o projeto possui mais de 180 lotes de colonos e 4 áreas destinadas à empresas, distribuídos em 1600 hectares.



Acervo FAO

E o que antes era seco, hoje se transformou em verdes campos produtivos!

A irrigação mudou completamente a paisagem cinza da caatinga...



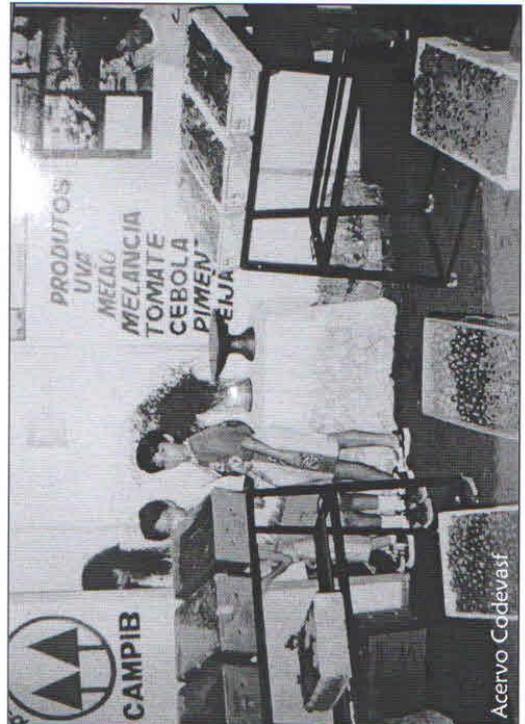
Acervo Embrapa

7



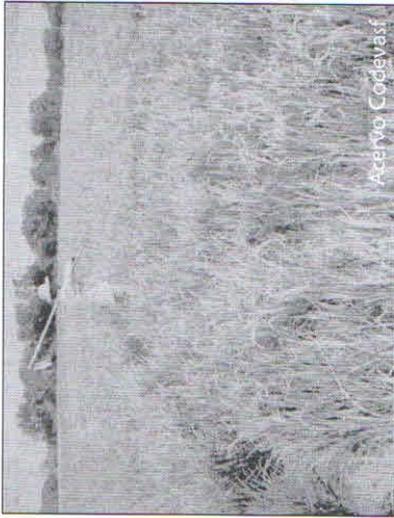
Acervo Codevást

Quando os colonos pioneiros pegaram seus lotes, a Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação do Bebedouro (CAMPPIB) já estava fundada e funcionando.



Acervo Codevást

8



A ideia inicial do projeto era que esses colonos criassem gado.

Acervo Codevasf



A SUDENE ajudou os colonos a plantarem capim em seus lotes.

Acervo Codevasf

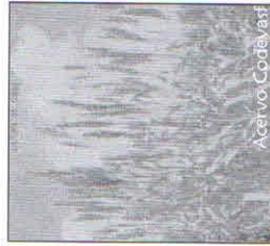


Mas a criação de gado não deu certo, eles não se adaptaram ao clima...

Acervo Codevasf

Em 1969, a SUDENE entregou a direção do projeto para a SUVALE.

Como a criação de gado não tinha dado certo, os colonos foram incentivados a trabalhar com agricultura. Então, eles plantaram batatinha, sorgo, milho, cana de açúcar, abóbora, cebola, figo, melancia, melão e tomate...



Acervo Codevasf



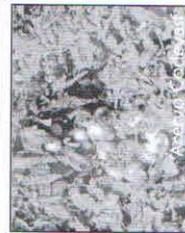
Acervo Codevasf



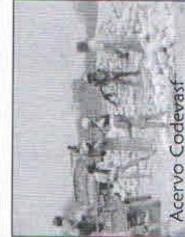
Acervo Codevasf



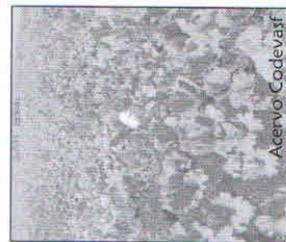
Acervo Codevasf



Acervo Codevasf



Acervo Codevasf



Acervo Codevasf



Acervo Codevasf



Acervo Codevasf

Cebola, melancia, melão e tomate foram as culturas que deram impulso para o projeto...

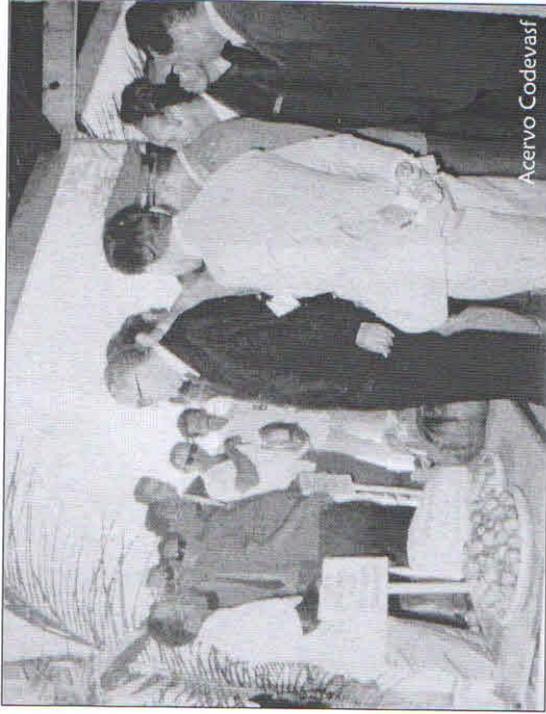


Acervo Codevasf

Os militares Garrastazu Médici e Ernesto Geisel visitaram o Projeto Bebedouro.



Acervo Codevasf



Acervo Codevasf

Durante a visita do presidente Médici, os colonos que mais se destacaram nas produções, apresentaram seus produtos durante uma exposição!!

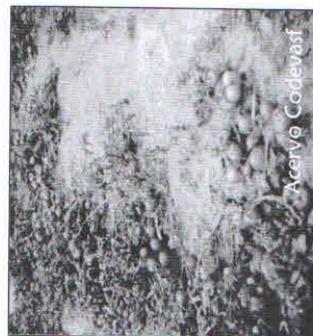


Acervo Codevasf

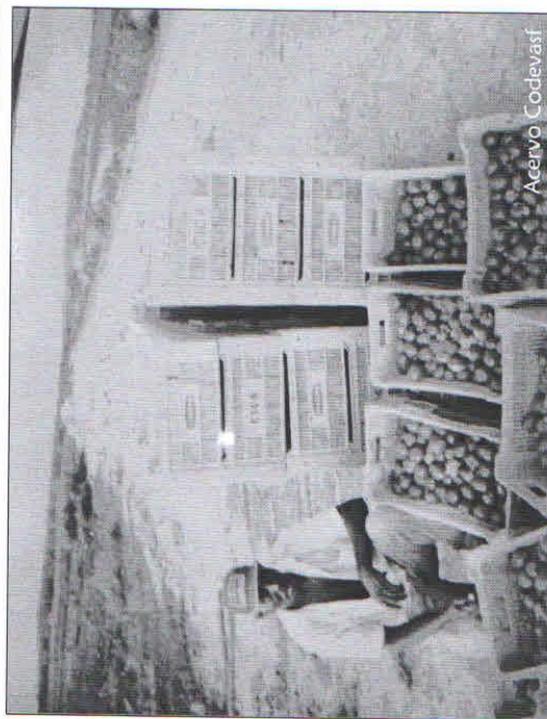
Durante a década de 70, os colonos plantaram muito tomate no Projeto Bebedouro.



Acervo Codevasf



Acervo Codevasf



Acervo Codevasf

O tomate era produzido para grandes empresas que se instalaram na região, como CICA, ETTI, Frutos do Vale, Costa Pinto e Conservas Colombo.



Acervo Codevasf

Em meados da década de 70, os colonos começaram a plantar feijão no Bebedouro.



Acervo Codevasf



Acervo Codevasf

Embora quase todos eles já tivessem plantado feijão nas vazantes do rio São Francisco, plantar feijão irrigado era um novo desafio... E eles venceram!!!

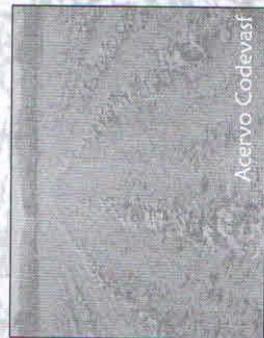


Acervo Codevasf



Acervo Codevasf

Entre os anos de 1975 e 1985, a cultura que teve a maior área plantada no Bebedouro foi feijão...

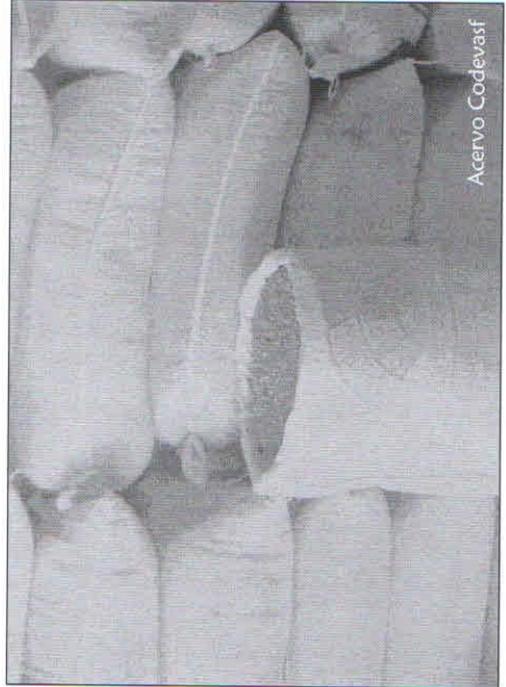


Acervo Codevasf



Acervo Codevasf

Durante muito tempo se plantou feijão e tomate no projeto. Nesse período não havia uva por aqui...



Acervo Codevasf



Por ser o pioneiro, Bebedouro serviu de modelo para todos os outros projetos da região e recebeu visitas de políticos importantes!!!



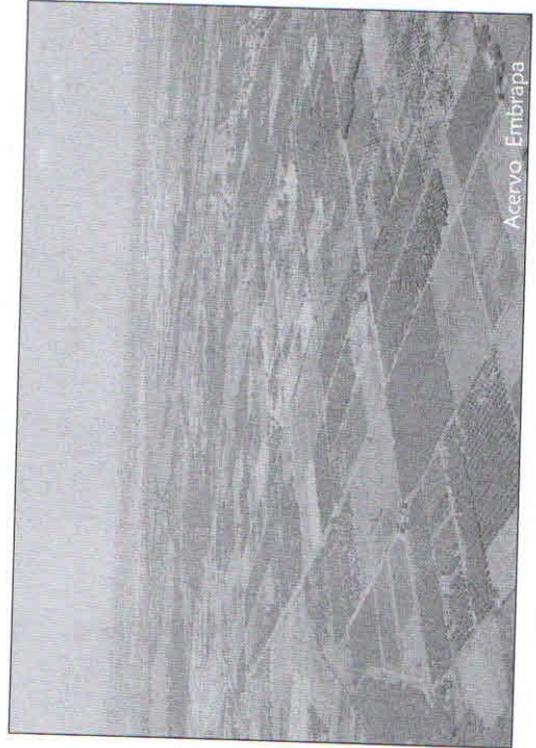
Sempre que preciso, a CODEVASF se reunia com os colonos para que eles votassem nas melhorias que poderiam ser feitas ao projeto.



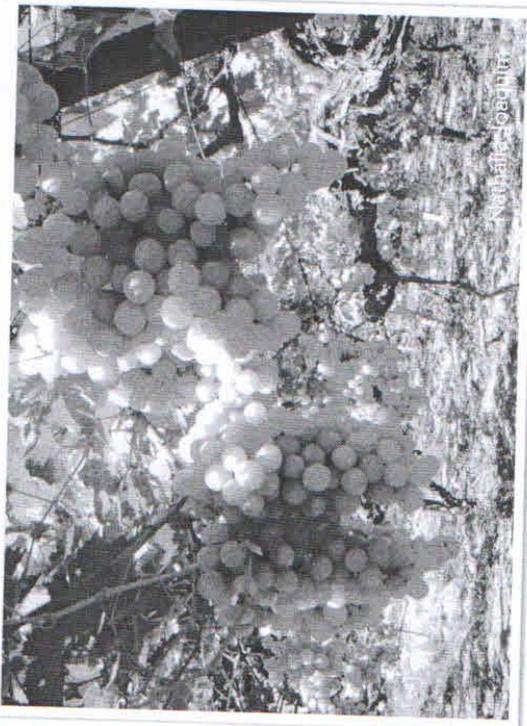


Arquivo FAO

O que era cinza, graças à irrigação e ao trabalho dos colonos, se tornou um show de tons de verde em meio a caatinga!!!



Arquivo Embrapa



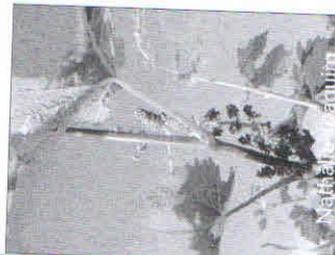
Nathalia Joaquim

No início da década de 80, Bebedouro começou a viver a era da fruticultura!!! Desde então, uva e manga passaram a dominar a paisagem do Projeto...



Nathalia Joaquim

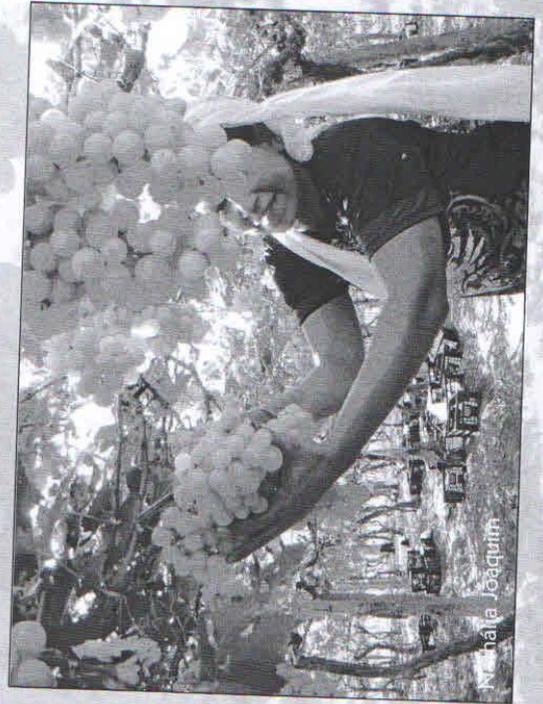
A uva viveu seus melhores momentos no início dos anos 2000...



De lá para cá, a uva tem perdido espaço entre as culturas no Bebedouro...



Além de ser uma das frutas mais caras para se produzir, a maior parte das videiras do Bebedouro já têm mais de 30 anos, o que diminui a produção e aumenta os custos.



Outro problema é que o sistema de irrigação é o mesmo desde que o projeto se estabeleceu.

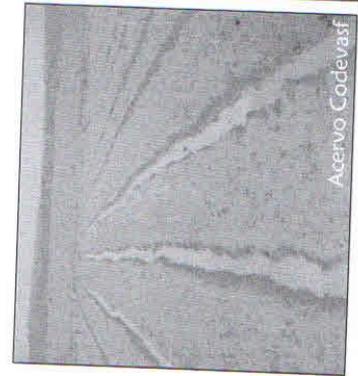


Acervo Codevasf

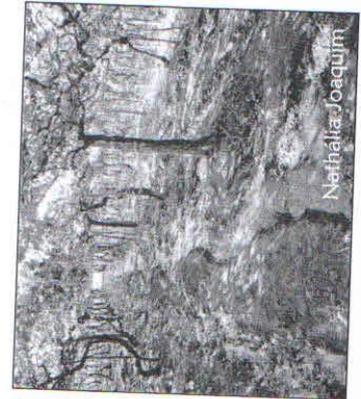


Nathália Joaquim

Todas essas adversidades fizeram com que muitos colonos arrancassem as parreiras e voltassem a produzir feijão.



Acervo Codevasf

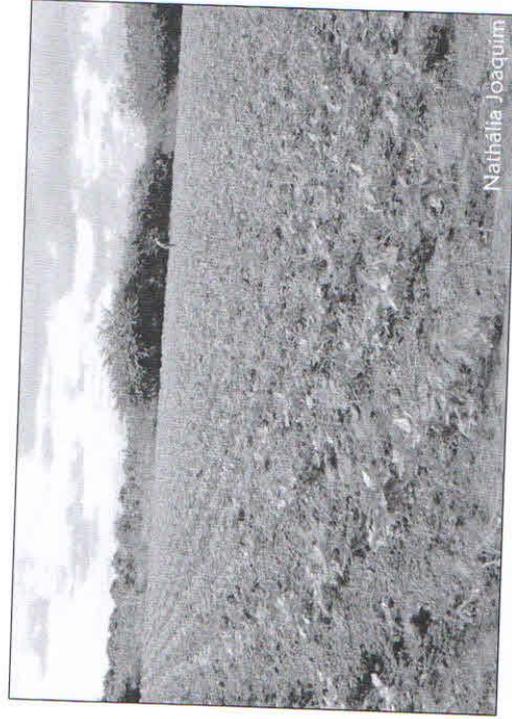


Nathália Joaquim



Nathália Joaquim

O processo de produção e a tecnologia utilizada para o seu cultivo são exatamente os mesmos que os colonos utilizaram em 1970, quando começaram a cultivar feijão irrigado no Projeto Bebedouro.

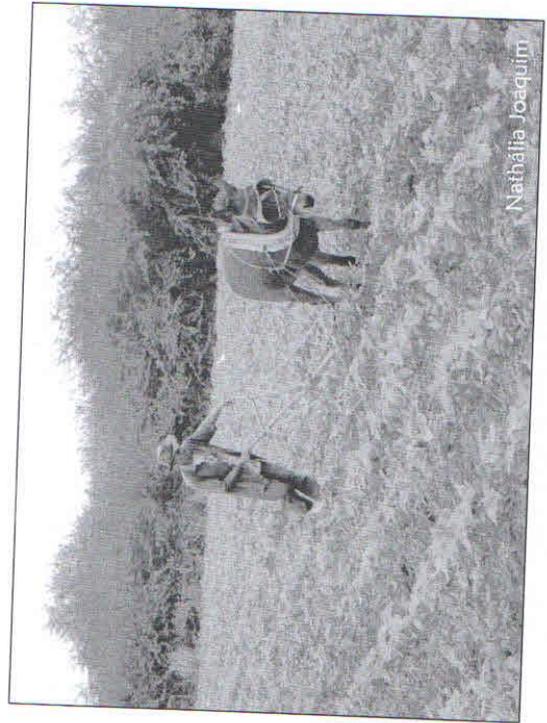


Nathália Joaquim



Acervo Codevasf

Os animais são utilizados para abrir os sulcos, porque o sistema de irrigação ainda é por gravidade.



Nathália Joaquim

O feijão continua sendo uma alternativa de plantio no Bebedouro...



Acervo Codevasf



Nathália Joaquim



Acervo Codevasf



Nathália Joaquim



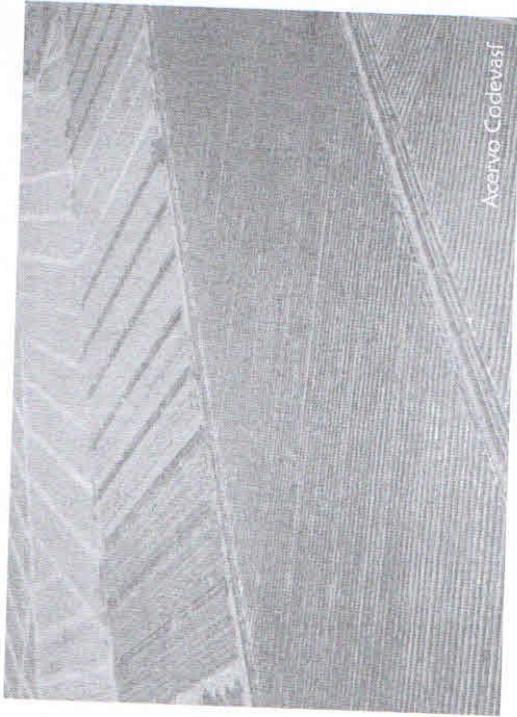
Acervo Codevasf



Nathália Joaquim

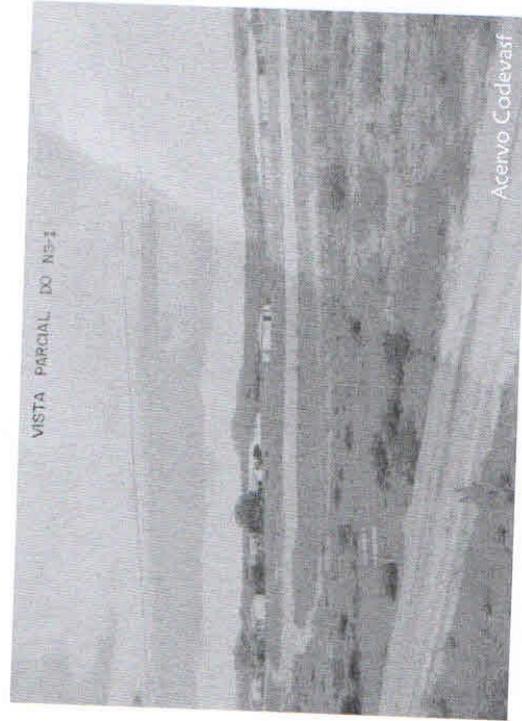
...graças aos contratos que os colonos têm firmado com a Embrapa e o IPA.

Quando os colonos chegaram no Bebedouro, ainda não tinham casa... Eram apenas os lotes!!



Acevo Codevasf

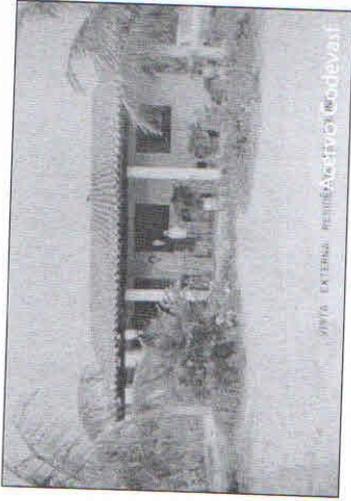
Só depois as vilas foram construídas...



VISTA PARCIAL DO NS-1

Acevo Codevasf

Aos poucos, eles foram conquistando suas casas...



VISTA EXTERNA PRIMEIRO ACERVO Codevasf

...água encanada, luz elétrica...



Nathália Joaquim

... escola para os filhos e muito mais!!!



Nathália Joaquim

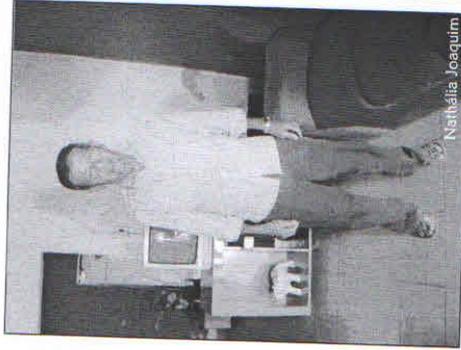
A coragem de cada um desses colonos fez esse Projeto se tornar uma referência no Brasil.



Nathália Joaquin

Nesta foto ainda estão faltando muitos dos colonos que fizeram e fazem a diferença no Projeto Bebedouro e que também construíram esta história.

A irrigação mudou a vida daqueles que tiveram coragem para começar este projeto!!!



Zezito



Dona Nininha e Zé Nobre



Dona Socorro e Manoel Nunes (Bembem)



Júlio Nunes

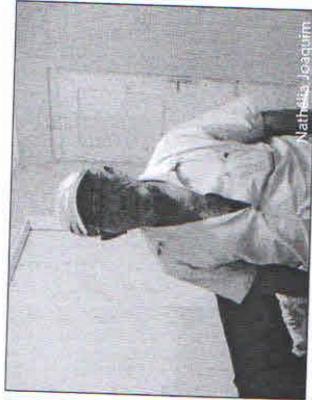


Zé da Pecuária

Na realidade, o pioneirismo desses colonos foi o marco para o desenvolvimento atual da agricultura irrigada no semiárido pernambucano!!!



Zezinho (filho de Bento)



Zé Alvino



Dona Zeza



Dona Maria Eva (Maria de Serafim)



Manoel Nunes (Bembem)

Os projetos de irrigação só se tornaram realidade porque esses colonos acreditaram e aceitaram o desafio de produzir grãos e frutas na caatinga...



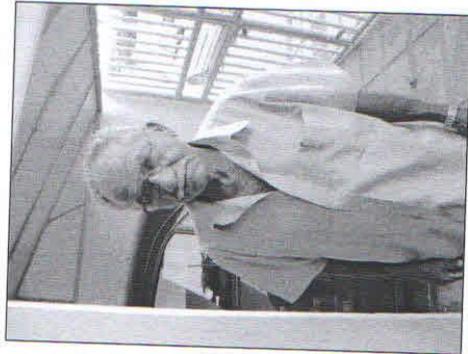
Dona Adelaide



Dona Cici



João Nilo



Alfredo



Dona Nazinha

Eles demonstraram que é preciso coragem para conseguir mudar uma história marcada pela seca em uma história de maravilhas!!



Manoel Evangelista e esposa



Manoel Nunes (Neco) e Dona Nivaldina



Expedito Barbosa



Raulino



Joaquim dos Anjos



Dona Nêta

Esse livro é uma compilação de várias imagens que ajudam a contar a história dos primeiros colonos do Projeto Bebedouro.

É importante ressaltar que a história aqui contada é o resultado de uma junção dos depoimentos dos colonos e das observações que fiz durante o tempo em que convivi com eles no Projeto Bebedouro.

Gostaria de destacar que essa obra possui autoria múltipla, porque cada um desses colonos são os verdadeiros autores. Eu apenas juntei os depoimentos deles à algumas imagens que coletei na Embrapa, Codevasf, internet e fotografias que fiz do seu cotidiano no Projeto Bebedouro.

Espero que esta obra seja uma boa recordação para os colonos de Bebedouro e para aqueles que construíram essa história junto com eles. Desejo ainda que este seja um resgate histórico desse importante momento de transformação no sertão pernambucano!

Aproveito este espaço para agradecer a cada de vocês que me recebeu em suas casas e dividiu comigo essa bela história!! E, especialmente, ao Gilvan que possibilitou que eu encontrasse cada um de vocês!!

Nathália

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 13, p. 7-59, 1999.
- ALBUQUERQUE, G. C. A.; CÂNDIDO, G. A. Experiências de formação de capital social e políticas públicas de desenvolvimento territorial no Vale do Submédio São Francisco. *Reunir*, v. 1, n. 1. p. 83-100, maio/ago. 2011.
- ALBUQUERQUE Jr, D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FNJ, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALBUQUERQUE, R. C. O progresso social do Nordeste: Um balanço de quase meio século. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 469-490, out./dez. 1997.
- ALENCAR, J. *O sertanejo*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- ALVES, J. História das secas. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1953.
- ANDRADE, M. C. *Irrigação e Colonização: a prática dos pequenos produtores, o caso do projeto Mandacaru*. Dissertação de Mestrado – CCSA/UFPE, Recife (PE), 1990.
- _____. Produção de energia e modernização do Vale do São Francisco. *Revista de Economia Política*, v. 4, n. 1, jan./mar. 1984.
- AQUINO, T. A. M. O Pharol, Cid Carvalho e a família Coelho: Aproximações entre o sindicalismo interiorano e o poder político local através do uso da informação, Petrolina – PE (1931-1947). In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: ANPUH.
- ARAÚJO, J. L. P.; BRESSAN, M. Caracterização socioeconômica dos parceleiros do projeto de irrigação de Bebedouro, Petrolina, PE. *Boletim de Pesquisa*, Embrapa-CPATSA, n. 46, dez. 1992.
- ARAÚJO, T. B. Nordeste, nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A. (ed.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 125-156.
- ARENDT, H. *O que é política?* 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BARROS, E. R. *Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento*. 2007. 365 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis.
- BARROS, M. L.; SÁ, A. J. O pólo seco de fruticultura irrigada Petrolina-Joazeiro: Um espaço-objeto do poder hegemônico de mercadificação e normatização sócio-ambiental. *Revista de Geografia*, Recife, v. 24, n. 3, p. 185-209, set./dez. 2007.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B.; PINHEIRO, S. S. A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. *Texto para discussão*, n. 759. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

BENJAMIN, W. O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BETT, I. “Igreja apreensiva ante infiltração comunista”: Radicalização anticomunista católica no golpe militar de 1964. In: Encontro Estadual de História, 11., 2012, Rio Grande. *Anais ... Rio Grande (RS): Encontro Estadual de História*.

BEZERRA, E. *O Rio São Francisco: a polêmica da transposição*. Fortaleza: Série A Gráfica, 2002.

BLOCH, D. *As frutas amargas do velho Chico: irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco*. São Paulo: Livros da Terra. 1996.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRANCO, A. M.; VAINSENCHÉ, S. A. Gênero e globalização no Vale do São Francisco. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 30, n.1, p. 29-50, jan./jun. 2002.

BRASIL. Casa Civil. Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm>. Acesso em: 08 fev. 2013.

_____. Casa Civil. Decreto-Lei nº 89.496, de 29 de março de 1984. Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89496.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2014.

_____. Casa Civil. Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6662.htm>. Acesso em: 05 fev. 2013.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento. *Acompanhamento de safra brasileira: grãos, décimo segundo levantamento*, 2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_09_06_09_18_33_boletim_graos_-_setembro_2012.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2013.

_____. Companhia Nacional de Abastecimento. *Acompanhamento de safra brasileira: grãos, nono levantamento*. 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_06_06_09_09_27_boletim_graos_-_junho_2013.pdf>. Acesso em 22 jun. 2013.

BRASIL. Decreto do Conselho de Ministros nº 1303, de 6 de agosto de 1962. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) área de terrenos situada ao sul da Vila da Lagoa Grande, no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 1962. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1303-6-agosto-1962-352477-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

_____. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. *Inventário dos Projetos de Irrigação*. 2. ed., Brasília, 1991.

_____. Ministério da Fazenda. *Economia brasileira em perspectiva*. 2012. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia-Brasileira-Em-Perpectiva-Mar-Abr12-alterado.pdf>>. Acesso em 23 ago. 2013.

_____. Ministério da Integração Nacional. *A irrigação no Brasil: situação e diretrizes*, 2008. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=4acec1ad-1463-40fd-8a71-e05f6a29d55c&groupId=10157>. Acesso em 23 jun. 2013.

_____. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Projeto de Irrigação do Bebedouro: Introdução, aspectos institucionais e situação atual na área do projeto*. Recife: 1968.

_____. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Projeto de Irrigação do Bebedouro e Projeto Piloto do Mandacaru: Informe sumário*. Recife: 1969.

_____. Presidência da República. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 09 fev. 2012.

_____. Senado Federal. Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909. Approva o regulamento para a organização dos serviços contra os efeitos das seccas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 1909. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=43699>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

_____. Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. *Projeto de Irrigação do Bebedouro*. Recife: 1967.

BURSZTYN, M. *O poder dos donos – planejamento e clientelismo no Nordeste*. 3. ed. Rio de Janeiro/Fortaleza: Garamond, 2008.

CABRAL, R. 1959. Das ideias à ação, a SUDENE de Celso Furtado – Oportunidade histórica e resistência conservadora. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 6, n. 6, p. 17-34, maio 2011.

CACCIAMALI, M. C. et al. Configuração e inserção no mercado internacional de dois sistemas produtivos locais: A Experiência dos Agrupamentos Vitícolas de Petrolina (Brasil) e Tierra Amarilla (Chile). *Revista Econômica do Nordeste*, v. 37, p. 167-186, 2006.

CALLADO, A. O Ceará contra a irrigação. Indústria e industriais da seca. O PTB como juiz de ausentes & abastados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10, setembro, 1959a, 1º Caderno, n. 20.386, p. 14-10.

_____. O Ceará contra a irrigação. Banabuiu o açude que teve um filho. DNOCS não é para dar água a ninguém. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11, setembro, 1959b, 1º Caderno, n. 20.387, p. 16-07.

_____. O Ceará contra a irrigação. O Óros, êsse desconhecido. Rios molhados e deputados escaldados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12, setembro, 1959c, 1º Caderno, n. 20.388, p. 14-04.

_____. Paraíba contra a lei. O caso tenebroso do açude de Pilões. Um gaúcho paraibano e seu sindicato de gangster. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13, setembro, 1959d, 1º Caderno, n. 20.389, p. 18-14.

_____. Um país de ruínas novas. Caldas do Caldas e Escolas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15, setembro, 1959e, 1º Caderno, n. 20.390, p. 18-12.

_____. Entrevista com um sábio desperdiçado. J. Guimarães Duque e a catástrofe das “emergências”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16, setembro, 1959f, 1º Caderno, n. 20.391, p. 14-04.

_____. Despertar em Pernambuco. Homens livres no Engenho da Galiléia Francisco Julião e o velho Zezé. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17, setembro, 1959g, 1º Caderno, n. 20.392, p. 18-11.

_____. Cambão: Resíduo da escravidão no Nordeste. Prova de identidade: recibo das sociedades mortuárias. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18, setembro, 1959h, 1º Caderno, n. 20.393, p. 14-09.

_____. Julião e sua marcha de 50.000 camponeses. De qualquer côr a escravidão nordestina. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20, setembro, 1959i, 1º Caderno, n. 20.395, p. 20-17.

_____. Concluindo: No Nordeste o camponês mais triste do mundo. Nostalgia da seca e da escravatura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23, setembro, 1959j, 1º Caderno, n. 20.396, p. 12-07.

CALDAS, A. L. Transcrição em História Oral. *Revista do Núcleo de Estudos em História Oral*, São Paulo, n. 1, p. 75, nov. 1999.

CAMPOS, J. N. B.; STUDART, T. M. C. *Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções*. In: Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas, 4., Foz do Iguaçu: 2001.

CANO, W. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, M. C. *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CARDOSO, T. T. Sertão nordestino, desenvolvimento e população - Josué de Castro, Celso Furtado e o debate em torno da "Operação Nordeste". In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA UNICAMP, 16., 2008, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1532.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2013.

CARRIERI, A. P. *A gestão ordinária*. 2012. Tese (tese elaborada para concurso para professor titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CARVALHO, F. S. E. Os precários frutos da modernização: Relações de assalariamento na fruticultura irrigada do Submédio São Francisco. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades. 1., 2012, Niterói, RJ. *Anais ...* Niterói, RJ: CONINTER.

CARVALHO, I. M. M. *O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: HUCITEC; Recife: SUDENE, 1987.

CASTRO, C. N. *Transposição do Rio São Francisco: Análise de oportunidade do projeto*. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

CASTRO, I. E. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. In: ROSENDAHL, Z. et al. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

CAVALCANTI, E. V. Medo, memória e narrativa: o (anti)comunismo em Pernambuco nos anos 1960. In: Encontro Nacional de História Oral, 11., 2012, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: Encontro Nacional de História Oral.

_____. Narrativas do medo: histórias e memórias das ameaças comunistas em Pernambuco (1960 – 1964). In: Encontro Nacional de História Oral, 10., 2010, Recife. *Anais ...* Recife: Encontro Nacional de História Oral.

CAVALCANTI, J. S. B. Frutas para o mercado global. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 29, p. 79-93, 1997.

_____. Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente: Mudanças Sócio-econômicas em Regiões Frutícolas para Exportação*. 1ed. Recife: Pernambuco, 1999, v. 1, p. 123-170.

_____. Impactos socioambientais da agricultura irrigada. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (orgs.). *Ensaio: Desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CODEVASF. *Projetos de irrigação no Vale do São Francisco: fonte de desenvolvimento sustentável do Nordeste*. Brasília-DF: MI/CODEVASF/U.S. Department of the Interior-Bureau of Reclamation, 2001.

COÊLHO NETO, A. S. Políticas territoriais e impactos socioespaciais e econômicos: A irrigação pública na região do Médio São Francisco baiano. In: Encontro de economia baiana, 2., *Anais...*, set. 2006a.

_____. Significados e Representações da Irrigação no Nordeste Brasileiro. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 56, jan. 2006b.

_____. Trajetórias e direcionamentos da política de Irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 15, n. 876, Jun. 2010.

CORDEIRO, D. S. A. Caldeirão da Santa Cruz: memórias de uma utopia comunista no Nordeste brasileiro. In: Congresso Português de Sociologia, 6., 2008, Lisboa, *Anais ...* Lisboa: Congresso Português de Sociologia, 2008.

CORREIA, R. C. et al. Fatores que diferenciam os resultados econômicos dos colonos: o caso do Perímetro Irrigado de Bebedouro. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37., 1999, Foz do Iguaçu, PR. *Anais...* Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

CORREIO DA MANHÃ. Depois de inaugurar dois açudes e um ramal ferroviário na Paraíba o presidente da República voou para Belo Horizonte. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17, janeiro, 1957, 1º Caderno, n. 19.575, p. 18.

_____. Reportagens sobre a indústria da seca. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19, setembro, 1959, 1º Caderno, n. 20.3894, p 12.

COURTINE, J-J. Analyse du discours politique. *Langages* 62, 1981.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAMIANI, O. Diversificação Agrícola e Redução de Pobreza: A Introdução no Nordeste Brasileiro de Produtos Agrícolas Não-Tradicionais de Alto Valor e Seus Efeitos sobre Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais Assalariados. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 34, n. 1, jan./mar. 2003.

D'ARAÚJO, M. C., SOARES, G. A. D., CASTRO, C. (Org.) *Visões do golpe*. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The Discipline and Practice of Qualitative Research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (Eds). *Handbook of Qualitative Research*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.

DIAS, F. N. *O medo social*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

DINIZ, A. P. R. *Mulheres gerenciáveis?* Uma análise dos discursos sobre as mulheres na revista Exame. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

DOURADO, J. A. L.; MESQUITA, H. A. Irrigação no Nordeste: Considerações a partir da implantação do projeto de irrigação Livramento de Nossa Senhora (BA). In: Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 4., 2010. *Anais ... Londrina (PR): GEPAL.*

DUARTE, R. A propósito da originalidade científica: O GTDN e o estudo de Hans Singer sobre o Nordeste. *Cadernos de Estudos Sociais e Ciência & Trópico*, Recife, v. 10, n. 1, p. 41-54, jan./jun. 1994.

DUQUE, J. G. *Perspectivas nordestinas*. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Antropologia Social*. Lisboa: Edições 70, 1985.

FARIAS, A. E. M.; PINHEIRO, J. N. Nordeste ou semi-árido? A convivência como nova imagem pautada em novos saberes e demandas. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DO CEARÁ, 12., 2010. *Anais...* CRATO: URCA, 2010.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Reforma Agrária*, Campinas: v. 28, n. 1, p.1-12, jan./dez. 1998.

_____. A territorialização do MST - movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - Brasil. *Revista Nera*, v. 1, n. 1, p. 2-44, 2012.

FERRANTE, V. L. S. B. O Estatuto do Trabalhador Rural e o Funrural: Ideologia e realidade. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 188-202, 1976.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FIORIN, J. L. Língua, discurso e política. *ALEA: Estudos Neolatinos*, v. 11, n. 1, p. 148-165, jan./jun. 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Survey of the São Francisco River basin (Brazil): Agronomy and Livestock*. v. 4. Rome, 1966a.

_____. *Survey of the São Francisco River basin (Brazil): Economic Appraisal and Evaluation*. v. 6. Rome, 1966b.

_____. *Survey of the São Francisco River basin, Brazil: Engineering Design and Cost Estimates*. v. 5. Rome, 1966c.

_____. *Survey of the São Francisco River basin, Brazil: Soil resources and land classification for irrigation*. v. 2. Rome, 1966d.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Survey of the São Francisco River basin, Brazil: Water and Power Resources, Irrigation Requirements and Drainage*. v. 3. Rome, 1967.

_____. *Una nueva modalidad de crédito agrícola: La combinación del crédito supervisado con el cooperativismo y la extensión agrícola*. Roma, 1965.

FORTUNATO, M. L. *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Cadernos PUC, 1974.

FRANCA, C. *A imagem do Vale: Reestruturação agrícola e mudança social*. Petrolina (PE): Editora e Gráfica Franciscana, 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Atualização de valores*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/?ano=1968&mes=janeiro&valor=5.000%2C00>>. Acesso em 18 abr. 2014.

FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMES, G. M. *Velhas secas em novos sertões*. Brasília: IPEA, 2001.

GONÇALVES, E. L. *Opara: formação histórica e social do Submédio São Francisco*. Juazeiro. 1997.

GRAY, P. S.; WILLIAMSON, J. B.; KARP, D. A. *The research imagination: an introduction to qualitative and quantitative methods*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. (coord.). *A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste*. Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp/PRONI. 1989.

HAJI, F. N. P. et al. Mosca branca: nova praga no região do Submédio São Francisco. *Horticultura Brasileira*, Brasília, v. 14, n. 1, maio 1996.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

HELLER, A. *O Cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade rural no Brasil. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (orgs.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010, p. 45-64.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

_____. *Contagem da População 2007*. 2007. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2014.

JAIME Jr, P. Etnografia, antropologia e o universo organizacional. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 6, p. 105-121, nov./dez. 1996.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Monsanto inaugura fábrica*. 12, março, 2013, Caderno Economia, p. 5.

LACERDA, M. A. D.; LACERDA, R. D. O cluster da fruticultura no Pólo Petrolina/Juazeiro. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, v. 4, n. 1, jan./jul. 2004.

LEITE, A. A. M. *O desenvolvimento da viticultura irrigada na região de Juazeiro-Ba e Petrolina-PE: O trabalho na contramão do discurso dominante*. 2013. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013.

LEVIGARD, Y. E.; BARBOSA, R. M. Incertezas e cotidiano: uma breve reflexão. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 62, n. 1, p. 84-89, mar 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

LIMA, J. P. L.; MIRANDA, E. A. *Fruticultura irrigada: os casos das regiões de Petrolina-Juazeiro e norte de Minas Gerais*. Fortaleza: BNB, 2000.

LIMA, L. G. Além das águas, a discussão no Nordeste do Rio São Francisco. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 1, n. 17, p. 94-100, nov. 2005.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-30, jun. 2002.

_____. Etnografia como prática. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MALINOWSKI, B. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação. In: DURHAM, E. R.; FERNANDES, F. (Orgs.). *Malinowski*. São Paulo: Ática, 1986.

MANDELLI, F.; MIELE, A. *Uvas viníferas para processamento em regiões de clima temperado*. 2003. Disponível em:
<<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/UvasViniferasRegioesClimaTemperado/poda.htm#desbrota>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MATTOS, P. L. C. L. “Administração é ciência ou arte?” O que podemos aprender com este mal-entendido? *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 349-360, jul./set. 2009.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEIHY, J. C. S. B. História oral testemunhal, memória oral e memória escrita e outros assuntos: Entrevista. *Revista História Agora*, n. 9, 2010.

_____. *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. *Revista de História*, n. 155, p. 191-203, 2006.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIRELLES, H. L. *Direito Administrativo Brasileiro*, 27. ed., Malheiros, 2002.

MENDONÇA, F.; REBOUÇAS, E. Oligarquia, coronelismo e coronelismo eletrônico: A radiodifusão como arma para manutenção e ampliação do poder. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., 2009, Curitiba. *Anais ... Curitiba, PR: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*.

MENDONÇA, K. O “gosto de cinza” da objetividade: uma análise das reportagens de Antônio Callado sobre as Ligas Camponesas de Pernambuco. *UNIrevista*, v. 1, n. 3, p. 1-10, jul. 2006.

MERLEAU-PONTY, M. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: CHAUI, M. (org.). *Textos escolhidos - Maurice Merleau-Ponty*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MEZZAROBBA, O. Plano Cohen: a consolidação do anticomunismo no Brasil. *Revista CCJ*, n. 24, p. 92-101, set. 1992.

MONTENEGRO, A. T. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. *Projeto História*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 391-416, jul./dez. 2004.

_____. As Ligas Camponesas e os conflitos no campo. *Saeculum – Revista de História*, v. 18, João Pessoa, p. 11-31, jan./jun. 2008.

MOREIRA, V. M. L. Nacionalismo e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998.

MORGADO, I. F.; AQUINO, C. N. P.; TERRA, D. C. T. Aspectos econômicos da cultura do abacaxi: sazonalidade de preços no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Fruticultura*, Jaboticabal, v. 26, n.1. p. 44-47, abr. 2004.

MOTTA, R. P. S. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 30, n.1 p. 17-27, 2010.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva-Fapesp, 2002.

_____. O perigo é vermelho e vem de fora: O Brasil e a URSS. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.

MULLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização da agricultura*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP. 1986.

MURTA, I. B. "A gente é dono e não é": representações sociais em torno da atividade turística e do processo de patrimonialização em São Bartolomeu. Monografia. Instituto de Geociências da UFMG, Belo Horizonte, 2009.

NOVAES, M. *Memórias do São Francisco*. Brasília: CODEVASF, 1989.

OLIVEIRA, F. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. *Estudos CEBRAP 2*, São Paulo, out. 1972.

_____. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3. ed., 1981.

OLIVEIRA, R. S.; SANTOS, J. L. As políticas de desenvolvimento para a região nordeste: os distritos irrigados Bebedouro e Senador Nilo Coelho, no município de Petrolina no estado de Pernambuco. Disponível em:

<<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/RENATA%20SIBERIA%20DE%20OLIVEIRA.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2012.

ORLANDI, E. P. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ORTEGA, A. C.; SOBEL, T. F. Desenvolvimento territorial e perímetros irrigados: Avaliação das políticas governamentais implantadas nos Perímetros Irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE). *Planejamento e políticas públicas*, n. 35, p. 87-118, jul./dez. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Pior seca dos últimos 50 anos no nordeste brasileiro confirma estatísticas da ONU sobre escassez*. 2013. Disponível em: <http://www.onu.org.br/pior-seca-dos-ultimos-50-anos-no-nordeste-brasileiro-confirma-estatisticas-da-onu-sobre-escassez/>. Acesso em 22 jun. 2013.

PANG, E. *Coronelismo e oligarquias (1889-1943): A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. Apontamentos sobre as políticas públicas de combate à seca no Brasil: Cisternas e cidadania? *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 15, n. 56, p. 65-86, 2010.

- PASSOS, L. P.; TRINTIN, P. L. Desbrota da videira favorece a qualidade da uva. *Comunicado Técnico*, n. 1, p. 1-2, maio, 1982. Disponível em: <<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/comunicado/cot001.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014.
- PATAI, D. *História Oral, Feminismo e Política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PATTON, M. Q. *Qualitative Evaluation and Research Methods*. London: SAGE; 1990.
- PEÑA, F. G. T. *Final Report*. United Nations Development Programme. Survey of the São Francisco River Basin (Brasil). FAO, SUDENE, 1969.
- PEREIRA, M. A. T.; CARMO, R. L. Da agricultura de sequeiro a fruticultura irrigada: condicionantes associados ao dinamismo regional no contexto de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu – MG. *Anais...* Caxambu: ENEP, 2010.
- PEREIRA, J. M. A.; SOUZA, R. A. *Mapeamento detalhado da área do Bebedouro-Petrolina, PE*: relatório. Recife: SUDENE, 1967.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.
- PORFÍRIO, P. F. A. Narrativas sobre Revolução: a desapropriação do Engenho Galiléia, as Ligas Camponesas e as disputas políticas em Pernambuco, 1959 a 1962. In: Simpósio Nacional de História, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais ...* São Leopoldo: ANPUH.
- PORTELA, F. C. P.; FREITAS, N. A. Em nome do progresso: a desapropriação da Vila São Vicente para implantação do perímetro irrigado do açude Ayres de Souza (Sobral/CE). *Homem, tempo e espaço*, set. 2007.
- PORTELLI, A. História Oral como Gênero. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 22, jun. 2001.
- _____. O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana, 24 de junho de 1944): mito e político, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, v. 15, p. 13-49, 1997.
- POSSÍDIO, E. L. Petrolina – Uma sertão verde. *Documentos*, n. 82, Embrapa-CPATSA, p. 1-6, fev. 1997.
- POULTNEY, R. G. *Agronomy Report*. United Nations Special Found Project, n. 18. Survey of the São Francisco River Basin (Brasil). FAO, SUDENE, 1968.
- PUTNAM, L.L.; FAIRHURST, G.T. Discourse analysis in organizations. In: JABLIN, F.M; PUTNAM, L.L. (Eds.). *The New Handbook of Organizational Communication*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001. p.78-136.

QUEIROZ, R. *O Quinze*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

RAMOS, G. *Vidas secas*. 45. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1980.

RAMOS, S. F. Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE) / Juazeiro (BA). 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

_____. Uso do território no Vale do São Francisco: sistema técnico agrícola da fruticultura irrigada. *GEOUSP, Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 34, p. 62-81, 2013.

REBOUÇAS, F. Seca no Nordeste em 2012 – Pense Green. 2012. Disponível em: <<http://gazanews.com/colunas/seca-no-nordeste-em-2012-pense-green/>>. Acesso em 22 jun. 2013.

RICHARDSON, G. F.; VAN VUGT, C. T. *Final agronomic considerations*. United Nations Special Found Project, n. 18. Survey of the São Francisco River Basin (Brasil). FAO, SUDENE, 1965.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007. 535 p.

ROBOCK, S. H. Algumas reflexões históricas sobre o desenvolvimento de uma importante região semi-árida: o Nordeste do Brasil. In: MAGALHÃES, A. R. (org.). *Desenvolvimento e meio ambiente no semi-árido: Discursos e exposições especiais*. Brasília: Fundação Grupo Esquel Brasil, Senado Federal, 1992.

ROVAL, M. G. O. ; EVANGELISTA, M. B. Da fala à escrita: processos e procedimentos em busca da construção narrativa. *História Agora*, v. 9, p. 1-18, 2010.

SALAZAR, C. R. V.; CORDEIRO, G. G. Avaliação do manejo de águas no Perímetro Irrigado de Bebedouro, Petrolina, PE. *Boletim de Pesquisa*, n. 25, Embrapa-CPATSA, nov. 1985.

SALUN, A. O. *Palestra Itália e Corinthians: Quinta coluna ou tudo buona gente?* 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, E.; MATOS, H.; ALVARENGA, J.; SALES, M. C. L. A seca no Nordeste no ano de 2012: Relatos sobre a estiagem na região e o exemplo de prática de convivência com o semiárido no Distrito de Iguaçu/Canindé-CE. *Revista Geonorte*, Edição Especial 2, v. 1, n. 5, p. 819-830, 2012.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, R. C.; OLIVEIRA, G. B. Um estudo sobre o cultivo de frutas como alternativa de desenvolvimento do sub-médio São Francisco. *Revista das Faculdades Santa Cruz*, v. 7, n. 2, jul./dez. 2009.

SCOTT, R. P.; CORDEIRO, R. (orgs.) *Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006.

SERTÃO 24 HORAS. *Seca no Nordeste: falta de chuvas e solo seco*. 2012. Disponível em: <http://sertao24horas.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=4944:seca-no-nordeste-falta-de-chuvas-e-solo-seco&catid=85:sertao&Itemid=301>. Acesso em 22 jun. 2013.

SILVA FILHO, G. E. A interpretação para o atraso relativo do Nordeste a partir da teoria do desenvolvimento econômico periférico da CEPAL. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 433-450, out./dez. 1997.

SILVA FILHO, L. A. *SUDENE: 50 anos, uma abordagem política, institucional e administrativa*. Recife: COMUNIGRAF, 2009. 111 p.

SILVA, J. B. Adeus SUDENE, que saudade de Celso Furtado! *Mercator*, v. 8, n. 17, p. 25-32, set./dez. 2009.

SILVA, P. C. G. Dinâmica e crise da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. In: SILVA, A. G.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Orgs.). *Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil*. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009, cap. 3, p. 69-95.

_____. *Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas*. 2001. 245 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003.

SILVA, S. Brejeiros e sertanejos: os daqui e os de lá. *Revista de ciências sociais*, v. 38 n. 2, p. 40-45, 2007.

SILVA, V. G. D. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo: Edusp, 2000.

SOBEL, T. F.; COSTA, E. F. Estimando taxas de adoção de tecnologias poupadoras de água na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco: o caso dos pequenos agricultores. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 36, n. 1, 2005.

SOBEL, T. F.; ORTEGA, A. C. Estratégias de desenvolvimento territorial: O caso do pólo Petrolina-Juazeiro. 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/945.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

SOUSA SOBRINHO, J. Desenvolvimento no Vale do São Francisco: uma análise crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo, *Anais...* São Paulo: ENGA, 2009.

SOUTO JUNIOR, J. F.; MOTA SILVA, G. J.; ALMEIDA, C. Ação sindical no Vale do São Francisco: relações de gênero e trabalho. In: Seminário Trabalho e Gênero, 4., 2012, Goiânia. *Anais ...* Goiânia: Seminário Trabalho e Gênero.

SOUZA, J. A gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 79-97, fev. 2004.

SPERBER, D. *O saber dos antropólogos*. Lisboa: Edições 70, 1992.

SUASSUNA, J. *Transposição do Rio São Francisco na perspectiva do Brasil real*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

TÁVORA, F. *O cabeleira*. 5. ed. São Paulo: Ática 1988.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos Econômicos, sociais e ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v. 2, n. 2, set. 2005.

TOLEDO, C. N. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p.13-28, 2004.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VASCONCELOS, H. E. M.; BRAGA, E. M. F. Implantação de perímetros irrigados no Nordeste rural: Inclusão ou proletarização de unidades de produção familiar? In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2., 2007, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: Encontro da Rede de Estudos Rurais.

VÍCTORA, C.; KNAUTH, D.; HASSEN, M. *Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema*. Porto Alegre: Tomo, 2000.

VIDAL, F. B. *Quo vadis Nordeste? Vicissitudes da questão regional no contexto do capitalismo contemporâneo*. *Comunicação & política*, v.29, n.1, p.85-110, 2011.

VIEIRA, R. M. Celso Furtado – A construção do Nordeste. *Relatório de pesquisa*, n. 24, São Paulo: FGVSP, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3052/P00290_1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 fev. 2012.

VILELA, S. L. O. Águas públicas/Riquezas privadas: A política de irrigação para o Vale do São Francisco – Bebedouro e Nilo Coelho. Dissertação (Mestrado em sociologia). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande: 1991.

WEISZFLOG, W. (Ed.). *Dicionário de português Michaelis*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

WESTWOOD, R.; LINSTED, S. Language/organization: Introduction. In: WESTWOOD, R.; LINSTED, S. *The language of organization*. London: Sage, 2001.